FILOSOFIA

Volume 2

Natalia Y. / Unsplash

SUMÁRIO

FRENTE A

Página	Módulo	Título	Vi o conteúdo	Fiz o resumo
3	Módulo 07:	Modernidade: Qual é o Fundamento do Poder? Os Utopistas, Maquiavel e os Contratualistas	○	○
27	Módulo 08:	Epistemologia Moderna: Qual é o Caminho que Leva à Verdade? Racionalismo e Empirismo Modernos	○	○
49	Módulo 09:	Immanuel Kant: "O Maior Filósofo dos Tempos Modernos"	○	○
63	Módulo 10:	Filosofia Contemporânea: A Dialética de Hegel e a Solução Política de Marx	○	○
81	Módulo 11:	O Mundo em Reviravolta: Nietzsche e o Positivismo	○	○
95	Módulo 12:	Os Principais Pensadores do Século XX	○	○

Este ícone aparecerá sempre ao lado dos tópicos trabalhados no decorrer deste volume. A cada leitura, marque ✓ conforme a legenda e acompanhe o progresso do seu aprendizado.

Modernidade: Qual é o Fundamento do Poder? Os Utopistas, Maquiavel e os Contratualistas

As profundas transformações ocorridas no mundo com o Renascimento exerceram uma forte e decisiva influência em todos os campos da vida humana. Um deles foi o campo da Epistemologia ou Teoria do Conhecimento, que estuda o método pelo qual o indivíduo alcança a verdade. Estudaremos, posteriormente, seus principais pensadores.

Outros campos da vida humana que sofreram grande influência nesse novo contexto histórico e filosófico foram a Política e a Ética. Desse modo, é essencial nos dedicarmos à filosofia política moderna, desde seu fundador, Nicolau Maquiavel, prosseguindo até os pensadores contratualistas, Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

Para compreendermos a novidade trazida pela política moderna é necessário antes estudarmos a concepção tradicional de política, que tem sua origem em Platão e Aristóteles, passando pela Idade Média e encontrando seus representantes nos fins do Período Medieval e no início da Modernidade, os pensadores utopistas.

A CONCEPÇÃO TRADICIONAL DE POLÍTICA

Desde Platão e Aristóteles, a reflexão política ocupou papel de destaque no desenvolvimento da Filosofia. Os dois filósofos consideravam que a vida política estaria intrinsecamente ligada à ideia de justiça e seria a única capaz de trazer a felicidade ao indivíduo e à comunidade.

Platão acreditava que o ser humano só poderia encontrar a vida feliz no cumprimento da justiça dentro da cidade. Dessa forma, o verdadeiro cidadão seria aquele que se importa com o bem comum e que, juntamente com seus iguais, participa da política. De acordo com o filósofo, o bem comum deve ser a concretização da ideia de justiça, ideia alcançada pelos poucos que deveriam ocupar os cargos mais importantes dentro da polis (sofocracia). Em outras palavras, os magistrados deveriam ser os mais sábios, pois só eles encontraram a ideia do Bem e poderiam transformá-la em leis. Sua obra que trata desse assunto é *A república*.

Aristóteles, acompanhando Platão, acreditava que o ser humano só poderia ser feliz vivendo em sociedade. É nesse sentido que defende que uma das essências do ser humano é que ele é um animal político (*zoon politikon*). Pensando assim, o estagirita afirmava que o ser humano só é verdadeiramente feliz quando vive em sociedade e que a felicidade verdadeira só é possível quando o indivíduo se torna um bom cidadão.

Tanto para Platão quanto para Aristóteles havia uma clara relação entre ética e política, ou seja, os valores que guiam a vida do indivíduo são os mesmos que determinam a sociedade. Não havia, para os gregos, separação entre vida privada e vida pública. Os mesmos valores aplicados na praça pública também são encarnados na vida do sujeito, sendo essa a razão de a educação do cidadão ser também a educação da cidade, a qual se dá a partir dos valores cívicos, sendo o bom político aquele que é, antes de tudo, um bom cidadão. Os valores da moral comum são também os valores da política. Nesse sentido, é impensável um governante que não manifeste em suas ações todos os valores cívicos da cidade.

Durante a Idade Média, a relação entre moral e política permanece, manifestando-se não somente nos valores da cidade ou do Estado, mas principalmente nos valores cristãos, sendo mais importantes as qualidades humanas e espirituais dos governantes do que a sua eficiência. O bom político é aquele que é, antes de tudo, um bom cristão. Assim, é fundamental no governo da cidade que os valores caros ao cristianismo, como honestidade, justiça, mansidão, lealdade, fidelidade, piedade, sejam os mesmos valores com os quais o governante irá guiar o seu povo. Não é coincidência que vários reis e rainhas tornaram-se santos da Igreja.

Todos os pensamentos políticos desses períodos abordam a prescrição de normas de dever-ser e não dever-ser, ou seja, são concepções políticas normativas. Assim, a preocupação política estava atrelada à reflexão ética, especulativa e religiosa, que determina, ao político, o que é correto ou não, o que deve ser feito e o que não deve ser feito, uma vez que as normas são anteriores à própria situação concreta.

Vê-se nesses períodos a valorização do ser e não do fazer. De acordo com essas concepções, para que o governante seja um bom político, ele deve, primeiramente, ser um bom cidadão ou um bom cristão. Assim, acreditava-se que o governo seria necessariamente bem direcionado e as medidas tenderiam ao bem comum. A boa comunidade e a boa política são dependentes entre si e de um bom governo.

Pelo que estudamos até aqui, percebemos que a política antiga e a medieval, ou a concepção tradicional de política, está vinculada a preocupações qualitativas e não quantitativas. Desse modo, o caráter bom ou mau é intrínseco às ações. Observe que, nesses modelos de vida social, o ideal é mais importante que o real.

Outra característica que marca a concepção tradicional de política é a ideia de que os fundamentos da vida política são externos e anteriores à política, ou seja, as bases pelas quais existe a comunidade são Deus, a natureza ou a razão. Na concepção religiosa, o poder é dado por Deus a um indivíduo ou a alguns indivíduos que o exercem pela vontade divina. Na perspectiva jusnaturalista (direito dado pela natureza), os indivíduos vivem em comunidade porque sua natureza é social, ou seja, nasceram para viverem juntos. Essa concepção é clara na filosofia de Aristóteles, que dizia que o ser humano é um animal político. Já na perspectiva racional, existiria uma racionalidade superior (não necessariamente divina) que governa o mundo e leva as pessoas a se unirem em comunidades. De uma forma ou de outra, o ponto em comum nessas concepções é que o fundamento da vida social encontra-se fora da política.

Dentro dessa concepção tradicional de política, teremos também a ideia de que a comunidade deve ser unida e indivisível, buscando promover a paz e o bem comum pela justiça. Desse modo, na comunidade humana não haveria lugar para a desordem, intrigas, rixas ou disputas. O conflito deve ser evitado e, com ele, aqueles que o promovem. Nessas comunidades, o bom governante deveria encarnar todas as virtudes necessárias ao bom exercício do poder, sendo, acima de tudo, racional, guiando-se pela busca da harmonia e da justiça.

OS UTOPISTAS

Dentro da concepção tradicional de política encontram-se os pensadores utopistas, que, acompanhando tais ideais políticos, conceberam sociedades idealizadas. Entre os principais utopistas estão Thomas More (1478–1535), Francis Bacon (1561-1626) e Tommaso Campanella (1568–1639). Todos eles viveram no contexto do Renascimento, isto é, na passagem do mundo medieval para o mundo moderno.

Apesar da realidade histórica marcada pela fome, peste, guerras e intolerância religiosa, eles continuaram nutrindo a visão de política segundo os moldes antigos, elaborando concepções idealizadas de uma sociedade perfeita e livre dos males do mundo e dos indivíduos.

André Persechini

As utopias foram concepções políticas de realidade idealistas, sem um fundamento na realidade, buscando imaginar como a sociedade deveria ser idealmente.

A palavra utopia vem do grego (*ou*: não; *topos*: lugar), e indica um "lugar que não existe", ou "aquilo que não existe em nenhum lugar". Desse modo, compreendemos o porquê de eles serem conhecidos por esse nome, uma vez que imaginaram cidades desvinculadas da realidade. Tal expressão ganhou importância com Thomas More, considerado um dos mais importantes desses pensadores.

Thomas More

Hans Holbein / Domínio Público

Thomas More descreveu, em sua obra Utopia*, sociedades perfeitas.*

Nascido em Londres em 1478, Thomas More foi discípulo de Erasmo de Rotterdam e um dos humanistas mais importantes desse período. Por ter se recusado a reconhecer Henrique VIII como chefe supremo da Igreja, foi condenado à morte em 1535. Quatro séculos depois, em 1935, foi canonizado pela Igreja.

Sua obra *Utopia* (1516), inspirada claramente em Platão, resume seu pensamento e otimismo. Nela, ele tenta pensar uma sociedade perfeita na qual as pessoas viveriam em paz e harmonia, ainda que seu contexto histórico mostrasse exatamente o contrário. Porém, foi por convicção, e não por ingenuidade, que More imaginou tais sociedades. Ele estava convencido de que, para que tal sociedade fosse de fato concretizada, bastava que as pessoas se guiassem pela razão natural e pelas leis de natureza e então todos os males do mundo seriam eliminados. Dessa forma, imaginando aquilo que não existe, seria possível construir aquilo que deveria existir.

Nessa obra, Rafael Itlodeu, narrador do livro, em viagem com Américo Vespúcio, avista uma ilha, a Utopia, onde todas as pessoas são felizes. Tal comunidade de seres humanos vive em perfeita paz, uma vez que todos os seus cidadãos são iguais entre si. Como não há dinheiro nem diferença de renda, não há *status* social, fonte dos males, intrigas e egoísmo. Por não haver dinheiro, não há avidez. Nota-se a predileção de More por uma sociedade sem riquezas ou dinheiro, que, segundo ele, é a fonte de todas as diferenças entre os indivíduos e, portanto, de todos os males.

O mais importante é perceber que Thomas More é um pensador idealista, uma vez que essa realidade pensada por ele não existia, sendo praticamente impossível de vir a existir um dia. Porém, a Utopia, apesar de não apresentar uma realidade possível, traz pela ficção todos os problemas sociais existentes em sua época e direciona o pensamento para os critérios morais a serem estabelecidos para solucionar tais problemas.

Francis Bacon

Paul van Somer I / Domínio Público

Representação de Francis Bacon. Em sua cidade perfeita havia um lugar especial para os cientistas, a Casa de Salomão, onde eram produzidos conhecimentos para melhorar a vida das pessoas.

Francis Bacon nasceu em York House, Inglaterra. Sua filosofia divide-se em dois aspectos: a Epistemologia e a Política. Destacou-se mais por seu método empírico de alcançar a verdade do que pelo seu pensamento político. Seguindo os passos de Morus, Bacon, um utopista, também imaginou uma sociedade perfeita em que todas as pessoas viveriam felizes e em harmonia.

Suas ideias políticas estão descritas em sua obra *Nova Atlântida*, publicada em 1624, dois anos antes de sua morte. Nela, o filósofo descreve uma cidade ideal onde não há políticos. Tal comunidade é governada por uma instituição científica, a Casa de Salomão, na qual se reuniam todos os pensadores e cientistas da cidade que, juntamente com a força do trabalho, permitiam a construção de estruturas sociais e econômicas justas. É interessante percebermos que o pensamento político de Bacon reflete sua crença na ciência como único conhecimento capaz de trazer benefícios práticos para a vida humana.

Tomás Campanella

Tomás Campanella imaginou uma sociedade perfeita em sua obra A cidade do Sol. *Nela, as pessoas eram governadas por um poder teocrático.*

Nascido em 1568, na região da Calábria, ao sul da Itália, sua vida é cheia de percalços e casos curiosos. Foi torturado, processado pela inquisição quatro vezes e na última foi condenado à morte, da qual só se livrou porque fingiu ser louco. Ficou preso por quase a metade de sua vida. Sua condenação ocorreu devido à revolta organizada por ele contra a Espanha, guiado pelo desejo de iniciar reformas políticas e religiosas.

Foi mago e astrólogo, o que pode ser identificado em sua obra política *A cidade do Sol*. Publicada em 1602, apresenta sua proposta política de cidade perfeita. A cidade do Sol idealizada por Campanella representava a união de todas as suas aspirações pela reforma do mundo e dos seres humanos, sonhando com uma nova realidade que seria livre dos males pelo uso de instrumentos da magia e astrologia.

Na cidade não haveria propriedade privada, sendo que tudo pertenceria a todos. Todos cultivariam a virtude, combatendo os vícios, que seriam dominados e extirpados da vida humana.

A POLÍTICA MODERNA

Rompendo com a idealização da política pelos utopistas, temos a figura de Nicolau Maquiavel, que inaugura um novo modo de pensar a política. Conhecido como fundador da política moderna, Maquiavel lança as novas bases do pensamento político a partir de então. O filósofo afasta-se do pensamento especulativo, ético e religioso (vigente até então), antigas bases da concepção tradicional de política, construindo um modo completamente diferente e prático de pensar e fazer política. Ele inaugura a autonomia da política como objeto em si e independente de outros campos do saber, principalmente da religião cristã.

Se os pensadores antigos fundamentavam-se na ideia de justiça e natureza para formular suas concepções políticas, os medievais buscavam nas *Sagradas escrituras* e no direito romano as bases de suas concepções, e os utopistas baseavam-se nas obras dos antigos, trazendo à tona os ideais de justiça e vida comum. Maquiavel, por sua vez, busca os fundamentos do poder político e da vida em comunidade na própria realidade.

Nicolau Maquiavel

Maquiavel é conhecido como um dos mais importantes pensadores políticos modernos.

Nicolau Maquiavel nasceu em Florença em 1469. É conhecido como o fundador da ciência política moderna. Seu pensamento representa o início de uma nova fase da política, já que depois dele, nada mais será como antes em relação às concepções de poder e modo de governar.

Desde muito cedo demonstrou grande interesse pelos estudos, aprendendo o latim aos sete anos de idade. Pertencia a uma família com poucos recursos financeiros que vivia na região da Toscana. Aos 29 anos, ingressou na vida política, assumindo o cargo de Segundo Chanceler da República Florentina, que se ocupava dos assuntos relacionados à guerra e à política externa;

foi também conselheiro e diplomata em sua cidade natal. Em 1513, devido a problemas políticos, foi exilado em San Casciano, onde começou a escrever suas principais obras, *O príncipe* e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Em 1518, escreveu a comédia *A Mandrágora*. Em 1520, escreveu *A Vida de Castruccio Castracani* e *A arte da guerra*. Nessa época, Maquiavel, que já havia retornado para Florença, ocupou cargos políticos de menor importância. Escreveu também as *Histórias florentinas*, em 1525. Em 1527, foi definitivamente excluído do poder em Florença após a queda da família dos Médici. Faleceu em 21 de junho do mesmo ano.

Contexto histórico

A compreensão do pensamento de Maquiavel, principalmente de suas ideias contidas no livro *O príncipe*, só é possível se compreendermos antes o seu contexto histórico.

A Itália no tempo de Maquiavel era uma península geográfica e politicamente fragmentada, o que a tornava presa fácil para Estados externos que quisessem invadi-la.

A Itália nos tempos de Maquiavel era uma península dividida social e politicamente em cinco principais Estados: o Reino de Nápoles, os Estados Pontifícios, o Estado Florentino, o Ducado de Milão e a República de Veneza. Essas regiões viam-se envolvidas em constantes conflitos umas com as outras, o que fazia com que a Itália, em sua totalidade, se tornasse uma região altamente fragilizada e presa fácil de interesses estrangeiros que desejavam suas riquezas, principalmente Espanha e França.

Florença era comandada pelos Médici, importante e poderosa família que governava o Estado Florentino. Até o ano de 1492, com Lourenço de Médici, conhecido como o Magnífico, a Itália experimentou tempos de paz, ainda que frágil, pois Lourenço, com sua capacidade diplomática e inteligência ímpar, conseguiu conciliar interesses internos divergentes e defender a Itália das invasões externas. Com sua morte, seu lugar foi ocupado por seu filho Piero de Médici, que não apresentava as mesmas qualidades políticas de seu pai. Nessa época, Carlos VIII, rei da França, invadiu Florença, expulsando a família dos Médici e dando o poder da região ao frei Girolamo Savonarola, crítico ferrenho das práticas imorais na corte dos Médici e pregador de um cristianismo fervoroso e radical. Com um discurso piedoso e atraente, sendo também a favor de Carlos VIII, Savonarola tornou-se a figura mais importante de Florença, ganhando a simpatia do povo. Empenhou-se em construir um Estado em que os valores cristãos fossem fortemente cultivados por todos, que deveriam aderir a uma vida modesta e simples e afeiçoar-se às práticas de mortificação e de uma vida virtuosa, abandonando toda a luxúria e ostentação. Savonarola criticou não só os Médici, mas também a própria Igreja, o clero e o papa por suas práticas consideradas por ele erradas e anticristãs. Por essa razão, Savonarola foi condenado pela Igreja, e foi torturado e morto em praça pública em 1498.

É importante lembrar que Maquiavel foi um pensador de seu tempo. Sua preocupação principal era de que a Itália fosse invadida pelos estrangeiros e não pudesse se proteger de tal tragédia, como já ocorrera temporariamente com Carlos VIII. O filósofo percebia que a única saída para que isso não ocorresse era se a Itália se tornasse forte, ou seja, que se unificasse. Ele viu em Lourenço o homem adequado para levar a Itália a esse fim. No entanto, a unificação italiana não ocorreu nesse contexto, mas somente na segunda metade do século XIX.

O realismo de Maquiavel

A característica mais evidente do pensamento maquiaveliano é sua total e radical mudança de perspectiva sobre o fundamento do poder e do governo do Estado. Antes dele, o poder político e a vida em sociedade encontravam sua origem em Deus, na natureza ou na razão, coisas externas à política. Nessa concepção tradicional de política, as ideias de Estado e sociedade fundamentavam-se sempre no ideal, no dever-ser, e não na realidade em si mesma.

A mudança operada pelo pensamento de Maquiavel foi nesse aspecto, já que sua preocupação se voltava sobre a realidade, rompendo com o pensamento político prescritivo e normativo de fundo moralizante. Nesse sentido, afirma no início de *O príncipe*:

> [...] porque há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que trocar o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes a arruinar-se que a preservar-se; pois um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Daí ser necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a valer-se ou não disto segundo a necessidade.
>
> MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 73.

Maquiavel dedica-se a pensar a política como ela é, e não mais como gostaria que ela fosse. Abandona as discussões sobre Estados e governantes ideais e busca compreender como os homens governam e governaram de fato. Procura entender qual é a legitimidade do poder do governante, como se alcança e se permanece no poder e quais são os caminhos necessários para se estabelecer um governo estável e duradouro.

> Porém, sendo meu intento escrever algo útil para quem me ler, parece-me mais conveniente procurar a verdade efetiva das coisas do que o que se imaginou sobre elas. Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos e que nem se soube se existiram na verdade [...].
>
> MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 73.

O ponto essencial pelo qual podemos afirmar que Maquiavel funda a política moderna se dá no reconhecimento de seu contexto histórico. Se os utopistas e medievais buscaram soluções nos pensadores antigos e fora da realidade, sonhando com sociedades perfeitas, Maquiavel vai fundo na realidade em que está inserido, procurando compreendê-la para encontrar nela as respostas.

Outra característica do realismo de Maquiavel foi o método utilizado por ele para escrever *O príncipe*. Nessa obra, ele recolheu os exemplos de governos e governantes da história, as ações que deram certo e as que não deram certo. Desse modo, ele reafirma sua crença de que somente a realidade pode servir como base e fundamento da política.

Qual é o fundamento do poder?

Segundo Maquiavel, o fundamento do poder político e da própria sociedade encontra-se na realidade, não admitindo a ideia de que haja um fundamento externo e anterior à política concreta, como queriam os antigos, medievais e utopistas. Na cidade, a política é o resultado da disputa pelo poder de três grupos: os que estão no poder e querem se manter nele, os que não estão no poder e querem alcançá-lo, e o povo que não quer ser oprimido. Porém, entendendo dessa forma, poderíamos dizer que esses grupos se resumiriam em apenas dois: os poderosos, que querem dominar, e o povo, que não quer ser dominado e oprimido.

De acordo com essa posição, fica claro que Maquiavel não vê a sociedade política como um todo organizado e criado pela vontade divina, pela natureza ou pela razão. Pelo contrário, para ele, o poder político que ordena a sociedade é resultado da divisão, das lutas internas, do constante conflito inerente à vida em comum. Esse é o aspecto agonístico da realidade: os seres humanos não vivem em paz, porque cada um quer satisfazer seus próprios interesses, já que eles têm uma natureza má (por isso as sociedades imaginadas pelos utopistas nunca dariam certo). Como não é possível que todos satisfaçam seus próprios interesses, pois muitas vezes eles são contrários aos de outros indivíduos, o conflito é inerente à vida social. Não existe sociedade sem conflito.

Porém, se à primeira vista o conflito pode parecer ruim e prejudicial à sociedade, de acordo com Maquiavel, ele é necessário, já que é dele que nasce o poder político. É da luta entre forças opostas que se estabelece o equilíbrio entre aquele que ocupa o poder e aquele que quer ocupá-lo, e dessa luta quem colhe mais benefícios é o povo, que goza do equilíbrio trazido por essa luta entre opostos.

Para Maquiavel, o verdadeiro príncipe é aquele que tem força e sabe como tomar e conservar o poder. Para que isso se realize, ele não deve jamais se aliar aos poderosos, pois estes são seus concorrentes e desejam também o poder para si. O príncipe deve, então, atendendo ao povo, uma vez que seu ódio o levaria à ruína, limitar o desejo de opressão dos poderosos contra o povo.

Assim, a política em Maquiavel perde seu encantamento natural, divino ou racional e, nessa nova perspectiva, não é construída mais a partir da racionalidade, da justiça e da ética, mas sim pela força e pela luta, que devem se traduzir em poder e leis.

Virtù e fortuna

Segundo Maquiavel, a vida política não é para todos, ou seja, não basta querer ser político, é necessário ter características de político. O verdadeiro príncipe é o indivíduo de *virtù* e fortuna.

A palavra *virtù* significa virtude, porém Maquiavel não se refere às virtudes cristãs como a bondade, mansidão, justiça, piedade, etc. O conceito *virtù* ao qual Maquiavel se refere está ligado à vida política, portanto, se traduz como as qualidades próprias do bom dirigente, daquele que sabe fazer o que deve ser feito, que consegue enxergar mais e além do que todos os outros homens. *Virtù* refere-se à força, astúcia, flexibilidade (quando esta for necessária), firmeza (quando as circunstâncias assim exigirem) e, acima de tudo, à capacidade de enxergar essa realidade e agir de acordo com as suas vicissitudes, adaptando-se aos acontecimentos para se manter no poder.

Tais acontecimentos são fruto das contingências, ou seja, da fortuna. O termo fortuna diz respeito aos acontecimentos imprevisíveis, que podem tanto servir ao governante quanto prejudicá-lo. Para Maquiavel, trata-se das coisas inevitáveis que a história encarrega-se de trazer. Diante da imprevisibilidade da fortuna, o príncipe de *virtù* sabe reconhecer os acontecimentos favoráveis e utilizá-los em seu favor, e também reconhecer aquilo que causaria prejuízo, evitando seus desdobramentos.

Nesse ponto, temos outra definição inovadora de política segundo Maquiavel: política é a arte de lidar com as circunstâncias, tirando dela proveito quando possível ou mitigando seus efeitos quando lhe convier, sempre visando à manutenção do poder. Para que o indivíduo torne-se um bom político, ele deve aprender a lidar com as circunstâncias, saber ler a realidade e agir conforme o momento. Deve ter capacidade de se adaptar às circunstâncias específicas e ousadia para tornar a oportunidade sua aliada e não ser levado pelas ocasiões desfavoráveis.

> Digo, portanto, que nos principados completamente novos, onde há um novo príncipe, existe maior ou menor dificuldade para mantê-lo conforme seja maior ou menor a *virtù* de quem o conquistou. E, como a passagem de simples cidadão a príncipe supõe *virtù* ou fortuna, parece que uma ou outra dessas duas coisas ameniza, em parte, muitas das dificuldades. Contudo, aquele que depende menos da fortuna consegue melhores resultados.
>
> MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 23.

"Os fins justificam os meios"

> [...] é portanto necessário, para que um príncipe que deseje conservar o poder, aprender a não ser bom e a usar disso, ou não usar, segundo a necessidade.
>
> MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 73.

Com essas palavras, Maquiavel rompe definitivamente com o pensamento político tradicional, que defendia que as ações têm em si um valor intrínseco e que o que é mau e ruim, o é por natureza. Durante toda a Antiguidade e Idade Média o que era certo e o que era errado estava bem definido, os valores continham um caráter em sua própria natureza. Dessa forma, a avaliação de uma ação como justa ou injusta baseava-se na essência dos valores morais. De acordo com essa posição, a violência é, em si mesma, algo ruim e danoso. A infidelidade, a crueldade, o engano, entre outros atos afins, são condenáveis não por seus efeitos, mas por sua própria natureza. Matar, por exemplo, sempre é ruim e injustificado; independente do caso concreto, a ação em si é condenável.

Na filosofia política de Maquiavel, tudo isso muda. As ações tornam-se contingentes, ou seja, ganham caráter de boas ou más, certas ou erradas, justas ou injustas de acordo com o contexto e com seus efeitos. Como a lógica que rege as ações políticas é a do resultado favorável para a manutenção do poder, logo, do que é melhor para a cidade, as ações devem ser julgadas como corretas ou incorretas de acordo com seus resultados para esse fim. É nesse contexto que a afirmativa "os fins justificam os meios" deve ser entendida. A ação eficaz, que traz resultados, comprometida com o quantitativo e não com o qualitativo, é julgada pelo resultado alcançado.

Por esse motivo, em certas ocasiões o príncipe deverá mentir, em outras não. Em algumas será necessário enganar e corromper, em outras não. Algumas circunstâncias exigirão a violência e mesmo a crueldade, outras exigirão a flexibilidade e a compaixão.

Os parâmetros éticos que guiarão as ações do príncipe obedecerão ao momento. Ele se adaptará às circunstâncias, pois são elas que ditam os caminhos da ação. O bom político é aquele que sabe caminhar de um lado para o outro, sendo perspicaz e fazendo a leitura dos sinais do tempo que exigirão ações eficazes.

Moral pública e moral privada

O pensamento maquiaveliano separa definitivamente o indivíduo privado do indivíduo público. Lembre-se de que para os gregos e medievais os valores são os mesmos dentro de casa, na vida privada, e fora dela, na vida pública. O que é bom é bom em qualquer ocasião e circunstância. Para Maquiavel, não é assim. Na vida privada, as pessoas podem ter valores próprios, como os do cristianismo, que determinarão suas ações como a justiça, piedade, mansidão, compaixão e outros. Esses valores são, do ponto de vista de uma moral pessoal, caros e incontestáveis. Porém, na vida pública, esses valores não se aplicam. Nela, eles perdem sua essência e substancialidade, sendo então relativizados. Em outras palavras, Maquiavel inova ao dizer que os valores políticos serão julgados pela sua utilidade social e não mais porque estão de acordo com os padrões que regem a vida particular e privada das pessoas.

Assim, para Maquiavel, a moral política e a moral particular são completamente diferentes. Para ele, querer que os valores particulares, por exemplo, a ética cristã, sejam aplicados à vida política é caminhar para a ruína própria e do Estado. O moralismo superficial daqueles que defendem o certo e o errado em si mesmos não encontra espaço na vida do político e na eficiência de sua administração.

Maquiavel maquiavélico?

A obra prima de Maquiavel, *O príncipe*, foi duramente criticada por longo tempo na história. Mal interpretada, gerou a ideia de que o pensador pregava a maldade, a falcatrua, o fingimento, a hipocrisia, a perversidade nas relações entre as pessoas. Tanto que o termo "maquiavélico" tomou um sentido pejorativo para se referir àquele que engana, que dissimula, que é mal e age intencionalmente de má-fé. Porém, tal sentido desse termo, se aplicado ao pensamento do filósofo florentino, não passa de um erro que nasceu de várias interpretações parciais de sua obra, mas que de alguma maneira se justificam. Em um contexto em que a fé ainda imperava na mente e no coração das pessoas, em que seguir os preceitos e normas morais cristãs era supervalorizado, um pensador que diz que o governante, se não tiver as virtudes cristãs deveria ao menos aparentar possuí-las diante do povo, certamente não seria bem visto. A novidade do pensamento de Maquiavel foi de tal proporção que o mundo de sua época parecia não estar preparado para recebê-la.

Podemos dizer que foi uma espécie de choque de realidade que as pessoas não compreenderam. Maquiavel desvenda o que ninguém queria enxergar: o ser humano é mau; o mundo político é o campo da guerra; os indivíduos não vivem em sociedade porque Deus mandou, pelo contrário, vivem em sociedade em uma luta constante de forças opostas que representam os interesses contrários, mas pela luta gera-se o equilíbrio, o poder político, único capaz de sustentar a vida humana. O grande feito de Maquiavel foi ter colocado o "dedo na ferida" e desnudado a vida política e a lógica do poder, retirando dela as máscaras da moral, da razão e da natureza que as disfarçavam.

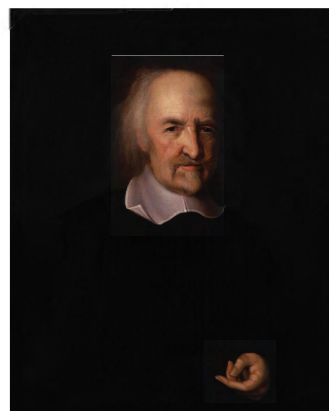
Maquiavel republicano

A visão interpretativa do Maquiavel que defende um poder centralizado nas mãos de poucos, sendo que estes poderiam fazer o que fosse necessário para o bem geral e para a permanência no poder do príncipe forte e habilidoso, foi construída pela história com base, principalmente, em sua obra *O príncipe*.

Poderíamos ousar e dividir a filosofia de Maquiavel em dois estágios: a filosofia do livro *O príncipe* e a filosofia do livro *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio.* No primeiro texto, Maquiavel apresenta a necessidade do poder concentrado e forte nas mãos do governante. É um defensor das ações eficazes com vistas à ordem do Estado, no seu caso, à unificação da Itália. *O príncipe* é uma obra que deve ser lida considerando esse contexto da fragmentação do poder na Itália. Assim, ele é um manual, baseado nos exemplos dos governos e governantes do passado, para indicar ao governante do presente o caminho a ser tomado para alcançar o poder, manter-se nele e fortalecer o Estado.

Na obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, porém, podemos notar um Maquiavel que entende que o verdadeiro e legítimo detentor do poder é o povo. Ou seja, temos por um lado, o Maquiavel d'*O príncipe*, cujas ideias o associaram ao absolutismo; e, por outro, o Maquiavel republicano, dos *Discursos*. Apesar da aparente contradição, não podemos afirmar que o florentino mudou de ideia. Na verdade, o poder deve estar na mão do príncipe, que deverá governar com mãos de ferro, até que a ordem seja estabelecida. Isso significa dizer que o poder absoluto só se justifica até o momento em que a unificação da Itália aconteça e uma vez alcançado tal objetivo, esse poder deve passar às mãos do povo, fundando, então, um poder republicano.

Dessa forma, a ideia errônea do Maquiavel imoral, que é contrário a todos os princípios cristãos, cai por terra. O que o pensador faz é fundar uma nova moral, que é a moral do bem comum. Desse modo, as ações têm seu caráter nos resultados para o bem-estar geral da cidade, do povo, e não mais são consideradas boas ou más em si mesmas.

Thomas Hobbes

John Michael Wright / Domínio Público

Thomas Hobbes, o grande pensador do absolutismo, acreditava que o ser humano vivia em guerra no estado de natureza e somente o poder do Leviatã poderia conter a maldade humana.

Nascido em 1588, na cidade de Malmesbury, Inglaterra, Thomas Hobbes foi um dos pensadores políticos mais importantes da modernidade. Fez seus estudos superiores na Universidade de Oxford. Logo tornou-se preceptor de Carlos Stuart, que mais tarde viria a ser o rei Carlos II. Esteve profundamente ligado aos ideais monárquicos a ponto de toda a sua teoria política ter como único objetivo justificar o poder real absoluto. Tal como na filosofia de Maquiavel, o contexto histórico de Hobbes terá papel fundamental em seu pensamento.

Thomas Hobbes foi defensor da monarquia na Inglaterra. Com a morte de Carlos I, a Teoria do Direito Divino dos Reis acaba por perder sua força e prestígio. Diante desse fato, qual seria a fonte do poder real? Como justificar a necessidade do poder estar concentrado nas mãos de um único monarca poderoso e soberano? Esse é o desafio do pensamento hobbesiano. O filósofo buscou uma justificativa racional para o poder real, não mais recorrendo a justificativas exteriores à esfera humana e da natureza, em um poder divino, mas buscando compreender como é o ser humano e por que em uma sociedade é necessário um poder centralizado e forte.

O estado de natureza

Com o objetivo de compreender o porquê de os seres humanos viverem em sociedade, Hobbes lança mão da imaginação e tenta compreender como os seres humanos seriam antes de viverem em sociedade, no chamado estado de natureza. Assim, Hobbes diz que na história da humanidade o ser humano passou por duas fases: a pré-civil e a civil. É importante deixar claro que esse estado de natureza não existiu propriamente, ou pelo menos não há qualquer prova de sua existência. Na verdade, trata-se de um exercício de imaginação que, por meio de uma ficção, tenta compreender o ser humano em sua natureza última, como ele é em si mesmo, sem qualquer influência da cultura ou da sociedade.

Hobbes procura, assim, compreender a natureza humana em si mesma, o que o ser humano traz em si que não foi criado, não é artificial, mas que constitui o seu núcleo natural.

> Lê-te a ti mesmo [...] quem quer que olhe para dentro de si mesmo e examine o que faz quando pensa, opina, raciocina, espera, receia, etc., e por que motivos o faz, poderá por esse meio ler e conhecer quais são os pensamentos e paixões de todos os outros homens, em circunstâncias idênticas.
>
> HOBBES, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 74 (Os pensadores).

Dessa forma, Hobbes acredita que todos os homens são iguais por natureza e conclui que a natureza humana é boa e má. No entanto, ele dá mais ênfase à maldade do que a bondade, sendo que esta é esquecida em sua obra. Veremos que é devido à ideia de um egoísmo natural que o ser humano necessita do poder, pois é só por meio dele que sua maldade poderá ser controlada.

No estado de natureza, o ser humano tem como bem primeiro e fundamental o que o filósofo denomina Direito de Natureza, à vida e à conservação que deve ser defendido em todas as ocasiões contra toda e qualquer ameaça que possa surgir. No estado de natureza não existe também qualquer lei ou justiça, já que os homens são solitários e não têm qualquer vínculo uns com os outros. O que importa no estado de natureza é que o ser humano preserve a sua vida e satisfaça suas necessidades, podendo fazer o que for necessário para que isso se concretize. Assim, prevalece o direito de natureza, segundo o qual não existe absolutamente nenhuma ação que possa ser caracterizada como certa ou errada, justa ou injusta, pois não há normas morais e muito menos direito positivo. Não há, portanto, uma justiça natural ou lei absoluta que restrinja as ações humanas. Para Hobbes, o que é justo ou injusto é resultado das convenções humanas, estabelecidas pelo acordo em determinados assuntos e, como no estado de natureza não existem tais acordos, o ser humano goza de uma liberdade total, pois tudo é permitido para que ele se preserve e se satisfaça. Assim, o ser humano é mal, egoísta e pensa somente em preservar sua vida. "Bom" seria tudo o que satisfaz o indivíduo, "mau" aquilo que o afasta de suas satisfações. Perceba que "bom" e "mau" não tem caráter moral, mas tão somente natural.

Homo Homini Lupus

Talvez a frase mais famosa de Hobbes seja *Homo Homini Lupus,* "O homem é o lobo do homem", e com razão: essa citação resume a condição do ser humano no estado de natureza, que vive uma guerra constante de todos contra todos (*Bellum omnium contra omnes)*. Nessas condições sua vida é "solitária, medíocre, vil, brutal e curta". Isso significa que cada um, podendo se apropriar de qualquer coisa de que necessite para a sua própria sobrevivência e conservação, pode fazer o que for necessário para obtê-la, mesmo que isso implique o fim da vida do outro. Nesse momento se estabelece a guerra de todos contra todos: tudo pertence a todo mundo, "mesmo o corpo de outrem". Não há lei que determine que tal coisa pertence a um e que os demais tenham que respeitar esta posse. Todos têm direito a tudo, sendo que nesse estado de guerra vai haver, inevitavelmente, a prevalência de uns sobre outros, ou seja, alguns dominarão e outros serão dominados.

Nessa condição de guerra constante e inevitável, todos e cada um estão constantemente em iminente perigo de morte violenta, uma vez que na ausência de leis que limitem as ações humanas, cada um representa risco à vida de todos. Se por um lado no estado de natureza o ser humano goza de uma liberdade absoluta, o que é muito bom, por outro essa liberdade tem como efeito colateral o risco da morte e a tensão permanente, como se a cada instante o indivíduo pudesse ser morto, o que torna a vida insuportável.

Dessa forma, guiado pela razão e pelo instinto de autoconservação, o indivíduo chegou à conclusão de que a única forma de preservar a sua vida e ter as suas necessidades de sobrevivência atendidas é fazendo um contrato que limite a liberdade total do ser humano do estado de natureza.

O contrato social e a formação do Estado

O contrato social para Hobbes é a única forma que os indivíduos encontraram de preservar a vida. O contrato em si não é bom, a não ser pelas suas consequências práticas de preservação da vida. Isso porque para que ele exista é necessário que os indivíduos abram mão de sua liberdade total, o que é ruim.

Sendo Hobbes um contratualista, ele acredita que a sociedade é fruto de uma convenção, do contrato que só ocorre devido ao medo que todos têm da morte violenta e da necessidade natural de segurança e de tranquilidade que levaram os homens a renunciarem à sua liberdade original em troca da paz trazida pelo pacto. Sendo assim, o Estado é uma instituição artificial, um mal necessário, pois, apesar de tornar possível a vida, limita a liberdade humana.

Hobbes fala de dois contratos sociais realizados pelo ser humano. O primeiro foi realizado entre os próprios homens entre si, o que quer dizer que não há uma força coercitiva que os obrigue a cumprir aquilo que combinaram, que contrataram. É como se eles tivessem prometido uns para os outros: eu não lhe mato, abrindo mão de minha liberdade total, desde que você não me mate. Porém, como o indivíduo é mau e egoísta por natureza, esse contrato não deu certo. Evidentemente, como não há força externa que obrigue ninguém a fazer o que combinou, quando algum dos indivíduos se visse prejudicado por algum termo desse contrato ele voltaria atrás e o desrespeitaria.

Mas seria possível voltar ao estado de natureza? Claro que não, uma vez que lá a vida não é garantida e os indivíduos viram que nesta condição não é possível a sobrevivência.

Foi realizado então o segundo contrato social. Este, diferente do primeiro, institui um poder que terá força e autoridade ilimitada sobre a vida de todos os indivíduos. Com ele, cria-se o Estado que tem poder sobre todos os indivíduos e obriga todos a cumprirem aquilo que contrataram. Nessas condições, o indivíduo não vai cumprir o contrato porque quer ou de acordo com seus interesses ou vai descumpri-lo quando lhe convier, mas ele será forçado pelo Estado a cumprir o contrato sob pena de punição.

Segundo Hobbes, o Estado é formado pela vontade de todos. Os indivíduos abrem mão de sua liberdade total e conferem a um indivíduo (ou a um grupo de indivíduos) o poder sobre a suas vidas. Trata-se de um contrato de todos os indivíduos, de tal maneira como se todos dissessem: autorizo e renuncio ao meu direito de me governar em favor desse indivíduo, ou dessa assembleia de indivíduos, com a condição de que renuncies a teu direito e de igual maneira autorizes todos seus atos.

Nesse momento nascem as leis de natureza, os "artigos convenientes de paz, sobre os quais os homens podem chegar a um acordo", convencionadas pelo Estado para garantir a segurança, a vida e a prosperidade de todos. Na obra *Leviatã*, Hobbes fala de dezenove leis criadas pelos indivíduos ou leis de natureza. Entre essas leis as três primeiras são as principais:

1. A primeira e fundamental regra ordena que todas as pessoas se esforcem por buscar a paz.
2. A segunda regra impõe que cada pessoa renuncie ao seu direito a tudo, pois é por causa dele que a guerra acontece. De forma

> [...] que um homem, quando os outros também estiverem, esteja disposto, se o julgar necessário para a sua própria paz e defesa, a abdicar desse direito a todas as coisas, e que se contente em ter tanta liberdade contra os outros homens quanta ele concederia aos outros homens contra si.
>
> HOBBES, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 48 (Os pensadores).

3. A terceira lei impõe que as pessoas, ao abrirem mão do direito a tudo, cumpram os acordos estabelecidos. É dessa regra que nasce a justiça e a injustiça, o certo e o errado que estariam, então, vinculados à lei.

O Leviatã, o Estado todo-poderoso

Os seres humanos, ao estabelecerem o contrato entre si, criaram as leis que devem ser respeitadas para que a paz seja alcançada e o estado de guerra de todos contra todos seja superado. Porém, como vimos, o ser humano é egoísta e tende ao descumprimento do que foi contratado caso não lhe convenha. Por causa disso, as pessoas necessitam de um poder maior, absoluto e incondicional que as obrigue a cumprir o que foi contratado. Não há outra maneira de que a paz seja estabelecida se não através da força, ou, nas palavras de Hobbes, "sem a espada que lhes imponha respeito".

Divulgação

Capa da obra Leviatã*, de Thomas Hobbes. A armadura do rei é composta por várias pessoas, o que significa que o Leviatã é resultado da vontade de todos que lhe dão poder sobre suas próprias vidas.*

É interessante notar que o pacto ou contrato social não é feito entre as pessoas e o Estado, mas entre as pessoas consigo mesmas, criando, então, o Estado. Tal ideia é claramente refletida na figura do rei soberano da capa do livro *Leviatã*. Nele, a armadura do soberano é formada por várias pessoas, ou seja, o Estado soberano existe como criação de todas as pessoas por meio do contrato. Para Hobbes, o Estado está acima dos cidadãos e não participa do contrato, podendo fazer o que for preciso para manter a paz. O poder do soberano é sem limites e indivisível. Ele está acima da justiça e tem por função criar as leis e obrigar o seu cumprimento, porém está acima das leis, e, por isso, não deve obediência a nada e a ninguém.

Por essa razão, a obra de Thomas Hobbes recebeu o nome de *Leviatã*, figura retirada da mitologia fenícia, à qual a *Bíblia Sagrada* se refere no livro de Jó (nos capítulos 40 e 41). Nele, o Leviatã é uma espécie de crocodilo, um monstro cruel, poderoso e invencível, ao qual Hobbes designa como "Deus mortal", pois acima dele haveria um "Deus imortal", o Deus cristão. Segundo o filósofo, o Leviatã tem a função de, com mãos de ferro, organizar o Estado e fazer com que as pessoas cumpram as leis de natureza, ou seja, o que foi contratado, sendo que abaixo do Estado todos são iguais em direitos, e o papel do soberano é evitar o poder do mais forte sobre o mais fraco, da mesma maneira que o monstro Leviatã protegia os peixes mais fracos dos peixes mais fortes.

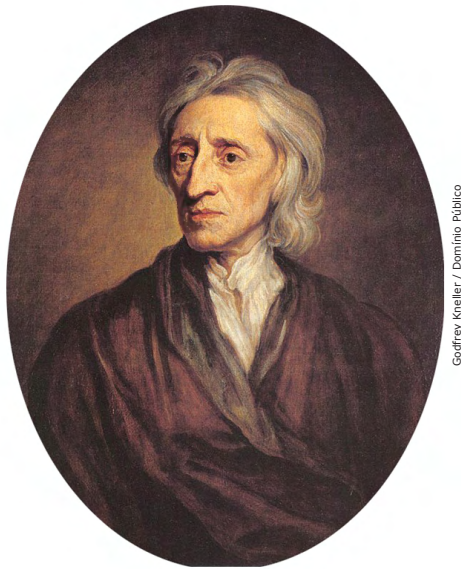
O Leviatã deve ter todo o poder em suas mãos, simplesmente porque a divisão do poder gera conflitos. Desse modo, Hobbes atinge o objetivo que buscava com sua filosofia: explica por que o poder do Estado deve estar nas mãos de um só indivíduo, justificando, então, o estado absolutista.

O Estado tem tanto poder que deve orientar os indivíduos em todos os campos da vida, inclusive se pronunciando sobre os assuntos religiosos; a religião também deve estar nas mãos do Estado. Como este detém o poder, os indivíduos, por sua vez, nunca podem desobedecê-lo, exceto em três ocasiões: se o Leviatã não garantir a paz, a segurança e a vida dos cidadãos, sua função primordial; se o soberano ordenar que os indivíduos adorem algum indivíduo comum; ou ainda, se ele mandar ofender a Deus.

Hobbes x Aristóteles

É clara a contraposição entre a filosofia política hobbesiana e a aristotélica. Em suas obras, Hobbes nutre decisiva aversão a Aristóteles e à Escolástica e isso não só na política, mas também em outras áreas da Filosofia.

Se para Aristóteles o ser humano é um animal político (*zoon politikon*), nascendo com uma natureza sociável, ou seja, nasceu para viver em sociedade, para Hobbes o ser humano tem uma natureza contrária à socialização, sendo mau por natureza e sendo a socialização para ele artificial e problemática.

John Locke

Retrato de John Locke, o primeiro pensador do liberalismo a defender como uma lei de natureza a propriedade privada.

John Locke nasceu em 1632, na cidade de Wringtown, Inglaterra. Sua família era protestante com inclinações puritanas e composta por burgueses e comerciantes. Locke destacou-se como grande pensador por sua epistemologia, sendo um dos mais importantes pensadores empiristas (estudaremos sua teoria do conhecimento posteriormente).

Em política, seu pensamento passou por mudanças radicais. Se, em 1661, era um defensor do absolutismo como meio de controlar e governar o povo, mais tarde tornou-se um liberal convicto, conhecido como um dos primeiros a defender o liberalismo político ao sustentar os direitos inalienáveis dos indivíduos e também o direito à rebelião. Sua filosofia política está contida na obra *Dois tratados sobre o governo*, publicado em 1690.

Política

Locke também é um filósofo contratualista, ou seja, acredita que o Estado, enquanto detentor do poder sobre os cidadãos, é resultado de uma convenção humana. Porém, sua teoria política diferencia-se substancialmente da de Hobbes, principalmente a apresentada no segundo tratado. Sua obra política recebeu o nome de *Dois tratados sobre o governo*. Nesse livro, Locke dedica-se a responder qual é a "verdadeira origem, a extensão e o fim do governo civil".

Hobbes, como vimos, afirmava que o ser humano é mau, egoísta e que em seu estado de natureza vivia em guerra, por isso um governo absoluto se tornava necessário. Locke, por sua vez, contrariando seu predecessor, tinha uma visão otimista do ser humano, afirmando que o indivíduo no estado de natureza vivia em paz e era pacífico, devendo ser restringido o poder do Estado. Apesar das diferenças, algumas semelhanças entre eles são importantes: a concepção individualista do ser humano no estado de natureza; o direito de natureza ou lei de natureza como aquilo que existe previamente e é inquestionável; a autopreservação como motivadora do Estado; o contrato social como produto da racionalidade e com vistas à vida e remédio aos desmandos de uns indivíduos sobre outros.

Estado de natureza, lei de natureza e contrato social

Locke afirma que os indivíduos em estado de natureza "vivem juntos segundo a razão e sem um superior comum sobre a Terra, com autoridade para julgar entre eles". É um estado pré-político, mas não pré-social. Veja que, no estado de natureza, apesar de os indivíduos viverem juntos, não há qualquer poder soberano que decida ou que ordene qualquer coisa, e as pessoas são absolutamente livres e iguais. Nessas condições, as pessoas devem obedecer somente às leis de natureza (aquilo que em Hobbes denomina-se direito de natureza), que são aquelas leis que já nasceram com o ser humano e por isso são irrenunciáveis. Segundo Locke, o ser humano tem por condição "não estar submetido à vontade ou à autoridade legislativa do homem, mas ter por regra apenas a lei natural".

Hobbes considera o direito à vida e à autoconservação como os únicos direitos que o ser humano tem por natureza. Locke afirma que, além do direito à vida, o ser humano tem como lei de natureza o direito à propriedade privada, à liberdade e à defesa desses direitos. Em suas palavras, o ser humano tem direito de

> [...] dispor e ordenar como se quiser a própria pessoa, ações, posses e toda sua propriedade.
>
> LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo.* Tradução de Julio Fischero. São Paulo: Martins Fontes, 1998, segundo tratado, VI § 57.

Ora, se o indivíduo é livre e independente, nenhuma pessoa poderia ir contra as leis de natureza, ou seja, ninguém poderia, então, prejudicar o outro em sua vida, liberdade, saúde e posse. Se alguém descumprir a lei e prejudicar o outro, o ofendido tem o direito de guerra, ou seja, ele tem o direito de defesa de seus direitos. Para Locke, uma vez que alguém tem seu direito atingido, este poderia se vingar, pois "todo homem tem o direito de punir o transgressor e de ser o executor da lei de natureza".

> [...] E desse modo um homem obtém poder sobre o outro no estado de natureza [...] ao transgredir a lei de natureza, o infrator declara estar vivendo segundo outra regra que não a da razão e da equidade comum, que é a medida fixada por Deus às ações dos homens para mutual segurança destes; e, assim, torna-se perigoso para a humanidade [...] todo homem pode, por essa razão e com base no direito que tem de preservar a humanidade em geral, restringir, ou, quando necessário, destruir o que seja nociva a ela.
>
> LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução de Julio Fischero. São Paulo: Martins Fontes, 1998, segundo tratado, II § 8. p. 386.

O próprio conjunto das pessoas poderia, por suas próprias mãos, punir e castigar aquele que cometeu um ato violento e injustificado. Locke diz que

> pela violência injusta e a carnificina por ele cometidos contra outrem, declarou guerra a toda a humanidade e, portanto, pode ser destruído como um leão ou um tigre, um desses animais selvagens.
>
> LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução de Julio Fischero. São Paulo: Martins Fontes, 1998, segundo tratado, II § 16. p. 389.

Por não haver juízes ou quem resolva os conflitos, os indivíduos, ao entrarem no estado de guerra em busca da vingança, poderiam se destruir. Ainda nessa situação, os indivíduos poderiam fazer valer sua lei de natureza de forma desproporcional, uma vez que não há medida para que as ações contra aqueles que infringiram a lei de natureza sejam dimensionadas e vingadas de forma proporcional.

Nesse contexto, faz-se necessário o contrato e a consequente criação do Estado, da sociedade civil:

> [...] é a grande razão pela qual os homens se unem em sociedade e abandonam o estado de natureza. Ali onde existe autoridade, um poder sobre a Terra, do qual se possa obter amparo por meio de apelo, a continuação do estado de guerra se vê excluída e a controvérsia decidida por esse poder.
>
> LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo.* Tradução de Julio Fischero. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 21.

Segundo o filósofo, para que o estado de guerra cesse, para que a paz seja reconstruída, é necessária a interferência de um poder superior sobre os homens que seja exercido de forma racional e que proteja a sociedade e cada um dos indivíduos daqueles que agem contra a lei de natureza, tornando efetiva a justiça. Nesse caso, o poder constituído deverá garantir a propriedade. Por propriedade, Locke entende tanto terra, como vida e também liberdade.

O Estado

Para Locke, o Estado não tem sobre os indivíduos um poder ilimitado, acima das leis e da justiça. Ao contrário de Hobbes, o Estado é a manifestação do desejo das pessoas em estabelecerem entre si uma paz e, para isso, confiam nele, mas não se submetem indistintamente.

Nesse sentido, o filósofo afirma que, quando as pessoas entram em uma comunidade ou corpo político, eles, por livre vontade, estão submetidos a essa comunidade ou corpo, renunciando, portanto, à lei natural de defender os seus direitos. As pessoas abrem mão de fazer justiça por conta própria, para conceder essa prerrogativa ao poder da sociedade civil, ao Estado. As leis de natureza que garantiam poderes naturais ao ser humano no estado de natureza se transformam, pelo contrato social, em poderes políticos da sociedade civil. Locke afirma que

> [...] apenas existirá sociedade política ali onde cada qual de seus membros renunciou a esse poder natural, colocando-o nas mãos do corpo político [...] que passa a ser árbitro [...] decide todas as diferenças que porventura ocorram entre quaisquer membros dessa sociedade.
>
> LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo.* Tradução de Julio Fischero. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 87.

Propriedade privada

Locke acreditava que a propriedade privada é um bem inalienável, ou seja, é lei de natureza e, portanto, pertence ao ser humano; não pode, de maneira alguma, ser retirada dele. Para sustentar essa tese, ele afirma que, mesmo antes da vida civil, já existia propriedade privada. As pessoas já possuíam uma parte de terra que, antes pertencente a todos, tomaram para si. Se no início tudo era de todos, à medida que as pessoas foram tomando um pedaço de terra para si do tamanho adequado à sua capacidade de trabalho, essa terra passou a pertencer a ele tal como se fizesse parte de seu próprio corpo. Dessa maneira, tal como não se pode atentar contra a vida e integridade de uma pessoa, pois se assim fosse feito, resultaria em um descumprimento de uma lei de natureza, da mesma forma não há possibilidade de tomar de alguém aquilo que lhe pertence, a sua propriedade, pois esta também é lei de natureza. Um dos objetivos da vida civil e da formação do Estado pelo contrato é defender a propriedade privada.

A divisão do poder

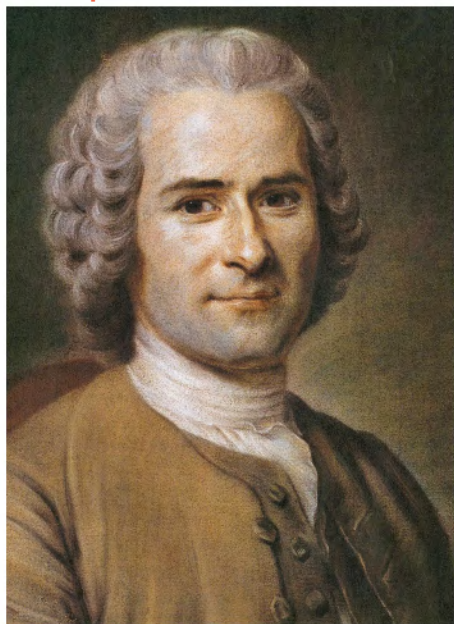
Para Locke, o governo está estritamente limitado e cumpre uma função que é a proteção da comunidade sem interferir na vida e livre decisão dos cidadãos. Por ser um liberal, ele é radicalmente contra um poder absoluto, pois este não pode ser legítimo, uma vez que não nasceu da vontade das pessoas, exercendo, portanto, um poder parcial e, por isso, estará sempre a favor de seus interesses contra os dos súditos. Para Locke, o Estado deveria ser um árbitro que só se manifestaria quando houvesse um conflito de interesses entre as pessoas.

Pensando nesse poder e em como ele não poderia fugir à sua natureza, pois ele é efeito e não causa da vida civil, Locke defende, mesmo antes de Montesquieu, a divisão do poder em legislativo, executivo e federativo.

O poder legislativo representa o poder supremo na sociedade política, uma vez que é ele quem faz as leis. É a mais absoluta manifestação do desejo das pessoas de se autorregerem, pois as leis construídas ou o direito positivo é a formalização das próprias leis de natureza.

O poder executivo tem a função de executar as leis feitas pelo legislativo, pois não é razoável que os mesmos que fazem as leis as executem, pois poderia haver conflito de interesses. O executivo deve estar subordinado ao legislativo e a ele prestar contas.

O poder federativo, inseparável do executivo, tem uma função como se fosse uma espécie de ministério das relações exteriores. Seu papel é o de estabelecer relações com os outros Estados.

Jean-Jacques Rousseau

Rousseau foi um dos principais pensadores do Iluminismo. Teve uma vida complicada e cheia de altos e baixos. Sua ideia principal é de que o ser humano nasce bom, mas a sociedade o corrompe.

Rousseau nasceu em Genebra, em 1712. Aos 16 anos, saiu de casa e foi viver por sua própria conta, passando fome e privações até que foi morar na casa de Warens, uma madame que acabou por exercer papel de mãe, amiga e amante, e o ajudou em seus estudos de Música e Filosofia. Em 1741, foi para Paris com o intuito de ganhar a vida com sua música.

Inevitavelmente, devido à sua origem humilde e também ao insucesso em Paris, Rousseau passou por momentos difíceis, o que provavelmente o fez condenar a vida civil e defender um retorno à vida natural, ao estado de natureza em que o indivíduo era inocente e feliz.

Suas obras mais importantes foram *O contrato social*, publicada em 1762, e um ensaio sobre educação chamado *Emílio*, *ou Da educação,* publicado em 1762.

Rousseau foi um dos principais pensadores do Iluminismo, sendo o precursor do Romantismo devido à valorização da vida natural. Sua contribuição mais importante foi a sua resposta negativa sobre o papel da sociedade na formação de um indivíduo melhor, sendo esse o fundamento de sua teoria política.

O estado de natureza

Em 1750, a Academia de Dijon, na França, propôs um concurso cujo tema era: "O restabelecimento das ciências e das artes terá favorecido o aprimoramento dos costumes?", ou seja, em que medida o ser humano tornou-se melhor e sua vida moral aprimorou-se com o progresso das ciências e das artes, principalmente após o Renascimento?

O mundo de Rousseau vivia o auge dos ideais iluministas, que serviram de motivação à Revolução Francesa de 1789. Desse modo, as pessoas estavam otimistas quanto ao papel do progresso, uma vez que o mundo tendia a se tornar cada vez mais livre e se buscava a felicidade de alguma maneira. Enquanto todos os demais que participaram do concurso de Dijon foram favoráveis ao progresso como maneira de aprimoramento do ser humano, Rousseau foi o único a discordar e afirmar que o progresso das ciências e das artes, o progresso da humanidade, não contribuiu para melhorar o ser humano, mas pelo contrário, o tornou pior. Para defender esta posição Rousseau escreveu sua obra *Discurso sobre as ciências e as artes*, ganhando o prêmio do concurso em 1750.

Segundo o filósofo, o ser humano nasce bom, mas a sociedade o corrompe. Sendo um contratualista tal como Hobbes e Locke, o filósofo também utiliza a ideia de estado de natureza para tentar compreender o que o ser humano era antes de viver em sociedade, ou seja, qual é a sua natureza primeira e fundamental. Para Rousseau, o ser humano no estado de natureza é íntegro, biologicamente sadio e moralmente reto, ou seja, não há qualquer vício ou outra coisa que o corrompa. Nesse contexto, Rousseau retoma o mito do século XVI do "bom selvagem", afirmando que o ser humano é bom por natureza, sendo que toda ordem de males provém de uma vida em sociedade que o afasta de seu estado original.

Dessa forma, ele sustenta que o ser humano original era livre, solitário e feliz. Vivendo nas florestas, guiava-se somente pelo instinto de autopreservação, sem necessitar de ninguém para absolutamente nada. Esse ser humano era guiado simplesmente pelos sentimentos naturais, não pela razão. Sua vida se resumia em querer, desejar e temer. Segundo o filósofo, esse indivíduo, o "bom selvagem", buscava simplesmente satisfazer seus prazeres elementares: comer, beber, reproduzir-se e fugir da dor, e dessa forma ele era plenamente feliz. Nessas condições, o indivíduo estava aquém do bem e do mal, era inocente tal como uma criança para a qual o que é importante é satisfazer suas necessidades, não tendo qualquer parâmetro cultural de certo e errado. Nessa situação, o indivíduo estaria bem e tranquilo, pois no estado de natureza os vícios não apareceriam e, portanto, a paz reinaria. Cada indivíduo desejaria simplesmente o que era necessário à sua vida e nada mais, não haveria conflito ou divergência de interesses e, portanto, as pessoas não imaginariam uma vida diferente da que viviam, o que, para o filósofo, seria a melhor condição possível e a mais favorável para a felicidade.

Para Rousseau, o ser humano no estado de natureza é livre e solitário.

Esse indivíduo original tem o instinto natural e este é suficiente em si mesmo. Ele não necessita de nada mais para sua sobrevivência, e esse instinto não o conduz à vida em sociedade. É por isso que no estado de natureza o ser humano guiava-se exclusivamente pelos sentimentos e paixões, pois, para que existisse sociedade, era necessária a presença da razão.

O ser humano original de Rousseau é fundamentalmente diferente do ser humano em estado de natureza de Hobbes. Para Hobbes, o ser humano é mau e egoísta e está em guerra contra os outros o tempo inteiro. Adotando posição contrária, Rousseau afirma que as pessoas no estado de natureza são dotadas do sentimento de piedade que faz com que elas não estejam em guerra e não sejam, portanto, comparáveis a monstros. Dessa forma, o sentimento de piedade é que faz com que haja uma paz no estado de natureza e não a "guerra de todos contra todos" pregada por Hobbes. Tal sentimento de piedade ocupa o lugar das leis, dos costumes e da virtude, ou seja, é por meio dele que as pessoas podem viver sem que um ameace a vida do outro.

Porém, além do sentimento de piedade, o ser humano no estado de natureza é dotado de um sentimento denominado de perfectibilidade, que faz com que as pessoas busquem se aperfeiçoar, se tornar mais perfeitas naquilo que realizam. Somente o ser humano possui tal sentimento, o que o diferencia dos outros seres. A perfectibilidade foi o primeiro sentimento a contribuir para que os seres humanos se juntassem de alguma forma para realizarem alguma atividade, algum trabalho demasiado difícil para um só indivíduo realizar e que exigia a contribuição de outros, como, transportar algo muito pesado. Assim, as pessoas foram percebendo que a vida em conjunto era mais fácil do que a vida individual, em que cada qual realiza suas tarefas sem a contribuição dos demais. Para o filósofo, esse sentimento foi o início de todos os males da humanidade, pois, por causa dele, as pessoas se juntaram pela primeira vez em grupos. Se até então a vida era boa porque os indivíduos não conviviam, com o surgimento das primeiras comunidades apareceram as primeiras famílias, o amor, a linguagem, a arte, entre outras características existentes somente em grupos humanos.

Se no início dessas primeiras comunidades as diferenças entre as pessoas eram pequenas, com o passar do tempo elas foram crescendo. Os mais fortes, mais hábeis, mais belos foram se destacando dentro da comunidade, e, com isso, vícios como a inveja, orgulho, ciúmes, vaidade, hipocrisia, cobiça, entre outros, foram surgindo.

Assim, o que não deveria acontecer tornou-se realidade: as comunidades, a vida social foi construída. Porém, segundo Rousseau, o mal ainda não havia encontrado seu ápice, que só ocorreu com o início da propriedade privada. Aquelas pessoas que se destacaram das outras, devido ao progresso das ciências e tecnologia, por exemplo, da agricultura, passaram a possuir mais bens que os demais, ou seja, tornaram-se proprietários. Dessa forma, Rousseau diz sobre a propriedade privada, entendida por ele como o maior mal que poderia ter ocorrido na vida humana:

> O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer "isto é meu" e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, quantas guerras, assassínios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: "defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!
>
> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.* Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 270 (Os pensadores).

FILOSOFIA

O que de pior poderia acontecer acaba por se tornar concreto: a vida em comunidade e o surgimento da propriedade privada. O ser humano saiu, então, de seu estado de inocência primordial e se corrompeu. Foi dessa corrupção que nasceu a divisão entre ricos e pobres, poderosos e despossuídos. Se com a vida em comum os problemas já haviam aparecido, com a propriedade privada tais problemas radicalizaram-se.

A extrema desigualdade na maneira de viver; o excesso de trabalho de outros; a facilidade de irritar e de satisfazer nossos apetites e nossa sensualidade; os alimentos muito rebuscados dos ricos, que os nutrem com sucos abrasadores e que determinam tantas indigestões; a má alimentação dos pobres, que frequentemente lhes falta e cuja carência faz que sobrecarreguem, quando possível, avidamente seu estômago; as vigílias, excessos de toda sorte; os transportes imoderados de todas as paixões; as fadigas e o esgotamento do espírito, as tristezas e os trabalhos sem-número pelos quais se passa em todos os estados e pelos quais as almas são perpetuamente corroídas – são, todos, indícios funestos de que a maioria de nossos males é obra nossa e que teríamos evitado quase todos se tivéssemos conservado a maneira simples, uniforme e solitária de viver prescrita pela natureza. Se ela nos destinou a sermos sãos, ouso quase assegurar que o estado de reflexão é um estado contrário à natureza e que o homem que medita é um animal depravado.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.* Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 61 (Os pensadores).

Nesse momento desencadeia-se uma guerra generalizada entre ricos (proprietários) e pobres (não proprietários, despossuídos). Nessa guerra, só quem tem a perder são os proprietários, uma vez que os despossuídos não têm nada além de suas próprias vidas. Percebendo que eles seriam os maiores prejudicados pelo conflito, os proprietários lançaram mão de um argumento capaz de apaziguar o espírito dos revoltosos e fazê-los contentarem-se com sua situação: o contrato social.

Os proprietários prometeram aos pobres que o único caminho para resolver o conflito seria fazer um contrato, uma vez que este garantiria a todos, indistintamente, a paz, a segurança e a justiça. Os despossuídos, homens rudes, grosseiros e fáceis de enganar, se deram por satisfeitos, não enxergando que o contrato beneficiava somente os proprietários e não a eles próprios.

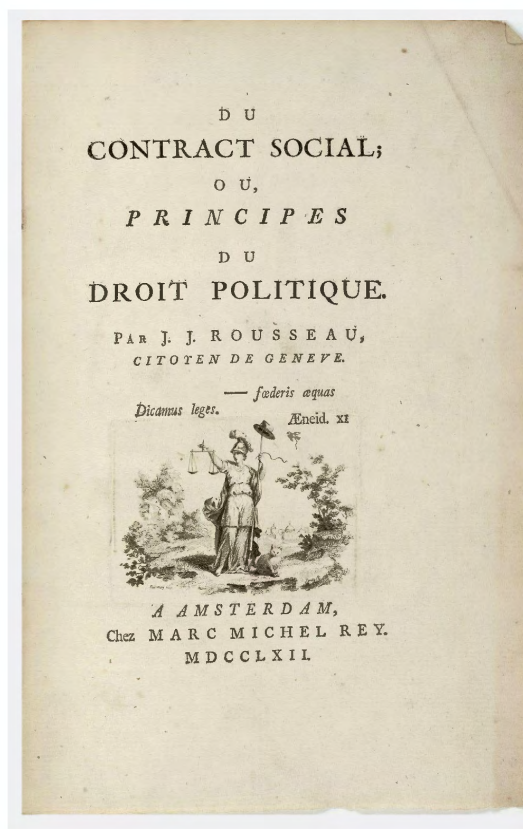
Dessa forma, o contrato social, segundo Rousseau, não passou de uma armadilha, um engodo feito pelos ricos para trapacear os pobres.

Porque os pobres, não tendo senão sua liberdade para perder, seria uma tremenda loucura da sua parte destituir-se voluntariamente do único bem que lhe restava, para nada ganhar em compensação; porque os ricos, ao contrário, sendo por assim dizer sensíveis em todas as partes de seus bens, era muito mais fácil causar-lhes mal; porque, consequentemente, tinham estes mais preocupações a tomar para defender-se disso, e, porque, por fim, é razoável crer-se ter sido uma coisa inventada antes por aqueles a quem é útil do que por aqueles a quem causa mal.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 102 (Os pensadores).

Os proprietários prometeram paz, segurança e justiça para todos a fim de ter seus próprios interesses garantidos. Porém, com o tempo revelaram suas verdadeiras intenções que era subjugar para escravizar.

A vontade geral

Divulgação

Em sua obra Do contrato social*, Rousseau defende que a sociedade civil, pela vontade geral, deve garantir a liberdade de todas as pessoas.*

Uma vez que o contrato foi realizado e a comunidade civil tornou-se uma realidade, é impossível ao ser humano retornar ao estado de natureza do qual nunca deveria ter saído. A única maneira, segundo Rousseau, de garantir que a liberdade aconteça novamente é buscar uma forma de que o contrato social seja o mais justo possível, e, para isso, tanto a razão quanto os sentimentos devem ser os seus fundamentos. O princípio que deve garantir essa liberdade do contrato, portanto do Estado, da vida civil, é a *vontade geral amante do bem comum*.

> [...] só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que o possibilitou. O que existe de comum nesses vários interesses forma o liame social e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordassem, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, somente com base nesse interesse comum é que a sociedade deve ser governada [...]. Afirmo, pois, que a soberania, não sendo senão o exercício da vontade geral, jamais pode alienar-se, e que o soberano, que nada é senão um ser coletivo, só pode ser representado por si mesmo. O poder pode transmitir-se; não, porém, a vontade [...]. A soberania é indivisível pela mesma razão por que é inalienável, pois a vontade ou é geral, ou não o é; ou é a do corpo do povo, ou somente de uma parte. No primeiro caso, essa vontade declarada é um ato de soberania e faz lei; no segundo, não passa de uma vontade particular ou de um ato de magistratura, quando muito, de um decreto.
>
> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 43-44 (Os pensadores)

Para Rousseau, a vontade geral não é uma alienação dos direitos das pessoas a uma terceira que tem poder ilimitado. Pelo contrário, é a própria constituinte do Estado que existe por causa e em favor dela. A vontade geral é fruto de um pacto de todas as pessoas, que são iguais entre si e que continuam a ser iguais, ou seja, as pessoas são os artífices e responsáveis por si mesmas, continuando a ser livres mesmo após o contrato, sendo este o objetivo primeiro do próprio contrato: garantir a segurança e a liberdade de todos.

Assim, segundo Rousseau, o contrato social deve ser entendido como a única maneira possível de frear a dominação do ser humano por outro ser humano, a dominação do rico sobre o pobre. O contrato consiste, então, em uma entrega total de todos a todos, de forma que haja, ao mesmo tempo, uma submissão e uma liberdade. A submissão acontece porque cada ser humano se coloca abaixo da vontade geral. A liberdade é garantida porque as pessoas não estarão sob o jugo de outro ser humano, mas do Estado e das leis, que são em si a manifestação concreta da vontade geral.

Vontade geral × vontade de todos

A vontade geral é o princípio que legitima o poder e garante as transformações trazidas pela nova sociedade concretizada pelo contrato social. A "vontade geral é amante do bem comum", ou seja, é radicalmente contrária aos interesses particulares e privados. Com a vontade geral, o ser humano só pode pensar em si pensando também em toda a comunidade. O que vigora é a lei, manifestação e garantia da igualdade entre todos.

Observe que a intenção de Rousseau ao propor o contrato dessa forma é abolir a possibilidade de desigualdade entre as pessoas. Se não houvesse lei, os direitos seriam subjetivados, de maneira que as pessoas seriam então tratadas de formas diferentes, o que representaria a continuidade das diferenças entre proprietários e despossuídos. O novo contrato visa a eliminar toda a possibilidade de prevalência de interesses privados sobre os interesses coletivos.

Com isso, a vontade de todos seria simplesmente uma reunião das vontades particulares. Não é o interesse comum, mas um conjunto de interesses particulares, a soma das vontades de todos os componentes da sociedade que devem ser condenadas porque são nocivas à comunidade.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. LLGR (IFSP) Reconhecido por muitos como fundador do pensamento político moderno, Maquiavel chocou a sociedade de seu tempo ao propor, em *O príncipe*, que

A) a soberania do Estado é ilimitada e que o monarca, embora submetido às leis divinas, pode interpretá-las de forma autônoma, sem a necessidade de recorrer ao Papa.

B) a autoridade do monarca é sagrada, ilimitada e incontestável, pois o príncipe recebe seu poder diretamente de Deus.

C) o Estado é personificado pelo monarca, que encarna a soberania e cujo poder não conhece outros limites que não aqueles ditados pela moral.

D) a autoridade do príncipe deriva do consentimento dos governados, pois a função do Estado é promover e assegurar a felicidade dos seus súditos.

E) a política é autonormativa, justificando seus meios em prol de um bem maior, que é a estabilidade do Estado.

FILOSOFIA

02. (PUCPR) Os filósofos que examinaram os fundamentos da sociedade sentiram todos a necessidade de voltar até o estado de natureza, mas nenhum deles chegou até lá.

ROUSSEAU.
Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens.

Sobre a descrição rousseauniana de estado de natureza no *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens* é correto afirmar que:

A) O estado de natureza corresponde ao período inicial da criação do mundo, conforme encontramos no texto Bíblico, uma importante referência teórica para Rousseau.

B) O estado de natureza corresponde ao estágio de desenvolvimento dos índios da América do Sul dos séculos XVII e XVIII, conforme atestam as pesquisas científicas da época de Rousseau.

C) O estado de natureza rousseauniano tem como fundamento os estudos de Hobbes e Locke, pensadores que inspiraram Rousseau e ofereceram bases filosóficas para a elaboração da sua teoria do estado de natureza.

D) O estado de natureza é uma construção hipotética, uma criação do próprio autor que não se encontra fundada em fatos e em pesquisas científicas.

E) Para Rousseau, assim como para Aristóteles, o homem é um ser naturalmente sociável. Portanto, a distinção entre estado de natureza e estado civil está fundada na criação dos governos e das leis.

03. (UEAP) Assinale a opção correta com relação ao pensamento político de Maquiavel.

A) Em sua redução aos princípios, Maquiavel considera essencial para a Itália o reconhecimento da função do Papado.

B) Maquiavel é um idealista político.

C) A abolição da propriedade privada, como para Campanella, era uma das propostas de Maquiavel.

D) Maquiavel é o autor, em política, da famosa frase: "O homem é bom, a sociedade o corrompe".

E) Para Maquiavel, a ação política deve basear-se na consideração daquilo que os homens são realmente e não do que deveriam ser.

04. (PUCPR) No *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, Rousseau elabora conceitualmente a ideia de homem natural como antítese do homem social. Nesse sentido, é correto afirmar sobre o estágio inicial do homem natural rousseauniano:

A) Era solitário, forte e naturalmente agressivo. A sua falta de entendimento era compensada pela imaginação ativa. Ignorava a dor e a morte e não dependia dos seus semelhantes para garantir a própria vida e suprir as suas necessidades: fome, sede, repouso.

B) Vivia em comunidade, era pacífico, ignorava a morte e temia a dor. O seu entendimento e a sua imaginação eram faculdades "adormecidas." Dependia dos seus semelhantes para garantir a própria vida e suprir as suas necessidades: fome, reprodução, repouso.

C) O bom selvagem vivia em contato direto com a natureza, era forte e raramente interagia com os seus semelhantes. Com a imaginação e o entendimento "adormecidos", ignorava a morte, temia a dor e estava voltado unicamente para suprir as suas necessidades: fome, reprodução, repouso.

D) O bom selvagem era forte e espontaneamente pacífico. Vivia pela ação da imaginação e do entendimento. Temia a dor e a morte e contava com a transparência dos seus semelhantes para suprir as suas necessidades: fome, sede, repouso.

E) O bom selvagem vivia em comunidade e em contato direto com a natureza. Com a imaginação e o entendimento "adormecidos", ignorava a dor e temia a morte, estava voltado unicamente para suprir as suas necessidades: fome, reprodução, repouso.

05. (UEAP) O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer "isto é meu" e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo.

Com base nesta afirmação do filósofo Rousseau, assinale a alternativa correta.

A) A propriedade privada, já existente antes da sociedade civil, trouxe a possibilidade de melhor organização entre os indivíduos e, consequentemente, facilitou sua convivência.

B) A propriedade privada é um direito natural fundado no trabalho escravo.

C) A expressão "isto é meu", da frase de Rousseau, quer mostrar que a propriedade privada é um anseio natural de todos os homens.

D) A sociedade civil tem sua origem na propriedade privada, que provocou também a desigualdade entre os homens.

E) A sociedade civil funda-se a partir do bem comum.

06. WZEB (UEL-PR) Leia o texto a seguir.

A questão não está mais em se um homem é honesto, mas se é inteligente. Não perguntamos se um livro é proveitoso, mas se está bem escrito. As recompensas são prodigalizadas ao engenho e ficam sem glórias as virtudes. Há mil prêmios para os belos discursos, nenhum para as belas ações.

ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre as ciências e as artes*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 348. (Os Pensadores)

O texto apresenta um dos argumentos de Rousseau à questão colocada em 1749, pela Academia de Dijon, sobre o seguinte problema: o restabelecimento das ciências e das artes terá contribuído para aprimorar os costumes? Com base nas críticas de Rousseau à sociedade, assinale a alternativa correta.

A) As artes e as ciências geralmente floresceram em sociedades que se encontravam em pleno vigor moral, em que a honra era a principal preocupação dos cidadãos.

B) A emancipação advém da posse e do consumo exclusivo e diferenciado de bens de primeira linha, uma vez que o luxo concede prestígio para quem o possui.

C) Os envolvidos com as ciências e as artes adquirem, com maior grau de eficiência, conhecimentos que lhes permitem perceber a igualdade entre todos.

D) Amor-próprio é um sentimento positivo por meio do qual o indivíduo é levado a agir moralmente e a reconhecer a liberdade e o valor dos demais.

E) O objetivo das investigações era atingir celebridade, pois os indivíduos estavam obcecados em exibir-se, esquecendo-se do amor à verdade.

07. (UEMA) No século XVII, o filósofo inglês Thomas Hobbes, filiado ao empirismo moderno, resume as orientações ético-políticas à conservação da vida. Com base nessa tese hobbesiana, é correto afirmar que

A) não existem valores universais, embora as teorias biológicas tornem-se pressupostos básicos à ética e à política.

B) mesmo não existindo valores universais, valores metafísicos são admitidos, desde que sejam úteis à vida.

C) inegavelmente o bem e o mal são metafísicos e históricos, embora não existam valores universais.

D) não existem valores universais, ainda que valores divinos possam conservar a vida dos homens.

E) não existem valores universais, mas essencialmente aquilo que conserva ou ameaça a vida.

08. (Unicamp-SP–2016) Quanto seja louvável a um príncipe manter a fé, aparentar virtudes e viver com integridade, não com astúcia, todos o compreendem; contudo, observa-se, pela experiência, em nossos tempos, que houve príncipes que fizeram grandes coisas, mas em pouca conta tiveram a palavra dada, e souberam, pela astúcia, transtornar a cabeça dos homens, superando, enfim, os que foram leais [...]. Um príncipe prudente não pode nem deve guardar a palavra dada quando isso se lhe torne prejudicial e quando as causas que o determinaram cessem de existir.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 73-85.

A partir desse excerto da obra, publicada em 1513, é correto afirmar que

A) o jogo das aparências e a lógica da força são algumas das principais artimanhas da política moderna explicitadas por Maquiavel.

B) a prudência, para ser vista como uma virtude, não depende dos resultados, mas de estar de acordo com os princípios da fé.

C) os princípios e não os resultados é que definem o julgamento que as pessoas fazem do governante, por isso é louvável a integridade do príncipe.

D) a questão da manutenção do poder é o principal desafio ao príncipe e, por isso, ele não precisa cumprir a palavra dada, desde que autorizado pela Igreja.

09. VFXE (PUCPR–2016) Leia atentamente o fragmento a seguir:

O homem selvagem, entregue pela natureza unicamente ao instinto, ou melhor, compensado daquele que talvez lhe falte, por faculdades capazes primeiro de o substituírem e depois de elevá-lo muito acima do que era, começará, pois, pelas funções puramente animais: perceber e sentir será seu primeiro estado, que lhe será comum com todos os animais. Querer e não querer, desejar e temer, serão as primeiras e quase as únicas operações de sua alma até que novas circunstâncias nele provoquem novos desenvolvimentos.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.174.

A respeito do pensamento contratualista de Rousseau, podemos afirmar que

A) o bom selvagem, no estado de natureza, não é dotado de livre arbítrio.

B) a moral, no estado de natureza, é fundada na liberdade, isto é, na primazia do sentimento sobre a razão.

C) defende o retorno do homem à animalidade, conservada no estado de natureza.

D) no estado de natureza, a propriedade, assim como a liberdade, é, naturalmente, um direito dos mais fortes.

E) o Estado tem por finalidade a manutenção do direito à propriedade, uma vez que este já seria existente a partir do estado natural.

10. 03L6 (UFPA) Desta guerra de todos os homens contra todos os homens também isto é consequência: que nada pode ser injusto. As noções de bem e de mal, de justiça e injustiça, não podem aí ter lugar. Onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça. Na guerra, a força e a fraude são as duas virtudes cardeais. A justiça e a injustiça não fazem parte das faculdades do corpo ou do espírito. Se assim fosse, poderiam existir num homem que estivesse sozinho no mundo, do mesmo modo que seus sentidos e paixões.

HOBBES. *Leviatã*. São Paulo: Abril cultural, 1979. p. 77.

Quanto às justificativas de Hobbes sobre a justiça e a injustiça como não pertencentes às faculdades do corpo e do espírito, considere as afirmativas:

I. Justiça e injustiça são qualidades que pertencem aos homens em sociedade, e não na solidão.

II. No estado de natureza, o homem é como um animal: age por instinto, muito embora tenha a noção do que é justo e injusto.

III. Só podemos falar em justiça e injustiça quando é instituído o poder do Estado.

IV. O juiz responsável por aplicar a lei não decide em conformidade com o poder soberano; ele favorece os mais fortes.

Estão corretas as afirmativas:

A) I e II

B) I e III

C) II e IV

D) I, III e IV

E) II, III e IV

11. (UFSM-RS) Sem leis e sem Estado, você poderia fazer o que quisesse. Os outros também poderiam fazer com você o que quisessem. Esse é o "estado de natureza" descrito por Thomas Hobbes, que, vivendo durante as guerras civis britânicas (1640-60), aprendeu em primeira mão como esse cenário poderia ser assustador. Sem uma autoridade soberana não pode haver nenhuma segurança, nenhuma paz.

LAW, Stephen. *Guia Ilustrado Zahar*: Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Considere as afirmações:

I. A argumentação hobbesiana em favor de uma autoridade soberana, instituída por um pacto, representa inequivocamente a defesa de um regime político monarquista.

II. Dois dos grandes teóricos sobre o "estado de natureza", Hobbes e Rousseau, partilham a convicção de que o afeto predominante nesse "estado" é o medo.

III. Um traço comum da filosofia política moderna é a idealização de um pacto que estabeleceria a passagem do estado de natureza para o estado de sociedade.

Está(ão) correta(s)

A) apenas I.

B) apenas II.

C) apenas III.

D) apenas I e II.

E) apenas II e III

12. (PUCPR–2017) Que os meus leitores não imaginem, pois, que ouso me vangloriar de ter visto o que me parece tão difícil de ver. Comecei alguns raciocínios, arrisquei algumas conjecturas, menos na esperança de resolver a questão do que na intenção de a esclarecer e de a reduzir ao seu verdadeiro estado. Outros poderão facilmente ir mais longe no mesmo caminho, sem que seja fácil a ninguém chegar ao termo; porque não é empresa suave discernir o que há de originário e artificial na natureza atual do homem, e conhecer bem um estado que não existe mais, que talvez não tenha existido, que provavelmente não existirá nunca, e do qual é, contudo, necessário ter noções justas, para bem julgar do nosso estado presente. Seria preciso mesmo que tivesse mais filosofia do que se pensa quem pretendesse determinar as precauções que tomar para fazer sobre este assunto sólidas observações..."

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens.* Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&Pm, 2008.

O trecho acima foi retirado do prefácio da obra de Rousseau. Neste trecho o autor está tratando de um dos seus temas fundamentais nesta obra. Assinale a alternativa correta que contemple a explicação sobre o tema, segundo Rousseau.

A) O trecho trata do Estado de Natureza, que segundo o autor, "talvez não tenha existido, que provavelmente não existirá nunca..."

B) O trecho fala sobre a perspectiva ética do filósofo, no caso, representada pelas ações sempre conscientes, boas e justas realizadas pelo "Bom Selvagem" na vida em sociedade.

C) O trecho fala sobre o Estado Civil, que segundo o autor, representa o período em que o homem ainda não vivia em sociedade, fundamentando suas ações nos desejos e instintos mais profundos.

D) O trecho trata do conflito existente no homem entre seus desejos naturais e os desejos sociais, que segundo o autor, são resolvidos na sociedade pelo poder judiciário, geralmente composto por homens que se qualificam como "Bons Selvagens".

E) O trecho fala do Estado de Natureza, que segundo o autor, representa o momento histórico da cidade de Genebra, na qual, os cidadãos viviam uma vida feliz por serem "Bons Selvagens".

13. (UNESP–2017) Deveis saber, portanto, que existem duas formas de se combater: uma, pelas leis, outra, pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, muitas vezes a primeira não seja suficiente, é preciso recorrer à segunda. Ao príncipe torna-se necessário, porém, saber empregar convenientemente o animal e o homem. [...] Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para que recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1983.

O texto, escrito por volta de 1513, em pleno período do Renascimento italiano, orienta o governante a

A) defender a fé e honrar os valores morais e sagrados.

B) valorizar e priorizar as ações armadas em detrimento do respeito às leis.

C) basear suas decisões na razão e nos princípios éticos.

D) comportar-se e tomar suas decisões conforme a circunstância política.

E) agir de forma a sempre proteger e beneficiar os governados.

14. XW2T (Uncisal) Na organização do Estado, o homem concentra seu poder sobre o homem em um único cargo oficial. O monopólio da força física de que goza esse cargo é absoluto. Pode, sem dúvida, canalizar seu poder mediante delegação específica; nos demais casos, e desde que o Estado não seja derrubado, esse poder continua à disposição da autoridade central. Em mãos do Estado o poder adota diversas formas e no uso de suas atribuições pode proibir, matar, encarcerar, escravizar, multar. Mas as forças do Estado não têm projeções meramente negativas. O Estado se apoia nas forças integradoras da sociedade: o amor, a lealdade, a dependência recíproca, a fé religiosa, a tradição e a força do costume.

KRADER, Lawrence (Adaptação).

Considerando o pensamento político moderno e a formação do Estado, dadas as proposições seguintes:

I. No seu processo de desenvolvimento ao longo dos séculos, o Estado moderno passa por três momentos específicos que geram três grandes tipologias: o Estado estamental, o Estado monárquico absoluto e o Estado democrático.

II. O jusnaturalismo ou direito de natureza desenvolve uma teoria racional do Estado. Nele o Estado aparece como a reunião de muitos indivíduos que formam um indivíduo único, com uma única vontade, expressão da vontade geral.

III. Ao criticar o estado de natureza, Locke enfatiza sua negatividade com relação à excessiva liberdade que os indivíduos possuem, fato que gera uma guerra constante de todos contra todos.

IV. O contratualismo que funda o Estado em Rousseau nasce da impossibilidade do homem retornar ao estado de natureza onde todos eram livres, felizes e viviam harmoniosamente.

V. Em sua vertente econômica, o liberalismo prega a intervenção do Estado na economia e a existência de uma mão invisível que regula o mercado.

VI. Ao dividir o poder em duas esferas autônomas e que atuam de forma complementar, o legislativo e o judiciário, Montesquieu busca assegurar que o poder não seja opressor e instrumento de ações injustas contra o povo.

Verifica-se que estão corretas apenas

A) III e VI.

B) II, III, V e VI.

C) I, III e V.

D) I, II e IV.

E) I, III, IV e VI.

15. (Unicentro-PR) Assinale a alternativa incorreta.

A) Pode-se dizer que a política de Maquiavel é realista, pois procura a verdade efetiva, ou seja, "como o homem age de fato". A esse realismo alia-se a tendência utilitarista, pela qual Maquiavel pretende desenvolver uma teoria voltada para a ação eficaz e imediata.

B) Em relação ao pensamento medieval, Maquiavel procede à secularização da política, rejeitando o legado ético-cristão.

C) Maquiavel se distancia da política normativa dos gregos e medievais, pois não mais busca as normas que definem o bom regime, nem explicita quais devem ser as virtudes do bom governante.

D) Maquiavel está à procura do príncipe ideal, indicando as normas para conquistar e não perder o poder. Nesta perspectiva, não há diferenças entre o "dever ser" da política clássica e aquele a que se refere Maquiavel na obra *O príncipe*.

E) Embora Maquiavel não tivesse usado o conceito de razão de Estado, é considerado o pensador que começa a esboçar a doutrina que vigorará no século seguinte, quando o governo absoluto, em circunstâncias críticas e extremamente graves, a ela recorre permitindo-se violar normas jurídicas, morais, políticas e econômicas.

16. (Unioeste-PR) Em filosofia política, o contratualismo visa à construção de uma "teoria racional sobre a origem e o fundamento do Estado e da sociedade política". O modelo contratualista é "... construído com base na grande dicotomia 'estado (ou sociedade) de natureza / estado (ou sociedade) civil'" (cf. BOBBIO), sendo que a passagem do estado de natureza para o estado civil ocorre mediante o contrato social.

Considerando o texto acima e as diferentes teorias contratualistas, é incorreto afirmar que

A) o ponto de partida, no pensamento contratualista, para a análise da origem e fundamento do Estado, é o estado político historicamente existente, cujo princípio de legitimação de sua efetividade histórica é o consenso.

B) os elementos constitutivos do estado de natureza são indivíduos singulares, livres e iguais uns em relação aos outros, sendo o estado de natureza um estado no qual reinam a igualdade e a liberdade.

C) para o contratualismo, a sociedade política, em contraposição a qualquer forma de sociedade natural, encontra seu princípio de fundamentação e legitimação no consenso dos indivíduos participantes do contrato social.

D) diferente de Locke que concebe o estado de natureza como um "estado de relativa paz, concórdia e harmonia", para Hobbes o estado de natureza é um estado de guerra generalizada, de todos contra todos, de insegurança e violência.

E) a passagem do estado de natureza para o estado civil ocorre mediante uma ou mais convenções, ou seja, mediante "um ou mais atos voluntários e deliberados dos indivíduos interessados em sair do estado de natureza", e ingressar no Estado civil.

17. (UEL-PR) Leia o texto a seguir:
P180

A República de Veneza e o Ducado de Milão ao norte, o reino de Nápoles ao sul, os Estados papais e a república de Florença no centro formavam ao final do século XV o que se pode chamar de mosaico da Itália sujeita a constantes invasões estrangeiras e conflitos internos. Nesse cenário, o florentino Maquiavel desenvolveu reflexões sobre como aplacar o caos e instaurar a ordem necessária para a unificação e a regeneração da Itália.

SADEK, M. T. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. In: WEFORT, F. C. (Org.). São Paulo: Ática, 2003. p.11-24. *Clássicos da política*. v.2. (Adaptação).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a filosofia política de Maquiavel, assinale a alternativa correta.

A) A anarquia e a desordem no Estado são aplacadas com a existência de um príncipe que age segundo a moralidade convencional e cristã.

B) A estabilidade do Estado resulta de ações humanas concretas que pretendem evitar a barbárie, mesmo que a realidade seja móvel e a ordem possa ser desfeita.

C) A história é compreendida como retilínea, portanto a ordem é resultado necessário do desenvolvimento e aprimoramento humano, sendo impossível que o caos se repita.

D) A ordem na política é inevitável, uma vez que o âmbito dos assuntos humanos é resultante da materialização de uma vontade superior e divina.

E) Há uma ordem natural e eterna em todas as questões humanas e em todo o fazer político, de modo que a estabilidade e a certeza são constantes nessa dimensão.

18. (Unioeste-PR) Através dos princípios de um direito natural preexistente ao Estado, de um Estado baseado no consenso, de subordinação do poder executivo ao poder legislativo, de um poder limitado, de direito de resistência, Locke expôs as diretrizes fundamentais do Estado liberal.

BOBBIO.

Considerando o texto citado e o pensamento político de Locke, seguem as afirmativas:

I. A passagem do Estado de Natureza para a sociedade política ou civil, segundo Locke, é realizada mediante um contrato social, através do qual os indivíduos singulares, livres e iguais dão seu consentimento para ingressar no Estado civil.

II. O livre consentimento dos indivíduos para formar a sociedade, a proteção dos direitos naturais pelo governo, a subordinação dos poderes, a limitação do poder e o direito à resistência são princípios fundamentais do liberalismo político de Locke.

III. A violação deliberada e sistemática dos direitos naturais e o uso contínuo da força sem amparo legal, segundo Locke, não são suficientes para conferir legitimidade ao direito de resistência, pois o exercício de tal direito causaria a dissolução do Estado civil e, em consequência, o retorno ao Estado de Natureza.

IV. Os indivíduos consentem livremente, segundo Locke, em constituir a sociedade política com a finalidade de preservar e proteger, com o amparo da lei, do arbítrio e da força comum de um corpo político unitário, os seus inalienáveis direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade.

V. Da dissolução do poder legislativo, que é o poder no qual "se unem os membros de uma comunidade para formar um corpo vivo e coerente", decorre, como consequência, a dissolução do Estado de Natureza.

Das afirmativas feitas anteriormente,

A) somente a afirmação I está correta.
B) as afirmações I e III estão corretas.
C) as afirmações III e IV estão corretas.
D) as afirmação II e III estão corretas.
E) as afirmações III e V estão incorretas.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2018)

TEXTO I

Tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e invenção.

HOBBES, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TEXTO II

Não vamos concluir, com Hobbes, que, por não ter nenhuma ideia de bondade, o homem seja naturalmente mau. Esse autor deveria dizer que, sendo o estado de natureza aquele em que o cuidado de nossa conservação é menos prejudicial à dos outros, esse estado era, por conseguinte, o mais próprio à paz e o mais conveniente ao gênero humano.

ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (Adaptação).

Os trechos apresentam divergências conceituais entre autores que sustentam um entendimento segundo o qual a igualdade entre os homens se dá em razão de uma

A) predisposição ao conhecimento.
B) submissão ao transcendente.
C) tradição epistemológica.
D) condição original.
E) vocação política.

02. (Enem–2016) A importância do argumento de Hobbes está em parte no fato de que ele se ampara em suposições bastante plausíveis sobre as condições normais da vida humana. Para exemplificar: o argumento não supõe que todos sejam de fato movidos por orgulho e vaidade para buscar o domínio sobre os outros; essa seria uma suposição discutível que possibilitaria a conclusão pretendida por Hobbes, mas de modo fácil demais. O que torna o argumento assustador e lhe atribui importância e força dramática é que ele acredita que pessoas normais, até mesmo as mais agradáveis, podem ser inadvertidamente lançadas nesse tipo de situação, que resvalará, então, em um estado de guerra.

RAWLS, J. *Conferências sobre a história da filosofia política*. São Paulo: WMF, 2012 (Adaptação).

O texto apresenta uma concepção de filosofia política conhecida como

A) alienação ideológica.
B) microfísica do poder.
C) estado de natureza.
D) contrato social.
E) vontade geral.

03. (Enem–2015) A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que um deles possa com base nela reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar.

HOBBES, T. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles

A) entravam em conflito.
B) recorriam aos clérigos.
C) consultavam os anciãos.
D) apelavam aos governantes.
E) exerciam a solidariedade

04. (Enem) Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*.
Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas, Maquiavel define o homem como um ser

A) munido de virtude, com disposição nata a praticar o bem a si e aos outros.

B) possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.

C) guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.

D) naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.

E) sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares.

05. (Enem) Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*.
São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Adaptação).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdades de um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

A) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.

B) consagração do poder político pela autoridade religiosa.

C) concentração do poder nas mãos de elites técnico--científicas.

D) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.

E) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

- 01. E
- 02. D
- 03. E
- 04. C
- 05. D
- 06. E
- 07. E
- 08. A
- 09. B
- 10. B
- 11. C
- 12. A
- 13. D
- 14. D
- 15. D
- 16. A
- 17. B
- 18. E

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

- 01. D
- 02. C
- 03. A
- 04. C
- 05. D

Total dos meus acertos: _____ de _____ . ______ %

Epistemologia Moderna: Qual é o Caminho que Leva à Verdade? Racionalismo e Empirismo Modernos

QUAL É O CAMINHO QUE LEVA À VERDADE?

A questão acerca da obtenção do conhecimento seguro é um dos maiores problemas do mundo moderno, o qual difere essencialmente do mundo medieval. Neste, o indivíduo estava submetido às verdades reveladas por Deus por meio da Igreja, que se impunha como detentora do saber e do conhecimento em todas as áreas, da moral à ciência do Universo.

Temos como exemplo a trajetória de Giordano Bruno, queimado vivo pela Inquisição, em 1600, por defender a teoria do heliocentrismo de Copérnico. Outro exemplo é o de Galileu, impedido de falar e publicar suas ideias por serem estas contrárias às defendidas pela Igreja Católica.

Na Modernidade, vemos a gradativa desmistificação do Universo, o chamado desvelamento ou desencantamento do Universo. Assim, o Universo, a natureza e o próprio ser humano tornam-se objeto do conhecimento, o qual deve ser construído pelo indivíduo, não sendo mais determinado pela autoridade eclesiástica.

Apesar de a Igreja ainda exercer grande influência no mundo e nos meios intelectuais, o indivíduo moderno foi recuperando gradativamente sua liberdade e autonomia para pensar. As ideias aristotélicas, que até então tinham servido como base para a Escolástica, não eram mais suficientes para fundamentar o conhecimento seguro sobre o mundo. As superstições cederam lugar à subjetividade, e o papel preponderante do ser humano abriu caminho para a busca do conhecimento verdadeiro. O mundo se mostrava agora um livro aberto, pronto para ser conhecido. Nessa nova realidade, surge a questão: qual é o caminho que leva ao conhecimento verdadeiro sobre o mundo? Com isso, a questão do método (do grego *methodos*: *meta:* rumo*; hodos:* caminho que leva a algum lugar), ou seja, da teoria do conhecimento ou Epistemologia, tornou-se urgente.

Nesse contexto, ocorre uma inversão de valores e de paradigmas: desde a Antiguidade, acreditava-se no poder do ser humano para conhecer todas as coisas, ou seja, acreditava-se que o ser humano poderia conhecer plenamente o mundo e a si mesmo. Na Modernidade, entretanto, manifestam-se outras questões: qual será a capacidade do ser humano de conhecer? Como ocorre esse conhecimento? Qual é a origem das ideias?

Apesar de, na Modernidade, esse problema apresentar novos contornos, ele não é novo. Basta lembrarmos que a Filosofia tem, em sua origem, a ânsia pelo saber. Desde os seus primórdios, os filósofos naturalistas, como Heráclito e Parmênides, já tentavam solucionar o problema do caminho para o conhecimento verdadeiro, o qual tem sido uma das questões mais discutidas e polemizadas na história da Filosofia.

Heráclito, por exemplo, acreditava que as coisas do mundo não possuem uma essência imutável, por isso, a única forma de conhecermos os seres seria por meio das informações fornecidas pelos sentidos. Já Parmênides, por acreditar que os seres possuem uma essência imutável, defendia que a única maneira de acesso a essa essência era o pensamento puro, a razão.

Platão e Aristóteles, por sua vez, respeitando algumas diferenças que podem relativizar o problema, também estavam convencidos de que o conhecimento era garantido pela busca das essências dos seres. Platão buscava essas essências na realidade inteligível, e Aristóteles, na observação da realidade empírica. Segundo Platão, o único instrumento que leva a tal conhecimento é a alma, onde está a razão, por meio da ascensão dialética. Já Aristóteles acreditava que a experiência levaria, por meio do raciocínio indutivo, à verdade.

Na Idade Média, Agostinho, principal representante da Patrística, acreditava que a verdade estava dentro do indivíduo e que ela só seria acessível pela razão, com a ajuda da iluminação divina. Já Tomás de Aquino, importante pensador medieval e maior expoente da Escolástica, valorizava a utilização dos sentidos para as Ciências Naturais e seu papel no conhecimento da natureza.

A questão do método de obtenção do conhecimento é, portanto, um dos maiores problemas filosóficos do mundo moderno. Na busca de resolver esse problema, surgem dois caminhos que ganham destaque na Modernidade: o racionalismo e o empirismo. Mais tarde, teremos também o criticismo kantiano, que consiste em uma síntese entre racionalismo e empirismo.

Racionalismo 1 – [O racionalismo é uma] doutrina que privilegia a razão dentre todas as faculdades humanas, considerando-a como fundamento de todo conhecimento possível. O racionalismo considera que o real é, em última análise, racional e que a razão é, portanto, capaz de conhecer o real e de chegar à verdade sobre a natureza das coisas. Segundo Hegel: "Aquilo que é racional é real, e o que é real é racional" (*Filosofia do Direito*, Prefácio). Oposto a ceticismo, misticismo. [...] 3 – Contrariamente ao empirismo (valorizando a experiência) e ao fideísmo (valorizando a revelação religiosa), o racionalismo designa doutrinas bastante variadas suscetíveis de submeter à razão todas as formas de conhecimento. Em seu sentido filosófico, ele tanto pode ser uma visão do mundo que afirma o perfeito acordo entre o racional e a realidade do universo quanto uma ética que afirma que as ações e as sociedades humanas são racionais em seu princípio, em sua conduta e em sua finalidade.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo.
Dicionário básico de Filosofia.
Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

No final do século XV e durante os séculos XVI e XVII houve um entusiasmo pela Matemática (Aritmética, Álgebra e Geometria), e acreditava-se, então, que era possível aplicar o método matemático, puramente racional, a todas as áreas de investigação, garantindo a exatidão dos conhecimentos alcançados. O que se utilizaria não seriam os números e os cálculos em si, mas o procedimento dedutivo, isto é, o método pelo qual a Matemática encadeia as afirmações segundo certa ordem, chegando a uma conclusão exata e verdadeira. Essa racionalidade caracteriza a visão específica do racionalismo moderno ou "grande racionalismo".

Podemos apontar como filósofos que seguem a linha dos grandes racionalistas, respeitando as devidas diferenças: Parmênides (pré-socrático), Sócrates e Platão (Antiguidade), Santo Agostinho (Idade Média), além dos modernos Descartes, Malebranche, Espinosa, Leibniz e Hegel.

Empirismo – Doutrina ou teoria do conhecimento segundo a qual todo conhecimento humano deriva, direta ou indiretamente, da experiência sensível externa ou interna. Frequentemente fala-se do "empírico" como daquilo que se refere à experiência, às sensações e às percepções, relativamente aos encadeamentos da razão. O empirismo, sobretudo de Locke e de Hume, demonstra que não há outra fonte do conhecimento senão a experiência e a sensação. As ideias só nascem de um enfraquecimento da sensação e não podem ser inatas. Daí o empirismo rejeitar todas as especulações como vãs e impossíveis de circunscrever. Seu grande argumento: "Nada se encontra no espírito que não tenha, antes, estado nos sentidos." "A não ser o próprio espírito", responde Leibniz.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES,
Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*.
Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

Se os grandes racionalistas modernos ganham espaço nos séculos XVI e XVII, os empiristas, principalmente Locke e Hume, o fazem nos séculos XVII e XVIII. Com o aumento da produção industrial, que encontrou seu ápice na Revolução originada na Inglaterra, em meados do século XVIII, o conhecimento do mundo passou a ter preocupações tipicamente práticas, por isso a ênfase naquilo que é experimentável, nos sentidos e em um saber que privilegia o conhecimento e a dominação da natureza.

Na linha dos grandes empiristas, encontram-se Heráclito (pré-socrático) e Aristóteles (Antiguidade Grega), além dos modernos Bacon, Pascal, Locke e Hume, sendo os dois últimos os mais importantes representantes do empirismo moderno, chamado também de empirismo inglês.

RACIONALISMO MODERNO

René Descartes

René Descartes nasceu na França, na cidade de La Haye, região da Touraine, em 31 de março de 1596.

Aos dez anos de idade, foi enviado para o Colégio Real na cidade de La Flèche. O colégio, fundado pelos jesuítas sob a proteção do rei Henrique IV, logo ficou conhecido como uma das melhores e mais importantes escolas de toda a Europa. Descartes frequentou essa instituição durante 12 anos, onde obteve uma sólida formação científica e humanística, dedicando-se ao estudo da Lógica, da Matemática e da Filosofia. Logo após, foi estudar na Universidade de Poitiers, onde obteve bacharelado e licenciatura em Direito.

Retrato de René Descartes, conhecido como o fundador da Filosofia Moderna.

Descartes foi um aluno brilhante, tendo seu brilhantismo e sua dedicação o levado a uma crise profunda em relação a todo o conhecimento científico e filosófico que obteve em seus tempos de estudo. O filósofo percebeu que todo o conhecimento que aprendera em La Flèche e na Universidade não era tão seguro quanto ele desejava, ou seja, notou que, em contraposição a toda e qualquer verdade sempre havia outra ideia, que também se pretendia verdadeira e que a contrariava. No *Discurso do método*, o filósofo afirma:

> Alimentei-me de letras desde a minha infância, e, devido ao fato de me terem persuadido de que por meio delas podia-se adquirir um conhecimento claro e seguro sobre tudo o que é útil à vida, tinha extremo desejo de aprendê-las. Porém, assim que terminei todo esse curso de estudos, ao fim do qual costuma-se ser recebido na fileira de doutores, mudei inteiramente de opinião.
>
> DESCARTES, René. *Discurso do método*. Primeira Parte. Lisboa: Marfim, 1989. p. 13.

Dessa forma, Descartes se vê imensamente decepcionado com o conhecimento, pois percebe que as ideias que aprendera não poderiam ser satisfatoriamente defendidas pela razão, ou seja, todo o conhecimento aprendido até então era falho.

Empolgado com os avanços da Matemática trazidos por Copérnico e, principalmente, por Galileu, e decepcionado com as Humanidades, Descartes acreditava que o conhecimento seguro deveria ser certo e indubitável, tal como são os conhecimentos trazidos pela Matemática. Dedicou-se, então, a buscar esse conhecimento, não em livros e ensinamentos, mas em si mesmo e no "grande livro mundo".

Na cidade de Breda, conheceu um jovem, de quem se tornou amigo, chamado Isaac Beeckman, que o incentivou a se dedicar à Física e à Matemática. Com o aprofundamento de seus conhecimentos matemáticos, Descartes decidiu construir com a *Mathesis Universalis* (Matemática Universal), um método com o qual ele poderia alcançar um conhecimento seguro e claro sobre o mundo, abandonando as incertezas até então reconhecidas nas Humanidades.

A partir desse momento, Descartes dedicou-se à escrita de suas obras, tendo sido *Discurso do método, Meditações metafísicas, Regras para a direção do espírito, Princípios de Filosofia* e *Tratado das paixões da alma* suas obras mais importantes.

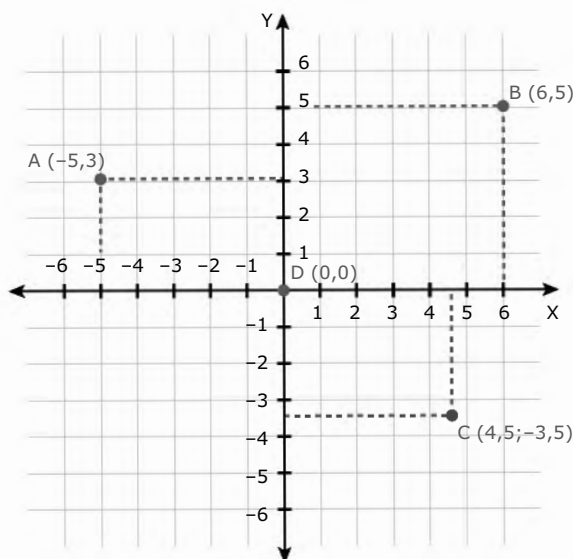
O discurso do método

Entusiasmado com os avanços da Matemática e decepcionado com as falhas dos conhecimentos científico e filosófico aprendidos até então, Descartes deu um passo ousado, tornando-se conhecido e admirado como grande pensador. Segundo ele, o edifício do saber, ou seja, todo saber científico que se pretende correto e verdadeiro sobre o mundo e as coisas, não passava de uma estrutura insegura e frágil, que poderia ser contestada pelo uso de argumentos que a abalassem em sua certeza e a tornasse questionável. Dessa maneira, para Descartes, não era possível confiar em nenhum conhecimento científico que não fosse claro e distinto, ou seja, que não fosse transparente para quem a ele recorresse e que não fosse inconfundível com qualquer outra ideia.

Esta foi a meta cartesiana: encontrar verdades claras e distintas sobre todas as coisas; verdades essas que serviriam como certeza para a constituição do conhecimento seguro. Porém, Descartes sabia que o edifício do saber tinha como fundamento verdades filosóficas que, para ele, também eram inseguras. Como poderia ser construído um novo edifício sobre bases que eram inseguras? Para Descartes, isso era impossível.

Assim, tomando como base a Matemática, o filósofo buscou construir com a *Mathesis Universalis* – Matemática Universal –, um método com o objetivo de, por meio dele, garantir verdades que fossem por si mesmas indubitáveis. Veja que a ideia cartesiana não era aplicar os números à Filosofia ou às ciências, mas sim utilizar a lógica matemático-dedutiva para elaborar um método que pudesse garantir que o conhecimento alcançado pelo indivíduo fosse seguro e realmente verdadeiro.

Para isso, Descartes eliminou qualquer tipo de conhecimento obtido por meio das experiências, pois considerava que os sentidos eram falhos e, portanto, o conhecimento alcançado por meio deles era impreciso. Por essa razão, Descartes é o grande racionalista moderno, uma vez que, para ele, somente a razão, operando com ideias e deduções matemáticas, concatenações de ideias que não fossem originadas dos sentidos, poderia encontrar as verdades.

Porém, não bastava aplicar a Geometria e a Álgebra separadas uma da outra, para delas encontrar as verdades. Segundo Descartes, era necessário unir as duas, de modo que fosse possível traduzir os problemas geométricos em linguagem algébrica para, assim, alcançar o conhecimento sobre as formas geométricas por meio das equações. Dessa forma, Descartes fundou a geometria analítica, aplicando a Álgebra à Geometria e estudando as figuras geométricas por meio de equações algébricas.

Os planos cartesianos ou o sistema de coordenadas no plano cartesiano permitiram a criação da geometria analítica.

Para Descartes, procedendo dessa forma, seria possível alcançar verdades sobre o mundo que fossem evidentes à mente humana e sobre as quais não se pudesse duvidar. Nesse sentido, ele afirma, no *Discurso do método*:

> Aquela longa cadeia de raciocínios, todos simples e fáceis, de que os geômetras têm o hábito de se servir para chegar às suas difíceis demonstrações, me havia possibilitado imaginar que todas as coisas de que o homem pode ter conhecimento derivam do mesmo modo e que, desde que se abstenha de aceitar como verdadeira uma coisa que não o é e respeite sempre a ordem necessária para deduzir uma coisa da outra, não haverá nada de tão distante que não se possa alcançar, nem de tão oculto que se não possa descobrir.
>
> DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 14.

Desse modo, Descartes chega à seguinte conclusão: se fosse possível aplicar às ciências e à Filosofia a mesma lógica utilizada na Matemática, a qual levava a verdades inquestionáveis, poder-se-iam encontrar verdades tão claras e evidentes que nem as pessoas mais criativas poderiam ousar duvidar.

Para isso, uma única coisa era necessária: um método adequado. Portanto, Descartes, antes de buscar conhecer o mundo e oferecer regras que, se bem seguidas e adequadamente dispostas, levariam o indivíduo ao conhecimento certo, seguro e verdadeiro sobre tudo aquilo que se pode conhecer, elabora um método para alcançar tais conhecimentos.

O método cartesiano

O método pensado por Descartes para se alcançar a verdade se baseia em quatro passos ou regras. Segundo o filósofo:

> [seriam] regras certas e fáceis que, sendo observadas exatamente por quem quer que seja, tornem impossível tomar o falso por verdadeiro e, sem qualquer esforço mental inútil, mas aumentando sempre gradualmente a ciência, levem ao conhecimento verdadeiro de tudo o que se é capaz de conhecer.
>
> DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 14.

1ª – Regra da Evidência

É o ponto de partida, mas também o ponto de chegada de todo o conhecimento. Mais do que uma regra, apresenta-se como um princípio norteador de todo o conhecimento. De forma mais simples: o indivíduo só deve acolher como verdade aquilo que aparece ao seu espírito, à sua mente, como uma ideia clara e distinta, que seja evidente e impossível de ser confundida com outra ideia qualquer. Tal como 2 + 2 = 4 e dessa conclusão ninguém em sã consciência poderia duvidar, sendo que essa ideia aparece à mente humana com tal clareza que nenhuma outra ideia pode se confundir a ela, toda e qualquer verdade deve obedecer ao mesmo critério de evidência. Essa verdade é intuitiva e se autojustifica, não necessitando de nenhuma explicação ou argumento que a comprove.

2ª – Regra da Análise

Se a intuição da evidência se dá na simplicidade, a segunda regra diz que, diante de um problema, é necessário dividi-lo em tantas partes quanto for possível, evitando, assim, qualquer ambiguidade que possa aparecer e confundir a pessoa. De acordo com essa regra, deve-se reduzir o complexo ao simples, de forma que aquilo que era maior seja dividido em partes menores e indivisíveis de um todo.

3ª – Regra da Síntese

Essa regra diz que, enquanto a regra da análise divide o problema em partes menores, é necessário que esses problemas sejam resolvidos individualmente, começando dos mais simples até alcançar a resolução dos mais complexos ou mais difíceis.

4ª – Regra da Enumeração

Essa regra diz que, depois de ter dividido o problema em partes menores e de começar a resolvê-las das mais simples para as mais complexas, deve-se, de tempo em tempo, voltar-se sobre todo o caminho percorrido e verificar se alguma coisa ficou esquecida, ou seja, fazer revisões constantes para verificar se tudo foi dividido na análise e ainda se tudo foi resolvido na síntese.

Segundo Descartes, aplicando esse método a toda e qualquer pesquisa natural ou filosófica, o indivíduo encontraria um conhecimento que fosse obediente à primeira regra, ou seja, que fosse evidente e sem qualquer sombra de dúvida. Se observarmos com cuidado, perceberemos que o método cartesiano baseia-se na simplicidade da resolução das questões matemáticas, em que se parte da ideia de que a resposta alcançada com a resolução do problema deve ser exata e indubitável. Depois, partindo para a resolução propriamente dita, divide-se o problema e inicia-se sua resolução das partes mais simples para as mais complexas. No final ou durante o processo, verificam-se todas as operações realizadas, observando cuidadosamente se não ficou nada sem ser resolvido ou se nenhum detalhe ficou esquecido. Procedendo desse modo, pode-se afirmar, com certeza, que a resposta obtida é correta, ou seja, é evidente.

Cogito, ergo sum!

Uma vez estabelecido o método, Descartes tem certeza de que uma verdade só pode ser aceita como tal se aparecer à mente humana com clareza e distinção. Desse modo, ele estabelece o modelo universal, a *Mathesis Universalis,* que guiará o indivíduo em busca de todo e qualquer saber, ou seja, que servirá como instrumento ao novo edifício do saber, já tendo o antigo desmoronado, uma vez que suas certezas eram contestáveis.

Porém, para que esse novo edifício do saber seja erguido, é necessário que existam certezas claras e distintas da Filosofia, base de toda e qualquer ciência. Mas, que certezas seriam essas? Que verdades filosóficas poderiam sustentar esse novo edifício do saber que trouxesse consigo toda clareza e distinção essenciais ao saber nos moldes cartesianos?

Buscando a verdade filosófica que sustentaria todo o edifício do saber, Descartes, mesmo não sendo um cético, utiliza-se do caminho dos céticos, acreditando que é possível encontrar uma verdade utilizando-se da dúvida somente como instrumento e não como um fim em si mesma. O filósofo coloca tudo em dúvida com objetivo de verificar se, ao final, alguma verdade que possa ser considerada indubitável resiste. Dessa maneira, Descartes desenvolve um caminho sistemático ao colocar em dúvida tudo aquilo que até então era considerado como certeza, o que ficou conhecido como a **dúvida metódica**, dividida em três passos ou estágios.

1º momento: Descartes duvida de todas as verdades que têm como fundamento os sentidos. De acordo com ele, se os sentidos já nos enganaram uma única vez, isto já é o suficiente para que desconfiemos deles todas as vezes. Portanto, não é possível acreditar ou confiar em nenhuma verdade que tenha como fundamento os cinco sentidos, ou seja, o empirismo.

Segundo Descartes, não podemos confiar em nossos sentidos, porque uma mesma coisa pode aparecer, em um momento, de um modo, e em outro, de outra forma, tal como ocorre com a cera da vela, a qual, aquecida, muda a forma da vela, e o material continua o mesmo, apesar de ter mudado.

2º momento: Descartes duvida das realidades do mundo e de si mesmo, propondo que as ideias que temos de nossa existência e do mundo podem não passar de ilusões ou sonhos. Se algumas vezes temos sonhos tão verdadeiros que parecem realidade, não há nada que assegure que estamos acordados ou dormindo, portanto, não há qualquer instrumento ou ideia que sirva para distinguir verdade de sonho, de ilusão. Assim, ele afirma:

> [...] E, persistindo nesta meditação, percebo tão claramente que não existem quaisquer indícios categóricos, nem sinais bastante seguros por meio dos quais se possa fazer uma nítida distinção entre a vigília e o sono, que me sinto completamente assombrado: e meu assombro é tanto que quase me convence de que estou dormindo.
>
> DESCARTES, René. Meditações primeiras. In: *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 87.

FILOSOFIA

3º momento: Descartes chega à hipótese do Deus enganador e à hipótese do gênio maligno. Até então, o filósofo havia desconfiado de todo o conhecimento, salvando de sua desconfiança somente a Matemática, que para ele era o único conhecimento seguro e exato, porque é totalmente racional. Nesse terceiro momento da dúvida metódica, Descartes coloca em dúvida inclusive as verdades matemáticas ao se perguntar: e se as verdades matemáticas que aparecem à mente humana de modo intuitivo e evidente não passarem de ilusões coletivas, ou de mentiras forjadas por um grande e malévolo gênio que engana todas as pessoas ao mesmo tempo, fazendo-as acreditar que 2 + 2 = 4 quando isso não passa de uma ilusão? O saber matemático não poderia ser fruto de um ser superior que sadicamente engana as pessoas para delas rir? As próprias coisas do mundo, as imagens que temos delas, as ideias, não poderiam ser também uma ilusão de um ser enganador, ardiloso e astuto?

> Presumirei, então, que existe não um verdadeiro Deus, que é a suprema fonte da verdade, mas um certo gênio maligno, não menos astucioso e enganador do que poderoso, que dedicou todo o seu empenho em enganar-me. Pensarei que o céu, o ar, a terra, as cores, as figuras, os sons e todas as coisas exteriores que vemos não passam de ilusão e fraudes que Ele utiliza para surpreender minha credulidade.
>
> DESCARTES, René. Meditações primeiras. In: *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 88.

Com a dúvida metódica, Descartes colocou em xeque todos os conhecimentos que até então eram aceitos de maneira irrefletida.

Porém, ao final de seu caminho em que colocou todas as coisas, inclusive as verdades matemáticas, em dúvida, Descartes alcança a verdade clara, distinta e inabalável que sustentará todo o edifício do saber, de forma intuitiva e tão evidente que seria impossível que qualquer indivíduo duvide dela: a verdade do *cogito*. Assim, ele afirma:

> [...] Somente depois tive que constatar que, embora eu quisesse pensar que tudo era falso, era preciso necessariamente que eu, que assim pensava, fosse alguma coisa. E observando que essa verdade – "penso, logo sou" – era tão firme e sólida que nenhuma das mais extravagantes hipóteses dos céticos seria capaz de abalá-la, julguei que podia aceitá-la sem reservas como o princípio primeiro da filosofia que procurava.
>
> DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 46.

Para Descartes, o indivíduo pode duvidar de absolutamente tudo. Pode duvidar dos conhecimentos empíricos, de sua existência e da existência do mundo. Pode duvidar até das verdades matemáticas. Ele só não pode duvidar de que duvida, ou seja, de que pensa. E se pensa, ele existe.

Portanto, essa verdade, conhecida como a certeza do *Cogito* (*Cogito, ergo sum*! – Penso, logo sou!), é tão evidente e absolutamente verdadeira que mesmo a dúvida, até aquela mais exagerada, serve como confirmação dela, de forma que o filósofo afirma, que se deixasse de pensar, ele deixaria de existir.

Assim, para Descartes, o que garante a existência humana não são os sentidos, mas o pensamento puro. O indivíduo existe enquanto é substância pensante ou *res cogitans*. O que garante tanto a existência do indivíduo quanto a existência de todas as coisas é a substância pensante, o eu pensante.

> [Nesse sentido] existem apenas duas substâncias, claramente separadas uma da outra e irredutíveis uma à outra: a *res cogitans* (coisa pensante) que é o indivíduo, e a *res extensa* (coisa extensa) que são as coisas do mundo fora do pensamento. A *res cogitans* é a existência espiritual do indivíduo sem nenhuma ruptura entre pensar e o ser, é a alma humana como realidade pensante que é pensamento em ato, é como pensamento em ato que é realidade pensante. A *res extensa* é o mundo material (compreendendo obviamente o corpo humano), do qual, justamente, se pode predicar como essencial apenas a propriedade da extensão.
>
> REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. 7v. São Paulo: Loyola, 2001. Volume III. p. 293.

Uma vez atingida a verdade do *Cogito*, só há uma única instância que garanta a verdade sobre o mundo: o próprio indivíduo. Não há necessidade de se encontrar provas ou justificativas, muito menos empíricas, fora do indivíduo que garantam a verdade. Toda pesquisa deve somente buscar o grau máximo de clareza e distinção, dadas pelo pensamento puro. Se a verdade aparecer à mente humana com clareza e distinção, essa ideia é verdadeira. É justamente por isso que Descartes representa o maior expoente do racionalismo moderno: ele acredita que as verdades são alcançadas unicamente pela razão humana e nada mais. O próprio método cartesiano tem como base a razão, o pensamento claro e distinto que, aplicado adequadamente ao mundo, às ciências, produzirá verdades claras e distintas.

A existência de Deus

Por meio da dúvida metódica, Descartes chegou à ideia do *Cogito*, considerando-a indubitável e autoevidente. Porém, surge outro problema: se o fundamento do conhecimento verdadeiro está na consciência, o indivíduo tem, enquanto ser pensante, uma multiplicidade de ideias em sua mente, e sobre essas ideias a Filosofia deve se debruçar a fim de constatar a sua veracidade. E há ainda outro problema: será que as ideias que o indivíduo tem de um objeto do mundo correspondem verdadeiramente a esse objeto? Como é possível sair da ideia em si e alcançar o mundo externo de forma que ele corresponda exatamente ao que se pensou dele? As ideias são puras representações mentais ou elas correspondem exatamente ao mundo externo, à realidade objetiva fora do indivíduo?

Para responder a essas perguntas, é necessário, em primeiro lugar, compreendermos como Descartes divide essas ideias. Ele as classifica em 3 grupos:

1. **Ideias inatas:** são aquelas que nascem com o indivíduo, que são intrínsecas à sua consciência. São as ideias de Deus, de corpo, de formas geométricas – como triângulos, círculos, entre outras –, que representam em si as essências imutáveis e verdadeiras.
2. **Ideias adventícias:** são ideias estranhas, que vêm de fora do indivíduo, como as ideias dos objetos.
3. **Ideias factícias:** são as ideias inventadas pelas pessoas.

Essas três classes de ideias existem subjetivamente na mente humana. A questão para Descartes é saber se elas são também objetivas, ou seja, se aquilo que existe na mente também existe no mundo e corresponde à realidade das coisas. Para o filósofo, as ideias factícias são ilusórias e, portanto, arbitrárias, devendo ser ignoradas. As ideias inatas só existem na mente do indivíduo, portanto, não se referem a nada do mundo externo, já nasceram com o indivíduo e encontram fundamento na *res cogitans*, não sendo questionáveis. O problema está, então, com as ideias adventícias: será que aquilo que o indivíduo pensa sobre o mundo corresponde à realidade das coisas, ou tais ideias não passam de uma ilusão?

Para resolver esse problema, Descartes lançou mão da ideia de Deus. O filósofo considera certo que a ideia de Deus existe, mas questiona: teria sido ela criada pelo indivíduo ou existe por conta própria? A ideia de Deus é objetiva ou subjetiva?

Descartes considera, nas *Meditações metafísicas*:

> [que a ideia de Deus se constitui em] uma substância infinita, eterna, imutável, independente e onisciente, a qual eu próprio e todas as outras coisas que existem (se é verdade que há coisas existentes) fomos criados e produzidos.
>
> DESCARTES, René. Meditações primeiras. In: *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 87.

Nesse sentido, o filósofo conclui que a ideia de Deus era inata, porque os seres humanos, sendo imperfeitos e limitados, não poderiam ser a causa de uma ideia de perfeição e eternidade, uma vez que tal ideia seria o efeito de uma causa, e a causa não traria a perfeição que a ideia exige. De forma mais simples: a ideia de Deus não poderia ter como causa de sua criação o ser humano, porque este é imperfeito, e um ser imperfeito e limitado não poderia elaborar a ideia de perfeição e eternidade. Portanto, a ideia de Deus é inata e só poderia ter como causa um ser que também fosse perfeito e eterno, nesse caso, somente Deus poderia criar essa ideia e colocá-la na mente do ser humano, e, assim, pelo raciocínio de Descartes, Deus existe. Nas palavras do filósofo:

> [...] fica evidente que o autor dessa ideia que está em mim não sou eu, imperfeito e finito, nem qualquer outro ser, da mesma forma limitado. Tal ideia, que está em mim, mas não é de mim, só pode ter por causa adequada um ser infinito, isto é, Deus.
>
> DESCARTES, René. Meditações primeiras. In: *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 91.

> E quando considero que duvido, isto é, que sou uma coisa incompleta e dependente, a ideia de um ser completo e independente, ou seja, de Deus, apresenta-se a meu espírito com igual distinção e clareza; e do simples fato de que essa ideia se encontra em mim, ou que sou ou existo, eu que possuo esta ideia, concluo tão evidentemente a existência de Deus e que a minha depende inteiramente dele em todos os momentos da minha vida, que não penso que o espírito humano possa conhecer algo com maior evidência e certeza.
>
> DESCARTES, René. *Meditações*. Tradução de Jacó Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 297-298.

Desse modo, Descartes elabora um argumento denominado de prova ontológica da existência de Deus: a existência de Deus é parte integrante de sua essência. Assim, é impossível ter a ideia de Deus sem que ele exista, sendo o próprio criador de sua ideia, perfeita e infinita, que a coloca na mente do indivíduo, ser imperfeito e finito. A ideia de Deus, segundo Descartes, é a marca que o artesão (Criador) deixa em sua obra (ser humano). Nesse sentido, Descartes descarta a ideia do gênio maligno, que era somente uma hipótese, visto que filósofo não havia afirmado que Deus seria de fato um ser maligno.

Para Descartes, Deus é bom, perfeito, eterno e infinito. Ele criou o ser humano e o fez capaz de conhecer o mundo. Não sendo mal, mas sumamente bom, Deus não permitiria que o indivíduo, ao encontrar uma verdade clara e distinta sobre o mundo, estivesse errado, ou estivesse tão enganado que tomasse como verdade aquilo que não passa de uma mentira. Dessa maneira, é ele que garante que a pessoa, ao alcançar uma verdade pela intuição intelectiva, encontre a verdade. Assim, quando a pessoa alcança alguma ideia adventícia, proveniente das coisas para a consciência, isto é, alcança alguma ideia sobre o mundo e ele mesmo enquanto *res extensa*, se esta ideia aparece à sua mente com clareza e distinção, quem garante que essa ideia é verdadeira, correspondendo de fato à verdade daquilo a que se refere, é o próprio Deus.

Pelo princípio da correspondência, as ideias subjetivas das pessoas sobre as coisas do mundo realmente correspondem a essas coisas, e quem garante a verdade desse conhecimento é Deus. Mas então, surge a questão: e se o indivíduo racional não encontra a verdade? Isso significa que ela não existe? A essa questão, Descartes responde:

> [...] o bom senso (a razão) é naturalmente igual em todos os homens; e, destarte, que a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais do que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem.
>
> DESCARTES, René. *Discurso do método.* São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 29.

Assim, o indivíduo racional só não encontra a verdade sobre o mundo se ele não seguir os passos corretos do método.

Com duas verdades claras e distintas, a do *Cogito* e a de Deus, Descartes encontrou os fundamentos firmes e incontestáveis que sustentam todo o edifício do saber, o qual tem, em sua essência, a ideia de que aquilo que a pessoa pensa, por meio do método, sendo uma ideia clara e distinta, é verdade, e quem garante essa verdade é Deus.

O EMPIRISMO INGLÊS

Francis Bacon

Estátua de Francis Bacon na Biblioteca do Congresso dos EUA.

Francis Bacon nasceu em 22 de janeiro de 1561, em York House, Strand, Inglaterra. Em 1620, publicou sua mais importante obra, o *Novum Organum*, que deveria, em sua opinião, substituir o *Organum* aristotélico.

Bacon ficou conhecido, juntamente com Descartes, como um dos fundadores do pensamento moderno. Porém, seguiu o caminho inverso do racionalismo ao defender o método experimental para se alcançar um conhecimento verdadeiro sobre o mundo. Entrou para a história como um dos grandes críticos da Escolástica medieval, uma vez que esta se ocupava de um conhecimento contemplativo sem se preocupar com o aspecto prático e instrumental da Ciência. Também foi um crítico de Aristóteles, considerando a lógica aristotélica, principalmente os argumentos dedutivos, estéril para o conhecimento do mundo. Bacon chega inclusive a afirmar que a filosofia grega se fundamentava mais em discursos do que em conhecimentos que levariam a algum progresso da Ciência ou do conhecimento do mundo. O *Novum Organum* trabalha essa problemática ao ser concebido como um instrumento eficaz para o conhecimento e dominação da natureza.

Saber é poder

Bacon, ao discutir a forma de se conhecer a natureza eficazmente, faz uma distinção entre os conceitos de antecipações da natureza e de interpretações da natureza.

Antecipações da natureza são conhecimentos obtidos por meio de axiomas construídos com base em poucos dados reais, sendo a razão a guia dessas "verdades". Para Bacon, esse é um conhecimento temerário e prematuro da razão que as pessoas costumeiramente têm, não passando de ideias obtidas do senso comum e de forma assistemática, já que foram formadas a partir de uma primeira noção pouco precisa sobre os fenômenos da natureza e foram aceitas pelas pessoas sem antes verificá-las. Essas "verdades" sobre a natureza são precipitadas, obtidas por meio de poucos e insuficientes exemplos.

Interpretações da natureza têm como objetivo interrogar a realidade, subjugando-a até que se alcance o conhecimento verdadeiro. Para o filósofo, são essas interpretações que levam ao verdadeiro conhecimento do mundo, já que se comprometem com a realidade e se constroem a partir de muitos exemplos e experimentações. Para que se alcance a verdade sobre o Universo, é necessário, portanto, que sejam feitas experiências sucessivas por meio do método indutivo, que consiste em partir de um estudo sério e pormenorizado de casos particulares para se alcançar uma ideia geral que seja fundada em muitos exemplos. O método indutivo, apesar de à primeira vista parecer difícil, pois não traz imediatamente as respostas, é considerado por Bacon como o mais adequado e o único capaz de garantir um conhecimento de fato sobre o mundo natural, sendo, na linguagem do filósofo, o verdadeiro método do conhecimento. Bacon propõe, assim, a formulação do conhecimento por meio de uma ciência aplicada, a qual dá ao indivíduo o conhecimento das leis que regem a natureza, permitindo a ele interagir e controlar a natureza de acordo com seus interesses e em seu próprio benefício.

Partindo dessa distinção entre antecipação e interpretação da natureza, podemos dividir a filosofia de Bacon em dois momentos:

1º momento – Retirar da mente todo conhecimento que não seja verdadeiro, ou seja, todo conceito ou pré-conceito criado baseado nas antecipações da natureza. Essas falsas noções que devem ser eliminadas são chamadas por Bacon de ídolos.

2º momento – Expor as regras do único método correto que pode levar o indivíduo ao conhecimento do mundo de forma verdadeira.

FILOSOFIA

A teoria dos ídolos

Quais são as falsas noções que tomam conta do intelecto humano e o impedem de alcançar os verdadeiros conhecimentos sobre o mundo?

Para Bacon, o primeiro passo para se chegar à verdade deve ser reconhecer essas falsas noções, tornar-se consciente delas, para mais tarde, livrar-se delas por meio do uso do método correto de investigação científica.

> Os ídolos e as falsas noções que invadiram o intelecto humano, nele lançando raízes profundas, não só sitiam a mente humana, a ponto de tornar-lhe difícil o acesso à verdade, mas também (mesmo quando dado e concedido tal acesso) continuam a nos incomodar durante o processo de instauração das ciências, quando os homens, avisados disso, não se dispõem em condição de combatê-los à medida do possível.
>
> REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. 7v. São Paulo: Loyola, 2001. Volume III. p. 269.

São quatro os ídolos que atrapalham o conhecimento verdadeiro.

1. Ídolo da tribo

> [os ídolos da tribo] estão fundados na própria natureza humana, na própria tribo ou espécie humana.
>
> BACON. *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, LXXII. (Os pensadores).

Tribo, para Bacon, significa a espécie humana. Assim, a pessoa coloca na natureza exterior aquilo que é de sua natureza própria. Tais ídolos são produzidos quando a pessoa mistura o intelecto humano à natureza das coisas, dando a elas características que são próprias dos seres humanos ou que lhes agradam. O indivíduo dá ao Universo e à natureza relações e ordens que não existem, mas que ele acredita existirem porque lhe convém, enxergando as coisas de acordo com as limitações que são próprias da espécie humana. A natureza não é o que achamos que ela seja, ela tem uma objetividade que se constitui em suas verdades. A dificuldade de se encontrar a verdade não se refere às limitações individuais, mas às limitações da espécie humana.

2. Ídolo da caverna

> Cada um [...] tem uma caverna ou uma cova que intercepta e corrompe a luz da natureza; seja devido à natureza singular de cada um, seja devido à educação ou conversação com os outros, seja pela leitura dos livros ou pela autoridade daqueles que se respeitam e admiram.
>
> BACON. *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, LXXII. (Os pensadores).

Ao contrário do ídolo da tribo, que diz respeito ao conjunto das pessoas, o ídolo da caverna diz respeito às falsas noções ou ideias provenientes das pessoas em particular. Desse modo, Bacon afirma, no *Novum Organum*, que "o espírito humano – tal como se acha disposto em cada um – é coisa vária, sujeita a múltiplas perturbações, e até certo ponto sujeita ao acaso". Desse modo, esses ídolos referem-se às concepções e aos pré-conceitos particulares.

3. Ídolo do foro (ou do mercado)

> A relação entre os homens ocorre por meio da fala, mas os nomes são impostos às coisas segundo a compreensão do vulgo.
>
> BACON. *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, LXXII. (Os pensadores).

Esses ídolos dizem respeito à linguagem, e, por isso, Bacon os considera os piores e mais graves ao entendimento humano. Para o filósofo, as palavras são imprecisas e se referem a coisas cuja natureza as pessoas não dominam. Dessa forma, eles utilizam termos e palavras sem saber exatamente o que significam, causando grande confusão.

4. Ídolo do teatro

> [Os ídolos do teatro] penetram no espírito humano por meio das diversas doutrinas filosóficas e por causa das péssimas regras de demonstração.
>
> BACON. *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, XCV. (Os pensadores).

Segundo Bacon, esses são os ídolos derivados das diversas doutrinas filosóficas e científicas que não são verdadeiras e não passam de representações fantasiosas que poderiam ser representadas em um teatro, pois são ilusórias.

Dessa forma, Bacon nos mostra quais são os preconceitos dos quais as pessoas devem se ver livres. Assim, passamos à segunda parte de sua filosofia, que busca mostrar qual deve ser o melhor caminho ao conhecimento verdadeiro.

O método indutivo

Quando a pessoa consegue purificar sua mente dos ídolos, ela deve buscar obter o conhecimento do mundo de forma experimental, por meio da indução. Segundo Bacon, a pessoa deve se colocar como uma criança diante da natureza para compreendê-la tal como ela é, sem ideias pré-concebidas. O novo método indutivo deve se preocupar com a regularidade dos fenômenos naturais, suas diferenças e seu funcionamento, de modo que, pela observação da experiência, se alcance uma lei geral. Essas observações podem prescindir de instrumentos que são as extensões dos sentidos humanos, permitindo que se superem as suas limitações.

Bacon representou o espírito da Ciência moderna ao defender o progresso da Ciência e sua aplicação na vida humana. Ele buscou uma ciência prática, ativa e atuante, que rompesse, através da crítica, com as antigas concepções ou ídolos, sendo capaz de representar a busca pelo domínio e pela transformação da natureza, a qual deve servir às pessoas em suas necessidades.

EXPOENTES DO EMPIRISMO MODERNO

O século XVI foi marcado pela eminência do racionalismo, corrente filosófica que encontrou seu auge com a filosofia de René Descartes.

Porém, o movimento que surgiu no século posterior tomou novos caminhos: não bastava conhecer o mundo, era necessário dominá-lo e transformá-lo de acordo com as necessidades humanas. Tal ideia encontrou seu ápice na Revolução Industrial que nasceu na Inglaterra e teve como base teórica o pensamento do filósofo inglês Francis Bacon. O que interessava aos pensadores dos séculos XVII e XVIII era o conhecimento instrumental que conduziria à descoberta de leis naturais, através das quais se poderia dominar a natureza.

Nesse contexto, o empirismo moderno se fortaleceu na busca do progresso da humanidade por meio do desenvolvimento das Ciências. As discussões metafísicas cederam lugar às discussões práticas de como a natureza se comporta e como o ser humano pode interferir nela. Porém, para que isso fosse possível, era necessário responder à pergunta acerca do limite do conhecimento humano, sobre aquilo que o ser humano pode conhecer, sobre como as ideias são construídas na mente humana e sobre o papel dos sentidos para o conhecimento seguro e verdadeiro da natureza.

Apesar de Bacon também fazer parte dessa tradição empirista, os maiores representantes do chamado empirismo inglês nos séculos XVII e XVIII foram os pensadores John Locke e David Hume.

John Locke

James Godby / Domínio Público

John Locke foi um dos mais importantes pensadores do empirismo inglês. Destacou-se tanto no campo da Epistemologia quanto no da política.

John Locke, um dos mais importantes pensadores da Epistemologia moderna, é considerado o pai do empirismo. Sua obra mais importante foi *Ensaios sobre o entendimento humano*, publicada em 1690. Locke debruçou-se sobre essa obra durante 20 anos e é nela que ele trata daquilo que é mais caro à sua filosofia: os limites, as capacidades e as funções do intelecto humano.

Desse modo, Locke se propõe a refletir sobre como o ser humano pode alcançar o conhecimento, buscando entender, primeiramente, como as ideias são construídas na mente humana.

> É de grande utilidade para o marinheiro saber a extensão de sua linha, embora não possa com ela sondar toda a profundidade do oceano. É conveniente que saiba que ela é suficientemente longa para alcançar o fundo dos lugares necessários para orientar sua viagem, e preveni-lo de esbarrar contra escolhos que podem destruí-lo. Não nos diz respeito conhecer todas as coisas, mas apenas aquelas que se referem à nossa conduta.
>
> LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 32.

Crítica ao inatismo

Ao contrário de pensadores anteriores, Locke inovou ao afirmar que não é possível conhecer todas as coisas, mas somente aquelas que estão de acordo com as possibilidades humanas de conhecer.

Nesse caminho crítico, Locke contraria a posição filosófica de Descartes ao afirmar que não existem ideias inatas, como a ideia de Deus, que, segundo a filosofia cartesiana, está presente por natureza na mente humana. Ao contrário, Locke defende que a mente humana é uma tábula rasa, uma folha de papel completamente em branco em que não há, absolutamente, nenhuma ideia escrita *a priori*, ou seja, não há nenhuma ideia previamente inscrita na mente humana.

Aqui se faz necessário definir de modo mais pormenorizado o que Locke entende por ideia. Enquanto na tradição platônica ideia era um ser em si mesmo, uma entidade metafísica, uma substância que existia por conta própria, com Descartes e Locke, essa concepção de ideia se esvai. Para esses dois filósofos, ideia é um conteúdo do pensamento humano, ou seja, é um pensamento sobre alguma coisa, não tendo realidade em si mesma e só existindo enquanto construção mental.

O principal argumento que Locke refuta é aquele acerca da presença de ideias inatas, elaborando, assim, a sua crítica, segundo a qual, se existissem ideias inatas, todas as pessoas deveriam alcançá-las, o que não acontece, por exemplo, com a ideia de Deus ou com os princípios de identidade e de não contradição.

> **Identidade:** Na lógica, o princípio da identidade, uma das três leis básicas do raciocínio para Aristóteles, se expressa pela fórmula "A = A", ou seja, todo objeto é igual a si mesmo. **Contradição:** [...] A ontologia tradicional tem por premissa fundamental o princípio da não contradição aplicado ao ser mesmo. O pensamento da contradição é insustentável, porque desqualifica todo pensamento, que se torna uma opinião sem valor de verdade.
>
> JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

Se existissem ideias morais inatas – por exemplo – a ideia de que matar uma criança é errado por si mesmo e, logo, essa "lei" deveria estar inscrita na mente e no coração de todas as pessoas –, todos deveriam seguir tais ideias, o que, na prática, não acontece, pois algumas culturas aceitam valores e fatos que para outras seriam absurdos ou antinaturais, agindo, portanto, de modo diferente. Assim, para Locke, sustentar que as ideias inatas existam, mas que não foram encontradas por alguns, seria absurdo e insustentável.

Locke afirma que não há motivos para crer que a alma pense antes que os sentidos lhe tenham fornecido ideias nas quais pensar. Ou seja, são as experiências sensíveis que oferecem à mente a matéria prima das ideias. Defendendo a ideia da tábula rasa, Locke afirma:

> Suponhamos, pois, que a mente é, como papel branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer ideias; como ela será suprida? De onde provém este vasto estoque, que ativa e que a ilimitada fantasia do indivíduo pintou nela como uma variedade infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? Aí eu respondo, numa palavra, da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento. Empregada tanto nos objetos sensíveis externos como nas operações internas de nossas mentes, que são por nós mesmos percebidos e refletidos, nossa observação supre nossos entendimentos com todos os materiais do pensamento. Dessas duas fontes de conhecimento jorram todas as nossas ideias, ou as que possivelmente teremos.
>
> LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Tradução de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 159.

É clara a diferença entre a concepção de conhecimento para Locke e para Descartes. Este prioriza o papel do sujeito para o conhecimento, uma vez que aquilo que garante a verdade é a ideia clara e distinta que o sujeito conhecedor alcança, sem interferência do objeto, sobre a coisa que está sendo pensada. Por outro lado, de acordo com a tese empirista de Locke, o conhecimento alcançado sobre algo é fruto das experiências realizadas, as quais dão ao indivíduo os conteúdos essenciais a partir dos quais as ideias serão formadas. Para Locke, a mente humana é como cera quente, que, aos poucos, vai adquirindo a forma do objeto que está sendo experimentado.

Segundo Locke, a mente humana é como se fosse uma cera quente que recebe a figura do brasão. O que permanece na mente são as ideias, cópias das experiências realizadas.

Marcelo Costa

A constituição das ideias

Locke acredita que todas as ideias nascem da experiência, não existindo ideias inatas no indivíduo. Assim, em sua filosofia, ele distingue as experiências em dois tipos:

A) Experiências externas dos objetos que nos cercam.

Essas experiências geram a ideia simples ligada às sensações, como as ideias de cor, odor, sabor, textura, som e cheiro. E, pelo conjunto de sensações, geram as ideias de solidez, extensão, movimento, repouso, número e configuração.

Exemplo: Ao se observar uma piscina, percebe-se que sua água está transparente, fria e com odor de cloro. Também é possível perceber que ela é grande, profunda, que a água está em movimento e que foi construída em formato retangular.

É necessário deixar claro que as ideias simples, que nascem dos sentidos particulares, são subjetivas, já que podem variar de uma pessoa para outra. Duas pessoas podem, por exemplo, ter sensações diferentes sobre a água da piscina, sendo que para uma a água pode estar extremamente fria e, para a outra, nem tanto. Porém, as ideias simples relacionadas às qualidades físicas do objeto em questão, como comprimento, profundidade, extensão, não variam, uma vez que não dependem de impressões subjetivas, mas dizem respeito às suas características objetivas.

B) Experiência realizada pela reflexão.

Reflexão é a capacidade da mente de perceber seus processos internos; logo, esse tipo de experiência refere-se à mente pensando em si própria ao produzir as ideias. A mente humana não possui ideias inatas, mas pode trabalhar com as percepções originadas da sensibilidade do indivíduo.

Exemplos: prazer, dor, força, distinção, comparação, etc.

Qualidades primárias e secundárias

Os objetos do mundo externo que geram as ideias simples podem ser conhecidos de acordo com suas qualidades primárias e secundárias. No exemplo da piscina, percebe-se que o objeto possui características objetivas, invariáveis e independentes do observador, as quais estão ligadas solidez, extensão, movimento, repouso, número e configuração. Tais características invariáveis são as qualidades primárias do objeto. As características variáveis, que podem ser diferentes de acordo com o observador – e que são, portanto, subjetivas, como a cor, o odor, o sabor –, são as qualidades secundárias do ser. Tanto as qualidades primárias quanto as secundárias originam-se do objeto, não existindo por conta própria ou na mente humana sem que o indivíduo tenha contato com o objeto para que elas sejam formadas.

Qualidades primárias: são objetivas e produzem no indivíduo a cópia exata daquilo que o objeto é em si mesmo. São qualidades dos próprios seres sem precisar do auxílio do indivíduo para que existam.

Qualidades secundárias: são subjetivas e, portanto, não se assemelham exatamente àquilo que o objeto traz em si. São qualidades nascidas do encontro entre o indivíduo e o objeto.

Ideias simples e ideias complexas

Como vimos anteriormente, as ideias simples são formadas pela capacidade da pessoa de receber as informações dos objetos, podendo ser constituídas por qualidades primárias ou secundárias do ser. Porém, uma vez que a pessoa adquire essas ideias simples, elas se juntam na mente humana das formas mais variadas possíveis. Assim, as ideias complexas são produzidas pelo indivíduo com base em ideias simples. Em suma, as ideias complexas são a reunião de várias ideias simples.

Desse modo, as ideias simples são adquiridas de forma passiva, e as complexas, de forma ativa, já que a pessoa pode ordená-las e compô-las de várias maneiras, formando novas ideias a partir dessas separações, composições, distinções, etc. São exemplos de ideias complexas: o espaço, a duração, as coisas corpóreas e as coisas espirituais, a causalidade, a identidade, as ideias morais, entre outras.

David Hume

Hume ficou conhecido como um empirista radical por excluir qualquer forma de conhecimento de coisas que não podem ser experimentadas.

Nascido em Edimburgo, na Escócia, David Hume ficou conhecido como um empirista radical, devido ao seu ceticismo em relação às ideias que não têm fundamento nas experiências.

Sua nova "ciência da natureza" levou-o a um novo cenário de pensamento que culminou com sua obra magistral, *Tratado sobre o entendimento humano*, publicada em Londres em 1739. Em sua 2ª edição, em 1748, a obra sofreu algumas alterações e recebeu um novo nome: *Investigação sobre o entendimento humano*.

Impressões e ideias

Uma vez que as ideias originam-se das experiências realizadas pelo indivíduo no mundo sensível, essas experiências são a matéria-prima de todo e qualquer conhecimento ou ideia.

Desse modo, todos os conteúdos mentais são originados das impressões sensíveis, que são as percepções imediatas que o indivíduo tem ao experimentar algo. As ideias, por sua vez, são as lembranças das impressões realizadas no mundo, chamadas por Hume de percepções. O termo percepção refere-se, para Hume, a tudo aquilo que se apresenta à mente humana. Nesse caso, são tanto as impressões (simples ou complexas) quanto as ideias (simples ou complexas).

As impressões são mais vivas e têm mais força do que as ideias, já que estas referem-se a lembranças, vestígios mentais daquilo que foi experimentado.

> A diferença entre impressões e ideias consiste no grau diverso de força e vivacidade com que as percepções atingem nossa mente e penetram no pensamento ou na consciência. As percepções que se apresentam com maior força e violência podem ser chamadas de impressões – e, sob essa denominação, eu compreendo todas as sensações, paixões e emoções, quando fazem a sua primeira aparição em nossa alma. Por ideias, ao contrário, entendo as imagens enlanguescidas das impressões. [...] Podemos, por conseguinte, dividir todas as percepções do espírito em duas classes ou espécies, que se distinguem por seus diferentes graus de força e vivacidade.
>
> HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. p. 69.

Dessa diferenciação entre impressões e ideias, nasce a distinção entre sentir e pensar. O que diferencia uma coisa da outra é o seu grau de intensidade: o sentir é mais forte, e o pensar é mais fraco. Desse modo, a ideia depende da impressão. Primeiro se experimenta e como resultado dessa experiência, nasce a ideia. Nas palavras de Hume:

> Todas as ideias simples provêm, mediata ou imediatamente, de suas correspondentes impressões.
>
> HUME, David. In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. 7v. São Paulo: Loyola, 2001. Volume IV. p. 135.

Segundo Hume, as impressões, percepções imediatas, são mais vivas que as ideias, as quais são cópias das impressões, constituindo-se, assim, como uma recordação daquilo que se experimentou pelos sentidos.

Impressões simples e complexas e ideias simples e complexas

Hume faz outra diferenciação importante para a compreensão de sua filosofia, que é a distinção entre impressões simples e complexas e ideias simples e complexas.

Impressões simples: são as impressões das características sensitivas particulares do objeto experimentado. Exemplo: transparente, frio, rígido, etc. Cada uma delas refere-se a um dos sentidos humanos. A transparência é percebida pela visão, já o frio e a rigidez são percebidos pelo tato.

Impressões complexas: são as impressões do objeto como um todo. Exemplo: gelo, fogo, mesa, etc.

Ideias simples: são as cópias enfraquecidas das impressões simples.

Ideias complexas: são as cópias enfraquecidas das impressões complexas.

Segundo Hume, a mente humana possui a faculdade da memória, que é capaz de guardar as ideias, as quais são lembranças das impressões. Porém, a mente possui outra faculdade, a imaginação, que é responsável pelos inúmeros modos de compor, combinar, separar e distinguir as ideias. A imaginação combina as ideias das mais variadas formas, e essas combinações podem ser tanto frutos da simples fantasia como de outras formas, chamadas por Hume de "princípio da associação de ideias".

As associações de ideias

Para Hume, as ideias contidas na mente humana associam-se a partir de três princípios mentais, chamadas pelo filósofo de propriedades. São elas:

1. **Semelhança:** associações de ideias que se assemelham.

   Exemplos: uma foto que traz à mente a lembrança da pessoa retratada; a escola atual, que faz a pessoa se lembrar das escolas em que estudou quando era criança pela semelhança da arquitetura da construção; quando a pessoa entra em uma loja e se recorda de outro estabelecimento que tinha uma decoração parecida com aquela, etc.

2. **Contiguidade (no espaço e no tempo):** associações de ideias que estão ligadas a outras no tempo ou no espaço.

   Exemplos: um lugar aconchegante que faz a pessoa se lembrar de sua cama; a chegada do mês de dezembro, que faz a pessoa se lembrar do Natal e das festas de fim de ano; uma música, que faz a pessoa se lembrar de outra pessoa ou de um lugar, etc.

3. **Causalidade:** associações de ideias que são estabelecidas por causa e efeito.

   Exemplo: o fogo que faz lembrar o calor; a fumaça que faz lembrar do fogo; o acidente que faz lembrar da morte ou da dor.

1. **Semelhança:** vê-se algo e pensa no que está retratado. Exemplo: foto e objeto retratado.
2. **Contiguidade:** ideias próximas. Uma ideia faz pensar em outra. Exemplo: uma foto nos faz relembrar um acontecimento relatado em uma revista.
3. **Causalidade:** relação de causa e efeito. Uma ideia leva à outra. Exemplo: revista e leitura.

Desse modo, Hume acredita que as ideias são associadas de distintas maneiras na mente humana. Porém, as ideias verdadeiras são aquelas que têm um correspondente material, ou seja, que nasceram de uma impressão, como a ideia de maçã, de casa, de livro, etc. Essas ideias são verdadeiras porque nascem de impressões sensíveis das coisas. No entanto, é possível a existência de ideias que partam exclusivamente da imaginação humana, a qual associou ideias simples ou complexas formando novos conceitos que não são reais e não passam de fantasia. Como exemplo, podemos pensar nas ideias de sereia e do minotauro, que são associações de ideias fantasiosas, já que não foram originadas da experiência, mas são somente atividade da imaginação, que une a ideia complexa de peixe com a ideia complexa de mulher e forma a ideia de sereia, da mesma forma, o minotauro une a ideia de indivíduo com a ideia de touro. Nesse mesmo raciocínio, podemos incluir as ideias de montanha de ouro, anjos, demônios, monstros e, inclusive, a ideia de Deus.

> Embora nosso pensamento pareça possuir esta liberdade ilimitada, verificaremos, através de um exame mais minucioso, que ele está realmente confinado dentro de limites muito reduzidos e que todo poder criador do espírito não ultrapassa a faculdade de combinar, de transpor, aumentar ou de diminuir os materiais que nos foram fornecidos pelos sentidos e pela experiência.
>
> HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 36.

Para verificar se uma ideia é verdadeira ou falsa, é necessário analisá-la, buscando as impressões que a originaram. Caso não sejam encontradas essas impressões, a pessoa saberá que tal ideia é falsa e fruto de sua imaginação, uma vez que todo conhecimento ou ideia verdadeira deve ter sua origem nas sensações ou nas experiências. Nessa mesma perspectiva, Hume afirma que as ideias de Deus e de "eu" não podem ser definidas. Para o filósofo, a ideia que as pessoas têm de Deus resulta de várias ideias simples nascidas das impressões obtidas pelos sentidos humanos. Dessa forma, a pessoa reuniu na ideia de ser superior as ideias originadas de suas experiências particulares de bondade, justiça e compaixão experimentadas nas relações interpessoais. Portanto, para Hume, a ideia de Deus não passa de uma ilusão, assim como a ideia de "eu" enquanto substância ou essência. Segundo o filósofo, essa ideia também não passa de invenção da mente humana, já que é variável e subjetiva, pois resulta do conjunto de experiências realizadas ao longo da vida do indivíduo.

Segundo Hume, a investigação humana, ou seja, os instrumentos com os quais o indivíduo pesquisa e busca conhecer a realidade, divide-se em dois campos de investigação: "as relações entre ideias" e "questões de fato".

A) Relações de ideias: são todas as investigações que se baseiam em conteúdos abstratos e ideias. Trata-se da utilização da Álgebra, da Geometria e da Aritmética como instrumentos para estabelecer uma análise conceitual com base somente nas ideias, uma vez que os números não são reais em si, mas abstrações. Quando o indivíduo alcança a ideia de que 5 + 10 é a quinta parte de 75, esse raciocínio trata somente de relações de ideias sem que haja qualquer experiência envolvida nessa conclusão. Assim, os resultados dessas investigações são certos e evidentes.

B) Questões de fato: não apresentam a mesma certeza das relações de ideias, não trazendo em si uma lógica, já que são resultados da associação de fatos e experiências baseados em relações de causa e efeito.

Hume critica os dados de fato enquanto fonte de conhecimento, já que, para ele, essas relações de causa e efeito que caracterizam os dados de fato têm sempre um caráter particular, porque nascem de experiências particulares dos seres. As pessoas realizam generalizações sobre as experiências particulares, criando ideias gerais que dizem respeito a inúmeros objetos reais e particulares que tenham alguma semelhança entre si. Por exemplo, criamos a ideia geral de ser humano a partir de experiências particulares de várias pessoas que observamos ao longo da vida. Dessa maneira, esse conceito universal é resultado somente da força do hábito que nos leva a criar essas ideias generalizantes.

> Todos os raciocínios que dizem respeito à realidade dos fatos parecem fundados na relação de causa e efeito. É só graças a essa relação que podemos ultrapassar a evidência de nossa memória e dos sentidos.
>
> HUME, David. In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. 7v. São Paulo: Loyola, 2001. Volume IV. p. 138.

Hábitos e costumes

Hume utiliza um exemplo que se tornou clássico para se referir à sua crítica sobre as relações de causa e efeito: se observarmos o movimento de uma bola de bilhar em uma mesa, tudo o que se pode ver é o impacto de uma bola na outra, e desta em outra e assim sucessivamente. A experiência nos mostra apenas as bolas que se chocam e não a existência de algo que faz com que esse acontecimento se torne inevitável, aquilo que as pessoas chamam de causalidade, ou seja, a relação de causa-efeito.

Para Hume, causa e efeito são duas ideias separadas e distintas. Segundo ele, a relação de causa e efeito que as pessoas, principalmente os cientistas, insistem em encontrar entre os fenômenos não passa de um costume de ver dois acontecimentos sempre unidos, por exemplo, o ferimento e a dor, mas isso não significa que um seja a causa e o outro o efeito. Se assim o fosse, seria possível identificar o efeito de alguma causa mesmo antes que esta acontecesse, ou seja, seria possível saber *a priori* qual é o efeito de determinado fenômeno antes que ele ocorresse. E mais, se existisse causa e efeito, sempre que ocorresse uma causa, inevitavelmente seu efeito seria verificado, o que não acontece.

Pense nesse exemplo: acredita-se que a fumaça é o efeito do fogo; porém, são possíveis situações em que haja fogo, mas não fumaça, como quando se acende a trempe de um fogão qualquer. Um outro exemplo dado por Hume é: será que Adão, ao ver a água (causa) pela primeira vez, sabia que ela teria o poder (efeito da água) de molhar ou afogar alguém?

Desse modo, o filósofo afirma que são as experiências que nos levam às conclusões que temos acerca dos fatos. Por exemplo, chegamos à conclusão de que o remédio sempre curará a dor de cabeça, pois, até hoje, sempre que tomado, tal efeito foi comprovado. Mas será que sempre será assim? Será que esse efeito sempre ocorrerá? Se existir a relação de causa e efeito, toda vez que o remédio for tomado, a dor de cabeça será curada. Mas, se em alguma ocasião isso não ocorrer, significa então que não existem relações de causa e efeito.

> Se um objeto nos fosse apresentado e fôssemos solicitados a nos pronunciar, sem consulta à observação passada, sobre o efeito que dele resultará, de que maneira, eu pergunto, deveria a mente proceder nessa operação? Ela deve inventar ou imaginar algum resultado para atribuir ao objeto como seu efeito, e é obvio que essa invenção terá de ser inteiramente arbitrária. O mais atento exame e escrutínio não permite à mente encontrar o efeito na suposta causa, pois o efeito é totalmente diferente da causa e não pode, consequentemente, revelar-se nela.
>
> HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: UNESP, 2004. p. 57-58.

Hábito e crença

Hume defende, então, que o costume e o hábito é que levam as pessoas a acreditarem nas relações de causa e efeito, e não algo real e verificável na realidade. Esse costume leva as pessoas à crença de que tais fenômenos sempre ocorrerão. Essa crença nos dá a ilusão de que estamos diante de um fenômeno determinado por causa e efeito, ilusão esta que nos leva à convicção de que, uma vez ocorrida a causa, o efeito inevitavelmente a sucederá.

Ao fim de sua reflexão, Hume afirma que aquilo que possibilita a relação de causa e efeito não são proposições ou princípios racionais, mas somente um sentimento afetivo-irracional, que é a crença.

O ceticismo de Hume

Hume afirma que todo o conhecimento humano nasce de impressões sensíveis da realidade e da reflexão das ideias que surgem na mente do indivíduo. Porém, essas ideias são sempre variáveis, uma vez que nascem das experiências particulares das pessoas, e as relações entre tais ideias são frutos das relações de causalidade, as quais não passam de crenças provenientes do hábito.

Desse modo, para Hume, nenhum conhecimento é certo e seguro. Toda a Ciência é resultado de induções que não garantem certeza alguma, já que essas induções são generalizações estéreis, sem grau de verdade. Portanto, o único conhecimento que o indivíduo pode obter da realidade são probabilidades. A Ciência, que acreditava poder permitir o conhecimento do mundo tal como ele é, que acreditava ser possível encontrar certezas e verdades claras e distintas sobre as coisas, precisa agora contentar-se com hipóteses prováveis, que nunca poderão ser confirmadas como certeza científica.

> É nesse sentido e por esses motivos que Hume é considerado um cético. Nosso conhecimento, nossas pretensões à ciência, em última análise, não podem ser fundamentadas, justificadas ou legitimadas por nenhum princípio ou argumento racional. A maneira pela qual conhecemos e pela qual agimos no real depende apenas de nossa natureza, de nossos costumes e de nossos hábitos. [...] Alguns o consideram [Hume] um cético, na medida em que nega a possibilidade de um conhecimento certo, definitivo e justificado. Outros o consideram um naturalista, na medida em que o ceticismo dá lugar ao naturalismo, isto é, à posição segundo a qual é nossa natureza que nos impulsiona a julgar e a agir.
>
> MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da Filosofia:* dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 185.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UEG-GO) No contexto do séc. XIX, a atitude científica das ciências naturais mais aceita mostra que diante dos fatos, acontecimentos, diferenças e descontinuidades testemunhadas pelos sentidos, existem regularidades que podem ser transformadas em leis que sustentam teorias que possuem caráter objetivo, quantitativo, homogeneizador, generalizador, e que chegam até mesmo a reconstruir os fenômenos em condições de laboratório. Considerando esses aspectos do conhecimento científico, que problemas tiveram de enfrentar as ciências humanas em sua origem no séc. XIX?

A) Ao nascerem, as ciências humanas tentaram copiar o modelo metodológico das ciências naturais, reconhecendo que o fenômeno social pode ser analisado cientificamente por ser um dado objetivo.

B) Ao surgirem no séc. XIX, as ciências humanas dispensaram as contribuições das ciências naturais, voltando-se mais para a Arte, a Política e a Filosofia utilizando-se de outros métodos não científicos.

C) As ciências humanas nunca demonstraram a pretensão de distinguir o fenômeno físico do fenômeno humano, pois aceitaram sem discussão o método das ciências naturais.

D) As ciências humanas, como a Sociologia, procuram conhecer os fenômenos humanos recorrendo a abordagens que dispensam o método experimental científico das ciências naturais, valorizando a introspecção.

02. (UEMA) Em *Discurso do método* nas partes quarta e quinta, especialmente, Descartes defende a existência de Deus. Por exemplo, na quarta, ele afirma o seguinte:

– [...] se há homens que não estejam bem persuadidos da existência de Deus e da alma, [...], quero que saiba que todas as outras coisas das quais se julgam talvez certificados, como a de terem um corpo, haver astros e uma terra e coisa semelhantes, são ainda menos certas.

DESCARTES, R. *Discurso do método*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Coleção Os Pensadores.

No contexto do mundo e do pensamento cartesiano, esse argumento pretende

A) sustentar a existência da difusão do Deus cristão, perante filósofos, ateus ou céticos.

B) demonstrar que fé é o embasamento primordial para construção da ciência moderna.

C) assegurar que toda cultura humana: Ciência, Filosofia, Política, Arte, etc. é provida por Deus.

D) defender a fé católica que lhe fora infundida no colégio jesuítico La Flèche onde estudara.

E) afirmar a existência de Deus como garantia da racionalidade objetiva da ciência moderna.

03. (UEMA) No fragmento a seguir, Descartes propõe quatro etapas fundamentais ao processo do conhecimento:

– [...] jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; [...] dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas possíveis e quantas necessárias; [...] conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis; [...], até o conhecimento dos mais compostos; fazer todas as enumerações tão completas e revisões tão gerais que eu tivesse a certeza de nada omitir.

DESCARTES, R. *Discurso do método*. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, 1991.

As etapas do conhecimento na visão de Descartes são, respectivamente, as seguintes

A) enumeração, análise, evidência e síntese.

B) evidência, enumeração, análise e síntese.

C) síntese, evidência, análise e enumeração.

D) análise, enumeração, síntese e evidência

E) evidência, análise, síntese e enumeração.

04. (UEL-PR–2017) Leia o texto a seguir.

Podemos definir uma causa como um objeto, seguido de outro, tal que todos os objetos semelhantes ao primeiro são seguidos por objetos semelhantes ao segundo. Ou, em outras palavras, tal que, se o primeiro objeto não existisse, o segundo jamais teria existido. O aparecimento de uma causa sempre conduz a mente, por uma transição habitual, à ideia do efeito; disso também temos experiência. Em conformidade com essa experiência, podemos, portanto, formular uma outra definição de causa e chamá-la um objeto seguido de outro, e cujo aparecimento sempre conduz o pensamento àquele outro. Mas, não temos ideia dessa conexão, nem sequer uma noção distinta do que é que desejamos saber quando tentamos concebê-las.

Adaptado de: HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Seção VII, 29. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: UNESP, 2004. p.115.

Com base no texto e nos conhecimentos acerca das noções de causa e efeito em David Hume, assinale a alternativa correta.

A) As noções de causa e efeito fazem parte da realidade e por isso os fenômenos do mundo são explicados através da indicação da causa.

B) A presença do efeito revela a causa nele envolvida, o que garante a explicação de determinado acontecimento.

C) A causa e o efeito são noções que se baseiam na experiência e, por meio dela, são apreendidas.

D) A causa e o efeito são conhecidos objetivamente pela mente e não por hábitos formados pela percepção do mundo.

E) A causa e o efeito proporcionam, necessariamente, explicações válidas sobre determinados fatos e acontecimentos.

05. NJ39 (Unesp–2018) Posto que as qualidades que impressionam nossos sentidos estão nas próprias coisas, é claro que as ideias produzidas na mente entram pelos sentidos. O entendimento não tem o poder de inventar ou formar uma única ideia simples na mente que não tenha sido recebida pelos sentidos. Gostaria que alguém tentasse imaginar um gosto que jamais impressionou seu paladar, ou tentasse formar a ideia de um aroma que nunca cheirou. Quando puder fazer isso, concluirei também que um cego tem ideias das cores, e um surdo, noções reais dos diversos sons.

LOCKE, John. Ensaio acerca do entendimento humano, 1991 (Adaptação).

De acordo com o filósofo, todo conhecimento origina-se

A) da reminiscência de ideias originalmente transcendentes.

B) da combinação de ideias metafísicas e empíricas.

C) de categorias a priori existentes na mente humana.

D) da experiência com os objetos reais e empíricos.

E) de uma relação dialética do espírito humano com o mundo.

06. (Unicentro-PR) A preocupação com o conhecimento permeia toda a história da Filosofia. Já entre os primeiros filósofos é possível identificar a busca do saber a respeito da origem e da ordem do mundo. No caso dos pensadores medievais, podemos encontrar, por exemplo, esforços para esclarecer a possibilidade ou impossibilidade do conhecimento nas obras de Agostinho de Hipona, Tomás de Aquino, entre outros. No entanto, somente na época moderna, o problema do conhecimento se transforma amiúde em problema central do pensamento filosófico.

Quanto a esse aspecto da teoria do conhecimento, assinale a alternativa correta.

A) As ciências passaram a definir seus objetivos, métodos e investigações tornando-se teoria do conhecimento, à Filosofia cabe tão somente observar a realidade concreta tal como ela é em si mesma.

B) Entre os pensadores modernos, como aconteceu com os filósofos dos primórdios da tradição clássica grega, teorizar sobre o conhecimento restringia-se em abarcar os princípios primeiros e últimos de explicação da realidade.

C) A teoria do conhecimento, embora tenha sido fixada com maior rigor entre os filósofos modernos, descarta a filosofia aristotélica, que tem na lógica e no pensamento especulativo as suas principais referências.

D) A teoria do conhecimento, no sentido de uma disciplina filosófica independente e característica da Modernidade, consiste em investigações metafísicas, cujos fundamentos encontram-se nos textos da Antiguidade.

E) A teoria do conhecimento tornou-se uma disciplina específica da Filosofia entre os modernos, porque, para estes pensadores, a questão do conhecimento foi considerada pré-requisito para a investigação filosófica e das Ciências.

07. (UEL-PR–2018) Leia o texto a seguir.

Resta-nos um único e simples método, para alcançar os nossos intentos: levar os homens aos próprios fatos particulares e às suas séries e ordens, a fim de que eles, por si mesmos, se sintam obrigados a renunciar às suas noções e comecem a habituar-se ao trato direto das coisas.

BACON, F. *Novum Organum*. Trad. José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 26.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o problema do método de investigação da natureza em Bacon, assinale a alternativa correta.

A) O preceito metodológico do "trato direto das coisas" supõe que cada um já possui em si as condições para realizar a investigação da natureza.

B) A investigação da natureza consiste em aplicar um conjunto de pressupostos metafísicos, cuja função é orientar a investigação.

C) As "séries e ordens" referentes aos fatos particulares resultam da aplicação dos pressupostos do método de investigação.

D) A renúncia às noções que cada um possui é o princípio do método de investigação, que levará a ida aos fatos particulares.

E) O método de interpretação da natureza propõe uma nova atitude com relação às coisas e uma nova compreensão dos poderes do intelecto.

08. 5G74 (Unioeste-PR) As teorias racionalistas e empiristas da Ciência sofrem de graves problemas internos. Os racionalistas, quando tentavam justificar proposições advindas de um pensar claro como verdades absolutas, eram, com efeito, obrigados a adotar certas noções problemáticas evidentes por si mesmas, [...]. Os empiristas estavam diante de uma série de problemas relacionados à falibilidade e ao campo restrito dos sentidos, e do problema de justificar as generalizações que necessariamente ultrapassam a evidência proporcionada por determinadas aplicações dos sentidos (o problema da indução). Esses problemas internos são graves e suficientes para desacreditar as tentativas filosóficas tradicionais de fundamentar uma teoria da ciência com base na natureza humana. Contudo, não considero as dificuldades internas com que se depararam o racionalismo e o empirismo tradicional as principais razões para rejeitá-los como explicações satisfatórias da ciência. Sou da opinião de que a abordagem geral que exige que se trace a natureza do conhecimento científico de acordo com a natureza dos seres humanos que o produzem está fundamentalmente equivocada.

CHALMERS, Alan.

Considerando o texto acima, no qual o autor apresenta sua posição em relação a dois tipos de abordagem filosófica da ciência moderna, é incorreto afirmar que

A) as teses fundamentais da filosofia da ciência moderna apresentam graves dificuldades internas.
B) para os pensadores racionalistas os axiomas são fundamentais, pois formam a base de justificação de teorias científicas.
C) o pensar e o sentir, aspectos essenciais da natureza humana, devem, necessariamente, ser análogos à natureza da ciência.
D) a indução apresenta problemas, pois as generalizações decorrentes de sua aplicação invariavelmente evidenciam as limitações dos sentidos.
E) embora o homem seja o sujeito do conhecimento, não se pode centrar toda a investigação sobre o caráter da ciência tendo como base a natureza humana.

09. E90R (Unioeste-PR) A ideia de conduzir os negócios da Ciência com o auxílio de um método que encerre princípios firmes, imutáveis e incondicionalmente obrigatórios vê-se diante de considerável dificuldade, quando posta em confronto com os resultados da pesquisa histórica. Verificamos, fazendo um confronto, que não há uma só regra, embora plausível e bem fundada na epistemologia, que deixe de ser violada em algum momento. Torna-se claro que tais violações não são eventos acidentais, não são o resultado de conhecimento insuficiente ou de desatenção que poderia ter sido evitada. Percebemos, ao contrário, que as violações são necessárias para o progresso. Com efeito, um dos notáveis traços dos recentes debates travados em torno da história e da filosofia da ciência é a compreensão de que acontecimentos e desenvolvimentos tais como a invenção do atomismo na Antiguidade, a revolução copernicana, o surgimento do moderno atomismo (teoria cinética; teoria da dispersão; estereoquímica; teoria quântica), o aparecimento gradual da teoria ondulatória da luz só ocorreram porque alguns pensadores decidiram não se deixar limitar por certas regras metodológicas 'óbvias' ou porque involuntariamente as violaram.

FEYERABEND, Paul.

Considerando o texto anterior que trata do método na ciência, seguem as afirmativas abaixo:

I. A história da atividade científica, segundo Feyerabend, mostra que os resultados alcançados pela Ciência são fruto da perseverança e do trabalho duro dos cientistas em torno de um conjunto de métodos precisos.
II. O método em Ciência, visto como a construção de um caminho que leve, inevitavelmente, a um conjunto de verdades imutáveis é algo sumamente problemático.
III. O surgimento de avanços científicos significativos está intimamente ligado à violação involuntária de regras de método que, na sua simplicidade, emperram o avanço científico.
IV. Dada qualquer regra, por mais fundamental que se apresente para a Ciência, sempre surgirão ocasiões nas quais é conveniente ignorar a regra e mesmo adotar uma regra contrária.
V. A Epistemologia, à luz da pesquisa histórica, apresenta um conjunto de eventos não acidentais que se mostraram decisivos quando se trata de compreender o desenvolvimento exitoso de seus resultados.

Das afirmativas anteriores

A) somente as afirmações I e II estão corretas.
B) somente as afirmações IV e V estão corretas.
C) somente as afirmações I e IV estão corretas.
D) somente as afirmações II, IV e V estão corretas.
E) somente as afirmações I, III e V estão corretas.

10. (Unioeste-PR) [...] esta palavra Filosofia significa o estudo da sabedoria, e por sabedoria não se deve entender apenas a prudência nos negócios mas um conhecimento perfeito de todas as coisas que o homem pode saber, tanto para a conduta da sua vida como para a conservação da saúde e invenção de todas as artes. E para que este conhecimento assim possa ser, é necessário deduzi-lo das primeiras causas, de tal modo que para se conseguir obtê-lo – e a isto se chama filosofar – há que começar pela investigação dessas primeiras causas, ou seja, dos princípios. Estes devem obedecer a duas condições: uma, é que sejam tão claros e evidentes que o espírito humano não possa duvidar da sua verdade desde que se aplique a considerá-los com atenção; a outra, é que o conhecimento das outras coisas dependa deles, de maneira que possam ser conhecidos sem elas, mas não o inverso. Depois disto é indispensável que a partir desses princípios se possa deduzir o conhecimento das coisas que dependem deles, de tal modo que no encadeamento das deduções realizadas não haja nada que não seja perfeitamente conhecido.

DESCARTES.

À medida que Descartes vai desenvolvendo sua ideia de um sistema reconstruído de conhecimento, vemos surgir dois componentes específicos da visão cartesiana. O primeiro é um individualismo radical: a ciência tradicional, 'composta e acumulada a partir das opiniões de inúmeras e variadas pessoas, jamais logra acercar-se tanto da verdade quanto os raciocínios simples de um indivíduo de bom senso'. O segundo componente é uma ênfase na unidade e no sistema:

"Todas as coisas que se incluem no alcance do conhecimento humano são interligadas".

COTTINGHAM.

Considerando os textos acima que tratam da teoria cartesiana do conhecimento, é incorreto afirmar que

A) a teoria cartesiana do conhecimento implica um sistema onde todos os conteúdos encontram-se intimamente relacionados.

B) a teoria do conhecimento cartesiana pretende, a partir da elaboração de um método preciso, reconstruir o conhecimento em bases sólidas.

C) a teoria do conhecimento cartesiana, que tem como objetivo a elaboração de uma ciência universal, serve-se, em certa medida, do modelo indutivista para alcançar seu objetivo.

D) o conhecimento que se tem de cada coisa deriva de um processo no qual cada etapa pode ser conhecida sem o concurso de etapas posteriores, mas não o inverso.

E) quando determinada noção se apresenta com clareza e com distinção, o sujeito pensante entende que se encontra frente a um conhecimento verdadeiro pela própria natureza da concepção cartesiana do conhecimento.

11. (Unioeste-PR) I. Objeção: o conhecimento colocado em ideias deve ser todo uma pura visão. Não duvido que meu leitor, neste momento, deve estar apto para pensar que eu tenho estado todo este tempo construindo apenas um castelo no ar, e estar pronto para dizer: "Qual é o propósito de tudo isto? O conhecimento, você afirma, é apenas a percepção de acordo ou desacordo de nossas ideias: mas quem sabe o que estas ideias podem ser? Se isto for verdadeiro, as visões de um entusiasta e os raciocínios de um homem sóbrio deverão ser igualmente evidentes. Não consiste em verificar o que são as coisas, de sorte que um homem observa apenas o acordo de suas próprias imaginações e se expressa em conformidade com isso, sendo, pois, tudo verdadeiro, tudo certeza. Tais castelos no ar serão fortalezas da verdade como as demonstrações de Euclides. Uma harpa não constitui um centauro: revelamos, por este meio, um conhecimento tão certo e tão verdadeiro como o que afirma que o quadrado não é um círculo.

Mas para que serve todo este conhecimento refinado das próprias imaginações dos homens que pesquisam a realidade das coisas? Não importa o que são as fantasias dos homens, trata-se apenas do conhecimento das coisas a ser capturado; unicamente este valoriza nossos raciocínios e mostra o predomínio do conhecimento de um homem sobre o outro, dizendo respeito às coisas como realmente são, e não de sonhos e fantasias."

II. Resposta: não exatamente, onde as ideias concordam com as coisas. A isto respondo: se nosso conhecimento de nossas ideias termina nelas, e não vai além disso, onde há algo mais para ser designado, nossos mais sérios pensamentos serão de pouco mais uso que os devaneios de um cérebro louco; e as verdades construídas deste modo não pesam mais que os discursos de um homem que vê coisas claramente num sonho e com grande segurança as expressa. Mas espero, antes de terminar, tornar evidente que este meio de certeza, mediante o conhecimento de nossas ideias, vai um pouco além da pura imaginação; e acredito que será mostrado que toda a certeza das verdades gerais pertencentes a um homem não se encontra em nada mais.

LOCKE.

Aristóteles e Locke consideram que o conhecimento se realiza por graus contínuos, partindo da sensação até chegar às ideias. [...] Para o racionalismo, a fonte do conhecimento verdadeiro é a razão operando por si mesma, sem o auxílio da experiência sensível e controlando a própria experiência sensível. Para o empirismo, a fonte de todo e qualquer conhecimento é a experiência sensível, responsável pelas ideias da razão e controlando o trabalho da própria razão.

CHAUI, Marilena.

Considerando os textos acima que versam sobre a noção de conhecimento moderna e, especificamente, sobre a noção de conhecimento em Locke, é incorreto afirmar que

A) a teoria do conhecimento de John Locke se caracteriza por criticar fortemente a ideia de que o conhecimento funda-se em ideias inatas.

B) é possível, segundo Locke, construir uma ciência mesmo que as ideias formadoras de seu corpo de conhecimento não concordem com as coisas mesmas.

C) a teoria do conhecimento de Locke pretende demonstrar uma tese: nosso conhecimento é fundado na experiência sensível e na experiência interna.

D) verdades derivadas de ideias que não encontram nenhum referencial em sensações, pelo menos em sua base, não passam de devaneios da imaginação.

E) acordo ou desacordo de nossas ideias, segundo Locke, produz o conhecimento que temos do mundo e quanto mais precisa for esta relação, mais próximos estaremos da verdade.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2016) Pode-se admitir que a experiência passada dá somente uma informação direta e segura sobre determinados objetos em determinados períodos do tempo, dos quais ela teve conhecimento. Todavia, é esta a principal questão sobre a qual gostaria de insistir: por que esta experiência tem de ser estendida a tempos futuros e a outros objetos que, pelo que sabemos, unicamente são similares em aparência. O pão que outrora comi alimentou-me, isto é, um corpo dotado de tais qualidades sensíveis estava, a este tempo, dotado de tais poderes desconhecidos. Mas, segue-se daí que este outro pão deve também alimentar-me como ocorreu na outra vez, e que qualidades sensíveis semelhantes devem sempre ser acompanhadas de poderes ocultos semelhantes? A consequência não parece de nenhum modo necessária.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano.* São Paulo: Abril Cultural, 1995.

O problema descrito no texto tem como consequência a

A) universabilidade do conjunto das proposições de observação.

B) normatividade das teorias científicas que se valem da experiência.

C) dificuldade de se fundamentar as leis científicas em bases empíricas.

D) inviabilidade de se considerar a experiência na construção da ciência.

E) correspondência entre afirmações singulares e afirmações universais.

FILOSOFIA

02. WEXH (Enem–2016) Nunca nos tornaremos matemáticos, por exemplo, embora nossa memória possua todas as demonstrações feitas por outros, se nosso espírito não for capaz de resolver toda espécie de problemas; não nos tornaríamos filósofos por ter lido todos os raciocínios de Platão e Aristóteles, sem poder formular um juízo sólido sobre o que nos é proposto. Assim, de fato, pareceríamos ter aprendido, não ciências, mas histórias.

DESCARTES, R. *Regras para a orientação do espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Em sua busca pelo saber verdadeiro, o autor considera o conhecimento, de modo crítico, como resultado da

A) investigação de natureza empírica.

B) retomada da tradição intelectual.

C) imposição de valores ortodoxos.

D) autonomia do sujeito pensante.

E) liberdade do agente moral.

03. (Enem–2015) Todo o poder criativo da mente se reduz a nada mais do que a faculdade de compor, transpor, aumentar ou diminuir os materiais que nos fornecem os sentidos e a experiência. Quando pensamos em uma montanha de ouro, não fazemos mais do que juntar duas ideias consistentes, ouro e montanha, que já conhecíamos. Podemos conceber um cavalo virtuoso, porque somos capazes de conceber a virtude a partir de nossos próprios sentimentos, e podemos unir a isso a figura e a forma de um cavalo, animal que nos é familiar.

HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1995.

Hume estabelece um vínculo entre pensamento e impressão ao considerar que

A) os conteúdos das ideias no intelecto têm origem na sensação.

B) o espírito é capaz de classificar os dados da percepção sensível.

C) as ideias fracas resultam de experiências sensoriais determinadas pelo acaso.

D) os sentimentos ordenam como os pensamentos devem ser processados na memória.

E) as ideias têm como fonte específica o sentimento cujos dados são colhidos na empiria.

04. (Enem) É o caráter radical do que se procura que exige a radicalização do próprio processo de busca. Se todo o espaço for ocupado pela dúvida, qualquer certeza que aparecer a partir daí terá sido de alguma forma gerada pela própria dúvida, e não será seguramente nenhuma daquelas que foram anteriormente varridas por essa mesma dúvida.

SILVA, F. L. *Descartes*: a metafísica da modernidade. São Paulo: Moderna, 2001 (Adaptação).

Apesar de questionar os conceitos da tradição, a dúvida radical da filosofia cartesiana tem caráter positivo por contribuir para o / a

A) dissolução do saber científico.

B) recuperação dos antigos juízos.

C) exaltação do pensamento clássico.

D) surgimento do conhecimento inabalável.

E) fortalecimento dos preconceitos religiosos.

05. (Enem) Os produtos e seu consumo constituem a meta declarada do empreendimento tecnológico. Essa meta foi proposta pela primeira vez no início da Modernidade, como expectativa de que o homem poderia dominar a natureza. No entanto, essa expectativa, convertida em programa anunciado por pensadores como Descartes e Bacon e impulsionado pelo Iluminismo, não surgiu "de um prazer de poder", "de um mero imperialismo humano", mas da aspiração de libertar o homem e de enriquecer sua vida, física e culturalmente.

CUPANI, A. *A tecnologia como problema filosófico*: três enfoques. Scientiae Studia, São Paulo, v. 2, n. 4, 2004 (Adaptação).

Autores da filosofia moderna, notadamente Descartes e Bacon, e o projeto iluminista concebem a Ciência como uma forma de saber que almeja libertar o homem das intempéries da natureza. Nesse contexto, a investigação científica consiste em

A) expor a essência da verdade e resolver definitivamente as disputas teóricas ainda existentes.

B) oferecer a última palavra acerca das coisas que existem e ocupar o lugar que outrora foi da Filosofia.

C) ser a expressão da razão e servir de modelo para outras áreas do saber que almejam o progresso.

D) explicitar as leis gerais que permitem interpretar a natureza e eliminar os discursos éticos e religiosos.

E) explicar a dinâmica presente entre os fenômenos naturais e impor limites aos debates acadêmicos.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

01. A	05. D	09. D
02. E	06. E	10. C
03. E	07. E	11. B
04. C	08. C	

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

01. C	03. A	05. C
02. D	04. D	

Total dos meus acertos: _____ de _____ . _______ %

Immanuel Kant: "O Maior Filósofo dos Tempos Modernos"

ILUMINISMO

Kant resume o espírito e o objetivo do Iluminismo na sua magistral obra *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento*? (1784), da seguinte forma:

> Esclarecimento (*Aufklärung*) é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude*! (Ousa pensar!) Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento.
>
> KANT, I. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: *Textos Seletos.* Tradução de Floriano de S. Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 103.

O Iluminismo foi um movimento filosófico do século XVIII, que, desenvolvido particularmente na França, na Alemanha e na Inglaterra, teve como objetivo retirar o ser humano da escuridão da ignorância e levá-lo ao esclarecimento. Por isso, esse movimento recebeu também o nome de Século das Luzes, Ilustração ou Esclarecimento. O ideal iluminista consistia, assim, em tornar tudo perfeitamente claro e compreensível para a razão humana, de forma que somente o indivíduo pudesse ser o grande artífice e protagonista dessas conquistas. O Iluminismo denunciou tudo aquilo que era obscuro, supersticioso e dogmático, acreditando que a luz da razão crítica deveria romper com as amarras da autoridade e da força, transformando o mundo pelo conhecimento.

O Iluminismo é marcado pela busca da verdade, a qual deve iluminar as trevas da ignorância.

Apesar de, em sua origem ser um movimento tipicamente filosófico de busca da liberdade de pensamento, o Iluminismo manifestou-se também em outros campos da vida humana, como na Literatura, na Arte e na Política. Nesses campos, o Iluminismo representou a luta do ser humano contra o abuso do poder por parte das autoridades, de forma que todo tipo de autoritarismo deveria ser combatido como algo irracional e, portanto, inaceitável. A razão, para o Iluminismo, era mais que uma faculdade humana, era uma força que todos possuíam e que poderia levar o indivíduo à plena liberdade de ser e de pensar. Ao se referir à "menoridade da razão", Kant está dizendo que o indivíduo deve abandonar qualquer tipo de tutela que o impeça de pensar de forma autônoma e livre. A religião cega, cuja subserviência leva à escravidão do espírito e da mente, é um exemplo do que se deve evitar para que se possa desenvolver um pensamento livre.

> Para este Esclarecimento *(Aufklärung),* porém, nada mais se exige senão liberdade. E a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer uso público de sua razão em todas as questões.
>
> KANT, I. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: *Textos Seletos.* 2. ed. Tradução de Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 104.

Segundo Schopenhauer, filósofo alemão do século XIX, o Iluminismo teve por *órganon* (órgão, instrumento) a luz interior, a intuição intelectual, a única que pode libertar o indivíduo e fazê-lo construtor de um mundo racional e, sobretudo, humano.

É importante ressaltar que, quando o Iluminismo se refere à razão e a uma busca racional do conhecimento do Universo, não diz respeito ao racionalismo como teoria epistemológica, mas sim à característica universal dos seres humanos, sua capacidade de pensar devido à racionalidade humana. A razão, para o Iluminismo, seria o caminho natural ao qual todas as pessoas poderiam recorrer, com o intuito de se libertarem dos grilhões da ignorância, que perpetuam a razão da força e não a força da razão.

Esse movimento filosófico encontrou suas raízes nas concepções mecanicistas dos séculos XVI e XVII e na Revolução Científica do século XVII. De acordo com essas concepções, a natureza não age por meio de uma vontade externa acessível somente a poucos iluminados, mas o Universo é um grande mecanismo que pode ser conhecido por todos. Dessa maneira, pode-se compreender o papel dos enciclopedistas, que tentavam reunir o conhecimento sobre o mundo de forma a torná-lo acessível a todas as pessoas que dele quisessem se aproximar.

O Iluminismo manifestou-se, na esfera social, no "despotismo esclarecido". Na esfera das Ciências e da Filosofia, esse movimento apresentou-se como uma tentativa de conhecer a natureza com a intenção de dominá-la e de transformá-la a favor do ser humano. No campo da moral e da religião, o Iluminismo atuou como instrumento de conhecimento das origens dos dogmas e das leis que regiam a vida humana, rompendo com toda forma de autoritarismo. Na vida política, o Iluminismo influenciou a Revolução Francesa, de 1789, e os movimentos de emancipação no continente americano a partir de 1776. No Brasil, os ideais iluministas tiveram fundamental papel na Inconfidência Mineira, em 1789. Na Alemanha, um dos berços do pensamento iluminista, o movimento recebeu o nome de *Aufklärung*, ou Esclarecimento, e teve como principal representante Immanuel Kant.

KANT

Johann Gottlieb Becker / Domínio Público

Representação de Kant.

Immanuel Kant nasceu em 1724, na cidade de Königsberg, hoje Kaliningrado, Rússia. Membro de uma família simples, recebeu uma educação exemplar que foi crucial para o desenvolvimento de suas obras. Em um de seus escritos, Kant lembra com gratidão a educação recebida de seus pais, principalmente de sua mãe, por quem nutria profundo carinho e admiração. Tanto na escola do pastor F. A. Schultz, local onde estudou por certo tempo, quanto em casa, Kant recebeu uma educação muito severa, marcada pelo rigor religioso protestante, o que influenciou notadamente sua filosofia moral.

Kant ingressou na Universidade de Königsberg em 1740, terminando seus estudos em Filosofia em 1747. Esse período foi de extrema miséria para o filósofo e sua família. Em 1755, iniciou o doutorado e tornou-se professor livre-docente na Universidade de Königsberg, assumindo o cargo de professor efetivo somente em 1770.

Seu caráter e personalidade foram características de destaque em sua vida. Todos os seus biógrafos afirmam que Kant era um homem íntegro, extremamente digno, sistemático, disciplinado, desprendido e determinado.

Os anos que se seguiram à sua entrada como professor efetivo na universidade foram muito importantes para a filosofia kantiana. De 1770 a 1781, o filósofo não produziu nenhuma obra. Até então, Kant já havia escrito 17 livros, denominados escritos pré-críticos. A partir de 1781, iniciando a sua fase crítica, Kant produz suas mais importantes obras, a *Crítica da razão pura* (1781), *Crítica da razão prática* (1788) e *Crítica do juízo* (1790), para citar somente algumas.

Seus últimos anos de vida foram marcados por dois terríveis acontecimentos. O primeiro foi a perseguição por parte do rei Guilherme II, que, adepto de ideias reacionárias, ordenou que Kant se calasse, ainda que, a essa altura, o filósofo já tivesse reconhecimento internacional. O segundo foi a interpretação errada de suas obras, fato contra o qual Kant lutou por muito tempo, mas que, por fim, acabou por vencê-lo.

Kant morreu em 1804, aos 80 anos, cego, sem lucidez intelectual e sem memória. Sem dúvida, um triste fim para aquele que ficou conhecido como "o maior filósofo da Modernidade".

A filosofia kantiana

A tradição interpretativa divide o pensamento de Kant em dois períodos: a fase pré-crítica e a fase crítica.

Na **fase pré-crítica**, a filosofia kantiana teve como característica um racionalismo dogmático, com bases na tradição cartesiana e, principalmente, com influência dos filósofos alemães Gottfried Leibniz e Christian Wolff.

Porém, após a leitura das obras de David Hume, filósofo escocês que desenvolveu um pensamento cético em relação à possibilidade de se obter um verdadeiro conhecimento do mundo, as concepções e certezas que Kant trazia foram abaladas, principalmente em relação à forma de conhecer o mundo. Kant percebeu que os questionamentos dos empiristas tinham fundamento e precisavam ser levados em consideração. O filósofo chegou a afirmar que foi a partir da leitura de Hume que ele despertou de seu "sono dogmático". É a partir desse "despertar", portanto, que sua filosofia passa à **fase crítica**, com a tentativa de superação da dicotomia empirismo-racionalismo por meio da crítica. A crítica kantiana tinha como último objetivo superar o dogmatismo, buscando, pela investigação, os fundamentos do conhecimento e das motivações para a ação.

Nesse contexto de crítica fica clara a intenção kantiana de colocar a razão diante de seu próprio tribunal:

> Um tribunal que lhe assegure as pretensões legítimas e, em contrapartida, possa condenar-lhe todas as presunções infundadas.
>
> KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 31.

Ao se propor o desafio da crítica, Kant fez, antes de mais nada, um exercício de reflexão, ou seja, a volta do pensamento para si mesmo.

Assim, para o filósofo, antes de a pessoa colocar-se a conhecer o mundo, ela deveria dedicar-se a olhar para dentro de si mesma e verificar suas possibilidades e limites de conhecer.

Em seu livro *Lógica,* Kant define a Filosofia como “a ciência da relação de todo o conhecimento e de todo uso da razão com o fim último da razão humana”. Assim, para o filósofo, a Filosofia tem como objetivo responder a quatro questões essenciais, que dizem respeito à vida humana e ao seu modo de conhecer, correspondendo, cada uma, a uma parte da Filosofia.

As quatro questões essenciais da filosofia para Kant.

Crítica da razão pura

Por uma crítica assim, não entendo uma crítica de livros e de sistemas, mas da faculdade da razão em geral, com respeito a todos os conhecimentos a que pode aspirar, independentemente de toda a experiência; portanto, a solução do problema da possibilidade ou impossibilidade de uma metafísica em geral e a determinação tanto das suas fontes como da sua extensão e limites; tudo isto, contudo, a partir de princípios. Assim, enveredei por este caminho, o único que me restava seguir e sinto-me lisonjeado por ter conseguido eliminar todos os erros que até agora tinham dividido a razão consigo mesma, no seu uso fora da experiência.

KANT, I. *Crítica da razão pura*.
Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão.
Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 27 e 28.

A *Crítica da razão pura*, obra fundamental de Kant, apresenta sua Teoria do Conhecimento ou Epistemologia. Nessa obra, o filósofo elabora a filosofia transcendental, que consiste na teoria sobre as condições de possibilidade do ser humano conhecer o mundo, livrando o entendimento das concepções incorretas acerca da verdade e levando a pessoa ao conhecimento verdadeiro e confiável, o qual não é simples especulação, mas, ao contrário, alcança a verdade por meio da Ciência.

Juízos analíticos e juízos sintéticos

Juízos são julgamentos ou afirmações sobre a realidade.

Razão
necessária e universal

Experiência
não há necessidade nem universalidade

Juízos analíticos
o predicado faz parte do sujeito

Análise = Separação

Juízos sintéticos
o predicado não faz parte do sujeito

P + S

Síntese = Composição

A priori (indubitáveis)
valor científico e filosófico. Condições de possibilidade de toda e qualquer verdade.

A posteriori

Juízos analíticos ou explicativos

São os juízos lógicos, os quais estão ligados à razão humana e que apenas reconhecem alguma característica no objeto de juízo, não produzindo nenhum conhecimento. Esses tipos de juízo são *a priori*, ou seja, precedem qualquer experiência daquilo que está sendo analisado.

Exemplo:
O triângulo é uma figura de três ângulos. Essa asserção é universal e necessária e, portanto, é uma verdade incontestável. Para alcançar essa definição, basta analisar a figura do triângulo. Assim, os juízos analíticos se restringem à análise do objeto, baseando-se exclusivamente na razão - pensamento humano - sem que seja necessária qualquer interferência dos sentidos - experiência - para sua formulação.

Juízos sintéticos ou ampliativos

Ao contrário dos juízos analíticos, os juízos sintéticos são construídos depois da experiência, sendo, portanto, *a posteriori*. Eles produzem um conhecimento que está além daquilo que o objeto demonstra imediatamente, acrescentando uma informação nova a ele.

Exemplo:
Considere a afirmação "todo ser humano é um ser social". Para alcançar esse juízo, é necessário observar a realidade e fazer experiências, sendo a observação imediata do indivíduo insuficiente para se chegar a essa definição sobre ele.
O conhecimento produzido por esses juízos, por ser originado de generalizações - que podem ser associações de ideias e não corresponder à verdade dos fatos e das coisas -, não é universal e necessário e, portanto, é contestável. Esses juízos são formulados a partir de experiências humanas.

Maira Damásio

Percebe-se, assim, a diferenciação entre juízos analíticos e sintéticos. Enquanto os juízos analíticos são universais e necessários, mas não produzem conhecimento novo, os juízos sintéticos ampliam o conhecimento, mas criam contestações, já que são frutos de generalizações de experiências e, por isso, podem mudar, sendo contingentes.

Para Kant, a Ciência baseia-se em um desses dois juízos, sendo apenas um deles insuficiente para se ter um conhecimento completo sobre o mundo. Por essa razão, o filósofo almeja alcançar **juízos sintéticos *a priori***, ou seja, juízos que ampliem o conhecimento, correspondam à realidade, mas, ao mesmo tempo, sejam universais e necessários. Esses juízos teriam valor científico e filosófico, sendo indubitáveis, ao mesmo tempo que poderiam produzir ideias ou conhecimentos novos sobre o mundo. Tais juízos seriam, assim, as condições de possibilidade de toda e qualquer verdade, independentemente da área na qual eles sejam aplicados. Para que esses juízos sejam alcançados, Kant considera necessário, portanto, unir a razão à experiência, o racionalismo ao empirismo, em um mesmo e único conhecimento.

A Nova Revolução Copernicana do Pensamento

Para que fosse possível alcançar os juízos sintéticos *a priori*, Kant propôs uma Nova Revolução Copernicana do Pensamento. Para o filósofo, era necessário que a Filosofia, antes de buscar conhecer o mundo, procurasse conhecer o ser humano, buscando descobrir quais são os seus atributos, características e condições como sujeito conhecedor do mundo (sujeito cognoscente), ou seja, quais os aspectos que permitem ao indivíduo conhecer aquilo que está à sua volta.

Dessa forma, Kant ressalta que a razão, antes de se colocar a conhecer o mundo, precisa pensar em si própria, verificando seus limites, instrumentos e possibilidades de conhecer. Com isso, o filósofo propõe uma mudança radical de perspectiva, segundo a qual o indivíduo deixaria de olhar para fora de si, para os objetos do mundo, voltando-se para dentro de si, para sua própria razão, tentando compreender quais as condições que ele tem para conhecer, como é possível conhecer e como se dá o seu conhecimento sobre o mundo.

Para exemplificar suas ideias, Kant utilizou-se da imagem da Revolução Copernicana, dizendo que, da mesma maneira que o modelo tradicional de cosmos considerava que o Sol girava ao redor da Terra, e Copérnico sugeriu que o movimento era inverso, sendo que a Terra é que gira ao redor do Sol, não é o indivíduo que deveria se adaptar ao objeto a ser conhecido, mas sim o objeto a ser conhecido é que deveria se adaptar às condições que o indivíduo tem de conhecê-lo. Segundo Kant, sujeito cognoscente e objeto conhecido se relacionam entre si. Não há, portanto, uma predominância do sujeito sobre o objeto, como defende o racionalismo, nem do objeto sobre o sujeito, como defende o empirismo, mas é na relação entre os dois que se alcança o conhecimento.

Para Kant, as condições das quais o indivíduo lança mão para conhecer o mundo são capacidades ou faculdades inerentes à natureza humana e que lhe permitem experimentar o objeto e pensar aquilo que experimentou, chegando, portanto, ao conhecimento verdadeiro. Essas faculdades não são subjetivas, não estando, portanto, em um indivíduo particular, mas fazendo parte da natureza humana. Buscando definir quais as condições universais que permitem ao ser humano obter o conhecimento, Kant estabelece, então, o conceito de sujeito transcendental, o qual, segundo o filósofo, consiste na própria condição humana, comum a todos, a qual fornece as ferramentas que são as condições de possibilidade para a experiência e o pensamento. A essas condições Kant denomina **formas da sensibilidade** e **formas do entendimento**.

As formas da sensibilidade e do entendimento

Para Kant, o conhecimento nasce do trabalho conjunto entre o entendimento – a razão – e a sensibilidade – os sentidos.

Formas *a priori* da sensibilidade

As formas *a priori* da sensibilidade chamadas pelo filósofo também de **intuições puras**, são o tempo e o espaço. Essas formas não existem como realidades em si mesmas, não sendo possível dizer que o espaço e o tempo têm realidades fora do próprio ser humano, assim como outros objetos do mundo físico. Tais formas existem como ferramentas que tornam possíveis as experiências dos seres humanos.

Quando percebemos um objeto, por exemplo uma mesa, e pensamos em determinadas situações – em cima da mesa, embaixo, ao lado, antes, depois –, só é possível fazer tais afirmações porque temos as condições do tempo e do espaço que nos permitem experimentarmos tal objeto. Outro exemplo: quando observamos uma maçã, só podemos fazê-lo porque a maçã se “encaixa” nas condições que temos de experimentá-la. Só podemos dizer que a maçã está longe de mim, é grande ou pequena, é maior que uma uva e menor do que um abacaxi porque temos o tempo e o espaço como formas que nos permitem percebê-la. Os objetos adaptam-se nessas formas – tempo e espaço – e só assim posso experimentá-los. Logo, sem tempo e espaço, o ser humano não poderia experimentar absolutamente nada.

Formas *a priori* do entendimento

As formas *a priori* do entendimento, o qual consiste na capacidade do intelecto humano de julgar, são também chamadas por Kant de **categorias**. Estas são ferramentas das quais o ser humano dispõe para pensar aquilo que foi experimentado, ou seja, são as diversas formas que o ser humano tem para alcançar o conhecimento sobre o mundo. As categorias, juntamente com o tempo e com o espaço, constituem o **sujeito transcendental**.

Kant apresenta 12 categorias:

- **Quanto à quantidade:** unidade, pluralidade e totalidade.
- **Quanto à qualidade:** realidade, negação e limitação.
- **Quanto à relação:** inerência e acidente (substância e acidente), causalidade e dependência (causa e efeito), reciprocidade (ação recíproca entre agente e paciente)
- **Quanto à modalidade:** possibilidade e impossibilidade, existência e inexistência, necessidade e contingência.

As categorias são as leis do intelecto às quais as coisas que foram experimentadas devem se submeter. O ser humano ordena as coisas e as determina de acordo com as categorias, que funcionam como ferramentas com as quais o ser humano pensa aquilo que a sensibilidade (com suas formas *a priori* - tempo e espaço) trazem como informações sensitivas. Assim, por meio das categorias, é possível criar relações entre tais informações, chegando, então, ao conhecimento (juízo).

Ao definir as formas *a priori* da sensibilidade e as formas *a priori* do entendimento, Kant buscou tornar possível a formulação de juízos sintéticos *a priori*. Para o filósofo, se o ser humano tem em si as faculdades de tempo e de espaço que lhe permitem obter os dados da experiência, dados estes que são pensados pelas categorias, é possível, então, alcançar verdades que ampliem o conhecimento humano e ao mesmo tempo sejam universais e necessárias.

Resolvido esse primeiro problema, surge então a questão acerca da delimitação daquilo que podemos conhecer do mundo e se é possível conhecer a essência das coisas ou somente aquilo que pode ser experimentado. A resposta para essa questão está na diferença entre o noúmeno e o fenômeno, discutidos a seguir.

Noúmeno e fenômeno

Para Kant, o ser humano só pode ter experiências sensíveis devido ao tempo e ao espaço, e, uma vez tidas essas experiências, ele é capaz, por meio das categorias do pensamento, de criar conexões com aquilo que foi experimentado. O conhecimento é resultado, portanto, da ação ocorrida entre experiência (empírico) e razão (racional).

Chamamos de criticismo kantiano a teoria do conhecimento na qual há uma interdependência entre experiência e razão. Essa nova epistemologia é uma síntese entre empirismo e racionalismo, pois, segundo Kant, o conhecimento começa com a experiência e termina com a razão, sendo que a ação de uma sem a outra não permite à pessoa chegar a um conhecimento verdadeiro do mundo. Logo, se o conhecimento depende da experiência e da razão, então aquilo que não pode ser experimentado não pode ser conhecido, e, com isso, tudo aquilo que não pode ser acessado pelos cinco sentidos não pode ser objeto do conhecimento verdadeiro.

Fenômeno: são as características do ser que podem ser percebidas pelos sentidos. Não é possível ao ser humano conhecer nada além do fenômeno (aquilo que aparece), o qual pode ser experimentado a partir das formas do tempo e do espaço para, depois, ser pensado pelas categorias. Para Kant, só há ciência verdadeira (conhecimento universal e necessário) a partir do fenômeno.

Noúmeno: consiste na realidade última do ser, ou seja, é a ideia imaterial de uma coisa, aquilo que ela é em si mesma e que ultrapassa a sua materialidade ou aparência, não podendo ser experimentada, mas somente pensada. O noúmeno é a essência, é aquilo que é dado ao pensamento puro sem qualquer relação com a experiência. Como, para Kant, se algo não pode ser experimentado, não pode ser conhecido, o indivíduo, por não ter acesso a essa realidade pelos sentidos, não pode, portanto, conhecê-la.

O processo de conhecimento para Kant.

Para Kant, o que se conhece do ser é o que aparece dele aos nossos sentidos. Dessa forma, a ideia de que é possível conhecer o ser em si mesmo, a sua essência última e imutável, não condiz com a filosofia kantiana. Para o filósofo, a Metafísica, a busca de um conhecimento das coisas que estão além da aparência e daquilo que pode ser experimentado, não é legítima. Se o noúmeno é o objeto da Metafísica e ele não pode ser alcançado ou conhecido, logo, a Metafísica não é possível como conhecimento. Kant dá outro sentido à Metafísica, já que no sentido usual, considerado pelo filósofo uma insensatez dogmática, a Metafísica se refere à busca de conhecer aquilo que não pode ser experimentado e que, portanto, não pode ser conhecido. Assim, o ser humano não tem ferramentas para conhecer o objeto da Metafísica, pois este escapa a toda possibilidade de conhecimento humano. Contudo, ainda que não possa ser objeto de conhecimento, ela pode ser pensada.

A metafísica kantiana

Segundo Kant, a Metafísica não merecia crédito, por tentar conhecer aquilo que é impossível ser conhecido, escapando de toda possibilidade de conhecimento humano, uma vez que o ser humano não dispõe de ferramentas para conhecer aquilo que não pode ser experimentado. No entanto, isso não significa que a Metafísica não exista. Para Kant, a verdadeira Metafísica não deveria buscar conhecer o noúmeno, a coisa em si mesma, o "ser enquanto ser", mas sim buscar conhecer o ser humano, debruçando-se sobre o sujeito cognoscente para compreender como o conhecimento acontece.

A Metafísica teria, para Kant, o objetivo de estudar as maneiras como o sujeito encontra o conhecimento; logo, seus objetos de estudo são as condições de possibilidade do conhecimento e da experiência humana, preocupando-se com as condições *a priori* do sujeito cognoscente de experimentar e pensar o que foi experimentado.

Todas as vezes que o indivíduo se atreve a tentar alcançar verdades sobre aquilo que não pode ser experimentado, ou seja, quando ele se envereda pela Metafísica tradicional tentando compreender, por exemplo, Deus, a imortalidade da alma ou a liberdade humana, criam-se antinomias (do grego *anti-nomía*: contradição das leis, conflito entre as leis). Estas são “verdades” passíveis de serem defendidas e ao mesmo tempo refutadas por argumentos igualmente robustos, constituindo-se, assim, um uso ilegítimo da razão.

Um exemplo de antinomia é a discussão acerca da existência de Deus. É possível defender tanto que Deus existe e é a causa necessária do Universo quanto que ele não existe. No entanto, não é possível determinar quem esteja de fato certo sobre esse assunto. Porém, não poder determinar alguma verdade sobre a existência de Deus, a imortalidade da alma ou a liberdade do ser humano não significa que tais coisas não existem ou que não tenham papel na vida humana. Se elas não encontram espaço na *Crítica da razão pura*, em que Kant se dedica a discutir como o ser humano alcança o conhecimento verdadeiro, essas ideias encontram um papel essencial na *Crítica da razão prática*, na qual Kant reflete sobre as ações humanas.

Selo comemorativo celebrando 250 anos do nascimento de Kant.

A moral kantiana

A Metafísica kantiana, além de ter se preocupado com a possibilidade de o sujeito conhecer o mundo, ocupou-se também do campo prático da moral humana, buscando responder à seguinte pergunta: como o ser humano pode agir com liberdade?

Para Kant, o mundo exterior ao indivíduo constitui o campo da necessidade, pois todas as coisas da natureza seguem leis naturais de causalidade, estando inseridas em relações de causa e efeito. O ser humano, ao contrário, como um ser de vontade, tem liberdade para fazer suas escolhas de acordo com os fins que deseja alcançar, não sendo determinado por leis naturais ou instintivas que guiam suas ações.

Segundo Kant, no campo da razão teórica, as possibilidades naturais humanas (formas da sensibilidade e do entendimento) limitam o conhecimento da natureza. O ser humano não é, então, realmente livre nesse terreno. Contudo, no campo da ação moral, o indivíduo pode agir guiado pela razão absolutamente livre de qualquer determinação natural.

Kant trabalha essa problemática moral em suas obras *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), *Crítica da razão prática* (1788) e *Metafísica dos costumes* (1797). Nelas, o filósofo procura compreender como a ação humana pode ser verdadeiramente livre, sendo uma ação por “dever”. Por “dever”, Kant compreende a ação ética que deve guiar-se única e exclusivamente pela racionalidade humana, a qual busca princípios ou valores racionais que fundamentarão a ação, livrando-se de todo e qualquer desejo subjetivo que possa desvirtuar a ação correta.

Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, ou: só ele tem uma vontade. Como para derivar as ações das leis é necessária a razão, a vontade não é outra coisa senão razão prática. Se a razão determina infalivelmente a vontade, as ações de um tal ser, que são conhecidas como objetivamente necessárias, são também subjetivamente necessárias, isto é, a vontade é a faculdade de escolher só aquilo que a razão, independentemente da inclinação, reconhece como praticamente necessário, quer dizer, bom.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1995. p. 47.

Sendo o ser humano racional, ele deve utilizar sua racionalidade apenas para buscar os princípios que serão a base da ação. Esses princípios estão acima de toda e qualquer particularidade, devendo servir a todos os seres humanos sem exceção, uma vez que a racionalidade humana determinará os mesmos princípios para todos eles. Essa é a ética kantiana do dever que, em sua natureza, é tanto prescritiva quanto normativa (prescreve normas): a ação correta é determinada pela razão e o indivíduo deve segui-la. Não há circunstâncias pessoais ou relativismo moral que diga que a pessoa deva agir de outra forma.

Assim, para Kant, o ser humano é essencialmente livre porque é racional. Enquanto todos os outros seres seguem leis determinadas pela sua própria natureza, o ser humano é o único capaz de tomar decisões utilizando sua razão. A moral é, portanto, independente do mundo natural.

Kant afirma que existem princípios *a priori* de moralidade, o que significa que o ser humano não precisa experimentar certa coisa ou viver uma situação concreta para saber o que deve ou não fazer. Utilizando sua razão, a pessoa é capaz de encontrar os princípios morais que devem ser colocados em prática. Para encontrar esses princípios, o indivíduo deve partir de outro, em uma espécie de “fórmula” racional que Kant denomina **imperativo categórico** ou imperativo absoluto.

> O imperativo categórico é, portanto, só um único, que é este: age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.
>
> KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1995. p. 59.

Diante de qualquer questão moral, o indivíduo, utilizando-se do imperativo categórico, chegará inevitavelmente à resposta do princípio que deve guiar sua ação. Por exemplo, ao perguntar: o ser humano deve mentir para não magoar alguma pessoa? O sujeito, aplicando o imperativo categórico, deve pensar o seguinte: será que mentir pode tornar-se uma lei moral universal, ou seja, será que todas as pessoas do mundo podem mentir? A razão nos leva a concluir que não. Se todos os indivíduos do mundo tomassem a mentira como um princípio, o mundo tornar-se-ia caótico, uma vez que não haveria mais confiança entre as pessoas. Logo, se a razão nos levou a concluir que a mentira não pode ser utilizada como princípio da ação, o indivíduo não deve mentir, nem mesmo para não magoar alguém, uma vez que, se fossem admitidas exceções, as pessoas agiriam sempre por interesses próprios, acatando ou rejeitando o princípio moral racional de acordo com seus interesses particulares.

> [...] uma pessoa vê-se forçada pela necessidade a pedir dinheiro emprestado. Sabe muito bem que não poderá pagar, mas vê também que não lhe emprestarão nada se não prometer firmemente pagar em prazo determinado. Sente a tentação de fazer a promessa; mas tem ainda consciência bastante para perguntar a si mesma: Não é proibido e contrário ao dever livrar-se de apuros desta maneira? Admitindo que se decida a fazê-lo, a sua máxima de ação seria: quando julgo estar em apuros de dinheiro, vou pedi-lo emprestado e prometo pagá-lo, embora saiba que tal nunca sucederá.
>
> KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 130.

Kant, ao propor o imperativo categórico, não afirmou o que deveria ou não ser feito, fornecendo somente o caminho racional que deveria ser utilizado para alcançar o princípio universal. Se qualquer indivíduo, de qualquer cultura e em qualquer situação, aplicar o imperativo categórico, ele chegará à mesma conclusão de todos os outros indivíduos do mundo. Isso consiste no que Kant chamou de **ação por dever**, uma ação que não admite exceções e que não leva em consideração necessidades, apetites, interesses, desejos ou circunstâncias pessoais e particulares. A razão ordenou por meio do imperativo categórico e o indivíduo deve sempre obedecê-la, ainda que as consequências dessa ação lhe sejam ruins. A lei moral é universal, invariável, insubstituível e determinante das ações. Essa liberdade de qualquer determinação, exceto a razão para a escolha da ação humana, foi chamada por Kant de **vontade autônoma**.

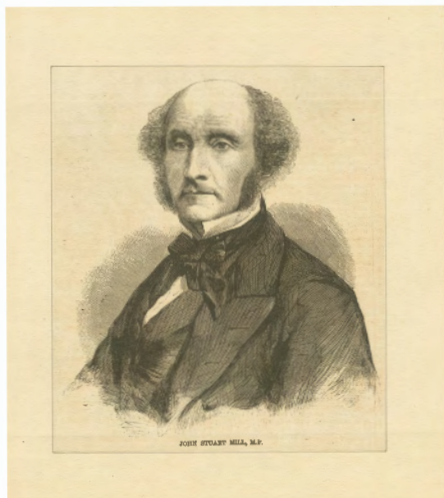
> Quando a vontade é autônoma, ela pode ser vista como outorgando a si mesma a lei, pois, querendo o imperativo categórico, ela é puramente racional e não dependente de qualquer desejo ou inclinação exterior à razão. [...] Na medida em que sou autônomo, legislo para mim mesmo exatamente a mesma lei que todo outro ser racional autônomo legisla para si.
>
> WALKER, Ralph. *Kant*: Kant e a lei moral. Tradução de Oswaldo Giacóia Júnior. São Paulo: Unesp, 1999. p. 41.

Há uma diferença fundamental entre ação por dever e ação correta. O ser humano pode agir corretamente, sem, no entanto, agir por dever. Se a ação correta é realizada porque o sujeito tem interesses próprios, ele então ganhará alguma vantagem, será bem visto pelas outras pessoas, tendo agido corretamente, mas não por dever. A ação por dever é totalmente desinteressada, não havendo nela qualquer influência a não ser a da simples racionalidade, a qual determina que o sujeito deva agir de determinada maneira.

Para Kant, a ação digna é apenas aquela que ocorre fundamentalmente por dever. Veja o fragmento a seguir, no qual o filósofo discorre acerca desse caráter digno da ação.

> No reino dos fins, tudo tem um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço e, portanto, não permite equivalente, então tem ela dignidade. O que se relaciona com as inclinações e necessidades gerais do homem tem um preço venal; aquilo que, mesmo sem pressupor uma necessidade, é conforme a um certo gosto, isto é, a uma satisfação no jogo livre e sem finalidade das nossas faculdades anímicas, tem um preço de afeição ou de sentimento; aquilo porém que constitui a condição só graças à qual qualquer coisa pode ser um fim em si mesma, não tem somente um valor relativo, isto é um preço, mas um valor íntimo, isto é dignidade. Ora a moralidade é a única condição que pode fazer de um ser racional um fim em si mesmo, pois só por ela lhe é possível ser membro legislador no reino dos fins. Portanto a moralidade e a humanidade enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisas que têm dignidade.
>
> KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1988. p. 77.

Para Kant, o indivíduo só é realmente feliz e livre quando segue sua razão e, por conseguinte, a lei moral determinada pelo imperativo categórico. A razão é o que separa o indivíduo do mundo natural e é o que nos diferencia dos animais, os quais seguem determinações naturais. Se a razão determina um princípio moral, o indivíduo deve segui-lo. Se, pelo contrário, a pessoa nega esse princípio racional e decide agir de acordo com seus desejos e necessidades particulares, ela está abandonando aquilo que a diferencia dos outros seres, perdendo, assim, sua própria dignidade.

JOHN STUART MILL

Autor Desconhecido / Domínio Público

Representação de John Stuart Mill.

Nascido em Londres, em 1806, Stuart Mill teve contato com a Filosofia desde muito cedo. Seu pai, James Mill, foi um importante filósofo da corrente utilitarista de Jeremy Bentham, o qual havia sido, inclusive, professor de Stuart Mill. Bentham considerava o hedonismo psicológico como o princípio governante da conduta humana. Para ele, dor e prazer eram os "mestres soberanos" da humanidade. Dessa ideia, nasceu a teoria moral do utilitarismo, segundo a qual o único fim da conduta humana é alcançar a maior felicidade para o maior número de pessoas possível.

A crítica ao silogismo

Em sua obra *Sistema de lógica dedutiva,* Mill empenhou-se em criticar o silogismo lógico, que tem sua conclusão ou dedução inferida necessariamente das premissas do próprio silogismo. Um exemplo clássico de silogismo é:

Todo ser humano é mortal.
Sócrates é um ser humano.
Logo, Sócrates é mortal.

Concluir que Sócrates é mortal é chegar a uma ideia que já estava contida nas premissas do argumento. Partindo desse raciocínio, fica claro que a conclusão dedutiva não acrescenta nada às informações presentes nas premissas. Por isso, para Mill, o argumento dedutivo ou silogístico é estéril.

Stuart Mill afirmava que a verdade da proposição "Todo ser humano é mortal" provinha das experiências, realizadas anteriormente, de observar vários seres humanos mortos. Por isso, o filósofo defendia que toda inferência é feita "do particular para o particular", ou seja, em todos os casos, o conhecimento obtido por meio de um raciocínio lógico é proveniente de experiências anteriores do mesmo caso. A proposição geral de um raciocínio dedutivo não passa, portanto, de um conjunto de experiências particulares feitas anteriormente. Com isso, Mill buscou defender que todo conhecimento é de natureza empírica.

O utilitarismo de Stuart Mill

O utilitarismo é uma das doutrinas éticas que consideram a felicidade o bem maior a ser buscado em toda e qualquer ação. Logo, a ação humana deve ter como critério de bem e mal o "princípio da maior felicidade", conhecido também como princípio da utilidade, que encontra suas origens na filosofia de Epicuro. Jeremy Bentham, porém, foi quem desenvolveu essa ideia com maior sistematização. Segundo ele, na obra *Uma investigação dos princípios da moral e da legislação*, de 1789:

> [...] o princípio da maior felicidade é aquele que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo.
>
> BENTHAM, Jeremy. *Uma investigação dos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Abril cultural, 1974. p. 4.

A melhor ação seria, portanto, aquela que proporcionaria maior prazer ou felicidade ao indivíduo ou à comunidade, definindo-se o critério de certo ou errado de acordo com o maior grau de felicidade para um maior número de pessoas. De acordo com Bentham, são sete os critérios utilizados para definir se uma ação irá trazer ou não a felicidade, os quais devem auxiliar na avaliação das dores e dos prazeres para a tomada de decisão: intensidade, duração, certeza ou incerteza, proximidade ou longinquidade, fecundidade, pureza e extensão.

Essa posição filosófica de Bentham, porém, pode ser facilmente confundida com o hedonismo (a busca do prazer sem se preocupar com as consequências posteriores), uma vez que o princípio da maior felicidade está ligado ao prazer, e nem tudo o que traz prazer para o ser humano é necessariamente bom. Há de se distinguir os tipos de prazeres, como o fez o filósofo grego Epicuro, mas de forma mais sistemática, de modo que se evite o erro do subjetivismo e do egoísmo, pois, aquilo que seria prazer e felicidade para uns, poderia não o ser para outros.

Buscando justificar a posição ética de seu mestre, Stuart Mill reelabora sua tese, defendendo a necessidade de unir ao hedonismo aspectos do estoicismo e do cristianismo. Faz-se necessária, assim, uma distinção clara entre os prazeres humanos e os prazeres animais. Tal distinção se dá qualitativamente, sendo que os prazeres melhores e superiores, chamados por Mill de prazeres mentais, estão ligados ao pensamento, enquanto os prazeres inferiores, chamados de prazeres corporais, estão ligados ao corpo.

Stuart Mill acreditava que as pessoas deveriam buscar em sua vida os prazeres que lhe fariam alcançar a felicidade, fazendo a distinção adequada desses prazeres, sendo que os prazeres superiores e mentais é que fariam as pessoas verdadeiramente felizes, embora os prazeres inferiores e corporais não devessem ser deixados de lado, precisando ser buscados com moderação e comedimento.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UEAP)

Mas, o ponto de vista ou a boa vontade não bastam para preencher o vazio da exclusão. Somos convocados pela Ética a redimensionar o mundo e a nós mesmos. A tecnologia nada pode contra um poder arcaico: a exclusão não é "fatalidade" é o saldo de uma vontade moral. Desejar o ser. É aí exatamente que se encontra a vontade ética, isto é, a vontade que quer ser: ser que é vida, mas também produção do social.

Daniel Lins é sociólogo, psicanalista e pós-doutor em Filosofia e professor na Universidade Federal do Ceará-UFC.

A imagem e o texto apresentados fazem referência à ética. Para a Filosofia, está correto afirmar que

A) a Ética é o conjunto de normas impostas pela sociedade.
B) a moral é a parte da Filosofia que reflete sobre a Ética.
C) a Ética e a moral são a mesma coisa.
D) a moral é o conjunto de normas, valores, que influenciam e condicionam o comportamento humano em uma sociedade.
E) a Ética é sempre normativa e a moral é essencialmente crítica.

02. (UENP-PR) Kant expressa o mundo moderno em um edifício de pensamentos. De fato, isto significa apenas que na filosofia kantiana os traços essenciais da época se refletem como em um espelho, sem que Kant tivesse conceituado a modernidade enquanto Kant. Só mediante uma visão retrospectiva Hegel pode entender a filosofia de Kant como autointerpretação decisiva da modernidade. Hegel visa conhecer também o que restou de impensado nessa expressão mais refletida da época: Kant não considera como cisões as diferenciações no interior da razão, nem as divisões formais no interior da cultura, nem em geral a dissociação dessas esferas. Por esse motivo, Kant ignora a necessidade que se manifesta com as separações impostas pelo princípio da subjetividade.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 30.

Dadas as afirmativas sobre Kant, assinale a alternativa correta.

A) Kant buscava uma síntese entre o racionalismo que acreditava na primazia da razão como fonte do conhecimento e o empirismo, que defendia a experiência enquanto fonte primária no ato de conhecer.
B) Kant nunca deixou Konisberg, elaborou na Ética o imperativo categórico que afirmava: "o homem é a medida de todas as coisas e nesse sentido tudo que procede do homem é humano e ético".
C) Kant apoiou-se na filosofia de Maquiavel: "os fins justificam os meios", defendendo uma Ética norteada pela consequência e cita Maquiavel como o filósofo da moral de todos os tempos.
D) Na terminologia de Kant, a expressão juízo sintético *a priori* indica as afirmações dotadas de universalidade e necessidade que seriam as fontes primeiras dos preconceitos que levam aos processos de segregação racial.
E) Assim como Agostinho apoiou-se na filosofia de Platão para desenvolver sua filosofia, Tomás de Aquino cristianizou a filosofia de Kant em suas diversas expressões, tornando a doutrina kantiana extremamente absorvida pelo cristianismo.

03. (UFSM-RS) Os filósofos Arne Naess e George Sessions propuseram, em 1984, diversos princípios para uma ética ecológica profunda, entre os quais se encontra o seguinte:

O bem-estar e o florescimento da vida humana e não humana na Terra têm valor em si mesmos. Esses valores são independentes da utilidade do mundo não humano para finalidades humanas.

Considere as seguintes afirmações:

I. A ética kantiana não se baseia no valor de utilidade das ações.
II. "Valor intrínseco" é um sinônimo para "valor em si mesmo".
III. A ética utilitarista rejeita a concepção de que as ações têm valor em si mesmas.

Está(ão) correta(s)

A) apenas I.
B) apenas II.
C) apenas III.
D) apenas I e II.
E) I, II e III.

04. WCKX (UFU-MG) Autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças à qual ela é para si mesma a sua lei (independentemente da natureza dos objetos do querer). O princípio da autonomia é portanto: não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 85.

De acordo com a doutrina ética de Kant

A) o Imperativo Categórico não se relaciona com a matéria da ação e com o que deve resultar dela, mas com a forma e o princípio de que ela mesma deriva.

B) o Imperativo Categórico é um cânone que nos leva a agir por inclinação, vale dizer, tendo por objetivo a satisfação de paixões subjetivas.

C) inclinação é a independência da faculdade de apetição das sensações, que representa aspectos objetivos baseados em um julgamento universal.

D) a boa vontade deve ser utilizada para satisfazer os desejos pessoais do homem. Trata-se de fundamento determinante do agir, para a satisfação das inclinações.

05. (Unesp) Por que as pessoas fazem o bem? A bondade está programada no nosso cérebro ou se desenvolve com a experiência? O psicólogo Dacher Keltner, diretor do Laboratório de Interações Sociais da Universidade da Califórnia, em Berkeley, investiga essas questões por vários ângulos e apresenta resultados surpreendentes.

Keltner – O nervo vago é um feixe neural que se origina no topo da espinha dorsal. Quando ativo, produz uma sensação de expansão confortável no tórax, como quando estamos emocionados com a bondade de alguém ou ouvimos uma bela música. Pessoas com alta ativação dessa região cerebral são mais propensas a desenvolver compaixão, gratidão, amor e felicidade.

Mente & Cérebro – O que esse tipo de ciência o faz pensar?

Keltner – Ela me traz esperanças para o futuro. Que nossa cultura se torne menos materialista e privilegie satisfações sociais como diversão, toque, felicidade que, do ponto de vista evolucionário, são as fontes mais antigas de prazer. Vejo essa nova ciência em quase todas as áreas da vida. Ensina-se meditação em prisões e em centros de detenção de menores. Executivos aprendem que inteligência emocional e bom relacionamento podem fazer uma empresa prosperar mais do que se ela for focada apenas em lucros.

Disponível em: <www.mentecerebro.com.br> (Adaptação).

De acordo com a abordagem do cientista entrevistado, as virtudes morais e sentimentos agradáveis

A) dependem de uma integração holística com o universo.

B) dependem de processos emocionais inconscientes.

C) são adquiridos por meio de uma educação religiosa.

D) são qualidades inatas passíveis de estímulo social.

E) estão associados a uma educação filosófica racionalista.

06. (UEL-PR–2017) O tempo nada mais é que a forma da nossa intuição interna. Se a condição particular da nossa sensibilidade lhe for suprimida, desaparece também o conceito de tempo, que não adere aos próprios objetos, mas apenas ao sujeito que os intui.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. Valério Rohden e Udo Baldur Moosburguer. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p.47. Coleção Os Pensadores.

Com base nos conhecimentos sobre a concepção kantiana de tempo, assinale a alternativa correta.

A) O tempo é uma condição a priori de todos os fenômenos em geral.

B) O tempo é uma representação relativa subjacente às intuições.

C) O tempo é um conceito discursivo, ou seja, um conceito universal.

D) O tempo é um conceito empírico que pode ser abstraído de qualquer experiência.

E) O tempo, concebido a partir da soma dos instantes, é infinito.

07. (Unicentro-PR) A Filosofia, como é estudada atualmente, encontra-se submetida a uma grande especificação quanto ao universo dos seus conhecimentos. Isso se deve, em grande medida, a um motivo principal vinculado à perspectiva de Kant, filósofo alemão do século XVIII.

Quanto à perspectiva do conhecimento presente nesse pensador, assinale a alternativa correta.

A) A Filosofia, ao aceitar a metafísica, coaduna com a ideia de que seria exequível o conhecimento da realidade em si.

B) A Filosofia passa a afirmar que a razão humana possui o poder de conhecer a organização da verdade em si mesma.

C) O conhecimento diz respeito à forma como as coisas são organizadas pela estrutura interna e universal da própria razão.

D) O descobrimento das causas, ou dos princípios primeiros das coisas, oferece à verdade a essência do conhecimento.

E) Sua abordagem filosófica consiste na ideia de que seria possível apreender as coisas, tais como são em si mesmas.

08. OGQR (UEL-PR–2015) Leia o texto a seguir.

As leis morais juntamente com seus princípios não só se distinguem essencialmente, em todo o conhecimento prático, de tudo o mais onde haja um elemento empírico qualquer, mas toda a Filosofia moral repousa inteiramente sobre a sua parte pura e, aplicada ao homem, não toma emprestado o mínimo que seja ao conhecimento do mesmo (Antropologia).

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. de Guido A. de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial, 2009. p.73.

Com base no texto e na questão da liberdade e autonomia em Immanuel Kant, assinale a alternativa correta.

A) A fonte das ações morais pode ser encontrada através da análise psicológica da consciência moral, na qual se pesquisa mais o que o homem é, do que o que ele deveria ser.

B) O elemento determinante do caráter moral de uma ação está na inclinação da qual se origina, sendo as inclinações serenas moralmente mais perfeitas do que as passionais.

C) O sentimento é o elemento determinante para a ação moral, e a razão, por sua vez, somente pode dar uma direção à presente inclinação, na medida em que fornece o meio para alcançar o que é desejado.

D) O ponto de partida dos juízos morais encontra-se nos “propulsores” humanos naturais, os quais se direcionam ao bem próprio e ao bem do outro.

E) O princípio supremo da moralidade deve assentar-se na razão prática pura, e as leis morais devem ser independentes de qualquer condição subjetiva da natureza humana.

09. (Unicentro-PR) Assinale a alternativa correta.

A) Para Kant, tudo o que conhecemos vem dos sentidos, pois o conhecimento depende das noções de tempo e espaço, que são consideradas por ele realidades externas.

B) Kant não está interessado em superar a dicotomia racionalismo-empirismo, sua inovação consiste em afirmar que a realidade é um dado exterior, ao qual o intelecto deve se conformar.

C) Tal como Copérnico dissera que não é o Sol que gira em torno da Terra, mas sim o contrário, também Kant afirma que o conhecimento não é o reflexo do objeto exterior: é o próprio espírito que constrói o objeto do seu saber. Nesse sentido, dizemos que Kant realizou uma revolução copernicana.

D) O criticismo de Kant resolve o problema da metafísica ao abrir caminho para que Auguste Comte, no século XIX, funde o positivismo, levando às últimas consequências a capacidade que Kant atribuiu à razão de se conformar à realidade exterior.

E) Kant declara que, graças ao filósofo inglês Hume, pôde despertar do sono dogmático e tomar como ponto de partida de suas reflexões metafísicas a ideia de que existe uma realidade em si que pode ser conhecida por nossa razão, por intermédio de nossos sentidos.

10. 6DUM (Unioeste-PR) A necessidade prática de agir segundo este princípio, isto é, o dever, não assenta em sentimentos, impulsos e inclinações, mas sim somente na relação dos seres racionais entre si, relação essa em que a vontade de um ser racional tem de ser considerada sempre e simultaneamente como legisladora, porque de outra forma não podia pensar-se como fim em si mesmo. A razão relaciona, pois, cada máxima da vontade concebida como legisladora universal com todas as outras vontades e com todas as ações para conosco mesmos, e isto não em virtude de qualquer outro móbil prático ou de qualquer vantagem futura, mas em virtude da ideia da dignidade de um ser racional que não obedece a outra lei senão àquela que ele mesmo simultaneamente dá a si mesmo. [...] O que se relaciona com as inclinações e necessidades gerais do homem tem um preço venal [...] aquilo porém que constitui a condição só graças a qual qualquer coisa pode ser um fim em si mesma, não tem somente um valor relativo, isto é, um preço, mas um valor íntimo, isto é, dignidade.

KANT.

Considerando o texto citado e o pensamento ético de Kant, seguem as afirmativas:

I. Para Kant, existe moral porque o ser humano e, em geral, todo o ser racional, fim em si mesmo e valor absoluto, não deve ser tomado simplesmente como meio ou instrumento para o uso arbitrário de qualquer vontade.

II. Fim em si mesmo e valor absoluto, o ser humano é pessoa e tem dignidade, mas uma dignidade que é, apenas, relativamente valiosa por se encontrar em dependência das condições psicossociais e político-econômicas nas quais vive.

III. A moralidade, única condição que pode fazer de um ser racional fim em si mesmo e valor absoluto, pelo princípio da autonomia da vontade, e a humanidade, enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisas que têm dignidade.

IV. As pessoas têm dignidade porque são seres livres e autônomos, isto é, seres que se submetem às leis que se dão a si mesmos atendendo imediatamente aos apelos de suas inclinações, sentimentos, impulsos e necessidades.

V. A autonomia da vontade é o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda natureza racional e, por esta razão, a vontade não está simplesmente submetida à lei, mas submetida à lei por ser concebida como vontade legisladora universal, ou seja, se submete à lei na exata medida em que ela é a autora da lei (moral).

Das afirmativas feitas anteriormente,

A) somente a afirmação I está incorreta.

B) somente a afirmação III está incorreta.

C) as afirmações II e IV estão incorretas.

D) as afirmações II e III estão incorretas.

E) as afirmações II, III e V estão incorretas.

11. (UFU-MG) O texto a seguir comenta alguns aspectos da reflexão de Immanuel Kant sobre a Ética.

E por que realizamos atos contrários ao dever e, portanto, contrários à razão? Kant dirá que é porque nossa vontade é também afetada pelas **inclinações**, que são os desejos, as paixões, os medos, e não apenas pela razão. Por isso afirma que devemos educar a vontade para alcançar a **boa vontade**, que seria aquela guiada unicamente pela razão.

COTRIM, G.; FERNANDES, M. *Fundamentos de Filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 301.

Sobre a reflexão ética de Kant, assinale a alternativa incorreta.

A) A ação por dever é aquela que exclui todas as determinações advindas da sensibilidade, como os desejos, as paixões e os medos.

B) A ação por dever está fundada na autonomia, ou seja, na capacidade que todo homem tem de escolher as regras que sua própria razão construiu.

C) A ação por dever é uma expressão da boa vontade, na medida em que exige que a mesma regra, escolhida para um certo caso, possa ser utilizada por todos os agentes racionais.

D) A ação por dever é aquela que reflete um meio termo ou um equilíbrio entre as determinações das inclinações e as determinações da razão.

12. (UFSJ-MG) Sobre a questão do conhecimento na filosofia kantiana, é correto afirmar que

A) o ato de conhecer se distingue em duas formas básicas: conhecimento empírico e conhecimento puro.

B) para conhecer, é preciso se lançar ao exercício do pensar conceitos concretos.

C) as formas distintas de conhecimento, descritas na obra *Crítica da razão pura*, são denominadas, respectivamente, juízo universal e juízo necessário e suficiente.

D) o registro mais contundente acerca do conhecimento se faz a partir da distinção de dois juízos, a saber: juízo analítico e juízo sintético ou juízo de elucidação.

13. ZH1H (UEL-PR) O desenvolvimento não é um mecanismo cego que age por si. O padrão de progresso dominante descreve a trajetória da sociedade contemporânea em busca dos fins tidos como desejáveis, fins que os modelos de produção e de consumo expressam. É preciso, portanto, rediscutir os sentidos. Nos marcos do que se entende predominantemente por desenvolvimento, aceita-se rever as quantidades (menos energia, menos água, mais eficiência, mais tecnologia), mas pouco as qualidades: que desenvolvimento, para que e para quem?

LEROY, Jean Pierre.
Encruzilhadas do Desenvolvimento.
O Impacto sobre o meio ambiente.
Le Monde Diplomatique Brasil. jul. 2008. p. 9.

Tendo como referência a relação entre desenvolvimento e progresso presente no texto, é correto afirmar que, em Kant, tal relação, contida no conceito de Aufklärung (Esclarecimento), expressa

A) a tematização do desenvolvimento sob a égide da lógica de produção capitalista.
B) a segmentação do desenvolvimento tecnocientífico nas diversas especialidades.
C) a ampliação do uso público da razão para que se desenvolvam sujeitos autônomos.
D) o desenvolvimento que se alcança no âmbito técnico e material das sociedades.
E) o desenvolvimento dos pressupostos científicos na resolução dos problemas da filosofia prática.

14. 8BI4 (UEMA) Na perspectiva do conhecimento, Immanuel Kant pretende superar a dicotomia racionalismo-empirismo. Entre as alternativas seguintes, a única que contém informações corretas sobre o criticismo kantiano é:

A) A razão estabelece as condições de possibilidade do conhecimento; por isso independe da matéria do conhecimento.
B) O conhecimento é constituído de matéria e forma. Para termos conhecimento das coisas, temos de organizá-las a partir da forma *a priori* do espaço e do tempo.
C) O conhecimento é constituído de matéria, forma e pensamento. Para termos conhecimento das coisas temos de pensá-las a partir do tempo cronológico.
D) A razão enquanto determinante nos conhecimentos fenomênicos e noumênicos (transcendentais) atesta a capacidade do ser humano.
E) O homem conhece pela razão a realidade fenomênica porque Deus é quem afinal determina este processo.

15. (UEMA) No texto “Que é esclarecimento?” (1783), o que significa, conforme Kant, a saída do homem da menoridade da qual ele mesmo é culpado?

A) O uso da razão crítica, exceto quando se tratar de doutrinas religiosas.
B) A capacidade de aceitar passivamente a autoridade científica ou política.
C) A liberdade para executar desejos e impulsos conforme a natureza instintiva do homem.
D) A coragem de ser autônomo, rejeitando, portanto, qualquer condição tutelar.
E) O alcance da idade apropriada para uso da racionalidade subjetiva.

SEÇÃO ENEM

01. EUØK (Enem–2017) Uma pessoa vê-se forçada pela necessidade a pedir dinheiro emprestado. Sabe muito bem que não poderá pagar, mas vê também que não lhe emprestarão nada se não prometer firmemente pagar em prazo determinado. Sente a tentação de fazer a promessa; mas tem ainda consciência bastante para perguntar a si mesma: não é proibido e contrário ao dever livrar-se de apuros desta maneira? Admitindo que se decida a fazê-lo, a sua máxima de ação seria: quando julgo estar em apuros de dinheiro, vou pedi-lo emprestado e prometo pagá-lo, embora saiba que tal nunca sucederá.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*.
São Paulo: Abril Cultural, 1980.

De acordo com a moral kantiana, a “falsa promessa de pagamento” representada no texto

A) assegura que a ação seja aceita por todos a partir da livre discussão participativa.
B) garante que os efeitos das ações não destruam a possibilidade da vida futura na terra.
C) opõe-se ao princípio de que toda ação do homem possa valer como norma universal.
D) materializa-se no entendimento de que os fins da ação humana podem justificar os meios.
E) permite que a ação individual produza a mais ampla felicidade para as pessoas envolvidas.

02. F2K8 (Enem–2017) A moralidade, Bentham exortava, não é uma questão de agradar a Deus, muito menos de fidelidade a regras abstratas. A moralidade é a tentativa de criar a maior quantidade de felicidade possível neste mundo. Ao decidir o que fazer, deveríamos, portanto, perguntar qual curso de conduta promoveria a maior quantidade de felicidade para todos aqueles que serão afetados.

RACHELS. J. *Os elementos da filosofia moral*,
Barueri-SP; Manole. 2006.

Os parâmetros da ação indicados no texto estão em conformidade com uma

A) fundamentação científica de viés positivista.
B) convenção social de orientação normativa.
C) transgressão comportamental religiosa.
D) racionalidade de caráter pragmático.
E) inclinação de natureza passional.

03. (Enem–2015) A pura lealdade na amizade, embora até o presente não tenha existido nenhum amigo leal, é imposta a todo homem, essencialmente, pelo fato de tal dever estar implicado como dever em geral, anteriormente a toda experiência, na ideia de uma razão que determina a vontade segundo princípios a priori.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Barcarolla, 2009.

A passagem citada expõe um pensamento caracterizado pela

A) eficácia prática da razão empírica.
B) transvaloração dos valores judaico-cristãos.
C) recusa em fundamentar a moral pela experiência.
D) comparação da ética a uma ciência de rigor matemático.
E) importância dos valores democráticos nas relações de amizade.

04. (Enem) Até hoje admitia-se que nosso conhecimento se devia regular pelos objetos; porém, todas as tentativas para descobrir, mediante conceitos, algo que ampliasse nosso conhecimento, malogravam-se com esse pressuposto. Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1994 (Adaptação).

O trecho em questão é uma referência ao que ficou conhecido como revolução copernicana na Filosofia. Nele, confrontam-se duas posições filosóficas que

A) assumem pontos de vista opostos acerca da natureza do conhecimento.
B) defendem que o conhecimento é impossível, restando-nos somente o ceticismo.
C) revelam a relação de interdependência entre os dados da experiência e a reflexão filosófica.
D) apostam, no que diz respeito às tarefas da Filosofia, na primazia das ideias em relação aos objetos.
E) refutam-se mutuamente quanto à natureza do nosso conhecimento e são ambas recusadas por Kant.

05. (Enem) Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. "Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento", tal é o lema do esclarecimento. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma condição estranha, continuem, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida.

KANT, I. *Resposta à pergunta:* o que é esclarecimento? Petrópolis: Vozes, 1985 (Adaptação).

Kant destaca no texto o conceito de esclarecimento, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da Modernidade. Esclarecimento, no sentido empregado por Kant, representa

A) a reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.
B) o exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.
C) a imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.
D) compreensão de verdades religiosas que libertam o homem da falta de entendimento.
E) a emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

- 01. D
- 02. A
- 03. E
- 04. A
- 05. D
- 06. A
- 07. C
- 08. E
- 09. C
- 10. C
- 11. D
- 12. A
- 13. C
- 14. B
- 15. D

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

- 01. C
- 02. D
- 03. C
- 04. A
- 05. A

Total dos meus acertos: _____ de _____ . ______ %

FILOSOFIA

MÓDULO 10

Filosofia Contemporânea: A Dialética de Hegel e a Solução Política de Marx

O SÉCULO DE OURO DA FILOSOFIA ALEMÃ

O final do século XVIII e o início do século XIX constituíram o chamado século de ouro da filosofia alemã. Nesse período, verificou-se um florescimento de pensadores da mais alta qualidade, da mesma forma como ocorrido na Grécia Antiga, com Sócrates, Platão e Aristóteles. O século de ouro teve seu início com o pensamento de Kant, um dos mais importantes filósofos da História e quem influenciou profundamente o pensamento dos filósofos que vieram a seguir, sendo estes chamados, inclusive, de críticos ou seguidores de Kant.

Nesse contexto, o mundo passava por inúmeras transformações – sentidas em áreas como Economia, Ciência, Política, Arte – que foram de fundamental importância para o desenvolvimento desse período. Em todos esses campos, a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no final do século XVIII e propagada por toda a Europa e pelos Estados Unidos, teve um papel de destaque, valorizando não somente o conhecimento teórico produzido nas universidades, mas principalmente o conhecimento prático, construído no "chão da fábrica", nos laboratórios e nas academias, propiciando uma nítida mudança no que se refere às relações de trabalho e à valorização do ser humano.

Autor Desconhecido / Domínio Público

A Revolução Industrial representou inúmeras transformações não apenas na esfera prática, mas também na filosófica.

No campo social, ocorreu a consolidação da burguesia enquanto classe social detentora do poder econômico, ocupando cada vez mais espaço na política. Esse movimento de libertação da classe burguesa iniciou-se com a Revolução Francesa, em 1789, e ocupou cada vez mais espaço na mente das pessoas, que, com o intuito de se verem livres dos antigos entraves representados pelo poder monárquico, lutavam por direitos políticos, pela formação e consolidação de um Estado de direito e pela separação definitiva entre Igreja e Estado. O próprio lema da Revolução Francesa – "liberdade, igualdade e fraternidade" – representava os ideais das pessoas desse período de transformação as quais buscavam cada vez mais a garantia de seus direitos e a liberdade individual de crença, de política e de pensamento.

Ainda no campo social, destacou-se a crescente luta da classe trabalhadora por seus direitos, almejando maior participação nas transformações pelas quais o mundo estava passando. Enquanto os burgueses tinham cada vez mais seus interesses atendidos, os trabalhadores, até então utilizados como massa de manobra nas mãos da burguesia, encontraram-se desprovidos de privilégios e passaram, então, a se organizar na luta por seus interesses, priorizando, sobretudo, o fim da opressão. Nesse momento, deu-se a formação das primeiras ligas operárias, dos sindicatos e dos partidos operários, que lutavam em prol da classe trabalhadora.

No campo da política, ocorreu a consolidação de duas doutrinas equidistantes: o liberalismo, de Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823); e o socialismo, que se dividia em dois ramos: o socialismo utópico, que teve como principais representantes Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858), e que defendia um mundo mais justo a partir da "boa vontade" dos ricos e poderosos; e o socialismo científico ou marxista, crítico ferrenho do socialismo utópico e que via apenas na revolução o caminho para as transformações necessárias no mundo capitalista. Os pensadores liberais, defendendo os interesses burgueses, colocavam-se a favor da não intervenção do Estado na economia, acreditando que esta deveria se reger pela lógica própria do mercado, por meio da livre-concorrência, manifestada na lei da oferta e da procura.

Os defensores do liberalismo acreditavam também na divisão do trabalho como fator essencial para que o sistema funcionasse, fazendo com que a produção crescesse a partir da maior demanda, que, por sua vez, levaria ao desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas à produção, o que traria como efeito o aumento da qualidade dos produtos e a redução dos preços. Além disso, para os liberalistas, o valor pago ao operário por sua força de trabalho deveria ser suficiente para possibilitar a subsistência dele e de sua família, a qual se tornaria também consumidora, movimentando, então, a roda da economia em um ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento.

O socialismo questionou essa lógica liberalista de desenvolvimento, afirmando que o sistema capitalista de produção concretizava-se por meio da exploração do trabalhador assalariado, o qual se alienava no processo produtivo, tornando-se somente mais um produto da economia capitalista. Para os socialistas, esse sistema de exploração deveria ser desconstruído e, em seu lugar, deveria ser implantado um sistema mais justo, no qual as relações de trabalho não se dessem pela exploração, mas sim pela participação de todos – burgueses e trabalhadores –, que teriam garantidos os mesmos direitos jurídicos, sociais e econômicos.

Henrique Matos / Creative Commons

Os trabalhadores começaram a formar as ligas operárias, os sindicatos e os partidos operários, durante o século XIX, em busca de uma sociedade mais justa.

Além do liberalismo e do socialismo, outra doutrina de destaque nesse contexto foi o anarquismo, que defendia a supressão de toda forma de poder e de governo a fim de alcançar uma liberdade geral. Dentre os principais pensadores do anarquismo, destacam-se Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), que defendia uma república de pequenos proprietários, acabando com o Estado, e Mikhail Bakunin (1814-1876), que acreditava que só por meio da revolução o Estado poderia ser destruído, constituindo-se, a partir disso, uma sociedade igualitária.

Nesse cenário de transformações políticas, sociais e econômicas do século XIX, ocorreram diversos conflitos que marcaram profundamente o mundo contemporâneo, que, a despeito do avanço industrial e econômico das classes burguesas, via-se, também, diante de um crescente empobrecimento do proletariado, cada vez mais insatisfeito com sua condição. Nas cidades, ao mesmo tempo que cresciam os polos industriais, evidenciava-se a pobreza dos trabalhadores.

Diante desse quadro, conflitos como as Revoluções de 1848 e a Primavera dos Povos tornaram-se inevitáveis. A luta contra os regimes autocráticos e contra as péssimas condições de vida, devido à crise econômica e à falta de representatividade política das classes médias, concomitantemente ao crescente sentimento de nacionalismo por parte das minorias da Europa Central e Oriental, foi responsável pela eclosão de conflitos em grande parte do continente europeu. Os conflitos de caráter nacionalista, liberal e democrático eram encabeçados pela burguesia e pela nobreza, e os de caráter anticapitalista tinham à frente as classes trabalhadora e camponesa.

William Edward Kilburn / Domínio Público

Essa fotografia mostra a grande reunião de operários em Kennington Common, no dia 10 de abril de 1848.

Nesse período, as ciências passaram por profundas e importantes descobertas. Nas ciências da natureza, Albert Einstein (1879-1955) desconstruiu o mundo newtoniano com sua Teoria da Relatividade, e Charles Darwin (1809-1882), com a Teoria da Evolução das Espécies, causou um verdadeiro furor no campo da Biologia. A Medicina também vivenciou momentos de transformação com os estudos genéticos de Gregor Mendel (1822-1884) e sua teoria da hereditariedade. Nas ciências humanas, foi de fundamental importância o desenvolvimento da psicanálise, de Sigmund Freud (1856-1939), trazendo à tona a ideia do inconsciente como o responsável pela maioria das ações humanas, o que levou ao questionamento sobre a liberdade humana e a possibilidade do indivíduo de autodeterminar-se.

Como consequência das transformações ocorridas no mundo no final do século XVIII e início do século XIX, evidenciou-se uma reviravolta na maneira de as pessoas se relacionarem, se organizarem e de pensarem, trazendo profundas consequências à Filosofia.

Na Filosofia, os principais pensadores desse período foram considerados seguidores ou críticos de Kant, dividindo-se em idealistas e realistas. Os idealistas acreditavam que a ideia, o pensamento, prevaleceria sobre as coisas do mundo, ou seja, que o conhecimento sobre o mundo partiria da ideia que o indivíduo tem dele; logo, o sujeito pensante prevaleceria sobre o objeto pensado, posição esta defendida pelos racionalistas, com os quais esse grupo se identificava. Já os realistas, cujo pensamento estava mais ligado ao empirismo, acreditavam que o mundo natural deveria prevalecer sobre o sujeito pensante, e, assim, a realidade se impunha ao pensamento, o qual buscaria apenas apreendê-la.

O pensamento idealista difundiu-se principalmente com o chamado idealismo alemão, do qual fazem parte os principais pensadores desse período, destacando-se entre eles Fichte (1762-1814), Schelling (1775-1854) e, principalmente, Hegel (1770-1831), um dos maiores expoentes dessa doutrina filosófica.

FRIEDRICH HEGEL

Jakob Schlesinger / Domínio Público

Representação do filósofo Hegel.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel nasceu na cidade de Stuttgart, Alemanha, em 1770. Sua vida acadêmica e sua produção filosófica foram admiráveis, destacando-se, dentre suas publicações mais importantes, *A fenomenologia do espírito* (1806), *A ciência da lógica* (1812), *A filosofia da história* (1818) e *A filosofia do direito* (1821). Em 1829, Hegel assumiu o cargo de reitor da Universidade de Berlim e, nessa época, ganhou fama e prestígio. O filósofo morreu em 1831, vítima da cólera.

Entusiasta da Revolução Francesa, Hegel assumiu, mesmo que teoricamente, um espírito revolucionário, que se espalhou pelos meios intelectuais da Alemanha. Nessa época, a Alemanha vivenciava momentos difíceis em relação à economia, às estruturas sociais e aos valores, os quais se viam esvaziados de sentido diante de tanta pobreza. Nesse contexto, muitos intelectuais alemães, entre eles Hegel, assumiram um posicionamento idealista, o que lhes permitiria elaborar formas de compreender o mundo e o ser humano de maneira desvinculada da realidade, dando-lhes a oportunidade de se afastarem dos problemas enfrentados pela Alemanha no período, refugiando-se dentro de si mesmos. O termo "idealismo alemão" refere-se a esse grupo.

Hegel talvez seja um dos pensadores mais difíceis de ser compreendido, devido à sua escrita exageradamente técnica e aos novos conceitos que elaborou, rompendo com os entendimentos tradicionalmente vigentes, como os conceitos de espírito, razão e pensamento.

Enquanto os pensadores anteriores, como Descartes, Locke, Hume e Kant, para citar somente os modernos, dedicavam-se a pensar como seria possível encontrar um conhecimento verdadeiro e eterno sobre o mundo, Hegel, principal representante do idealismo alemão, acreditava que a História é dinâmica e que a verdade acompanha a História. Para tanto, o filósofo alemão dedicou-se a pensar uma forma histórica de conhecimento do mundo e do ser humano. Para ele, se a História se transforma, estando o momento histórico em constante mudança, então a verdade acompanha esse momento, estando também em constante transformação. Não haveria, pois, um conhecimento eterno e estável acerca do mundo e da moral, mas sim um conhecimento que acompanharia o desenvolvimento histórico, atendendo às exigências de cada época.

Com isso, Hegel não quer dizer que cada pessoa tem a sua verdade particular, sendo esta subjetiva, mas sim que a verdade que serve para todos, em um dado momento, se transforma coletivamente, de maneira que o momento atual e seu conhecimento devem ser um aprimoramento do momento anterior. Consequentemente, a verdade do momento atual também deve ser diferente e melhor, acompanhando o desenvolvimento histórico das gerações. Ao propor essa nova forma de pensar, a intenção de Hegel era encontrar critérios que servissem como base de compreensão da História em transformação.

A História

> Na História, o pensamento está subordinado aos dados da realidade, que mais tarde servem como guia e base para os historiadores. Por outro lado, afirma-se que a Filosofia produz suas ideias a partir da especulação, sem levar em conta os dados fornecidos. Se a Filosofia abordasse a História com tais ideias, poder-se-ia sustentar que ela ameaçaria a História como sua matéria-prima, não a deixando como é, mas moldando-a conforme essas ideias, construindo-a, por assim dizer, *a priori*. Mas, como se supõe que a História compreenda os acontecimentos e ações apenas pelo que são e foram e que, quanto mais factual, mais verdadeira ela é, parece que o método da Filosofia estaria em contradição com a função da História.
>
> HEGEL, G. W. F. *A razão na História* – uma introdução geral à Filosofia da História. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Centauro, 2001. p. 52.

A História ocupa lugar central na filosofia hegeliana, segundo a qual o contexto histórico é o ponto de partida do conhecimento. Para Hegel, a História constitui tudo aquilo que é próprio de determinada época, o que é resultado dos acontecimentos passados e da elaboração do pensamento, ou seja, tudo que as pessoas pensam em determinado momento é resultado do desenvolvimento histórico. Por isso, o filósofo afirmou que a verdade não era eterna e única, mas acompanhava esse desenvolvimento da História.

Como exemplo, pode-se citar a época da escravidão no Brasil, na qual a ideia de que o negro era um ser inferior, de natureza pior, sendo considerado inclusive um animal não humano, era comum entre os brancos. Essa crença, de certa forma, justificava o péssimo tratamento ao qual os negros eram submetidos, trabalhando exaustivamente para seu "dono" e sendo castigados. Embora não aceita atualmente, naquela época, tal ideia era tida como correta, tornando-se, naquele contexto, uma verdade. Porém, com o passar do tempo e com as transformações da História, essa ideia se alterou. O que era tido como verdade há alguns séculos hoje é inconcebível. Aquilo que era considerado verdade acompanhou as mudanças da História, e, por isso, hoje pensamos a mesma questão de forma diferente.

Pelo exemplo, percebe-se que as ideias de certo e errado, de bom e mau, de justo e injusto, assim como as ideias "científicas" sobre a natureza dos indivíduos brancos e negros, alteraram-se, e essas mudanças de concepções só foram possíveis devido às mudanças do contexto histórico. Logo, não se pode dizer que a verdade antes de 1888 – período no qual os negros eram escravizados e considerados inferiores no Brasil – estava errada, pois isso significaria julgar fatos passados com os olhos do presente, um anacronismo. Para Hegel, sendo os momentos históricos diferentes uns dos outros, em cada um deles a concepção de verdade é adequada ao seu contexto, uma vez que essa verdade está em consonância com os valores, os preceitos, as ideias e vivências próprias de sua época. Por isso, para Hegel, a História é dinâmica, estando em constante mutabilidade.

Ainda segundo Hegel, as constantes mudanças na História são acompanhadas de uma progressiva melhora. Ou seja, a História se encontra em um processo evolutivo e, à medida que se transforma e evolui, as verdades mudam e evoluem junto com ela. Se hoje as pessoas negras são consideradas, pela lei brasileira, iguais às brancas, devendo receber o mesmo tratamento, isso se deve ao progresso da História e ao consequente progresso das ideias. Para Hegel, esse progresso é um sinal da maturação da humanidade, que está constantemente progredindo dentro da História rumo ao seu pleno desenvolvimento. Da mesma forma, a consciência acompanha esse desenvolvimento, e o ser humano se aprimora dentro dessa concepção de progresso. Hegel acreditava que chegaria um momento em que haveria o pleno desenvolvimento e o autoconhecimento da humanidade, e é para esse momento que a História e o ser humano caminham.

O Espírito do Mundo e a dialética

Hegel afirma que a realidade histórica é "Espírito", o que significa que a História não é vista como algo estável ou substancial, mas, ao contrário, como uma realidade que está em constante mutação, sendo, por isso, sujeito. Para Hegel, a realidade não é algo em si mesma, mas é, antes de tudo, movimento e processo evolutivo. Esse movimento da realidade, chamado pelo filósofo de movimento dialético, ou simplesmente de dialética, é definido como um processo constituído de tese (afirmação), antítese (negação) e síntese (negação da negação).

Segundo Hilton Japiassú e Danilo Marcondes:

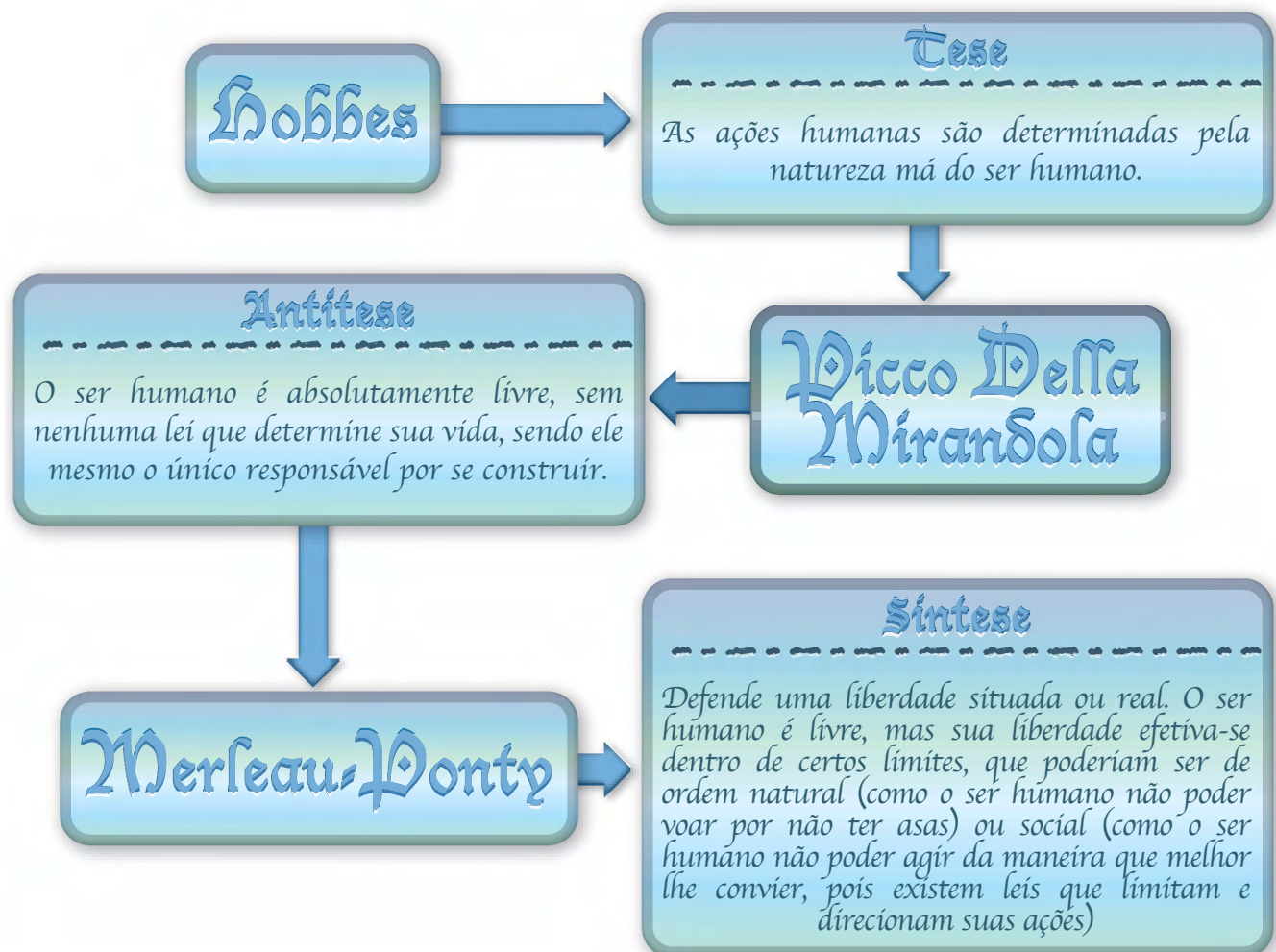
> [...] Em Hegel, a dialética é o movimento racional que nos permite superar uma contradição. Não é um método, mas um movimento conjunto do pensamento e do real: "Chamamos de dialética o movimento racional superior em favor do qual esses termos, na aparência separados (o ser e o nada), passam espontaneamente uns nos outros em virtude mesmo daquilo que eles são, encontrando-se eliminada a hipótese de sua separação". Para pensarmos a História, diz Hegel, importa-nos concebê-la como sucessão de momentos, cada um deles formando uma totalidade, momento que só se apresenta opondo-se ao momento que o precedeu: ele o nega manifestando suas insuficiências e seu caráter parcial; e o supera na medida em que eleva a um estágio superior, para resolvê-los, os problemas não resolvidos. E na medida em que afirma uma propriedade comum do pensamento e das coisas, a dialética pretende ser a chave do saber absoluto: do movimento do pensamento, poderemos deduzir o movimento do mundo: logo, o pensamento humano pode conhecer a totalidade do mundo (caráter metafísico da dialética).
>
> Dialética. In: JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Segundo a filosofia hegeliana, é pelo processo dialético que a História e, consequentemente, o pensamento filosófico se transformam. Dessa forma, o desenvolvimento histórico não acontece a partir do nada, mas sim no processo dialético, que faz o novo nascer do antigo. Veja o seguinte exemplo de processo dialético para compreender melhor o desenvolvimento da História e das verdades filosóficas:

Tese: Suponha que, há alguns anos, a concepção de liberdade fosse a de total determinação, ou seja, os filósofos acreditavam que a liberdade não existia e que todas as ações humanas eram determinadas pela natureza ou pelos instintos.

Antítese: Em um segundo momento, as pessoas passaram a criticar duramente essa teoria do determinismo, defendendo a ideia, contrária à anterior, de que o ser humano era totalmente dono de si, sendo livre e agindo de acordo com sua total autonomia, sem qualquer influência de fatores internos. Assim, os instintos não interfeririam nas ações humanas.

Síntese: Do confronto entre determinismo absoluto (tese) e autonomia absoluta (antítese), as pessoas chegam à conclusão de que nem uma ideia nem outra correspondem à verdade, mas que a liberdade humana está formada por um misto entre determinismo e autonomia, ou seja, a liberdade existe, mas não é total.

Podemos concretizar esse exemplo aplicando-o às ideias dos filósofos Tomas Hobbes, Picco Della Mirandola e Merleau-Ponty, seguindo o esquema a seguir.

A síntese, portanto, é o resultado do confronto entre tese e antítese, servindo como uma nova tese, a qual, por sua vez, terá outra antítese, que formará uma nova síntese fundamentada no confronto da tese e da antítese anterior, e assim sucessivamente, em um processo contínuo e interminável. Ainda utilizando o exemplo anterior, suponha que surgisse uma nova ideia, em contraposição à ideia de Merleau-Ponty, a qual afirmasse que a liberdade humana era limitada somente por fatores internos de ordem natural, mas que o ser humano, consciente desses fatores, poderia decidir suas ações. Ocorreria, assim, um novo processo dialético, em que a tese (a síntese de Merleau-Ponty) seria contrariada por essa antítese, que, por consequência, traria uma nova síntese.

Hegel afirma, portanto, que a História acompanha esse desenvolvimento dialético. Dessa forma, os acontecimentos e verdades atuais apresentam-se como antítese dos antigos, e, como consequência desse processo, surge uma nova realidade e uma nova verdade, melhores que as anteriores, que um dia também serão contrariadas, em um processo de aperfeiçoamento e de progresso constante.

Esse processo consiste no Espírito do Mundo, o qual, na filosofia hegeliana, não possui qualquer conotação religiosa ou sobrenatural. Hegel, ao definir esse Espírito, diz:

> Mas o que é o espírito? É o único infinito imutavelmente homogêneo – a identidade pura – que, em sua segunda fase, se separa de si mesmo e faz desse segundo aspecto seu próprio oposto polar, ou seja, como existência por si e em si em contraste com o universal.
>
> HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 2003. p. 36.

Para Hegel, o Espírito do Mundo caminha rumo ao seu completo desenvolvimento. Logo, a consciência estaria caminhando em direção ao abandono das ideias superficiais do senso comum para atingir o conhecimento do absoluto. Ao atingi-lo, a consciência superaria o conhecimento do limitado e finito e chegaria ao conhecimento do ilimitado e infinito, alcançando, enfim, a razão. Esta seria concretizada quando o conhecimento pudesse reunir a realidade objetiva e o pensamento subjetivo, conciliando ser e pensamento em uma única coisa.

> Assim, pois, no saber o espírito encerra o movimento de formação, ao ser afetado o mesmo pela diferença sobreposta da consciência. O espírito conquistou o puro elemento de seu ser aí, o conceito. O conteúdo é, segundo a liberdade de seu ser, o si mesmo que se aliena ou a unidade imediata do saber de si mesmo. O puro movimento desta alienação constitui, considerado como conteúdo, a necessidade deste. O conteúdo diversificado é como que determinado na relação, não em si, e sua inquietude consiste em superar-se a si mesmo ou na negação; é, portanto, a necessidade ou a diversidade, o ser livre e igualmente o si mesmo; e, nesta forma da mesmidade, em que o ser aí é pensamento imediato, o conteúdo é conceito. Uma vez que o espírito tenha alcançado o conceito, desenvolve o ser aí e o movimento neste éter de sua vida, e é ciência. Nela, os momentos de seu movimento não se apresentam já como determinadas figuras da consciência, senão como a diferença da consciência retornada a si mesma, como conceitos determinados e como o movimento orgânico, fundado em si mesmo, de tais conceitos.
>
> HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 2003. p. 14.

Nesse trecho, Hegel apresenta seu conceito de sistema, segundo o qual, por meio do desenvolvimento da razão rumo ao pleno conhecimento, seria possível conhecer tudo o que existe para ser conhecido, tanto no mundo material como na realidade espiritual e moral, atingindo o total e perfeito conhecimento acerca de todas as coisas dentro da História: "Toda consciência é consciência de seu tempo".

Segundo Hegel, o conhecimento humano, entendido não como conhecimento individual, mas sim coletivo, assume um caráter dinâmico, o que significa que, tal como a História, esse conhecimento é progressivo, aprimora-se, saindo do finito e limitado para alcançar o infinito e ilimitado. O filósofo define três momentos de manifestação do espírito em que o conhecimento acontece:

1ª etapa – Espírito subjetivo:

Nessa etapa, o conhecimento se refere à razão subjetiva, quando o Espírito do Mundo toma consciência de si mesmo no ser humano, ou seja, refere-se ao indivíduo e à consciência individual.

2ª etapa – Espírito objetivo:

Nesse momento, o Espírito ou razão objetiva toma consciência do ser humano enquanto ser social, inserido em uma coletividade – família, sociedade e Estado. Refere-se, portanto, às instituições e aos costumes construídos historicamente pelas pessoas em sociedade.

3ª etapa – Espírito absoluto:

Esse é o momento mais sublime da manifestação da razão, no qual o Espírito torna-se consciente de si mesmo dentro da História. Nessa etapa, o Espírito toma consciência do Estado e passa a se manifestar, então, nas artes, na religião e na Filosofia enquanto consciência de si mesmo.

A filosofia hegeliana considera que o Espírito está a caminho do absoluto e da liberdade, num processo de renovação e progresso que levaria as pessoas a se encontrarem e se identificarem com o Estado enquanto único capaz de garantir a felicidade.

A importância do Estado

Segundo a filosofia hegeliana, é a própria História e seu desenvolvimento que constituem o caminhar e o desenvolvimento do Espírito, o qual, por sua vez, manifesta-se em estágios até chegar à ideia do absoluto. Assim, a consciência passa, primeiramente, pelo conhecimento de si, reconhecendo-se, em seguida, nas instituições sociais e, somente em seu mais elevado grau, se tornando conhecimento ou consciência do próprio Estado, entendido por Hegel como a forma mais elevada de agrupamento humano, pois encerra em si os mais variados interesses, os quais se submetem, em última instância, ao interesse coletivo.

O Estado seria, assim, o grande soberano, que agregaria os diversos interesses das pessoas, pacificando-as e criando uma unidade de entendimento e de ações que satisfaria a todos, que, no Estado, estariam seguros e felizes. O Estado objetivo é, portanto, o ponto mais elevado do Espírito, justificando assim a frase "O indivíduo só existe como membro do Estado". Fora dele, o indivíduo não é nada, mas, dentro, faz parte do todo, encontrando sentido para sua existência e tornando-se completamente livre.

Contudo, o conceito hegeliano de liberdade padece de uma contradição: afinal, como a pessoa pode ser livre quando pertence a um Estado soberano e a ele obedece? Para Hegel, porém, tal obediência não significa uma submissão forçada e penosa, mas sim a subordinação das pessoas a um Estado que é produtor de leis, as quais, para o filósofo, são a garantia de que o Estado sempre fará o melhor para seus partícipes. As leis devem sempre garantir a vida, a paz, a segurança e a liberdade de todas as pessoas.

Para Hegel, a ideia de liberdade é intrínseca à ideia de lei. Sendo o Estado, portanto, a manifestação mais elevada e pura do Espírito absoluto, da verdade, é nele que se encontra a mais excelente vontade humana, a liberdade. Uma das frases mais conhecidas de Hegel e que representa sua concepção de História, de liberdade e de verdade está em seu livro *Princípios da Filosofia do direito*: "O real é racional e o racional é real". Com essa afirmação, o filósofo quer dizer que tudo o que é real segue uma lógica própria de racionalidade superior do Espírito, sendo que nada acontece por acaso, existindo um claro sentido histórico dentro do processo de desenvolvimento da humanidade.

As ideias de Hegel acerca do Estado serviram, inclusive, como pretexto para o surgimento da ideia de Estados totalitários no mundo contemporâneo. Afinal, uma vez que o Estado está acima de todos os indivíduos e estes só se encontram no Estado, sendo ele a manifestação da vontade absoluta do espírito e da verdade, tudo aquilo que o Estado decidir deve ser considerado correto, devendo todas as pessoas se submeterem às suas decisões.

Arquivos Nacionais da Noruega / Domínio Público

As ideias de Hegel sobre a influência do Estado foram erroneamente usadas como justificativa para a criação dos Estados totalitários, como ocorreu na Alemanha nazista durante o governo de Adolf Hitler.

KARL MARX

Karl Marx nasceu em Trier, Alemanha, em 1818, em uma família de origem judaica. Cursou Direito na Universidade de Bonn e fez doutorado em Filosofia na Universidade de Berlim, tendo defendido a tese sobre a diferença entre as filosofias materialistas do pré-socrático Demócrito e de Epicuro. Na Universidade de Berlim, conheceu os "hegelianos de esquerda", grupo do qual participou, sendo reconhecido como um de seus maiores representantes. Marx teve contato com a filosofia dos socialistas utópicos Proudhon e Fourier, e, em 1844, foi para Paris, onde conheceu seu companheiro e colaborador Friedrich Engels.

Friedrich Engels (1820-1895) nasceu na Alemanha e estudou na Universidade de Berlim, onde se ligou aos "jovens hegelianos", dedicando-se a múltiplas atividades, que iam desde o jornalismo, a militância política e o trabalho filosófico até a administração da indústria de seu pai em Manchester, Inglaterra. Engels foi não só colaborador teórico de Marx como também seu amigo mais íntimo, tendo-o ajudado, inclusive, financeiramente. Em 1845, publicou com Marx *A sagrada família*, obra na qual eles rompem, ao mesmo tempo, com o idealismo hegeliano e com o materialismo mecanicista. Torna-se, por vezes, difícil separar, nas principais teses do marxismo, quais as ideias de Marx e quais as de Engels, já que escreveram quase sempre juntos desde que se conheceram em 1844. Considera-se, geralmente, que o materialismo dialético, especialmente a dialética da natureza, é uma criação típica de Engels, sendo, no entanto, de grande importância e influência no desenvolvimento da filosofia marxista. Além das obras que escreveu juntamente com Marx, podem-se citar as seguintes, de sua autoria: *A situação das classes trabalhadoras na Inglaterra* (1845), *Socialismo atípico e socialismo científico* (1860), *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* (1866).

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Manfred Brückels / Creative Commons

Representação de Marx e Engels.

As ideias de Karl Marx se espalharam pelo mundo em uma velocidade impressionante, exercendo grande influência ainda hoje.

Marx foi um filósofo engajado, um ativista político e, sobretudo, um revolucionário. Ele buscou não apenas teorizar sobre o mundo e as pessoas, mas também pensar a sociedade com fins práticos. Engajou-se em vários campos do pensamento, tendo se ocupado também do estudo da História, da Ciência Política, da Sociologia, da Economia e do Jornalismo.

Marx ocupou diversos cargos em jornais e periódicos, sempre de tendências políticas, tendo sido expulso de várias cidades devido a suas ideias polêmicas. Em 1847, juntamente com Engels e mais dezessete companheiros, fundou o Partido Comunista na cidade de Bruxelas, Bélgica, publicando o programa do partido no ano seguinte, o *Manifesto do Partido Comunista*. A intenção era organizar um movimento junto ao proletariado visando à revolução. Para tanto, Marx ajudou na organização da Primeira Internacional, convenção dos trabalhadores cujo objetivo era organizar a atividade revolucionária. Viveu seus últimos anos em Londres, cidade na qual levava uma vida miserável junto com sua família, dependendo da ajuda de amigos para sobreviver. Seus últimos anos de vida foram dedicados aos seus escritos econômicos e filosóficos e seu falecimento aconteceu em 1883.

As obras de Marx refletem a variedade de campos do conhecimento aos quais ele se dedicou. No campo da História, Marx publicou, em 1852, o *18 Brumário de Luís Bonaparte*.

Sobre Economia, foram publicados os *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1844), a *Crítica da economia política* (1859) e *O capital* (1876), sua obra mais importante e considerada uma das mais influentes da Modernidade. No campo da Filosofia, publicou *A sagrada família* (1845), na qual critica os hegelianos e sua filosofia idealista; *A ideologia alemã* (1845-1846); e *A miséria da Filosofia* (1847), em que critica o socialismo utópico.

O monismo dialético de Hegel *vs.* o materialismo dialético de Feuerbach

Para que a compreensão do conceito de materialismo histórico dialético de Marx se torne mais clara, faz-se necessário compreender o conceito de "monismo hegeliano" e a crítica a esse conceito apresentada pelo filósofo alemão Ludwig Feuerbach (1804-1872), um dos principais representantes da esquerda hegeliana juntamente com Marx, embora este também teça críticas à filosofia de Feuerbach.

Feuerbach elaborou o conceito de "materialismo dialético" que mais tarde Marx utilizou, formulando seu conceito de "materialismo histórico dialético".

Hegel afirmava que na realidade, a História era fruto do desenvolvimento do Espírito do Mundo, o que significa que a natureza era a concretização da ideia, ou seja, havia a predominância das ideias sobre a realidade, que somente progrediria pela ação da ideia. Nisto consiste o monismo dialético: o Espírito, o absoluto, manifesta-se na História, determinando a realidade.

Feuerbach inovou e inverteu a lógica hegeliana, criando o conceito de "materialismo dialético". Para esse filósofo alemão, a ideia, o modo de pensar de um povo é o resultado da História, o que significa que a concepção de mundo, as ideias e os preconceitos que as pessoas trazem consigo são resultados da realidade histórica concreta na qual elas estão inseridas.

É possível perceber a inversão radical que ocorre entre essas duas posições filosóficas: enquanto Hegel acreditava que a ideia determinava o real (monismo dialético), Feuerbach dizia que o real determinava a ideia (materialismo dialético).

Marx, retomando o materialismo dialético de Feuerbach, criou o conceito de "materialismo histórico", afirmando que, além de a História, na realidade, determinar as ideias e a consciência de um povo, ela também é construção humana, e, dessa forma, pode ser transformada.

Eis, pois, os fatos: indivíduos determinados que têm uma atividade produtiva segundo um modo determinado entram nas relações sociais e políticas determinadas. [...] A produção das ideias, das representações e da consciência está primeiro, direta e intimamente misturada à atividade material e ao comércio natural dos homens; ela é linguagem da vida real. [...] E se, em toda ideologia, os homens e suas relações nos parecem postos de cabeça para baixo como numa câmera escura, este fenômeno decorre de seu processo de vida histórica, absolutamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente física. Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, é da terra ao céu que se sobe aqui. Dito de outro modo, não partimos do que os homens dizem, imaginam, representam, nem sequer do que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação de outro, para chegar em seguida aos homens em carne e osso; não, partimos dos homens em sua atividade real; é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e dos ecos ideológicos desse processo vital.

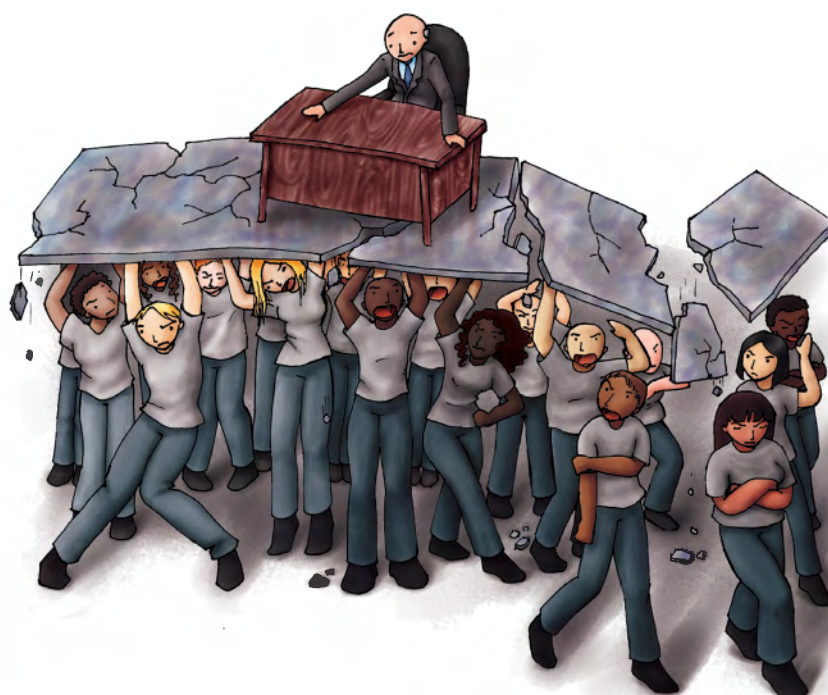
MARX, Karl. Ideologia alemã. VV. AA. *Os filósofos através dos textos:* de Platão a Sartre. Tradução de Constança Terezinha M. César. São Paulo: Paulus, 1997. p. 253.

Para Marx, quem faz a História são as pessoas e, portanto, são elas quem criam os problemas sociais, instaurando o abismo que separa ricos, oprimindo e impondo uma vida indigna e alienada aos pobres. Logo, somente as pessoas podem modificar essa realidade e consertar as injustiças contra a humanidade.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais.
A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

MARX, Karl. *Prefácio à crítica da economia política.* Tradução de Edgar Malagodi. v. 35. p. 135. (Os pensadores).

O ser humano como protagonista da História

Segundo o materialismo histórico de Marx, toda sociedade, independentemente de seu tempo e espaço, é determinada por suas condições socioeconômicas e por sua forma de organização dos modos de produção. Logo, os interesses que regem toda e qualquer sociedade estão vinculados aos interesses materiais, que, em última instância, referem-se à necessidade de sobrevivência do ser humano.

Para Marx, as mudanças na sociedade só podem ser realizadas se os oprimidos operarem essa mudança.

FILOSOFIA

É nesse aspecto que ganha importância a reflexão marxiana sobre o trabalho, concebido como uma necessidade humana. Usamos aqui o termo "marxiano" porque, no meio filosófico, costuma-se evitar o termo "marxista" para se referir à filosofia e ao pensamento de Karl Marx. Isso se deve ao caráter pejorativo que tal termo adquiriu graças a interpretações inconsistentes e radicais da filosofia de Marx. Por isso, optamos, neste material, por usar o termo "marxiano(a)", que não carrega essa visão pessimista ou pejorativa da filosofia de Marx.

Criticando Hegel, que afirmava que a realidade era a manifestação do Espírito absoluto, Marx defendia que, por meio do trabalho, o ser humano poderia modificar a natureza e o mundo, sendo a realidade, portanto, fruto do trabalho humano diante de uma realidade natural contingente. Uma vez que o mundo é resultado da natureza transformada a partir do trabalho, essa realidade deveria se alterar quando as relações de produção e de trabalho sofressem alterações.

A crítica de Marx a Hegel e aos hegelianos diz respeito fundamentalmente a seu idealismo. A interpretação hegeliana do processo histórico e da formação da consciência restringe-se ao plano das ideias e representações, do saber e da cultura, não levando em conta as bases materiais da sociedade em que este saber e esta cultura são produzidos e em que a consciência individual é formada. [...] O próprio Marx diz que seu objetivo é "inverter o homem de Hegel", que tem os pés na terra e a cabeça nas nuvens, mostrando que sua cabeça, isto é, suas ideias são determinadas pela "terra", ou seja, pelas condições materiais de sua vida. A consciência, que é considerada livre e auto-determinada, passa a ser vista como condicionada pelo trabalho.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da Filosofia*: os pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 228.

Desse modo, o ser humano é responsável pela construção da realidade. Em contrapartida, seu modo de pensar é resultado do contexto histórico em que está inserido, e, por isso, as suas ideias são condicionadas pela situação concreta de sua vida. Por essa razão, o único empecilho à felicidade humana, para Marx, é somente sua condição real de vida, que lhe oprime, impedindo sua realização. Logo, para que as pessoas se realizem ou alcancem a felicidade, basta que elas se dediquem à promoção das mudanças socioeconômicas necessárias.

Tendo em vista tais ideias, é possível compreender uma das citações mais importantes e conhecidas de Karl Marx:

Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa [agora] é transformá-lo.

MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 111.

Nessa frase, fica claro o objetivo de Marx: compreender o mundo por meio da Filosofia e de outras ciências e depois transformá-lo por meio da revolução do proletariado. Referindo-se à sua própria filosofia como "humanismo real", Marx compreendia que a preocupação maior do pensamento deveria ser o ser humano, origem e fim da Filosofia, protagonista e produtor da História. Marx não compreendia o ser humano como individual e particular, mas sim como pertencente a um contexto histórico e participante da sociedade.

Segundo o filósofo, o desenvolvimento da História é marcado pelas forças de produção e pela distribuição de mercadorias. Desse modo, a evolução econômica de um povo determina a evolução da sociedade, a qual é dividida em classes distintas, que se organizam de acordo com a distribuição de mercadorias, gerando a desigualdade social. Essa desigualdade possibilita a exploração dos trabalhadores – que só possuem a sua força de trabalho para vender – por aqueles que detêm a posse da propriedade privada dos meios de produção e buscam aumentar seus bens e riquezas.

Autor Desconhecido / Domínio Público

A revolução do proletariado é, para Marx, a única forma de esse grupo sair da condição de classe explorada.

Não é possível, para Marx, pensar em uma única sociedade marcada pela propriedade privada que não tenha em sua essência a desigualdade e a opressão dos proprietários em relação aos despossuídos. Em decorrência dessa exploração, o filósofo propõe uma sociedade na qual não haveria propriedade privada dos meios de produção, sendo que todas as ferramentas, o maquinário, a terra e as matérias-primas pertenceriam a todos, excluindo-se, assim, a necessidade e a possibilidade de exploração de algumas pessoas por outras.

Nessa sociedade, a riqueza produzida pelas pessoas seria dividida segundo as necessidades de cada uma, não havendo a avidez por bens, que serviriam às pessoas e às suas necessidades e não o contrário, e, assim, as pessoas não seriam escravas dos bens materiais.

[...] Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. [...] [Entretanto,] a queda surpreendente e vertical no número de meninos [empregados nas fábricas] com menos de 13 anos [de idade], que frequentemente aparece nas estatísticas inglesas dos últimos 20 anos, foi, em grande parte, segundo o depoimento dos inspetores de fábrica, resultante de atestados médicos que aumentavam a idade das crianças para satisfazer a ânsia de exploração do capitalista e a necessidade de traficância dos pais.

MARX, Karl. *O capital:* Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Livro I, v. 1. p. 451 e 454.

Infraestrutura e superestrutura

Dois conceitos importantes na filosofia de Marx são:

Pode-se pensar que a superestrutura é determinada pela estrutura, uma vez que o modo de pensar de um povo, sua consciência, é resultado das realidades socioeconômica e material.

Seguindo esse raciocínio, para Marx, melhorando-se a estrutura, melhoram-se as condições econômicas de um povo. Consequentemente, a superestrutura, constituída pelo universo simbólico (imaterial), tal como crenças e ideias, também irá melhorar, já que ela é consequência da realidade material. Da mesma forma, melhorando a superestrutura, melhora-se também a estrutura, pois esta é resultado do trabalho humano, que é o que constrói a História. Nesse ciclo virtuoso, enfim, as pessoas poderiam construir um mundo melhor e mais justo, eliminando as desigualdades e promovendo a valorização do ser humano.

As fases da sociedade

As sociedades, enquanto frutos dos modos de produção, sofreram influências desses mecanismos ao se dividirem em classes sociais ao longo da História.

Marx apontou quatro fases da humanidade de acordo com a presença ou não da propriedade privada:

1ª – Fase primitiva: Nessa fase, não havia classes sociais, uma vez que não existia a propriedade privada dos meios de produção. Tudo era de todos e todos os bens produzidos eram compartilhados. A lógica que pautava a vida em sociedade era a de que o grupo era maior do que um único indivíduo, e este só se reconheceria enquanto participante do grupo.

2ª – Fase escravista: Na sociedade escravista, havia a polarização entre proprietário e não proprietário, sendo que o primeiro detinha a posse dos meios de produção, inclusive da mão de obra, ou seja, do próprio escravo. Nessa fase, na qual já havia a presença da propriedade privada, trazendo, por consequência, a desigualdade e a exploração, não eram concedidos quaisquer direitos, até mesmo o de cidadania, ao escravo.

3ª – Fase feudal: Na sociedade feudal, a interação entre as pessoas dava-se na relação entre senhor e servo. Embora o servo não fosse mais uma propriedade, como o escravo na fase anterior, ele se submetia ao trabalho forçado e alienado, sendo obrigado, devido às circunstâncias e à necessidade de sobrevivência, a entregar sua força de trabalho ao senhor proprietário das terras.

4ª – Fase capitalista: Nessa fase, as relações entre as pessoas também ocorrem através da exploração dos proprietários sobre os trabalhadores. Estes, desprovidos de posses, vendem sua força de trabalho em troca de um salário que, assim como nas sociedades escravista e feudal, não serve a outra finalidade se não a sobrevivência.

Verifica-se, assim, que todas as sociedades marcadas pela presença da propriedade privada têm como característica básica a desigualdade social, a qual nasceu da divisão da sociedade em classes sociais.

A crítica marxiana ao capitalismo

O capitalismo é um sistema econômico no qual os meios de produção (instrumentos de produção e matéria-prima) e de distribuição são de propriedade privada. Nesse sistema, as decisões sobre oferta, demanda, preço, distribuição e investimentos não são tomadas pelo governo, e sim pelos proprietários privados, que obtêm os lucros e investem em empresas, pagando salário aos trabalhadores, que vendem sua força de trabalho. O capitalismo configurou-se como sistema dominante no mundo ocidental a partir da Revolução Industrial dos séculos XVII e XVIII, substituindo definitivamente o sistema feudal.

A palavra "capital" origina-se do latim *capitale*, derivado de *capitalis* ("principal", "primeiro"), que, por sua vez, vem do proto-indo-europeu *kaput*, que significa "cabeça". O termo "capitalista" foi amplamente utilizado por pensadores do século XIX, como o poeta Samuel Taylor Coleridge, em seu trabalho *Table Talk* (1823); o filósofo Pierre-Joseph Proudhon,

em seu livro *O que é a propriedade?* (1840), referindo-se aos proprietários de capital; o filósofo Benjamin Disraeli, em seu trabalho *Sybil* (1845); e mesmo por Karl Marx e Friedrich Engels, no *Manifesto Comunista* (1848), referindo-se aos detentores de propriedade privada e de capital.

A essência do capitalismo é o acúmulo de capital e, para que isso aconteça, não há limite moral, político ou mesmo religioso que possa impedir os proprietários de se dedicarem a esse acúmulo. Segundo Marx, a única maneira de atingir esse objetivo é por meio da exploração do trabalhador, que deve produzir cada vez mais, em um menor tempo e com baixos salários, de forma que o produto saia mais barato e obtenha-se mais lucro com sua venda.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. [...] Em lugar das antigas necessidades satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso se refere tanto à produção material como à produção intelectual. [...] Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich.
Manifesto do Partido Comunista.
São Paulo: Global, 1981. p. 24-25.

Quando o trabalhador é obrigado a se submeter a essa lógica de produção, ele se aliena, perdendo a sua essência humana. Os estudiosos Hilton Japiassú e Danilo Marcondes apresentam, em seu *Dicionário básico de Filosofia*, quatro definições importantes para o termo "alienação", no que concerne à Filosofia:

1. Estado do indivíduo que não mais se pertence, que não detém o controle de si mesmo ou que se vê privado de seus direitos fundamentais, passando a ser considerado uma coisa.

2. Em Hegel, ação de se tornar outrem, seja se considerando como coisa, seja se tornando estrangeiro a si mesmo.

3. Situação econômica de dependência do proletário relativamente ao capitalista, na qual o operário vende sua força de trabalho como mercadoria, tornando-se escravo (Marx). Para Marx, a propriedade privada, com a divisão do trabalho que institui, pretende permitir ao homem satisfazer suas necessidades; na realidade, ao separá-lo de seu trabalho e ao privá-lo do produto de seu trabalho, ela o leva a perder a sua essência, projetando-a em outrem, em Deus. A perda da essência humana atinge o conjunto do mundo humano. As alienações religiosas, políticas, etc. são geradas pela alienação econômica. De modo particular, a alienação política é exercida pelo Estado, instrumento da classe dominante que submete os trabalhadores a seus interesses. A alienação religiosa é aquela que impede o homem de reconhecer em si mesmo sua humanidade, pois ele a projeta para fora de si, num ser que se define por tudo aquilo que o indivíduo não possui: Deus; ela revela e esconde a essência do homem, transportando-a alhures, no mundo invertido da divindade (Feuerbach).

4. Os termos "alienado" e "alienação" ingressam no vocabulário filosófico graças a Hegel e a Marx. Se, em Hegel, a alienação designa o fato de um ser, a cada etapa de seu devir, aparecer como outro distinto do que era antes, em Marx, ela significa a "despossessão", seguida da ideia de escravidão. Assim, quando dizemos hoje que o trabalho é um instrumento de alienação na economia capitalista, estamos reconhecendo que o operário é despossuído do fruto de seu trabalho. [...]

Alienação. In: JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Como o trabalhador participa apenas de parte do processo produtivo, ele torna-se somente uma peça da engrenagem, podendo ser substituído a qualquer momento, não sendo mais essencial ao processo produtivo. Assim, ele vale apenas o salário referente a um trabalho não qualificado, já que não lhe é exigido um conhecimento da totalidade do processo de produção. Por essa razão, ele não é capaz de se reconhecer no produto que ajudou a produzir, perdendo, então, sua identidade enquanto sujeito e tornando-se objeto (ou uma mercadoria) dentro dessa engrenagem de processo produtivo que desumaniza.

Com o próprio funcionamento, o processo capitalista de produção reproduz, portanto, a separação entre a força de trabalho e as condições de trabalho, perpetuando, assim, as condições de exploração do trabalhador. Compele sempre o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver, e capacita sempre o capitalista a comprá-la.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I. O processo de produção do Capital [Vol. II]. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. p. 672.

A imagem representa um pensador do marxismo, Vladimir Lênin, líder da Revolução Russa e primeiro líder supremo da União Soviética, varrendo os representantes do capitalismo (rei, burguês).

Marx divide a alienação do trabalhador em três tipos: econômica, religiosa e filosófica.

Alienação econômica: pode ser constatada observando-se a lógica capitalista que se faz presente ainda hoje, marcando indelevelmente as relações de trabalho. Atualmente, por exemplo, quando um trabalhador se aposenta devido a um problema de saúde, a aposentadoria consta como "por invalidez", ou seja, por não poder mais produzir, esse indivíduo é considerado inválido. Vê-se, assim, que o trabalhador tornou-se também mercadoria, valendo somente um salário enquanto puder produzir.

Alienação religiosa: a pessoa "entrega" sua vida a um ser superior e onipotente na esperança de ser recompensada em uma vida após a morte. Assim, ela se acostuma com a vida de exploração a que está submetida e não luta por melhorias, acreditando que, afinal, se Deus determinou que sua vida fosse assim, não há nada que se possa fazer contra a vontade divina. A alienação religiosa adestra o espírito da pessoa, fazendo-a aceitar as condições que lhe são impostas. Contra tal alienação, Marx propõe a extinção da religião, uma vez que acredita ser esta utilizada pela classe dominante como instrumento de dominação.

Alienação filosófica: Para Marx, a Filosofia não pode se resumir à função de compreender o mundo apenas de modo teórico e, nesse sentido, a Metafísica e a busca da essência pela contemplação da realidade deveriam ceder lugar à luta de libertação das ideologias. A Filosofia deve, portanto, sair de sua posição de espectadora do mundo e assumir a função de também transformá-lo.

A revolução do proletariado

Uma das ideias mais interessantes de Marx diz respeito à situação histórica, a qual pode se alterar, marcada pela injustiça e pela exploração dos trabalhadores. Em seu conceito de materialismo histórico, Marx defendia que a realidade construía as ideias, ou seja, a consciência era consequência da realidade material das pessoas. Porém, essa realidade era também construção humana e, assim, para mudar as ideias, a consciência de um povo, era necessário mudar, primeiramente, sua realidade. Mas como seria possível essa mudança?

Marx critica o socialismo utópico, o qual, embora defenda a necessidade de mudanças sociais, não aponta o caminho para alcançá-las. Os socialistas utópicos acreditavam que as transformações da sociedade capitalista aconteceriam de forma gradual e pacífica, sendo que a própria burguesia, ao se tornar consciente da exploração e da injustiça desse sistema, ajudaria nessa transformação.

O socialismo pregado por Marx, conhecido como socialismo científico, defendia uma ideia contrária àquela proposta pelos socialistas utópicos. Para Marx, as mudanças sociais só poderiam se efetivar com a revolução do proletariado, que tomaria o poder com o uso da força e transformaria a realidade, instaurando o socialismo. Este teria como objetivo a posterior implantação do comunismo, que se caracteriza por uma sociedade sem classes, sem Estado e livre da opressão. Nessa sociedade, não haveria a centralização do poder, mas sim a participação democrática e coletiva de todas as pessoas nos processos decisórios sobre os rumos da sociedade e da economia. O socialismo seria, portanto, um caminho necessário de transição ao comunismo, no qual a classe operária tomaria o poder e criaria as condições apropriadas para essa transição.

A revolução do proletariado seria gerada, inevitavelmente, pela contradição interna do capitalismo, que, por ser um sistema que se baseia no acúmulo de lucro a partir da exploração do trabalhador, traz consigo a semente de sua própria destruição. Para Marx, a exploração capitalista chegaria a tal ponto que o proletariado, como um animal acuado que, em determinado momento, ataca, não suportando mais sua condição miserável de vida, faria, então, a revolução sonhada por Marx. Nesse momento, livrando-se de toda e qualquer alienação e ideologia, a classe trabalhadora tomaria consciência de sua condição e se organizaria para tomar o poder.

A ideologia

Um dos conceitos mais importantes da filosofia marxiana é o de "ideologia", o qual difere notadamente do significado tradicionalmente atribuído a esse termo. Por "ideologia", em seu sentido positivo, entende-se um conjunto de ideias que tem a capacidade de agregar pessoas ao redor de uma mesma motivação. Por exemplo, os partidos políticos, as ONGs, as religiões e os movimentos sociais são criados com base em ideologias próprias, sendo que aqueles que se identificam com tais ideias se reúnem, movidos por seus interesses em comum. Porém, na filosofia de Marx, o conceito de ideologia tem um sentido negativo. Para o filósofo, a ideologia consiste em ideias que têm como objetivo mascarar a realidade para que a classe trabalhadora explorada não a veja.

Segundo Hilton Japiassú e Danilo Marcondes:

Ideologia

1. [...] em um sentido mais amplo, passou a significar um conjunto de ideias, princípios e valores que refletem uma determinada visão de mundo, orientando uma forma de ação, sobretudo uma prática política. Ex.: ideologia fascista, ideologia de esquerda, a ideologia dos românticos, etc.
2. Marx e Engels utilizam o termo em *A ideologia alemã* (1845-1846), em um sentido crítico, para designar a concepção idealista de certos filósofos hegelianos (Feuerbach, Bauer, Stirner) que restringiam sua análise ao plano das ideias, sem atingir, portanto, a base material de onde elas se originam, isto é, as relações sociais e a estrutura econômica da sociedade. A ideologia é assim um fenômeno da superestrutura, uma forma de pensamento opaco, que, por não revelar as causas reais de certos valores, concepções e práticas sociais que são materiais (ou seja, econômicas), contribui para sua aceitação e reprodução, representando um "mundo invertido" e servindo aos interesses da classe dominante que aparecem como se fossem interesses da sociedade como um todo. Nesse sentido, a ideologia se opõe à ciência e ao pensamento crítico. "A produção das ideias, das representações, da consciência é [...] diretamente entrelaçada com a atividade material e com as relações dos homens [...] Se na ideologia os homens e as suas relações aparecem de cabeça para baixo, como numa câmara escura, esse fenômeno deriva-se do processo histórico de suas vidas [...]. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideológica das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de pensamentos, por conseguinte as relações que fazem de uma classe a classe dominante, por conseguinte os pensamentos de sua dominação."

   MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*.
3. O termo "ideologia" é amplamente utilizado, sobretudo por influência do pensamento de Marx, na Filosofia e nas Ciências Humanas e sociais em geral, significando o processo de racionalização – um autêntico mecanismo de defesa – dos interesses de uma classe ou grupo dominante. Tem por objetivo justificar o domínio exercido e manter coesa a sociedade, apresentando o real como homogêneo, a sociedade como indivisa, permitindo com isso evitar os conflitos e exercer a dominação.

Ideologia. In: JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Para Marx, a ideologia é, portanto, um dos mecanismos mais perversos de dominação, buscando manter a classe trabalhadora adestrada sob os interesses capitalistas, dominando a mente, as ideias e os pensamentos das pessoas. De certa forma, a ideologia anestesia a consciência humana, de forma que o trabalhador se acostume com sua situação de explorado e não perceba que, na verdade, ele não está nessa situação por sua culpa, do mundo ou mesmo de Deus, mas sim porque as condições de vida e a propriedade privada dos meios de produção criaram uma realidade nesses moldes.

Marx afirma, assim, que a vida material é produto das ações humanas e não de uma ideia superior ou de uma consciência metafísica, a qual teria determinado que a vida e as condições materiais das pessoas fossem da maneira como são. A Filosofia teria, então, a função de libertar o indivíduo dessa falsa consciência de mundo, fazendo-o enxergar as ideologias e combatê-las, construindo, assim, um mundo novo e diferente.

Qualquer ideia que possa levar as pessoas a se acostumarem com sua realidade, apaziguando seu espírito de luta e sua capacidade de revoltar-se contra as mazelas de sua condição de vida, pode ser considerada uma ideologia. Inclusive a religião, nas mãos dos dominadores, pode ser utilizada como uma arma ideológica, direcionando as pessoas a um caminho no qual elas aceitarão sua condição de exploradas como se fosse essa a vontade de Deus. Por essa razão, Marx afirma que a religião é o "ópio do povo", pois entorpece a mente das pessoas impedindo-as de reconhecerem a realidade e lutarem para transformá-la.

O socialismo científico

Talvez o maior erro de Marx tenha sido acreditar que as transformações pelas quais ele achava que a sociedade passaria, até chegar a um mundo sem classes sociais, ou seja, a um mundo comunista, fosse algo certo e inevitável. Por isso, ele insistia na cientificidade de suas ideias. Assim como na Física, em que, pelas Leis de Newton, era possível prever qual seria o estado futuro de qualquer sistema físico de objetos em movimento, em qualquer momento e com exatidão, bastando para isso possuir informações corretas sobre o estado atual desse sistema, Marx acreditava que tinha alcançado a ciência das leis econômicas, as quais determinariam a inexorável superação do sistema capitalista, que sucumbiria ao socialismo devido às suas contradições internas. Para o filósofo, chegaria um momento em que a exploração dos trabalhadores seria tão extremada, que a sociedade se tornaria cada vez mais polarizada entre ricos e pobres, e estes, constituindo a esmagadora maioria, em um dado momento tomariam consciência da exploração e fariam a revolução.

Nesse sentido, segundo a dialética marxiana, o capitalismo seria um momento de transição necessário ao socialismo, pois ele criaria as condições de sua própria superação. Os marxianos encontraram nessa ideia a justificativa para a cientificidade de suas teorias, que não seriam, assim, uma opinião subjetiva, mas possuiriam o caráter de ciência objetiva. Por isso, esses filósofos ignoravam com veemência qualquer ideia que fosse contrária às suas ou qualquer tipo de flexibilização do sistema. Eles afirmavam que a História estava ao seu lado, em uma clara referência ao futuro, que traria a inevitável superação do capitalismo. Por isso, os marxianos consideravam-se mais modernos que os próprios modernos.

As ideias de Marx e sua crença em sua ciência tomaram de assalto o mundo inteiro. Inúmeros povos, empolgados com a certeza de mudança e indignados com a situação real de suas vidas, assumiram os ideais marxianos e lutaram para implantar o sistema socialista em suas sociedades. Como consequência, ocorreram as duas maiores revoluções de todos os tempos: a da Rússia, em 1917, e a da China, que se iniciou em 1948-1949 e perdura até os dias atuais. Os anos que sucederam a Segunda Guerra mundial foram de especial crescimento dos ideais de Marx, e, em muitos países, houve o crescimento dos movimentos socialistas, principalmente nas nações mais pobres, como as da América Latina.

O maior problema do socialismo, e que depõe contra a sua doutrina, é que, em nenhum lugar onde ele foi implantado, as "leis científicas do desenvolvimento histórico", as quais, teoricamente, seriam inevitáveis, produziram um mundo realmente melhor. Ao contrário, o que se viu foi a deturpação do poder e uma burocratização do Estado de tal forma que o empobrecimento e a tirania imperaram nessas sociedades.

A despeito das evidências históricas acerca da falha do socialismo, as ideias de Marx em relação a um mundo melhor e mais justo ainda atraem e chamam a atenção de muitas pessoas que se sentem inconformadas com a exploração e com a injustiça própria ao capitalismo. No entanto, tendo em vista que o sonho de Marx de um mundo melhor não se concretizou, pode-se compreender a ideia do cientista político Francis Fukuyama, que considera o ser humano capitalista como o último homem, ou seja, que não existirá outro sistema político e econômico que possa substituir o capitalismo como queria Marx.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UEG-GO) No processo de constituição social dos valores sociais, geralmente se mesclam concepções filosóficas, políticas e morais. Nesse sentido, o valor social predominante no

A) socialismo científico é a competição solidária.

B) socialismo utópico é o autoritarismo religioso.

C) liberalismo econômico é o individualismo.

D) fascismo é o igualitarismo social.

02. (UEG-GO) Em sua 11.ª tese sobre Feuerbach, Karl Marx (1818-1883) afirma que "Os Filósofos até hoje interpretaram o mundo, cabe agora transformá-lo". Muitos marxistas interpretaram mal a frase de Marx e abandonaram livros, teoria e partiram para a prática, negligenciando o significado da noção de *práxis* em Marx. Nesse sentido, tem-se que

A) a tese marxista estimulava a prática e não a teoria, já que a ideia de *práxis* privilegia o fazer em detrimento do pensar, o que levaria à condenação da Filosofia como teoria pura.

B) a noção de *práxis* em Marx exige que a Filosofia sempre permaneça nos limites do conhecimento teórico, pois a *práxis* humana deve ser conduzida por peritos técnicos e não por filósofos.

C) a ideia de *práxis* em Marx foi desvirtuada por aqueles que não perceberam que existe uma ruptura entre teoria e prática, e que o trabalho intelectual deve prevalecer sobre o trabalho manual.

D) a tese marxista criticava a Filosofia por não favorecer uma *práxis* revolucionária na qual toda prática suscita a reflexão, que por sua vez vai incidir sobre a prática reorientando uma ação transformadora.

03. ØFOZ (UEG-GO) A respeito do materialismo histórico de Karl Marx, verifica-se que é uma

A) concepção historicista que compreende que a única ideologia válida é o materialismo originado com o iluminismo e aperfeiçoado por Augusto Comte, sendo a divergência de Marx com esses antecessores apenas política, já que ele propunha uma concepção revolucionária diferentemente deles.

B) concepção que considera que a matéria é a origem do universo e da sociedade, e que ela muda historicamente transformando o homem e a natureza, sendo por isso que Marx intitulou essa concepção com a junção das palavras materialismo e história.

C) teoria da história que analisa o processo real e concreto, enfatizando o modo de produção e reprodução dos bens materiais necessários para a sobrevivência humana e que passa a ser determinada pela luta de classes em determinadas sociedades.

D) concepção da história que defende que o processo histórico é determinado exclusivamente pelos interesses econômicos e materiais, sendo devido a isso que Marx atribuiu o nome "materialismo" à sua concepção em oposição ao "idealismo", que defende que as pessoas perseguem seus ideais.

04. (UENP-PR) A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada, uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. Nas primeiras épocas históricas, verificamos quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassalos, mestres, oficiais e servos, e, em cada uma destas classes, gradações especiais. A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão substituir velhas classes, velhas condições de opressão, velhas formas de luta por outras novas. As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia. [...] Os comunistas combatem pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam no movimento atual, o futuro do movimento. [...] Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Os proletários nada têm a perder a não ser suas algemas. Têm um mundo a ganhar. PROLETÁRIOS DE TODO O MUNDO, UNI-VOS!

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista.*

Em relação à filosofia de Marx e seus desdobramentos teóricos e políticos, assinale a alternativa correta.

A) Karl Marx defende a supressão da luta de classes como inevitável para superar o estado constante de exploração da burguesia sobre o proletariado.

B) Para Marx, não é a consciência a determinar a existência, mas a existência a determinar a consciência, as causas últimas do devir histórico não são de natureza ideal ou espiritual, mas materiais, sociais, econômicas e produtivas.

C) Karl Marx entende que os meios culturais determinam a produção econômica de um determinado período histórico.

D) As ideias de Marx consolidaram-se em um movimento apenas teórico, desenvolvido dentro do idealismo alemão que, todavia, não tiveram nenhuma expressão histórica e nenhuma influência na política contemporânea.

E) John Rawls é o filósofo norte-americano que se constitui um legítimo sucessor das ideias de Marx, na medida em que, na sua obra capital, *Uma teoria da justiça* (1971), apresenta Karl Marx enquanto fundamento teórico contemporâneo para legitimar o liberalismo.

05. (UFPA) Pode-se referir à consciência, à religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida [...]. A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente o que são. O que são coincide, portanto, com a sua produção, isto é, com aquilo que produzem como com a forma como produzem.

Marx, K. *Ideologia Alemã*. Lisboa: Presença, 1980. p. 19.

Considerando que, segundo Marx, a maneira de ser do homem depende de alguns fatores, identifique, no conjunto de fatores listados abaixo, os que, na visão do citado filósofo, distinguem o ser humano:

I. os respectivos modos de produção.

II. a própria produção de sua vida material.

III. a forma de utilidade dos objetos produzidos em sociedade.

IV. o estado de desenvolvimento de sua consciência depende de sua história de vida.

V. a produção dos meios de subsistência tendo em vista o bem comum da sociedade

Os fatores estão corretamente identificados em:

A) I e II
B) II e IV
C) III e IV
D) II e V
E) I, III e V

06. SJUU (UFU-MG) A dialética de Hegel

A) envolve duas etapas, formadas por opostos encontrados na natureza (dia-noite, claro-escuro, frio-calor).

B) é incapaz de explicar o movimento e a mudança verificados tanto no mundo quanto no pensamento.

C) é interna nas coisas objetivas, que só podem crescer e perecer em virtude de contradições presentes nelas.

D) é um método (procedimento) a ser aplicado ao objeto de estudo do pesquisador.

07. (Uncisal / Adaptado) Uma das teorias de maior impacto na história dos últimos séculos foi o socialismo, particularmente as ideias socialistas dos séculos XIX e XX. O que propõe, propriamente, o socialismo? Em linhas gerais, a coletivização da propriedade, dos meios de produção e sua colocação a serviço de todos os membros da sociedade, buscando, com isto, o fim da pobreza e da miséria, bem como o acesso de todas as pessoas aos bens fundamentais necessários à vida, fruto da natureza e da ação do trabalho histórico e transformador humano.

Filosofia no dia a dia, 27 de setembro de 2012.

Com relação ao pensamento socialista ao longo da história, qual a opção correta?

A) A partir do seu materialismo mecânico, Feuerbach estabelece as bases do socialismo científico.

B) Os socialistas utópicos defendiam uma tomada de consciência histórica para produzir uma revolução social que desse fim ao sistema capitalista de produção.

C) Um dos fundamentos do pensamento socialista de Karl Marx é o materialismo histórico dialético.

D) O século XX assistiu a uma reviravolta no que se refere ao pensamento socialista. A partir desse século, o socialismo tornou-se hegemônico.

E) Na pós-modernidade, o socialismo ortodoxo perdeu suas características essenciais e passou a apresentar uma posição subjetivista que se alinha aos interesses do capitalismo e legitima o neoliberalismo político.

08. BZEU (Uncisal) Há muitas semelhanças entre o homem e a ovelha. Não fabricamos lã nem balimos. Mas, muitas vezes, seguimos o rebanho passivamente e temos pavor de nos separarmos do grupo.

BOTTON, Alain de.

Considerando o exposto acima, assinale a opção que apresenta um conceito muito utilizado na filosofia marxiana que oferece elementos para uma explicação da comparação realizada.

A) Razão Crítica

B) Liberdade Absoluta

C) Exclusão

D) Alienação

E) Liberdade Condicionada

09. (Unimontes-MG) É verdade que a publicidade, por meio de competentes agências e suas criativas campanhas, divulga a variedade e a qualidade do que é produzido pelo mercado. Desse modo, o consumidor toma conhecimento dos produtos e pode fazer escolhas. No entanto, como vivemos em uma época de consumismo, as pessoas são levadas a comprar muito mais do que necessitam. Com relação à publicidade, é correto afirmar que

A) é neutra e não aceita interferência ideológica.

B) não vende apenas produtos, mas também ideias.

C) o espaço publicitário não tem interferência do mercado.

D) não sofre interferência religiosa e política.

10. 33KO (Unimontes-MG) Um espaço importante de ação ideológica são os meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádio, tevê, internet. Pela internet, dispomos, além da troca de mensagem entre particulares, da difusão de versões *online* de jornais e de páginas pessoais (blogs) das mais diversas tendências políticas. Com relação à ideologia, podemos afirmar que

A) o pensamento é sempre determinado pela ideologia.

B) os pensamentos são fixos e não admitem mudanças.

C) os pensamentos são sempre ideológicos e formulados para dominar o ser humano.

D) a ação e o pensamento nunca são totalmente determinados pela ideologia. Sempre haverá espaços para a crítica e fenda que possibilitam a elaboração do discurso contraideológico.

11. V7QJ (UNISC-RS) Um dos problemas principais da Filosofia Política é o de determinar a natureza do Estado, entendido como sociedade politicamente organizada. Essa questão começou a ser debatida na Filosofia Antiga e foi retomada, depois, na Idade Moderna pela ocasião do surgimento dos Estados Nacionais modernos, constituindo um tema central tanto da tradição liberal quanto do pensamento marxista. Considere agora as seguintes afirmações sobre esse assunto:

I. Para Aristóteles, como para os sofistas, a natureza do Estado é artificial. Surge de um acordo implícito por meio do qual alguns grupos humanos colocaram um fim em suas disputas.

II. Segundo Aristóteles, os homens têm tendência a viver em sociedade porque não podem se bastar a si mesmos.

III. Hobbes considerava que o Estado surgiu por meio de um acordo implícito por meio do qual os indivíduos abriram mão de seu direito de revidar os danos sofridos pela ação de outra pessoa, fazendo justiça pelas suas mãos, e transferiram esse direito a um terceiro impessoal: o Estado.

IV. Para Locke, os indivíduos não têm direito à propriedade privada e o único proprietário deve ser o Estado.

V. Para Marx, os estados nacionais, criados pela burguesia, representam os interesses de todas as classes sociais.

Assinale a alternativa correta.

A) Somente a afirmativa II está correta.

B) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

C) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.

D) Somente a afirmativa IV está correta.

E) Somente as afirmativas IV e V estão corretas.

SEÇÃO ENEM

01. O que quer que aconteça, cada indivíduo é sempre filho de sua época; portanto, a filosofia é a sua época tal como apreendida pelo pensamento. É tão absurdo imaginar que a filosofia pode transcender sua realidade contemporânea quanto imaginar que um indivíduo pode superar seu tempo, saltar sobre Rodes.

Hegel. In. MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da Filosofia*: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 218.

O conceito de História é essencial para compreendermos a filosofia hegeliana. Para Hegel, a História é

A) responsável pelo desenvolvimento dos indivíduos particularmente, sendo necessário que eles a construam de acordo com suas expectativas.

B) fruto da ideia ou Espírito do Mundo, não sendo produto da vontade dos indivíduos particulares.

C) resultado da vontade política dos representantes do Estado construída de acordo com decisões coletivas.

D) independente das vontades particulares dos indivíduos comuns e fruto da vontade de indivíduos superiores que estão no comando do Estado.

E) resultado de uma ação divina e metafísica que faz com que os acontecimentos sejam favoráveis ao desenvolvimento da sociedade.

02. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política* – Salário, preço e lucro – O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 25-26 (Os economistas).

De acordo com a citação de Marx, filósofo alemão do século XIX, a realidade é resultado

A) do trabalho humano nas fábricas e oficinas que produzem os bens necessários à vida.

B) das relações de trabalho entre patrões e empregados que seguem padrões da justiça distributiva.

C) das condições materiais de produção e de distribuição de bens a que um povo está submetido.

D) das decisões políticas tomadas pelos governantes, que têm a função de governar o povo.

E) das determinações espirituais e divinas que traçam os destinos de todas as pessoas.

03. (Enem)

[...] Um operário desenrola o arame, o outro o endireita, um terceiro corta, um quarto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer a cabeça do alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes [...].

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Investigação sobre a sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 7.

FRANK E ERNEST – Bob Thaves

A respeito do texto e do quadrinho são feitas as seguintes afirmações:

I. Ambos retratam a intensa divisão do trabalho à qual são submetidos os operários.

II. O texto refere-se à produção informatizada e o quadrinho, à produção artesanal.

III. Ambos contêm a ideia de que o produto da atividade industrial não depende do conhecimento de todo o processo por parte do operário.

Dentre essas afirmações, apenas

A) I está correta.

B) II está correta.

C) III está correta.

D) I e II estão corretas.

E) I e III estão corretas.

04. De acordo com esse sentido crítico, a ideologia é uma visão distorcida, é o mascaramento da realidade – de uma realidade opressora, que faz com que seu caráter negativo seja ocultado –, tornando-se assim mais aceitável e vindo a ter uma justificativa aparente.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da Filosofia*: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 230.

O conceito de ideologia é um dos mais importantes aspectos da filosofia de Marx. É possível identificar este conceito no seguinte provérbio popular:

A) "Águas passadas não movem moinhos".

B) "Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura".

C) "Canja de galinha não faz mal a ninguém".

D) "Ricos e pobres, sempre haverá".

E) "Amor e tosse não dá para esconder".

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

01. C
02. D
03. C
04. B
05. A
06. C
07. C
08. D
09. B
10. D
11. B

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

01. B
02. C
03. E
04. D

Total dos meus acertos: _____ de _____ . ______ %

O Mundo em Reviravolta: Nietzsche e o Positivismo

ARTHUR SCHOPENHAUER

Arthur Schopenhauer foi um filósofo alemão nascido em 22 de fevereiro de 1788, em Danzig, e que faleceu em 21 de setembro de 1860, em Frankfurt. Sua obra é fortemente marcada pelo pessimismo, pelas críticas ferozes ao idealismo hegeliano, por trazer para o debate ocidental elementos do pensamento oriental e por dar à vontade o lugar central em sua filosofia.

Representação de Arthur Schopenhauer em sua juventude.

O mundo como vontade e representação

Em sua principal obra, *O mundo como vontade e representação*, o filósofo critica o realismo e o idealismo. O realismo, porque tira o papel do sujeito no mundo, ao entender que a verdade está contida nos objetos e que o sujeito não é mais que matéria, e o idealismo dos acadêmicos, porque esvazia os objetos e a realidade sensível, ao entender que tudo é movimento da consciência. O filósofo resgata a estética transcendental de Immanuel Kant e afirma juntamente com ele que as representações são feitas na mente a partir de duas concepções: espaço e tempo. Ou seja, tudo o que os seres humanos pensam, é pensado espacial e temporalmente.

A ideia de "vontade" tem papel de destaque na obra, ao ser pensada pelo filósofo como o princípio ontológico do mundo. Segundo Schopenhauer, a representação é um elemento exterior, que situa o ser humano como objeto no mundo. Já a vontade é a dimensão interna do homem, aquilo que o conecta com sua essência e com a essência do mundo. Filósofo ateu, Schopenhauer pensava que a essência última do mundo, de todas as coisas que existem, seria a vontade. Esta pode ser entendida como pulsão, movimento, de algum ser em função de sua satisfação. Isso se verifica tanto na vontade de comer um doce, que leva uma pessoa a comprá-lo, quanto na vontade de possuir poder absoluto, que moveu – e matou – tantos milhões de seres humanos ao longo da História. Assim, a vontade consistia no principal elemento constituinte do mundo.

O Pessimismo

Se tudo é vontade, e se a vontade é inesgotável, necessariamente o ser humano vai se encontrar em posição miserável. Isso se dá porque, uma vez realizada uma demanda da vontade, logo outra surge, e em seguida outra, e assim por diante. Uma vez que a vontade não é saciada, vem o sofrimento. Seja o sofrimento psicológico – como o de não atingir um objetivo pessoal em algum momento da vida –, seja o sofrimento físico – como a fome.

> A vida da maioria não é mais que uma batalha diária pela existência, com a certeza da derrota final. Mas aquilo que os faz continuar nessa tão árdua batalha não é o tanto o amor pela vida, mas o medo da morte, a qual, apesar de tudo, encontra-se inevitável no fundo, e pode a cada minuto sobrevir. A própria vida é um mar cheio de escolhos e vórtices, dos quais o homem procura escapar com a máxima prudência e cuidado; embora sabendo, que quando também conseguir, com todo esforço e arte, deles fugir, por causa disso justamente se aproxima com cada um de seus passos e até para eles aponta em linha reta o ele, para o total, inevitável e irreparável naufrágio: a morte.
>
> (SCHOPENHAUER, 2003)A. O mundo como vontade e representação. Apud. ANTISERI, D. REALE, G. *História da Filosofia*: do romantismo ao empiriocriticismo v.5. São Paulo: Paulus, 2003. p.222)

FRIEDRICH NIETZSCHE

Friedrich Nietzsche nasceu na cidade de Röcken, Alemanha, em 15 de outubro de 1844, membro de uma família de clérigos luteranos. Embora nunca tivesse até então estudado formalmente Filosofia, Nietzsche aproximou-se dela ao ler a obra *O mundo como vontade e representação*, de Schopenhauer, que marcou definitivamente sua vida e seu pensamento. Ainda na Universidade de Bonn, estudou Filosofia e Teologia, embora tenha se afastado do cristianismo por influência de seus estudos e das posições teóricas de alguns de seus professores.

Friedrich Hermann Hartmann / Domínio Público

Ilustração representando Friedrich Nietzsche, um dos filósofos mais polêmicos e mal compreendidos da História.

Nietzsche escreveu suas obras em forma de aforismos e de fragmentos, trazendo em seu teor todo o refinamento crítico e as polêmicas às quais o filósofo se dedicou durante sua lucidez. Em 1872, publicou *O nascimento da tragédia*, seguida, em 1873 e 1876, pelas quatro *Considerações inatuais*. A obra *Humano, demasiado humano* surgiu em 1878, seguida de *Aurora* (1881) e *A Gaia ciência* (1882). Sua obra-prima, *Assim falou Zaratustra,* foi escrita em 1883. Nos anos de 1886 e 1887 publicou, respectivamente, *Além do bem e do mal* e *A genealogia da moral*. Em 1888, escreveu *O caso Wagner, O crepúsculo dos ídolos, O anticristo, Ecce homo* e *Nietzsche* versus *Wagner*. Sua última obra, *Vontade de poder,* não chegou a ser concluída.

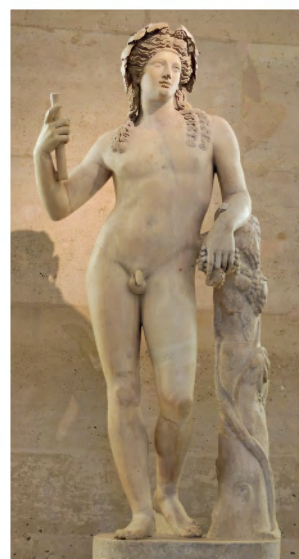
Quando jovem, ainda discípulo de Schopenhauer, Nietzsche tornou-se amigo íntimo e seguidor do compositor alemão Richard Wagner, enxergando neste um precursor de suas próprias ideias, segundo as quais a arte seria a única forma de o ser humano suportar a dor de uma vida sem sentido. No entanto, depois de certo tempo, o filósofo passou a tecer duras críticas a Wagner, a ponto de chamá-lo de "uma doença", devido à sua decepção frente às escolhas de Wagner – notadamente no que diz respeito à conversão do compositor ao cristianismo.

Nietzsche é considerado um dos maiores críticos da cultura ocidental e dos valores morais, tendo sua crítica sido de grande influência para a história da Filosofia. A despeito de sua genialidade, no entanto, Nietzsche ainda hoje é mal interpretado, sendo visto apenas como "o filósofo da morte de Deus", sem que suas ideias sejam esclarecidas e compreendidas por aqueles que o criticam tão veementemente.

Para Nietzsche, a vida é sem sentido, irracional, cruel e cega, concepção herdada de seu primeiro mestre Schopenhauer, de quem Nietzsche tomou a ideia de que a vida é, em si, destruição e dor, não podendo o ser humano encontrar refúgio para essa realidade em Deus, uma vez que este não existiria, não havendo nem sequer alma imortal. Essa vida sem sentido seria impelida simplesmente por uma força chamada de vontade. Ao contrário de Schopenhauer, que defendia que o melhor caminho para as pessoas seria o isolamento do mundo, Nietzsche acreditava que as pessoas deveriam aproveitar ao máximo suas vidas, usufruindo tudo que o mundo pudesse lhes oferecer.

O espírito dionisíaco e o espírito apolíneo

Segundo Nietzsche, a vida e o próprio ser humano são formados por duas forças antagônicas ou espíritos: o espírito apolíneo e o espírito dionisíaco. O espírito apolíneo, representado pelo deus Apolo, constituiria a dimensão racional, do equilíbrio, do comedimento, da medida. Já o espírito dionisíaco, considerado como o mais legítimo por Nietzsche, é representado pelo deus Dioniso, deus da embriaguez e da música, consistindo na dimensão do prazer, da festa e do drama.

Para Nietzsche, o período que antecedeu a filosofia socrática conseguia equilibrar essas duas dimensões na vida humana, possibilitando, então, uma vida saudável e harmônica. Dentro de uma tradição mitológica, a tragédia, a música e os rituais dionisíacos do Período Arcaico (que antecedeu o Período Clássico, antes do nascimento da Filosofia) cultivavam o equilíbrio e a harmonia.

Autor Desconhecido / Domínio Público

Escultura representando Dioniso, deus do vinho, da festa e da música.

Porém, com a filosofia socrática, essa união harmônica foi rompida e, a partir de então, começando com a escolha de Sócrates, a quem Nietzsche chamava de "homem com uma visão só", priorizou-se o espírito apolíneo, enfatizando-se aquilo que era racional, lógico e científico.

Desse modo, passou-se a considerar que somente a razão deveria guiar a vida humana, sendo que bom era aquilo que era racional, e tudo o que fosse contrário à racionalidade deveria ser adestrado, de forma a ocupar o lugar inferior na vida humana. Nietzsche dizia que, ao priorizar a razão como única guia da vida moralmente correta, a civilização se afastava de sua mais bela e íntima natureza, daquilo que constituía a verdadeira essência do ser humano. Para ele, colocar em segundo plano o impulso à vida, ao prazer e à satisfação seria inferiorizar os elementos vitais da realidade.

Nietzsche via nos heróis gregos os melhores exemplos da harmonia entre as dimensões apolínea e dionisíaca: ao enfrentarem seus medos e os próprios deuses, esses heróis demonstravam sua força de vida, sua tentativa de superação dos limites, sua busca pela afirmação da vida, que deve ser construída fundamentada em sua vontade e não na submissão passiva a um destino traçado e determinado.

Com o predomínio do espírito apolíneo, o espírito dionisíaco, aquele que leva à "afirmação da vida", foi progressivamente reprimido. Após Sócrates, toda a civilização ocidental, devido à escolha do filósofo pela racionalidade absoluta, tendeu à razão, ao controle da natureza por meio do pensamento racional. O que não pertencesse ao campo da racionalidade, aquilo que não fosse controlado pela razão, deveria ser disciplinado e reprimido. Para Nietzsche, na história da Filosofia ocidental observa-se que o pensamento apolíneo venceu o dionisíaco.

Ainda segundo o filósofo alemão, o surgimento do cristianismo no século I, que bebia na fonte das filosofias socrática e platônica, radicalizou a depreciação do princípio do prazer, ao valorizar uma vida de sacrifícios e mortificações. Durante muito tempo na história cristã, difundiu-se a ideia de que tudo aquilo que era material, carnal e que pudesse trazer prazer ao ser humano deveria ser reprimido e submetido à alma. Por isso, o cristão verdadeiro deveria se esforçar nos sacrifícios, nas mortificações e nos jejuns, assumindo de bom grado seus sofrimentos, pois só assim ele se libertaria do império do corpo e poderia ser livre das tentações próprias da vida terrena.

Dessa forma, a cultura cristã ocidental foi, para Nietzsche, reacionária e decadente, determinando de tal forma a vida humana que se passou a viver a partir de uma "moral de rebanho", a qual aplacava a vontade do indivíduo e adestrava sua alma.

As características que permitiram ao ser humano sair de seu estado animal – como a eliminação dos fracos pelos mais fortes, dos incompetentes pelos competentes, dos estúpidos pelos astutos – foram condenadas pela religião cristã e consideradas moralmente erradas, criando nas pessoas a sensação de culpa atrelada à ideia de pecado. Da mesma forma, os líderes naturais, os inovadores, ousados e destemidos foram vistos como pessoas piores, que não deveriam ser seguidas, já que eram, segundo a moral cristã, pobres de coração.

A moral de escravos

Para Nietzsche, após o surgimento da cultura cristã ocidental, os valores que deveriam ser cultivados nos espíritos das pessoas (como a coragem e a ousadia) passaram a ser considerados ruins, e os valores característicos das pessoas mais fracas, da plebe (como a humildade, a aceitação e a submissão), passaram a ser supervalorizados, sendo vistos como aqueles que levariam ao céu.

Nietzsche chama essa inversão de valores de "moral de escravos", cujo objetivo era que a classe mais fraca se afirmasse por meio da negação do outro (o nobre). Assim, com a verdade racional socrática e com a moral cristã, essa "moral de escravos" constituiu-se rapidamente como a única verdadeira e como modelo a ser seguido por todas as pessoas.

Moralistas como Sócrates e Jesus defendiam um conjunto de valores que protegeriam os piores e passivos, considerando como mau tudo aquilo que não estivesse de acordo com a ideia de igualdade e de humildade pregada por eles, afinal, segundo esses moralistas, era a justiça e não a força que deveria reinar entre as pessoas; eram os mansos e não os arrojados que herdariam o reino dos céus. Para Nietzsche, tais valores colocavam todas as pessoas, mesmo as melhores, no mesmo patamar que a massa medíocre da humanidade, sendo que as características típicas dos escravos passaram a ser exaltadas como virtudes, e o que deveria ser cultivado era uma vida de serviço, de abnegação, de sofrimento e de autossacrifício. Mesmo os indivíduos talentosos tiveram seu "eu" negado, em nome da moralidade.

Nietzsche afirmava que essa forma de vida – na qual o pior era considerado melhor e os defeitos e as fraquezas humanas vistos como qualidades – representava a pior decadência possível. O filósofo considera que, como essa moral não foi dada por Deus, mas sim imposta pelos piores, é somente a eles que essas normas de conduta serviriam, só a eles interessaria uma vida em que seus defeitos se tornassem qualidades.

A destruição dos valores tradicionais: fazendo filosofia com um martelo

Para entender como Nietzsche pensa em destruir os valores tradicionais baseados na moral dos escravos, é importante compreender o conceito de "niilismo", exposto a seguir:

> **Niilismo** (do lat. *nihil*: nada) [...] 2. Termo empregado por Nietzsche para designar o que considerou como o resultado da decadência europeia, a ruína dos valores tradicionais consagrados na civilização ocidental do século XIX. Caracteriza-se pela descrença em um futuro ou destino glorioso da civilização, opondo-se, portanto, à ideia de progresso, e, pela afirmação da "morte de Deus", negando a crença em um absoluto fundamento metafísico de todos os valores éticos, estéticos e sociais da tradição. O niilismo nietzschiano deve levar a novos valores que sejam "afirmativos da vida'', da vontade humana, superando os princípios metafísicos tradicionais e a "moral do rebanho" do cristianismo, situando-se "além do bem e do mal".
>
> JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

De acordo com Nietzsche, a Filosofia deveria libertar o ser humano, levando-o ao niilismo e à busca por valores que não desprezassem a vida, mas sim a valorizassem. Para isso, era necessário fugir dos valores tradicionais e buscar uma nova ordem de valores que reafirmassem aquilo que era mais natural e belo no ser humano, sua força vital. O prazer natural deveria ser buscado por todas as pessoas, pois somente esse prazer poderia torná-las melhores e mais felizes, segundo o filósofo.

Em sua obra *Genealogia da moral*, Nietzsche buscou compreender quais eram as bases morais que sustentavam a tradição cristã ocidental e que, portanto, determinavam a vida humana. Encontrando os fundamentos da "moral de rebanho", ele dedicou-se a apontar suas fraquezas e inconstâncias, afirmando que esses valores pioravam o ser humano ao reprimirem sua natureza. Para o filósofo, as pessoas deveriam fugir dos valores e das crenças tradicionais, buscando o prazer natural.

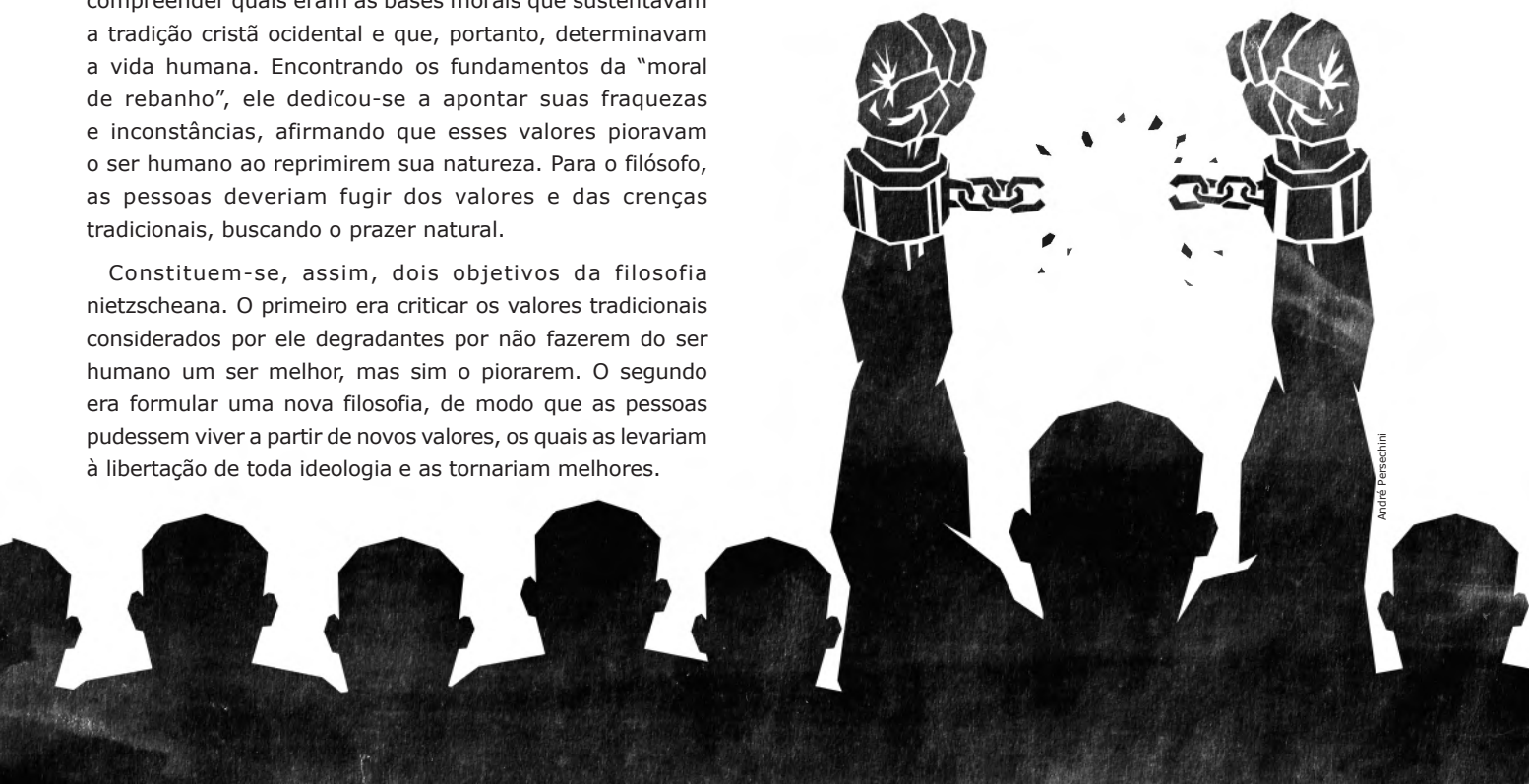
Constituem-se, assim, dois objetivos da filosofia nietzscheana. O primeiro era criticar os valores tradicionais considerados por ele degradantes por não fazerem do ser humano um ser melhor, mas sim o piorarem. O segundo era formular uma nova filosofia, de modo que as pessoas pudessem viver a partir de novos valores, os quais as levariam à libertação de toda ideologia e as tornariam melhores.

Por isso, segundo Nietzsche, a moral deveria ser anticristã, uma vez que o cristianismo eliminava a vontade de poder, os desejos e tudo aquilo que era natural no ser humano. Para o cristianismo, o ser humano deveria negar a si mesmo para alcançar a salvação e, consequentemente, deveria rejeitar os prazeres mundanos, de forma a levar uma vida regrada por mansidão, subordinação, sacrifícios e sofrimentos.

Os princípios morais defendidos por Nietzsche baseiam-se exclusivamente na natureza mais pura e simples do ser humano, sendo que aqueles que não fossem capazes de compreender e viver a partir desses valores deveriam ser dominados. Para o filósofo, somente algumas pessoas seriam capazes de alcançar esse estágio de desenvolvimento crítico e moral, devendo ser valorizadas por sua coragem e superioridade.

O eterno retorno

Com sua teoria sobre o eterno retorno, Nietzsche negou qualquer concepção dualista da realidade, tal como propunham Platão e o cristianismo, que afirmavam a existência de duas esferas distintas da realidade, uma perfeita e a outra imperfeita: a esfera inteligível e sensível, para Platão, e o céu e a terra, para o cristianismo. Nietzsche chamava o cristianismo de "platonismo para os ignorantes", aproximando os princípios platônicos do pensamento cristão. Para o filósofo, não existia, absolutamente, outra realidade além da que era vivenciada, negando, assim, a ideia de outra dimensão ou estado que estivesse além da realidade única, imutável e perfeita. Nietzsche também considerava não haver uma verdade necessária e universal sobre as coisas do mundo e sobre o ser humano, existindo apenas modos diferentes de ver a realidade, que, por sua vez, estava em constante transformação.

André Persechini

Segundo a ideia do eterno retorno, o ser humano deveria compreender a vida como ela era, ou seja, como uma sucessão interminável de fatos que se repetiam, sem novidades ou eventos extraordinários. Isso significa que tudo o que a pessoa vivenciasse iria retornar em algum momento, o prazer e o desprazer, a alegria e o sofrimento, o riso e o choro. Por isso, para Nietzsche, não há nada de extraordinário na vida pelo qual o indivíduo queira viver, de forma a poder desfrutar sempre mais disso. Coloca-se, então, a seguinte pergunta: será mesmo que a eternidade vale a pena, considerando-se que nada de novo irá acontecer além de vivências com nuances variadas de uma mesma realidade?

O reconhecimento desse retorno de todas as coisas, de que não há nada de extraordinário na vida, constitui um verdadeiro teste para o ser humano. Por um lado, pode significar a libertação do indivíduo, que pode aceitar a realidade e se exaltar diante da novidade e da libertação dos valores tradicionais que até então o submetiam, e, por outro, pode ser a sua destruição, uma vez que a pessoa pode não reconhecer que a realidade é única e se angustiar, pois gostaria que existisse outra realidade extraordinária que desse sentido à sua vida ordinária.

Em uma das passagens mais conhecidas de Nietzsche, ele se refere ao eterno retorno com a seguinte imagem:

> E se um dia ou uma noite um demônio se esgueirasse em tua mais solitária solidão e te dissesse: "Esta vida, assim como tu a vives agora e como a viveste, terás de vivê-la ainda uma vez e ainda inúmeras vezes; e não haverá nada de novo, cada dor e cada prazer e cada pensamento e suspiro e tudo o que há de indizivelmente pequeno e de grande em tua vida há de te retornar, e tudo na mesma ordem e sequência – e do mesmo modo esta aranha e este luar entre as árvores, e do mesmo modo este instante e eu próprio". A eterna ampulheta da existência será sempre virada outra vez – e tu com ela, poeirinha da poeira – Não te lançarias ao chão e rangeria os dentes e amaldiçoarias o demônio que te falasse assim? Ou viveste alguma vez um instante descomunal, em que lhe responderias: "Tu és um Deus, e nunca ouvi nada de mais divino!" Se esse pensamento adquirisse poder sobre ti, assim como tu és, ele te transformaria e talvez te triturasse; a pergunta diante de tudo e de cada coisa: "Quero isto ainda uma vez e ainda inúmeras vezes?" Pesaria como o mais pesado dos pesos sobre o teu agir! Ou então, como terias de ficar de bem contigo mesmo e com a vida, para não desejar nada mais do que essa última confirmação e chancela?
>
> NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*. Tradução de Rubens Rodrigues T. Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 193.

A morte de Deus

Ao falar sobre a genealogia da moral, Nietzsche afirmou que os valores cristãos eram os valores das pessoas fracas, ressentidas e vencidas, sendo que tais valores, que serviram como guias da moral humana durante um tempo, deveriam ser substituídos por valores realmente humanos, que tivessem, em sua base, tudo o que era nobre, forte e aristocrático.

Ao anunciar a morte de Deus, Nietzsche não estava se referindo à figura de Deus como criador, sua crítica se destinava à cultura cristã ocidental, que havia se tornado obsoleta. Os valores cristãos que as pessoas afirmavam existir há muito deixavam, pouco a pouco, de ser vivenciados, acabando por se tornar obsoletos. Esse abandono dos valores representa, para Nietzsche, a morte de Deus. Assim, para o filósofo, a civilização matou Deus quando eliminou todos os valores que serviam de fundamento à vida, perdendo então o referencial de suas ações.

> Deus está morto! Deus permanece morto! E quem o matou fomos nós! Como haveremos de nos consolar, nós os algozes dos algozes? O que o mundo possuiu, até agora, de mais sagrado e mais poderoso sucumbiu exangue aos golpes das nossas lâminas. Quem nos limpará desse sangue? Qual a água que nos lavará? Que solenidades de desagravo, que jogos sagrados haveremos de inventar? A grandiosidade deste ato não será demasiada para nós? Não teremos de nos tornar nós próprios deuses, para parecermos apenas dignos dele? Nunca existiu ato mais grandioso, e, quem quer que nasça depois de nós, passará a fazer parte, mercê deste ato, de uma história superior a toda a história até hoje!
>
> NIETZSCHE, Friedrich. *Gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 147.

Para Nietzsche, nada de transcendente deveria ser utilizado como guia das ações humanas. Somente os valores racionais e propriamente humanos deveriam ser vistos como legítimos e propriamente adequados para a vida.

O super-homem

> A morte de Deus abre a possibilidade da superação da moral como o princípio de avaliação de toda a existência, exatamente como exige para esta superação a assunção de um novo princípio de avaliação que surja a partir do aquiescimento sem restos desta morte e viabilize o aparecimento de uma nova postura diante do valor da finitude.
>
> CASANOVA, Marco Antônio. *O instante extraordinário*: vida, história e valor na obra de Friedrich Nietzsche. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 197.

Para Nietzsche, a pessoa que aceita a realidade como ela é, rompendo com os valores decadentes da moral cristã ocidental, precisa criar uma nova ordem de valores que a elevem e que possam servir como guia para uma nova vida, não mais de ressentimentos e medos, mas de libertação e desafios. Essa nova ordem de valores, portanto, seria fruto da própria vontade de poder, sendo que cada pessoa deveria ter coragem de ser ela mesma, dizendo sim à vida e buscando vivê-la intensamente, na plenitude de sua capacidade, enfrentando os desafios com espírito guerreiro e destemido.

Segundo Nietzsche, os antigos valores cristãos já não eram coerentes, não podendo mais ser utilizados como guia moral para a vida. Os novos valores deveriam reafirmar a vida humana, buscando o prazer e a realização e rompendo com a lógica do sofrimento em vista de uma recompensa final, como prega o cristianismo.

Para Nietzsche, o cristianismo representa "a guerra de morte contra o tipo superior de homem", a corrupção, a perversão dos instintos humanos, a religião contrária à natureza; [...] Nietzsche afirma que a concepção cristã de Deus é uma das concepções mais corruptas a que jamais se chegou na Terra. [...] O cristianismo é apenas o fenômeno mais poderoso de uma aberração dos instintos do homem europeu na história do espírito, aberração que se apresenta como invenção de outro mundo ideal e, por conseguinte, como depreciação do mundo terreno, real.

FINK, Eugen. *A filosofia de Nietzsche*.
Lisboa: Editorial Presença, 1988. p. 146.

O que o indivíduo deveria fazer, segundo Nietzsche, é aceitar o eterno retorno, transformando-se em um novo homem, um super-homem, longe das antigas amarras que o reprimiam. Os novos valores do super-homem deveriam ser o amor à terra, à realidade, à saúde, à vontade forte, à embriaguez dionisíaca e ao orgulho. Para Nietzsche, são esses os valores que estão em consonância com a natureza humana. Dessa forma, os seus instintos, sua natureza mais profunda e verdadeira, são representados dignamente por tais valores, afinal, "tudo o que é bom é instintivo".

A moral antinatural, ou seja, quase todas as morais que foram até aqui ensinadas, honradas e pregadas, remete-se, de modo inverso, exatamente contra os instintos vitais. Ela é uma condenação ora secreta, ora tonitruante e insolente destes instintos. No que ela diz "Deus observa os corações", ela diz não aos desejos vitais mais baixos e mais elevados, tomando Deus como inimigo da vida. O santo, junto ao qual Deus sente prazer, é um castrado ideal. A vida chega ao fim, onde o "Reino de Deus" começa [...]

NIETZSCHE. Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos ou Como filosofar com o martelo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 37.

Dizia Zaratustra:

Um novo orgulho ensinou-me o meu Eu, e eu o ensino aos homens: não deveis mais esconder a cabeça na areia das coisas celestes, mas mantê-la livremente: uma cabeça terrena, que cria ela própria sentido da terra.

Nietzsche. In: REALE, Giovanni.
História da Filosofia Antiga. 7 v.
São Paulo: Loyola, 2001. p. 15.

A vontade de poder, portanto, encontra-se na capacidade desse novo indivíduo de criar uma nova ordem de valores, com fundamento em sua natureza, em seus instintos, que são, por si, o melhor do ser humano, e não mais se curvar diante dos valores tradicionalmente aceitos. O novo sentido da terra consiste nessa coragem de romper com o velho e criar o novo. Para Nietzsche, "o mundo gira em torno dos inventores dos novos valores".

A vida mesma é, para mim, instinto de crescimento, de duração, de acumulação de forças, de poder: onde falta a vontade de poder, há declínio. Meu argumento é que a todos os supremos valores da humanidade falta essa vontade – que valores de declínio, valores niilistas preponderam sob os nomes mais sagrados.

Nietzsche. In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. 7 v. São Paulo: Loyola, 2001. p. 15.

As três metamorfoses do ser humano

Em sua obra *Assim falou Zaratustra*, Nietzsche utilizou a imagem da metamorfose para se referir às três fases que o ser humano deveria passar para alcançar uma vida digna, o estado de super-homem. Diante da irracionalidade do mundo e da imposição dos valores cristãos, que tolhem a vontade e aprisionam a natureza e os instintos humanos, a pessoa deveria passar por um processo de libertação, tornando-se dona de si mesma e vivendo a partir de uma nova ordem de valores realmente humanos.

A respeito dessa metamorfose, Nietzsche afirmou:

Três transmutações vos cito do espírito: como o espírito se torna um camelo, e em leão o camelo, e em criança, por fim, o leão.

NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*. Tradução de Rubens Rodrigues T. Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 185.

Rafael Resende

A figura do camelo representaria, assim, a pessoa que traz em suas costas todo o peso da moral ocidental. O camelo, apesar de parecer um animal passivo, possui a força necessária para, devagar, mas determinadamente, partir rumo ao deserto, para se tornar leão. Se, em um primeiro momento, o camelo é aquele que suporta o peso da moral tradicional cristã, em um segundo momento, ele, de alguma forma, enfrenta um processo de transição para romper com essa moral.

Rafael Resende

Chegando ao deserto, o camelo se transforma em leão, animal que, por sua força, vigor e capacidade de luta, rompe com os valores que lhe eram impostos e considerados até então como única e correta forma de vida. O leão luta para se tornar senhor de si mesmo, sem entraves e correntes morais que o impeçam de viver sua natureza íntima e instintiva. Dessa forma, a pessoa que se torna leão reconhece os valores que oprimiam a sua vida e luta para romper com esses valores previamente instituídos, buscando o seu direito de criar novos valores.

Rafael Resende

A última metamorfose representa o estado da criança. Somente nessa transformação, do leão em criança, a pessoa é capaz de adquirir um olhar diferente e inocente sobre o mundo. A criança traz em si a capacidade de viver pela natureza, de deixar vir à tona seu espírito dionisíaco, de se deixar encantar pela vida e vivenciá-la de forma leve e natural. Nessa terceira fase, a pessoa, por ter um olhar diferenciado sobre a sua existência, pode pensar a vida sem considerar princípios finalistas e / ou utilitários. Nesse estado, a pessoa rompe com a inércia e parte para a construção de si mesma, tendo como base uma nova ordem de valores que priorizam a vida e a natureza humana.

O POSITIVISMO: A DIVINIZAÇÃO DA CIÊNCIA

O positivismo foi um movimento filosófico do século XIX que teve como principal característica a romantização da Ciência com a crença de que ela deveria servir como guia exclusiva da vida individual e social do ser humano: constituindo-se como o único conhecimento, a única moral, a única religião possível. Exercendo grande influência em todo o pensamento europeu, o positivismo tinha em sua essência as ideias empiristas, o que o fez ser considerado por alguns estudiosos como um desenvolvimento do empirismo. Tendo como principal representante Augusto Comte (1789-1857), o movimento positivista espalhou-se pelo mundo ocidental, manifestando-se nas mais diversas áreas do conhecimento.

Derivado do latim *positum*, o termo positivismo refere-se àquilo que está posto, que existe na realidade, referindo-se, portanto, a tudo o que pode ser observado e experimentado. Esse termo foi utilizado pela primeira vez pelo filósofo francês Saint-Simon (1760-1825), um dos fundadores do socialismo utópico, para designar o método das Ciências (considerado exato) e sua extensão para a Filosofia, acreditando que o avanço da Ciência determinaria as mudanças políticas, sociais, morais e religiosas pelas quais a sociedade deveria passar.

Tendo em vista a definição do termo, fica clara a crítica do positivismo a qualquer filosofia metafísica, a qual buscava algo que ultrapassasse a simples aparência dos seres, ou seja, a filosofia que buscava uma essência imaterial das coisas por meio da razão. Opondo-se a essa perspectiva, a filosofia positivista considera só ser conhecimento aquele que diz respeito ao mundo material (empírico), sendo que tudo aquilo que não se possa experimentar não existe ou não pode ser conhecido.

O positivismo encontrou seus principais pontos de apoio na estabilidade política da Europa, no notável crescimento das indústrias, no desenvolvimento latente das ciências e no aparecimento de novas tecnologias. Visto como o romantismo da Ciência, o positivismo acompanhou e estimulou o surgimento e a afirmação da organização técnico-industrial da sociedade moderna, o que se expressa no otimismo que acompanhou a origem do movimento de industrialização.

Essa corrente de pensamento pode ser dividida em duas formas históricas essenciais:

Positivismo Social

Essa forma de positivismo, representada por Saint-Simon, Augusto Comte e John Stuart Mill, surgiu da necessidade de constituir a Ciência como o fundamento de uma nova ordenação social e religiosa da sociedade.

Positivismo Evolucionista

Essa forma de positivismo, representada por Herbert Spencer, ampliou o conceito de progresso do positivismo e lutou por sua imposição em todos os campos da Ciência.

Maíra Damásio

Os principais representantes do positivismo foram: na França, Augusto Comte (1798-1857); na Inglaterra, Stuart Mill (1806-1873) e Herbert Spencer (1820-1903); na Alemanha, Jakob Moleschott (1822-1919) e Ernest Haeckel (1834-1919); na Itália, Roberto Ardigò (1828-1920). Em cada um desses países, o positivismo mostrou traços próprios e desenvolvimentos específicos. Porém, alguns princípios são comuns a todas essas ramificações, garantindo ao positivismo seu caráter de movimento filosófico.

Ideias fundamentais do positivismo:

1. A Ciência é o único conhecimento possível e seu método é o único válido para a obtenção do conhecimento verdadeiro. Logo, a busca por causas ou princípios que não sejam acessíveis ao método científico não leva, absolutamente, ao conhecimento. A investigação metafísica, ou seja, a busca por verdades que ultrapassam a matéria, não tem nenhum valor.
2. O método da Ciência busca descrever os fatos e mostrar as relações constantes entre eles, expressando-os em leis que permitem ao ser humano realizar a previsão dos fatos futuros, tese defendida por Comte. No campo da evolução, Spencer afirma que as experiências permitem prever a gênese evolutiva dos fatos mais complexos a partir dos mais simples, uma vez que a lei advinda da observação e da experiência da natureza é a tradução da regularidade observada na natureza. Assim, o positivismo baseia-se na identificação das leis causais e no domínio sobre os fatos. O método descritivo pode ser aplicado tanto no estudo da natureza quanto no estudo da sociedade. Os fatos naturais, além de constituírem as relações de causa e efeito no mundo natural, também o fazem no mundo social, nas relações entre as pessoas, o que deixa clara a importância da Sociologia para o positivismo.
3. O método da Ciência, por ser o único válido, deve ser estendido a todos os campos de indagação e da atividade humana, que, tanto no campo individual quanto no social, deve ser guiada por ele. O método científico é, portanto, o único capaz de possibilitar a compreensão do mundo e também a resolução de seus problemas. Por essa razão, surge a crença de que a Ciência é capaz de construir um mundo melhor, resolvendo todos os problemas humanos e sociais.
4. O positivismo foi visto como o auge dos ideais iluministas que, rompendo com uma concepção idealista de conhecimento, valorizavam os fatos empíricos como os únicos capazes de levar ao conhecimento verdadeiro, além de valorizarem a fé na racionalidade, o poder da Ciência para resolver os problemas humanos e sociais e a cultura como criação exclusivamente humana sem a interferência da divindade.
5. Alguns marxistas criticaram o positivismo ao vislumbrar, nessa concepção de progresso inevitável, a concretização dos ideais burgueses e dominadores.
6. No positivismo, a Teologia e a Metafísica foram substituídas pelo culto à Ciência, considerada a única capaz de compreender o mundo. O mundo espiritual foi, assim, substituído pelo mundo humano, e as ideias de espírito ou essência foram substituídas pela ideia de matéria.

O pensamento positivista levou à formulação de críticas a todo o conhecimento que não fosse real e empiricamente comprovado. Assim, ainda que o positivismo tenha caído, mais tarde, em uma concepção metafísica de igual proporção, a metafísica e qualquer concepção idealista de mundo eram combatidas como formas inferiores e antiquadas de pensamento.

Augusto Comte

Jebulon / Domínio Público

Busto de Augusto Comte, o maior representante do positivismo, na praça da Sorbonne, em Paris.

Nascido em 19 de janeiro de 1798, em Montpellier, França, membro de uma modesta família católica, Augusto Comte criou o termo Sociologia e ficou conhecido como o maior representante do positivismo como movimento filosófico.

A Lei dos Três Estados

A ideia-chave do positivismo comtiano é a Lei dos Três Estados, a qual ele chamava, inclusive, de "minha grande lei". De acordo com a teoria comtiana, a humanidade vivenciou três estágios de concepções sobre o mundo, sendo que em cada estágio haveria a ideia de futuro como progresso e, portanto, o estágio posterior seria sempre melhor e mais perfeito do que o anterior. Segundo essa perspectiva, o conhecimento do mundo aprimorou-se ao longo do tempo, o que levou ao consequente aprimoramento das concepções sobre o mundo. A humanidade avançou de uma condição rudimentar e bárbara para uma condição civilizada de mundo, progresso este que se manifestou no aprimoramento constante das pessoas e de suas visões sobre a realidade, o que explicaria, inclusive, as transformações da História.

A lógica que permeia essa teoria é a de que a humanidade, enquanto não houvesse atingido o auge de seu desenvolvimento, conheceria o mundo de forma imperfeita. Porém, essas formas imperfeitas seriam substituídas por outras melhores até que a humanidade chegasse ao último estágio do conhecimento, em que as antigas superstições e os pré-conceitos se tornassem desnecessários e obsoletos.

> Estudando o desenvolvimento da inteligência humana [...] desde sua primeira manifestação até hoje, creio ter descoberto uma grande lei fundamental [...] Esta lei consiste no seguinte: cada uma de nossas concepções principais e cada ramo de nossos conhecimentos passam necessariamente por três estágios teóricos diferentes: o estágio teológico ou fictício, o estágio metafísico ou abstrato e o estágio científico ou positivo [...] daí três tipos de filosofia ou de sistemas conceituais gerais sobre o conjunto dos fenômenos, que se excluem reciprocamente. O primeiro é um ponto de partida necessário da inteligência humana; o terceiro é seu estado fixo e definitivo; o segundo destina-se unicamente a servir como etapa de transição.
>
> COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva.* São Paulo: Abril cultural, 1983. p. 18 (Os pensadores).

Os estágios da humanidade segundo Comte são:

1º estado – Teológico: Nesse estágio, o ser humano explica a realidade apelando para entidades sobrenaturais (os "deuses").

Busca-se, dessa forma, o absoluto e as causas primeiras e finais representadas por questões como "de onde viemos?" e "para onde vamos?". Nesse estágio, os fenômenos são vistos como produtos da ação direta de seres sobrenaturais cuja vontade arbitrária comanda a realidade.

2º estado – Metafísico: O estágio metafísico é uma espécie de meio-termo entre o estado teológico e o positivo. No lugar dos deuses, há entidades abstratas, como essência e substância dos seres, para explicar a realidade. Permanece, no entanto, a busca por respostas às questões "de onde viemos?" e "para onde vamos?". Procura-se, assim, o absoluto, com a diferença de que este não é mais uma divindade, mas sim conceitos abstratos como essência e ideias. Para Comte, a explicação metafísica é ingenuamente psicológica, possuindo importância, sobretudo histórica, como crítica e negação da explicação teológica precedente, mas não encerrando a verdade em si mesma. Nesse segundo estágio, fala-se de conceitos, como natureza e povo, como abstratos e absolutos.

3º estado – Positivo: Essa é a etapa final e definitiva do conhecimento sobre o mundo, na qual não se busca mais o "porquê" das coisas, mas sim o "como" elas são. Esse conhecimento se estabelece por meio das descobertas e do estudo das leis naturais, ou seja, das relações de causa e efeito a que todas as coisas estão submetidas. Nesse estágio, que consiste no apogeu das etapas anteriores, a imaginação é excluída e se prioriza a observação dos fenômenos concretos, encontrando-se, assim, as leis por detrás de seu funcionamento.

> É no estado positivo que o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter conhecimentos absolutos, renuncia a perguntar qual é sua origem, qual o destino do universo e quais as causas íntimas dos fenômenos para procurar somente descobrir, com o uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, isto é, suas relações invariáveis de sucessão e semelhança.
>
> COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril cultural, 1983. p. 20 (Os pensadores).

Para Comte, esses estágios são necessários para a evolução da humanidade e do ser humano, representando fases de compreensão da realidade que se sucedem rumo à perfeição do saber. Assim, sua Lei dos Três Estágios serviria para compreender o desenvolvimento do ser humano, o qual estaria no estado teológico em sua infância, no metafísico em sua juventude e no positivo em sua maturidade.

Segundo Comte, a época em que ele vivia já estava no estágio positivo e, assim, qualquer forma de conhecer a realidade que não fosse pela Ciência deveria ser extinta, já que o progresso e a construção de um mundo perfeito ocorreriam apenas como consequência do conhecimento científico.

A classificação das ciências

Comte classificou as ciências a partir das mais gerais para as menos gerais, de acordo com a generalidade do seu objeto. Segundo essa concepção, a mais geral de todas as ciências seria a Matemática, seguida da Astronomia, da Física, da Química, da Biologia e da Sociologia, com objetos progressivamente menos gerais, e, portanto, mais complexos. Partindo dessa classificação, a Sociologia comtiana figura como a mais complexa de todas as ciências.

Segundo o filósofo, para se passar de uma sociedade desordenada para uma ordenada, é necessário um conhecimento científico sobre tal sociedade e, para que esse conhecimento seja eficaz, deve-se encontrar as leis que regem os fenômenos sociais de modo que se perceba as relações de causa e efeito no interior dessa sociedade. Para Comte, os caminhos para se alcançar o conhecimento das leis que regem a sociedade são a observação, o experimento e o método comparativo. Assim, Comte chama a Sociologia de "física social", pois, assim como a Física encontra as leis dos fenômenos naturais e dos movimentos dos corpos, a Sociologia é capaz de encontrar as leis que regem a sociedade.

Comte não menciona a Filosofia em sua classificação, uma vez que ela tem o papel de ordenadora e de instrumento de conhecimento de todas as outras ciências.

A religião da humanidade

Em sua última grande obra, *O sistema de política positiva*, escrita entre os anos 1851 e 1854, Comte demonstrou sua crença de que a teoria positiva pudesse produzir uma sociedade regenerada. O aperfeiçoamento das pessoas se daria por meio da Ciência e das leis sociais, as quais assumiriam o papel de religião. Porém, nessa religião positiva, não se adoraria uma divindade extraterrena, mas sim a própria humanidade. O amor a Deus, portanto, presente no estágio teológico, cederia lugar, no estado positivo, ao amor à humanidade.

Para Comte, a ideia de humanidade representa todas as pessoas que existem, existiram e que ainda irão existir, sendo um conceito que engloba mais do que apenas os indivíduos particulares. Todos os indivíduos são como células de um grande organismo, a humanidade, que deve ser venerada como eram os deuses.

Tomando como base a organização do catolicismo, como cultos, ritos, hierarquia e doutrina, Comte afirmou que a nova religião da humanidade também deveria ter dogmas, os quais consistiriam nas verdades científicas e na Filosofia Positiva. Também existiriam sacramentos, como o batismo secular, o crisma e a unção dos enfermos, e seriam construídos templos, os institutos científicos, dentre outros.

Capela do positivismo ou da religião da humanidade em Porto Alegre, RS.

O positivismo no Brasil

O positivismo, como movimento filosófico, espalhou-se por todo o mundo, chegando ao Brasil e ocupando lugar de destaque na política e no pensamento nacionais durante a passagem do século XIX para o XX.

Dentre os mais importantes positivistas brasileiros, destacam-se o Coronel Benjamin Constant, considerado o fundador da república brasileira, e os pensadores Miguel Lemos (1854-1917) e Teixeira Mendes (1855-1927). Além disso, cabe ressaltar que os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto foram especialmente marcados pelas influências positivistas.

A partir da segunda metade do século XIX, as ideias de Augusto Comte permearam as mentalidades de muitos mestres e estudantes militares, políticos, escritores, filósofos e historiadores. Vários brasileiros adotaram, ou melhor, se converteram ao positivismo, dentre eles o professor de Matemática da Escola Militar do Rio de Janeiro, Benjamin Constant, o mais influente de todos. Tais influências estimularam movimentos de caráter republicano e abolicionista, em oposição à monarquia e ao escravismo dominante no Brasil. A Proclamação da República, ocorrida através de um golpe militar, com apoio de setores da aristocracia brasileira, especialmente a paulista, foi o resultado "natural" desse movimento.

VALENTIM, Oséias Faustino. *O Brasil e o positivismo*. Rio de Janeiro: Publit, 2010.

A expressão mais clara da influência do positivismo no Brasil figura na própria Bandeira Nacional, que traz a máxima política positivista "Ordem e Progresso", originada como uma variação da citação de Comte: "O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim", que representa o desejo de uma sociedade justa, fraterna e progressista. Tal frase conduz ao pensamento de que a ordem das coisas, expressa no conhecimento científico a partir das relações de causa e efeito, levaria ao progresso inevitável na vida material e na sociedade, sendo esta a principal crença do positivismo.

Governo do Brasil / Domínio Público

O lema "Ordem e Progresso", impresso na Bandeira Nacional, nasceu do pensamento positivista, segundo o qual somente pela ordem é possível alcançar o progresso.

De acordo com a perspectiva positivista, o progresso é fruto de uma atitude racional deliberada, podendo ser alcançado por meio de decisões racionais e científicas, as quais devem ser tomadas por governos competentes, constituídos de pessoas capacitadas.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UEMA) Nietzsche celebrizou-se e tornou-se até venerado por muitos por haver filosofado, no dizer comum, a golpes de martelo, uma vez que realizou críticas radicais à filosofia de tradição socrático-platônica, ao cristianismo e, inclusive, à Ciência.

Nietzsche desferiu golpes impiedosos a essas categorias da cultura ocidental, porque

A) desarticularam a moral histórica, impedindo a vontade de potência subjetiva no ocidente.

B) desmotivaram a vontade de potência humana, conforme paradigmas da Filosofia e da Ciência.

C) impuseram uma moral de rebanho, capaz de atrofiar a vontade de potência dos indivíduos.

D) determinaram a morte de Deus, privando-se da competência de arrebanhar os homens.

E) preservaram a tradição atrofiando, consequentemente, a possibilidade de atualização de uma moral universal.

02. 5177 (Unimontes) O pensamento de Nietzsche (1844-1900) orienta-se no sentido de recuperar as forças vitais, instintivas, subjugadas pela razão durante séculos. Para tanto, critica Sócrates por ter sido o primeiro a encaminhar a reflexão moral em direção ao controle racional das paixões. Escreve *A Genealogia da Moral*. Nesse texto, distingue uma moral herdeira do pensamento socrático-platônico e uma moral positiva que visa à conservação da vida e dos seus instintos fundamentais. Nietzsche as denomina de

A) moral de escravos e moral de senhores.

B) moral justa e bondosa.

C) moral bondosa e piedosa.

D) moral gigante e frondosa.

03. (IFSP) Segundo a Lei dos Três Estados, conceito fundamental na obra de Auguste Comte, a evolução das concepções intelectuais da humanidade percorreu três estados teóricos distintos e consecutivos, a saber

A) mitológico, teológico e filosófico.

B) teológico, metafísico e científico.

C) metafísico, abstrato e positivo.

D) fetichista, teológico e positivo.

E) mitológico, filosófico e científico.

04. X5D1 (Unimontes) A doutrina positivista, cujo principal representante foi o francês Augusto Comte (1798 – 1857), nasceu em um ambiente cientificista. Em sua obra *Curso de Filosofia Positiva*, propôs-se a examinar como ocorreu o desenvolvimento da inteligência humana desde os primórdios, a fim de dar as diretrizes de como seria melhor pensar o progresso da Ciência. Para Comte, o termo "positivo" designa

A) o sobrenatural descrito através das ações dos deuses.

B) as forças abstratas em sua influência sobre o universo.

C) os fenômenos da natureza descritos de forma quimérica.

D) o real em oposição ao quimérico, a certeza em oposição à indecisão, o preciso em oposição ao vago. O estado positivo corresponde à maturidade do espírito humano.

05. (UFSJ) Nietzsche identificou os deuses gregos Apolo e Dionísio, respectivamente, como

A) complexidade e ingenuidade: extremos de um mesmo segmento moral, no qual se inserem as paixões humanas.

B) movimento e niilismo: polos de tensão na existência humana.

C) alteridade e *virtù*: expressões dinâmicas de intervenção e subversão de toda moral humana.

D) razão e desordem: dimensões complementares da realidade.

06. (Unicentro-PR) Sobre o positivismo, é correto afirmar que é uma doutrina

A) do século II a.C.

B) que acolhe os postulados socráticos.

C) que privilegia o estudo metafísico da natureza.

D) que não decorreu do desenvolvimento das ciências modernas.

E) nascida no ambiente cientificista nos finais do século XVIII e início do século XIX.

07. 2CBH (UEG-GO) No século XIX, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche vislumbrou o advento do "super-homem" em reação ao que para ele era a crise cultural da época. Na década de 1930, foi criado nos Estados Unidos o Super-Homem, um dos mais conhecidos personagens das histórias em quadrinhos. A diferença entre os dois "super-homens" está no fato de Nietzsche defender que o super-homem

A) agiria de modo coerente com os valores pacifistas, repudiando o uso da força física e da violência na consecução de seus objetivos.

B) expressaria os princípios morais do protestantismo, em contraposição ao materialismo presente no herói dos quadrinhos.

C) abdicar-se-ia das regras morais vigentes, desprezando as noções de "bem", "mal", "certo" e "errado", típicas do cristianismo.

D) representaria os valores políticos e morais alemães, e não o individualismo pequeno burguês norte-americano.

08. (UEG-GO) A Sociologia nasce no séc. XIX após as revoluções burguesas sob o signo do positivismo elaborado por Augusto Comte. As características do pensamento comtiano são:

A) a sociedade é regida por leis sociais tal como a natureza é regida por leis naturais; as ciências humanas devem utilizar os mesmos métodos das ciências naturais e a Ciência deve ser neutra.

B) a sociedade humana atravessa três estágios sucessivos de evolução: o metafísico, o empírico e o teológico, no qual predomina a religião positivista.

C) a Sociologia como ciência da sociedade, ao contrário das ciências naturais, não pode ser neutra porque tanto o sujeito quanto o objeto são sociais e estão envolvidos reciprocamente.

D) o processo de evolução social ocorre por meio da unidade entre ordem e progresso, o que necessariamente levaria a uma sociedade comunista.

09. (UEMA) Auguste Comte, Karl Marx e Émile Durkheim são considerados os grandes pilares da Sociologia como ciência burguesa. Nessa época, a Sociologia, para se afirmar no campo das ciências, adotou o Positivismo. Assinale a assertiva que melhor expressa o sentido do Positivismo sociológico.

A) Busca da complexidade e dualidade – sociedade concebida como prenhe de conflitos e contradições; há uma circularidade entre todo e parte, ou seja, um determina o outro simultaneamente.

B) Busca da objetividade e neutralidade – sociedade concebida como um organismo combinado de partes integradas e coesas que funcionam harmoniosamente, de acordo com um modelo físico ou mecânico de organização.

C) Busca da singularidade e objetividade – sociedade concebida como mutável, visto que não há homem e nem sociedade ideal isolados na natureza, mas ambos conjugados concretamente a um momento histórico definido.

D) Busca da complexidade e singularidade – sociedade e seus sistemas não atemporais. Privilégio da parte sobre o todo.

E) Busca de subjetividade e pluralidade – sociedade é uma verdadeira máquina organizada, cujas partes, todas elas, contribuem de uma maneira diferente para o avanço do conjunto, adequando-se às demandas do mercado.

10. (UFRGS) Tanto Augusto Comte quanto Karl Marx identificam imperfeições na sociedade industrial capitalista, embora cheguem a conclusões bem diferentes: para o positivismo de Comte, os conflitos entre trabalhadores e empresários são fenômenos secundários, deficiências, cuja correção é relativamente fácil, enquanto, para Karl Marx, os conflitos entre proletários e burgueses são o fato mais importante das sociedades modernas.

A respeito das concepções teóricas desses autores, é correto afirmar:

A) Comte pensava que a organização científica da sociedade industrial levaria a atribuir a cada indivíduo um lugar proporcional à sua capacidade, realizando-se assim a justiça social.

B) Comte considera que a partir do momento em que os homens pensam cientificamente, a atividade principal das coletividades passa a ser a luta de classes que leva necessariamente à resolução de todos os conflitos.

C) Marx acredita que a história humana é feita de consensos e implica, por um lado, o antagonismo entre opressores e oprimidos; por outro lado, tende a uma polarização em dois blocos: burgueses e proletários.

D) Para Karl Marx, o caráter contraditório do capitalismo manifesta-se no fato de que o crescimento dos meios de produção se traduz na elevação do nível de vida da maioria dos trabalhadores embora não elimine as desigualdades sociais.

E) Tanto Augusto Comte quanto Karl Marx concordam que a sociedade capitalista industrial expressa a predominância de um tipo de solidariedade, que classificam como orgânica, cujas características se refletirão diretamente em suas instituições.

11. (Unioeste) A filosofia da História – o primeiro tema da filosofia de Augusto Comte – foi sistematizada pelo próprio Comte na célebre "Lei dos Três Estados" e tinha o objetivo de mostrar por que o pensamento positivista deve imperar entre os homens. Sobre a "Lei do Três Estados" formulada por Comte, é correto afirmar que

A) Augusto Comte demonstra com essa lei que todas as ciências e o espírito humano desenvolvem-se na seguinte ordem em três fases distintas ao longo da história: a positiva, a teológica e a metafísica.

B) na "Lei dos Três Estados" a argumentação desempenha um papel de primeiro plano no estado teológico. O estado teológico, na sua visão, corresponde a uma etapa posterior ao estado positivo.

C) o estado teológico, segundo está formulada na "Lei dos Três Estados", não tem o poder de tornar a sociedade mais coesa e nenhum papel na fundamentação da vida moral.

D) o estado positivista apresenta-se na "Lei dos Três Estados" como o momento em que a observação prevalece sobre a imaginação e a argumentação, e na busca de leis imutáveis nos fenômenos observáveis.

E) para Comte, o estado metafísico não tem contato com o estado teológico, pois somente o estado metafísico procura soluções absolutas e universais para os problemas do homem.

12. UHHC (Unicentro) Para Augusto Comte, uma das funções da Sociologia ou Física Social era encontrar leis sociais que conduzissem o progresso da humanidade. Sobre os estágios do progresso social discutidos pelo autor, é correto afirmar que

A) O estágio teológico nega a existência de apenas uma explicação divina para os fenômenos naturais e sociais.

B) O positivismo é o estágio superior do progresso social, porque se sustenta nos métodos científicos.

C) O estágio mais simples é o mítico, seguido pelo teológico e pelo científico, que é o mais elaborado.

D) O primeiro estágio do conhecimento é o metafísico, em que conceitos abstratos explicam o mundo.

E) A Europa exemplificava uma sociedade em estado de desenvolvimento teológico.

SEÇÃO ENEM

01. PY1I (Enem–2016) Vi os homens sumirem-se numa grande tristeza. Os melhores cansaram-se das suas obras. Proclamou-se uma doutrina e com ela circulou uma crença: Tudo é oco, tudo é igual, tudo passou! O nosso trabalho foi inútil; o nosso vinho tornou-se veneno; o mau-olhado amareleceu-nos os campos e os corações. Secamos de todo, e se caísse fogo em cima de nós, as nossas cinzas voariam em pó. Sim; cansamos o próprio fogo. Todas as fontes secaram para nós, e o mar retirou-se. Todos os solos se querem abrir, mas os abismos não nos querem tragar!

NIETZSCHE, F.
Assim falou Zaratustra.
Rio de Janeiro: Edіouro, 1977.

O texto exprime uma construção alegórica, que traduz um entendimento da doutrina niilista, uma vez que

A) reforça a liberdade do cidadão.

B) desvela os valores do cotidiano.

C) exorta as relações de produção.

D) destaca a decadência da cultura.

E) amplifica o sentimento de ansiedade.

FILOSOFIA

02. M049 (Enem–2016) Sentimos que toda satisfação de nossos desejos advinda do mundo assemelha-se à esmola que mantém hoje o mendigo vivo, porém prolonga amanhã a sua fome. A resignação, ao contrário, assemelha-se à fortuna herdada: livra o herdeiro para sempre de todas as preocupações.

SCHOPENHAUER, A. *Aforismo para a sabedoria da vida.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.

O trecho destaca uma ideia remanescente de uma tradição filosófica ocidental, segundo a qual a felicidade se mostra indissociavelmente ligada à

A) consagração de relacionamentos afetivos.

B) administração da independência interior.

C) fugacidade do conhecimento empírico.

D) liberdade de expressão religiosa.

E) busca de prazeres efêmeros.

03. (Enem) [...] Depois de longas investigações, convenci-me por fim de que o Sol é uma estrela fixa rodeada de planetas que giram em volta dela e de que ela é o centro e a chama. Que, além dos planetas principais, há outros de segunda ordem que circulam primeiro como satélites em redor dos planetas principais e com estes em redor do Sol. [...] Não duvido de que os matemáticos sejam da minha opinião, se quiserem dar-se ao trabalho de tomar conhecimento, não superficialmente mas duma maneira aprofundada, das demonstrações que darei nesta obra. Se alguns homens ligeiros e ignorantes quiserem cometer contra mim o abuso de invocar alguns passos da Escritura (sagrada), a que torçam o sentido, desprezarei os seus ataques: as verdades matemáticas não devem ser julgadas senão por matemáticos.

COPÉRNICO, N. *De Revolutionibus orbium caelestium*.

Aqueles que se entregam à prática sem Ciência são como o navegador que embarca em um navio sem leme nem bússola. Sempre a prática deve fundamentar-se em boa teoria. Antes de fazer de um caso uma regra geral, experimente-o duas ou três vezes e verifique se as experiências produzem os mesmos efeitos. Nenhuma investigação humana pode se considerar verdadeira ciência se não passa por demonstrações matemáticas.

VINCI, Leonardo da. *Carnets*.

O aspecto a ser ressaltado em ambos os textos para exemplificar o racionalismo moderno é

A) a fé como guia das descobertas.

B) a limitação da ciência pelos princípios bíblicos.

C) a importância da experiência e da observação.

D) o princípio da autoridade e da tradição.

E) o senso crítico para se chegar a Deus.

04. Para fundamentar sua corrente filosófica antimetafísica, Auguste Comte, embasado nesse método, parte da premissa de que é no estado positivo que o espírito humano reconhece a impossibilidade de obter noções absolutas. Assim, renuncia a indagar a origem e o destino do universo e a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para se consagrar unicamente a descobrir, pelo uso combinado do raciocínio e da observação, as suas leis efetivas, isto é, as suas relações invariáveis de sucessão e de semelhança.

RIBEIRO JUNIOR, João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 10.

O método positivista de apreensão da realidade é antimetafísico. Tal afirmação pode ser compreendida a partir da afirmação de que a realidade

A) é acessível somente à razão pelo método matemático--dedutivo.

B) é compreendida somente pelos sentidos e não há nela uma essência imaterial anterior.

C) é posterior a uma ideia do mundo, a qual deve ser buscada pelas pessoas.

D) encerra em si um princípio primeiro e fundamental que a antecede.

E) possui uma essência imaterial que ultrapassa a possibilidade de ser percebida pelos sentidos.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

- 01. C
- 02. A
- 03. B
- 04. D
- 05. D
- 06. E
- 07. C
- 08. A
- 09. B
- 10. A
- 11. D
- 12. B

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

- 01. D
- 02. B
- 03. C
- 04. B

Total dos meus acertos: _____ de _____ . ______ %

Os Principais Pensadores do Século XX

A corrente filosófica que mais chamou a atenção após a Segunda Guerra Mundial foi o existencialismo, que tem suas raízes no pensamento de importantes filósofos do século XIX, como o dinamarquês Kierkegaard e o alemão Nietzsche.

Soren Kierkegaard (1813-1855) é considerado, em geral, o fundador do existencialismo. A composição de seus escritos se deu em uma época na qual predominavam as ideias de Hegel, recém-falecido, o qual, segundo Kierkegaard, explicava tudo em termos de enormes ondas de ideias nas quais as coisas reais, as entidades individuais, não eram nem sequer mencionadas, apesar do fato de só existirem coisas individuais. Para Kierkegaard, as abstrações, as generalizações, igualmente não existem: elas são auxílios que os homens inventam para si mesmos a fim de poderem pensar e fazer conexões. Se quiserem entender o que de fato existe, os homens têm de encontrar um modo de se chegar a um acordo com as entidades exclusivamente individuais, porque elas são tudo o que existe. Isso vale especialmente para os seres humanos. Hegel via o indivíduo realizando-se apenas quando absorvido na entidade maior e mais abstrata do Estado orgânico, quando, de fato, para Kierkergaard, o próprio indivíduo é a entidade moral suprema e, portanto, os aspectos pessoais, subjetivos, da vida humana é que são os mais importantes. Devido ao valor transcendente das considerações morais, a atividade humana mais importante é a tomada de decisão: é por meio das opções feitas pelos homens que se constrói a vida humana e os homens se tornam eles mesmos. Kierkegaard acreditava que tudo isso tinha implicações religiosas, sendo que, pela tradição central do protestantismo cristão, o que importava mais que tudo era a relação da alma individual com Deus.

MAGEE, Bryan. *História da Filosofia.* Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Loyola, 2001. p. 208-209.

Nos anos de 1940 e 1950, o existencialismo surgiu como uma resposta às tragédias vivenciadas pela Europa durante a Segunda Guerra, consistindo em uma corrente filosófica que ultrapassou os limites das universidades, influenciando o jornalismo, as conversas, as produções dos intelectuais, a poesia, os romances, o teatro, as produções cinematográficas e as demais manifestações culturais da época.

Contrária ao positivismo e à sua crença de que todas as coisas poderiam ser apreendidas pela experiência, a corrente existencialista considerava não existirem determinações naturais ou de qualquer outra espécie que fizessem o indivíduo seguir este ou aquele caminho, tampouco haver uma essência predeterminada que direcionasse a vida humana a um destino imutável. Segundo o existencialismo, a pessoa necessitava de, devido à sua estrutura mental, atribuir sentido lógico ao mundo e a si mesma, já que tal sentido não era previamente determinado por nada.

Assim, a existência humana foi o centro das reflexões do existencialismo, focando-se na pessoa concreta, que vivencia problemas e se encontra em uma realidade caótica, devendo ordená-la para si mesma de acordo com suas escolhas. Diante das inúmeras possibilidades de ser e de criar sentido, a pessoa deve buscar um sentido autêntico para sua existência, apesar de se defrontar o tempo todo com a finitude e com a possibilidade de erro humano.

Para o existencialismo, a morte é, portanto, um elemento importante da condição humana, já que, mesmo finito, o indivíduo deve buscar criar um sentido para a sua própria vida. Assim, a pessoa não deve se fiar em uma esperança futura, em uma vida após a morte, como o objetivo e sentido de sua vida, mas sim buscar, no cotidiano, o sentido e a realização de sua existência.

Os filósofos existencialistas rejeitam a crença de que o sofrimento possa levar a uma realidade transcendente melhor e que, por isso, a pessoa deveria assumir uma postura de passividade diante do mundo e de si mesma. Ao contrário, para o existencialismo, a pessoa deveria buscar, com suas próprias forças, transpor os obstáculos que se colocam à sua realização e construir sua vida a partir de sua própria consciência, empenhando-se para superar suas limitações, sem ilusões e superstições, construindo a si mesmo e buscando a felicidade na vida concreta.

A FENOMENOLOGIA DE HUSSERL

Uma das origens do existencialismo encontra-se na fenomenologia, movimento filosófico elaborado por Edmund Husserl. Husserl nasceu em 1859, na região da Morávia, localizada atualmente na parte oriental da República Tcheca.

Acompanhando o pensamento de René Descartes, Husserl afirmava que a representação do mundo na mente (consciência humana) consistia na origem de qualquer conhecimento e era inquestionável. Assim, a investigação acerca do mundo e das coisas materiais não ocorria na coisa em si mesma, mas na sua representação na mente humana, no fenômeno dessa coisa. O indivíduo não deveria buscar o objeto em si, uma vez que ele não poderia ser alcançado e nem sequer poderia ser provada a sua existência; pelo contrário, para conhecer o mundo, o sujeito deveria se prender unicamente na consciência do objeto representado em sua mente. Nesse sentido, Husserl afirmava que o ser humano deveria abandonar as perguntas sobre o mundo em si mesmo, porque ele não era acessível, devendo se preocupar com a representação do mundo em sua mente, já que não havia dúvidas quanto à existência dessa representação, a qual estava diretamente aberta à investigação humana.

A fenomenologia pertenceu a uma corrente conhecida como filosofia da consciência ou filosofia da subjetividade, sendo que sua preocupação não era fundamentar o conhecimento científico, mas, sim, pensar a consciência reflexiva do ser humano sobre o mundo. Logo, de acordo com essa corrente filosófica, não haveria mais problemas para escolher entre o realismo (o ser tem uma realidade em si que deve ser apreendida pelo indivíduo para o conhecimento do mundo) e o idealismo (o indivíduo é quem determina a ideia do ser), uma vez que o conhecimento consistia em nada mais do que uma representação do mundo na mente do indivíduo, ou seja, toda consciência é entendida como consciência de alguma coisa, a qual o indivíduo traz à sua mente de acordo com sua intenção dirigida a um determinado objeto do mundo.

O método fenomenológico

O método fenomenológico fundamenta-se na observação e na descrição daquilo que aparece à consciência na mente humana (o fenômeno). Constitui-se como uma investigação sistemática da consciência e de seus objetos, os quais se definem precisamente na relação que mantêm com os estados mentais, não havendo distinção possível entre aquilo que é percebido e a percepção humana. A experiência inclui, assim, não só a percepção sensorial, mas todo objeto do pensamento.

O método fenomenológico de Husserl serviu como uma das mais importantes bases para o existencialismo, uma vez que essa corrente filosófica se deteve não no mundo em si mesmo ou na crença de que existiriam essências anteriores ao indivíduo e à sua consciência, mas, sim, na ideia de que era possível fazer uma análise fenomenológica do mundo moral, da vida social e de outros aspectos da vida e das experiências humanas sem que, para isso, fosse necessário prender o pensamento em algo preestabelecido ou com uma existência independente do indivíduo. Nesse aspecto, encontra-se a ideia mais importante do existencialismo de Sartre, filósofo que abordaremos adiante, a qual afirma que a existência precede a essência, ou seja, que a pessoa constrói, a partir de seu pensamento, a essência para a sua vida de acordo com as representações de sua existência.

No campo do existencialismo, dois filósofos merecem destaque: Heidegger, um dos mais importantes filósofos do existencialismo, e Sartre, considerado o mais representativo pensador existencialista.

MARTIN HEIDEGGER

Heidegger nasceu em 1889, em Baden, Alemanha. Sua obra mais importante é *Ser e tempo*, publicada em 1927 e reconhecidamente um dos pilares do existencialismo.

Album / akg-images / Latinstock

Martin Heidegger, um dos mais importantes filósofos alemães, defendia que o ser humano é um ser presente no mundo, mas que não pode se comportar simplesmente como um objeto.

O ser humano como *Dasein*

Em sua principal obra, *Ser e tempo*, Heidegger preocupou-se com a elaboração do problema acerca da busca do sentido do ser, o que significava ir além da simples pergunta: "o que é o ser?". O filósofo desenvolveu uma teoria analítica existencial quando se propôs a pensar no indivíduo que busca investigar o sentido do ser, cujo referente é a linguagem. Embora aparentemente complicada, a ideia de Heidegger pode ser traduzida de forma mais simples na seguinte proposição: antes de buscar compreender o sentido do mundo e das coisas, o indivíduo deve se preocupar em conhecer o sentido dele mesmo, do ser humano que busca o conhecimento. Para Heidegger, em seu livro *Ser e tempo*, "elaborar a questão do ser significa, portanto, tornar transparente um ente – o que questiona em seu ser". Por isso, a proposição do sentido do ser volta-se para o indivíduo, uma vez que é ele quem procura tal sentido e deve, antes de mais nada, refletir sobre si mesmo, conduta que lhe é própria e que o diferencia dos outros entes.

Para estabelecer uma diferença entre o ser humano e os demais entes, Heidegger usa, na mesma obra, duas terminologias, diferenciando o ser dos entes (do latim ens, significa ser). Para o filósofo, o ser humano (ser) é o único que se coloca a pergunta sobre o sentido do ser. Colocar-se a perguntar sobre esse sentido é um modo de ser do ser humano, uma conduta que o diferencia dos demais entes.

> O perguntar mesmo tem, como conduta de um ente, daquele que pergunta, um peculiar caráter de ser.
>
> HEIDEGGER. *El ser y el tiempo*. Tradução de José Gaos. México: FCE, 1971. p. 15 (Tradução nossa).

Para Heidegger, apenas o ser humano pode se perguntar sobre o sentido do ser.

Buscando responder o que é o ser humano, qual o sentido do ser que procura respostas sobre o mundo, Heidegger afirmou que o ser humano era um *Dasein*, neologismo criado na língua alemã que significa ser-aí (traduzido também como presença ou pre-sença). Ao usar esse termo, o filósofo quer dizer que o ser humano é um ser que está no mundo e em relação íntima com ele. O ser humano, assim, embora não tenha escolhido estar no mundo, nem tenha optado pelo espaço e tempo em que está, encontra-se sempre em determinada situação dentro desse mundo, tendo sido lançado nele em um projeto existencial. Esse projeto refere-se à tentativa humana de encontrar, indo além da busca pelo sentido do ser, o sentido de sua própria existência, que, para Heidegger, não estava previamente determinada.

Para Heidegger, o ser humano não é uma simples presença no mundo, um simples objeto, como são os seres inanimados, mas ele é, mais do que ser, o ente para o qual as coisas são presentes, uma vez que, por não possuírem consciência, essas coisas não podem ser presentes para si mesmas, mas podem ser para o ser humano, que é o único capaz de refletir sobre a existência delas. Assim, a essência humana consiste em sua existência. A essência da existência, por sua vez, é a possibilidade do indivíduo de definir-se, de construir-se, de fazer-se da maneira que lhe aprouver, dependendo única e exclusivamente de si mesmo para fazer da sua existência o que achar melhor, podendo perder-se ou conquistar-se, ter uma vida autêntica ou uma vida inautêntica, de acordo apenas com suas escolhas.

Os existencialistas, tanto Heidegger quanto Sartre, consideravam o ser humano como um ser livre para fazer de si o que quiser, pois, ao contrário dos outros seres, ele é consciente, é capaz de refletir sobre sua existência, e tal consciência converte-se em total liberdade. Mesmo tendo nascido sem um sentido predefinido, sendo um ser-aí colocado no mundo em determinada situação com tempo, local, família e convivência não escolhidos por ele, o ser humano é um ser de possibilidades, podendo se definir de acordo com as suas escolhas.

O ser-no-mundo

Segundo Heidegger, o ser humano, como ser-aí, estando no mundo, não é um objeto e, sim, possibilidade, encontrando-se, dessa forma, diante da necessidade de alcançar o que o filósofo chama de transcendência existencial: não basta existir, é necessário transcender a existência, ultrapassá-la, projetando-se e indo além do que está posto para se construir como ser.

Nesse sentido, a existência é poder-ser, é possibilidade de ser. O ser humano possui a necessidade de se projetar, e, nesse aspecto, o mundo apresenta-se como uma ferramenta para que ele alcance seu objetivo, projetando-se e construindo-se no próprio mundo. Por essa razão, Heidegger afirmava que o ser humano é um ser-no-mundo, pois é diante do mundo e por meio dele que o homem precisa se construir. O mundo é, assim, uma construção humana: construindo-o e modificando-o, a pessoa constrói e modifica a si mesma.

O termo estar-no-mundo, muito utilizado por Heidegger, significa que o indivíduo deve ser transcendência, utilizando esse mundo como ferramenta para as suas ações e comportamentos. Essa transcendência é, em si, liberdade, uma vez que a pessoa, de posse das ferramentas oferecidas pelo mundo, pode se construir da maneira que quiser. No entanto, ao mesmo tempo que se apresenta como ferramenta para a construção do indivíduo, o mundo é limitado, já que possui certas restrições e necessidades que ultrapassam a vontade humana.

O ser-com-os-outros

Segundo Heidegger, a pessoa se constrói e se define na liberdade, utilizando o mundo como ferramenta. No entanto, nesse mundo existem outras pessoas que também se encontram na mesma situação de plena liberdade e que não podem ser desprezadas ou desconsideradas. Não há, portanto, um sujeito sem mundo e tampouco um "eu" isolado no mundo. O mundo é, assim, um conjunto de "eus" que se relacionam de alguma forma, pois todos participam do mesmo mundo. Por esse motivo, assim como é impossível viver no mundo sem as coisas que o compõem, é impossível viver nele sem existir o cuidado entre os seres humanos, o que Heidegger chamava de "cuidar dos outros", sendo essa a base da vida em sociedade.

O ser-para-a-morte

Para Heidegger, o ser-aí possui duas condições: ele é e ele tem de ser. Isso significa que, ao mesmo tempo que está inserido no mundo, o indivíduo precisa transcender, devendo sair da condição de objeto e encontrar um sentido para a sua existência, projetando-se ao futuro com fins a um objetivo.

> [...] A cura é ser-para-a-morte. A decisão antecipadora foi determinada como ser próprio para a possibilidade característica da absoluta impossibilidade da presença. Nesse ser-para-o-fim, a pre-sença existe, total e propriamente, como o ente que pode ser "lançado na morte". Ela não possui um fim em que ela simplesmente cessaria. Ela existe finitamente.
>
> HEIDEGGER, Martin. *Língua de tradição e língua técnica*. Lisboa: Veja, 1995. p. 124.

A angústia

A vida autêntica é, para Heidegger, o viver-para-a-morte, o modo de vida consciente de que tudo terá um fim, antecipando a ideia da morte e impedindo a pessoa de estar simplesmente presa aos fatos e às circunstâncias. Tal antecipação da morte leva a pessoa ao sentimento de angústia, que a coloca diante do nada, da ausência de sentido da existência e dos projetos humanos.

Segundo Heidegger, existir de forma autêntica só é possível àquele que tem a coragem de encarar a possibilidade da morte e também de sentir a angústia do ser-para-a--morte, aceitando a sua própria finitude e não se iludindo ao pensar que a vida presa às coisas e aos fatos traria sentido para a sua existência humana.

O indivíduo da vida inautêntica, por sua vez, teme a angústia, desviando o pensamento da finitude e se iludindo com as coisas do mundo, acreditando que elas podem trazer sentido à sua existência, inebriando-se com o agora.

Para Heidegger, a angústia é aquilo que

> [...] abre, de maneira originária e direta, o mundo como mundo. Não é primeiro a reflexão que abstrai do ente intramundano para então só pensar o mundo e, em consequência, surgir a angústia nesse confronto. Ao contrário, enquanto modo de disposição, é a angústia que pela primeira vez abre o mundo como mundo. Isso, porém não significa que, na angústia se conceba a mundanidade do mundo. A angústia não é somente angústia com... mas é também angustiar-se por [...] o por que a angústia se angustia não é um modo determinado de ser e uma possibilidade da presença. A própria ameaça é indeterminada [...] A angústia se angustia pelo próprio ser-no-mundo.
>
> HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002. p. 252.

A seguir, os principais conceitos na filosofia de Heidegger.

	Vida inautêntica	Vida autêntica
O ser-com-os-outros	**Estar junto:** Quando o outro é submetido a uma vida que não foi escolhida por ele, e, com isso, há o estabelecimento de uma relação de submissão.	**Coexistir:** Quando uns ajudam outros a conquistarem a liberdade de assumir o cuidado sobre si mesmo.
O ser-para-a-morte	É a vida em que o sujeito se prende às coisas em si mesmas, sem considerá-las como instrumentos que o levarão a um projeto maior, sendo esta uma existência anônima. A essa vida Heidegger chama de dejeção, que é a queda da pessoa no plano das coisas do mundo. A existência humana torna-se vazia e sem sentido, e a pessoa fica, a cada dia, mais presa às coisas, buscando nelas algo que a satisfaça, o que é impossível. Em vez de ser utilizado como instrumento, o mundo é visto com fim em si mesmo. Segundo Heidegger, há, no entanto, a voz da consciência, que chama a pessoa do simples apego aos fatos e às coisas para um sentido autêntico da vida, à busca não do ser em si, mas do sentido do ser, ao sentido de existir.	A vida autêntica só é possível quando a pessoa aceita a ideia de que ela é um ser-para-a-morte, ou seja, que a morte é a maior de todas as possibilidades e que ela certamente se concretizará. Para Heidegger, a morte é a possibilidade de que todas as outras possibilidades se tornem impossíveis. Portanto, a consciência remete à pessoa o sentido da morte e revela que todos os planos são nulos, ou seja, todo projeto deve trazer em si a consciência de que tudo pode acabar de forma inesperada com a morte. Se, por um lado, essa ideia poderia levar a pessoa à desesperança, por outro, a consciência da finitude é o que a impede de fixar-se em uma situação fática, mostrando-lhe a nulidade do projeto e a historicidade de sua existência, a qual é passageira. Assim, a autenticidade da vida está no reconhecimento de que qualquer projeto é em vão, pois tudo irá acabar com a morte – a impossibilidade da possibilidade.
Angústia	O indivíduo da vida inautêntica teme a angústia, desviando o pensamento da finitude e se iludindo com as coisas do mundo, acreditando que elas podem trazer sentido à sua existência, inebriando-se com o agora. Para Heidegger, o medo é diferente da angústia. Na vida inautêntica, tem-se o medo diante da morte, atitude esta que nega o fim, iludindo-se cegamente com os fatos.	Segundo Heidegger, existir de forma autêntica só é possível àquele que tem a coragem de encarar a possibilidade da morte e também de sentir a angústia do ser-para-a-morte, aceitando a sua própria finitude e não se iludindo ao pensar que a vida presa às coisas e aos fatos traria sentido para a sua existência humana. A angústia é uma atitude da vida autêntica, que assume a morte como possibilidade, aceitando-a como o fim inevitável, mas nem por isso prendendo-se às coisas e aos fatos do mundo como se pudessem trazer sentido à vida.

Maíra Damásio

SARTRE

Jean-Paul Sartre, considerado por muitos como o mais representativo de todos os pensadores existencialistas, nasceu em Paris, em 1905. Estudou na Escola Normal Superior de Paris e foi professor de Filosofia nos liceus de Le Havre e de Paris. Convocado para a Segunda Guerra Mundial, foi preso pelo Exército alemão e levado à Alemanha. Ao retornar para a França, fundou, juntamente com Merleau--Ponty, o grupo de resistência intelectual denominado "Socialismo e Liberdade".

O pensamento de Sartre ultrapassou os limites da França e se espalhou pelo mundo nas décadas de 1940 e 1950, influenciando consideravelmente a política, os movimentos sociais, as mentes dos intelectuais e a arte. Sartre viajou por todo o mundo, tendo sido recebido por políticos e ativistas famosos, como Che Guevara, em Cuba, e Khrushchev, na Rússia.

Autor Desconhecido / Creative Commons

Jean Paul Sartre em Veneza, Agosto de 1967.

O ser humano *versus* os demais seres

O existencialismo ateu, que eu represento [...], declara que, se Deus não existe, há ao menos um ser no qual a existência precede a essência, um ser que existe antes de poder ser definido por algum conceito e que esse ser é o homem ou, como diz Heidegger, a realidade humana. O que significa aqui que a existência precede a essência? Isso significa que, primeiramente, existe o homem, ele se deixa encontrar, surge no mundo, e que ele só se define depois. O homem, tal como o concebe o existencialista, não é definível porque, inicialmente, ele nada é. Ele só será depois, e ele será tal como ele se fizer. Assim, não existe natureza humana, já que não há Deus para concebê-la.

O homem é apenas não somente tal como ele se concebe, mas tal como ele se quer, e como ele se concebe após existir, como ele se quer depois dessa vontade de existir – o homem é apenas aquilo que ele faz de si mesmo. Tal é o primeiro princípio do existencialismo.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte e Bento Prado Júnior. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 24.

O "em-si"

Sartre defende que a consciência humana é sempre consciência de alguma coisa que está inserida no mundo e que, diferentemente dos seres humanos, nenhum objeto tem a consciência em si mesmo. Para se referir a esses objetos, Sartre usa o termo "em-si", que representa a esfera das coisas materiais e dos seres que não passam daquilo que eles aparentam ser, idênticos a si mesmos, esgotando-se naquilo que são, sem que possam ser nada além disso. Trata-se do simples ser-no-mundo, desprovido por completo de atividade reflexiva, sendo esta exclusividade do ser humano, capaz de ter consciência das coisas e de si mesmo. Dessa forma, a negação e a afirmação não se apresentam para o "em-si", já que ambas são frutos da consciência e têm como pressuposto a presença do pensamento.

O ser não é relação a si, ele é ele mesmo. É uma imanência que não se pode realizar, uma afirmação que não se afirma, uma atividade que não pode agir, porque é empastado de si mesmo.

BORNHEIM, Gerd. A. *Sartre*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 34.

O "para-si"

Sartre diferenciava o ser "em-si" e o ser "para-si", dizendo que o primeiro era o "ser do fenômeno", a coisa em si mesma, o objeto sem consciência que simplesmente está no mundo, enquanto o segundo, por oposição, era o "ser da consciência".

O "em-si" é incriado e atemporal, o "para-si" autocria-se continuamente no tempo. Enquanto que o primeiro é sempre idêntico a si próprio, o segundo "não pode coincidir consigo".

MORAIVA, João da. *O que é existencialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 38.

O "para-si", dessa forma, é a consciência do ser humano, a qual, por sua vez, está no mundo e no "ser-em-si". Essa consciência, no entanto, é radicalmente diferente do mundo, não sendo dependente dele. A consciência, que consiste na própria existência da pessoa, é absolutamente livre e, sendo pura liberdade, a pessoa ou a consciência, entendidos como uma mesma coisa, ao contrário do "ser-em-si", que está pronto e completo, é incompleta, podendo se constituir naquilo que quiser.

Para Sartre, a

> [...] liberdade não é um ser, ela é o ser do homem, isto é, o seu nada de ser.
>
> REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. Tradução de Ivo Storniolo. 7 v. São Paulo: Loyola, 2001. Volume VI. p. 228.

Enquanto o "em-si" se refere ao mero ser-no-mundo, sem qualquer atividade reflexiva, o ser humano é capaz de refletir sobre sua própria existência.

A náusea

Segundo Sartre, o indivíduo uma vez lançado no mundo de forma contingente, gratuita e desprovida de sentido, experimenta a náusea, que consiste na constatação do absurdo da existência do ser humano, o qual não tem, em sua natureza, qualquer necessidade de existir ou qualquer sentido de vida. O ser humano existe absurdamente como um ser-aí, um ser-no-mundo, que, ao se dar conta de sua existência e, consequentemente, de sua falta de sentido, tem, então, o sentimento da náusea, que faz como se o estômago se revirasse ao compreender que a existência humana é simples contingência, a pessoa existe, mas poderia muito bem não existir, e ainda assim o mundo continuaria a ser do mesmo modo. Para Sartre, a existência do indivíduo é pura gratuidade e absurdo.

Uma vez lançada no mundo, a pessoa é responsável por todas as suas ações e pelos rumos de sua vida. Afinal, já que não há natureza ou essência dada, por exemplo, por Deus, a pessoa será o que fizer de si mesmo na mais plena liberdade. Nesse sentido, Sartre afirmava que a pessoa estava condenada a ser livre.

O nada

Sartre traz para o centro de seu pensamento e de sua obra o ser humano, que é, segundo o filósofo, o único ser "para-si". O filósofo pensa o indivíduo concreto a partir de sua existência cotidiana desprovida de qualquer sentido ou relevância especial. Fundamentado nessa caracterização da condição humana, Sartre elabora o conceito do nada, que se refere à consciência, ou seja, ao indivíduo que não tem em si um sentido ou uma essência *a priori* determinada, mas consiste tão somente na possibilidade de fazer a si mesmo a partir de sua livre escolha. Uma vez que o indivíduo é livre e que não traz em si nenhuma predefinição, a consciência é o próprio nada. Para o filósofo, é próprio à condição humana a falta de sentido e de determinações anteriores às escolhas do indivíduo. No entanto, se, por um lado, essa falta de sentido pode parecer um problema, por outro, é justamente ela que leva a pessoa a buscar trazer sentido à sua vida, por meio de suas próprias escolhas, uma vez que é plenamente livre.

Atores nos papéis de Sartre e sua parceira Simone de Beauvoir, considerados por muitos o casal-símbolo das esperanças libertárias dos tempos modernos.

A existência precede a essência

Uma das ideias mais importantes de Sartre era a de que não havia qualquer espécie de determinismo em relação à realidade humana, sendo que o ser humano era totalmente livre e nada poderia tirá-lo dessa condição de liberdade. Nesse sentido, não havia, para o filósofo, uma natureza humana predefinida ou anterior ao ser humano que o determinasse. Ao contrário dos outros animais, que nascem com uma determinação natural representada por seus instintos, o ser humano seria livre de qualquer determinação prévia e faria a si mesmo, a partir da liberdade que possuiria dentro de certo contexto, o que Sartre chamava de "liberdade situada". O filósofo defendeu essa ideia ao afirmar que a existência precedia a essência.

> O homem nada mais é do que aquilo que ele faz a si mesmo.
>
> PESSANHA, José Américo Motta (Comp.). *Sartre.* Seleção de Textos. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte, Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

FILOSOFIA

Essa frase de Sartre resume o princípio fundador do existencialismo. Segundo o filósofo, se a existência precede a essência, primeiro a pessoa existe e só depois ela define o que será, determinando, na mais absoluta liberdade, a sua essência. Entre todos os seres, somente o ser humano é livre, sendo os outros predeterminados pela sua natureza. De acordo com o conceito de existência proposto por Sartre, que afirma que somente o ser humano existe, enquanto as coisas simplesmente são, o filósofo propõe uma nova forma de ver o mundo, valorizando o indivíduo, que constrói a si mesmo.

> O homem deve criar a sua própria essência; é jogando-se no mundo, lutando, que aos poucos se define [...] a angústia, longe de oferecer obstáculo à ação, é a própria condição dela [...] O homem só pode agir se compreender que conta exclusivamente consigo mesmo, que está sozinho e abandonado no mundo, no meio de responsabilidades infinitas, sem auxílio nem socorro, sem outro objetivo além do que der a si próprio, sem outro destino além de forjar para si mesmo aqui na Terra.
>
> SARTRE, Jean-Paul. Carta de 1º de outubro de 1944, dirigida a Jean Paulhan, para responder "O que é o existencialismo?". In: *Cadernos de História Memorial RS* – Centenário de J.P. Sartre. Disponível em: <http://www.memorial.rs.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2011.

Uma das ideias mais interessantes do existencialismo sartreano é a de que a própria pessoa é quem decide o seu caminho, sendo, assim, a única responsável por suas decisões, sejam elas boas ou más, dignas ou indignas.

> [...] o existencialismo afirma é que o covarde se faz covarde que o herói se faz herói; existe sempre, para o covarde, uma possibilidade de não mais ser covarde, e para o herói, de deixar de o ser.
>
> PESSANHA, José Américo Motta (Comp.). *Sartre.* Seleção de Textos. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte, Bento Prado Júnior. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

A corrente existencialista foi amplamente acusada de pessimista, devido à sua suposta visão decadente e precária acerca da existência humana. Porém, indo contra essa visão, Sartre defendia o existencialismo como a mais otimista das visões sobre o ser humano, já que era a única que lhe possibilitava fazer de sua vida o que quisesse, sem que houvesse desculpas ou predeterminações que pudessem impedir a sua realização. Segundo a corrente existencialista, como não existe nada de antemão realizado no ser humano, ele é o único responsável por sua felicidade ou infelicidade, construindo sua essência durante a sua existência.

> Com efeito, se a existência precede a essência, nada poderá jamais ser explicado por referência a uma natureza humana dada e definitiva, ou seja, não existe determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade.
>
> PESSANHA, José Américo Motta (Comp.). *Sartre.* Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte, Bento Prado Júnior. Seleção de Textos. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

Neste sentido, Sartre afirmava, no mesmo texto, que o existencialismo era um "humanismo, porque recordamos ao homem que não existe outro legislador a não ser ele próprio."

Em um primeiro momento, a pessoa simplesmente existe e, só depois de sua existência, ela se descobre, aparecendo no mundo e definindo-se segundo sua liberdade para escolher.

A liberdade

Para Sartre, uma vez que a existência é anterior à essência, a pessoa deve então se construir de forma livre de toda e qualquer determinação. Apesar da aparente contradição, Sartre afirmava que a única determinação do ser humano é ser livre, ou seja, a sua única determinação é não ter determinação, sendo a liberdade o seu fundamento.

A pessoa, usando sua liberdade, escolhe o que projeta ser. Seus valores são aqueles que ela mesma cria por livre escolha, sendo que a única coisa que o ser humano não pode escolher é deixar de ser livre, pois, ainda que ele decida abandonar a sua liberdade, para escolher isso, ele precisa ser livre. Nesse sentido, Sartre afirma que

> [...] a escolha é possível, em certo sentido, porém o que não é possível é não escolher.
>
> PESSANHA, José Américo Motta (Comp.). *Sartre.* Seleção de Textos. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte, Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

Para o filósofo, não há meio termo para se pensar a liberdade: ou ela é absoluta ou ela não existe, sendo o seu fundamento o nada, o indeterminismo absoluto do indivíduo e daquilo que ele fará de si mesmo.

> Somos separados das coisas por nada, apenas por nossa liberdade; é ela que faz que haja coisas com toda sua indiferença, sua imprevisibilidade e sua adversidade, e que nós sejamos inelutavelmente separados delas, pois é sobre um fundo de nadificação que elas aparecem e que se revelam como ligadas umas às outras.

> A liberdade é o único fundamento dos valores e nada, absolutamente nada, me justifica ao adotar tal ou tal valor, tal ou tal escala de valores. Enquanto ser pelo qual os valores existem eu sou injustificável. E minha liberdade se angustia de ser o fundamento sem fundamento dos valores.
>
> SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada*: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de P. Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 591 e p. 76.

A liberdade, no existencialismo sartreano, é diferente da ideia de liberdade entendida como livre-arbítrio ou como a capacidade de escolher coisas de forma descompromissada. Para Sartre, o conceito de liberdade traz consigo a responsabilidade incondicional pela própria vida e pelos erros e insucessos que possam ser decorrentes das escolhas feitas pela pessoa. Nesse sentido, no existencialismo de Sartre, o conceito de liberdade refere-se a uma liberdade responsável, que não pode ser confundida com simples libertinagem, uma vez que a liberdade humana está situada na realidade e, por isso, é condicionada ao contexto histórico e limitada pelas regras da sociedade às quais todos devem se submeter. Por essa razão, a liberdade humana não é infinita. Sartre, em sua obra *O ser e o nada*, afirma que "[...] eu sou responsável por tudo, salvo por minha própria responsabilidade, porque eu não sou o fundamento de meu ser."

A submissão da pessoa à comunidade faz com que seus interesses muitas vezes entrem em conflito com os interesses da sociedade. No entanto, a pessoa, ao compreender que é totalmente livre, deve compreender que todas as outras também o são, sendo assim, ao desejar a sua liberdade, o indivíduo se compromete também com a liberdade dos outros indivíduos, e, assim, ser livre assume um caráter universal. Desse modo, Sartre afirma:

> Sem dúvida, a liberdade enquanto definição do homem, não depende de outrem, mas, logo que existe um engajamento, sou forçado a querer, simultaneamente, a minha liberdade e a dos outros, não posso ter como objetivo a minha liberdade a não ser que meu objetivo seja também a liberdade dos outros.
>
> PESSANHA, José Américo Motta (Comp.). *Sartre.* Seleção de Textos. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte, Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

A má-fé

Atualmente, entende-se por má-fé as atitudes inescrupulosas tomadas por determinada pessoa com o intuito de enganar e ludibriar outra. No entanto, para Sartre, o conceito de má-fé possuía um sentido diferente, referindo-se às atitudes da pessoa contra ela mesma. Para o filósofo, quando o indivíduo mente para si, buscando justificar seus atos por meio de essências, naturezas ou determinações prévias, ele age de má-fé, pois não assume as responsabilidades sobre seus atos e dissimula sua vida ao considerar que suas ações seguem um caminho definido anteriormente às suas escolhas.

Para Sartre, um indivíduo que se esconde atrás de desculpas de suas paixões, baseado em um determinismo imaginado, é um sujeito dotado de má-fé, a qual, segundo o filósofo,

> [...] é evidentemente uma mentira, pois dissimula a total liberdade do engajamento.
>
> PESSANHA, José Américo Motta (Comp.). *Sartre.* Seleção de Textos. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte, Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

Sartre considera a má-fé um pretexto das pessoas que, por medo ou ignorância consciente, insistem em se esconder sob o véu da mentira, afirmando que suas vidas já estão determinadas por um ser superior ou por uma natureza, sem assumir o risco de viver e de tomar decisões, inventando desculpas para si e para as suas ações.

Deus

O existencialismo ateu de Sartre coloca o indivíduo no centro da própria vida como único responsável por sua existência. De acordo com essa teoria, é impossível acreditar em um Deus anterior aos seres humanos, pois, se ele existisse, haveria uma natureza original criada por esse Deus, o que não é admitido pela filosofia de Sartre. Para o filósofo, tornando-se responsável por sua existência e pela consequente construção de sua essência, o indivíduo é também responsável pelos outros,

> [...] portanto, a nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, pois ela engaja a humanidade inteira.
>
> PESSANHA, José Américo Motta (Comp.). *Sartre.* Seleção de Textos. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte, Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

Essa responsabilidade leva a pessoa ao sentimento de angústia, uma vez que, como Deus não existe, tudo é permitido e não existem regras essenciais a serem seguidas. Diante disso, o indivíduo está só, sem o apoio de Deus ou de qualquer outra entidade para legitimar ou apontar as suas escolhas. Por essa razão, o indivíduo está condenado à liberdade, já que não há paradigmas que legitimem as suas escolhas, podendo, por isso, escolher errado, tomando o pior por melhor. Nessa situação, como o único responsável por suas escolhas foi ele mesmo, não há culpados pelo seu fracasso e por seu insucesso, devendo a própria pessoa assumir a responsabilidade pelos rumos de sua vida.

É necessário ressaltar que o ateísmo do existencialismo não tem a intenção de provar a inexistência de Deus. Com essa teoria, Sartre está preocupado com a liberdade, buscando defender que o ser humano é livre de qualquer determinação e que, por isso, ele é o único responsável por si mesmo e pelo mundo. Essa responsabilidade defendida por Sartre foi um dos motivos para que o filósofo se tornasse um intelectual profundamente engajado em movimentos políticos, intelectuais e artísticos de contestação e busca pela liberdade.

Reginald V. Gray / Domínio Público

Sartre acreditava que os intelectuais deveriam desempenhar um papel ativo na sociedade. Foi um artista militante e apoiou com a sua vida e a sua obra causas políticas de esquerda. Esse foi um dos motivos que o levou a recusar-se a receber o Prêmio Nobel de Literatura de 1964.

> O existencialismo não é tanto um ateísmo no sentido em que se esforçaria por demonstrar que Deus não existe. Ele declara, mais exatamente: mesmo que Deus existisse, nada mudaria, eis nosso ponto de vista. Não que acreditamos que Deus exista, mas pensamos que o problema não é de sua existência, é preciso que o homem se reencontre e se convença de que nada pode salvá-lo dele próprio, nem mesmo uma prova válida da existência de Deus.
>
> PESSANHA, José Américo Motta (Comp.). *Sartre.* Seleção de Textos. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte, Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

A ESCOLA DE FRANKFURT

Frank C. Müller / Creative Commons

Instituto para Pesquisa Social, prédio em que os pensadores frankfurtianos iniciaram suas atividades.

Inicialmente chamada de Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, a Escola de Frankfurt foi fundada em 1923.

A Escola era formada por professores alemães, em sua maioria sociólogos marxistas, e era ligada ao Ministério da Educação e Cultura da Prússia, tendo cumprido um importante papel em sua época como uma das primeiras escolas a romper com o posicionamento anticomunista que vigorava no período.

Enquanto a maioria das instituições acadêmicas se opunha à filosofia marxiana e deixava de lado a reflexão sobre o movimento trabalhador e o socialismo, os frankfurtianos preencheram essa lacuna, propondo uma nova linha de pensamento que tivesse por base as ideias de Marx aplicadas à Sociologia, à pesquisa social e à Filosofia. Embora de inspiração marxiana, a Escola de Frankfurt não nutria qualquer desejo de promover uma revolução, restringindo-se à atividade de centro de divulgação de ideias e de estudos que compreendessem o mundo contemporâneo.

A Teoria Crítica

Partindo das teses de Marx, Freud e Nietzsche, os quais exerceram grande influência no mundo, alterando notadamente o modo de ver e compreender o ser humano, a cultura e a sociedade, a principal tarefa dos frankfurtianos consistia em reinterpretar as ideias desses pensadores com o objetivo de compreender as novas realidades surgidas com o desenvolvimento do capitalismo no século XX.

Os frankfurtianos produziram, assim, a Teoria Crítica, que consistia em uma incorporação do pensamento de filósofos tradicionais a partir da leitura do mundo daquela época, buscando compreender a realidade a partir da Filosofia. Ao abordar as formas de comunicação e da cultura humana de maneira crítica, nasceram os conceitos de "indústria cultural e cultura de massa", os quais tiveram grande relevância naquele período, estendendo-se até hoje.

Theodor Adorno

Harry Croner/ ullstein bild / Getty Images

Theodor Adorno, um dos mais importantes pensadores da Escola de Frankfurt, criticou duramente a razão instrumental do Iluminismo e elaborou o conceito de indústria cultural.

Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno nasceu em Frankfurt, em 1903. Com o fim da Segunda Guerra, Adorno foi um dos pensadores que mais lutou pelo retorno do Instituto de Pesquisa Social a Frankfurt, tornando-se diretor-adjunto e codiretor da Escola em 1955 e, com a aposentadoria de Horkheimer, em 1958, passou a ocupar o cargo de diretor.

A dialética negativa

A filosofia de Hegel influenciou a de Adorno. Para Hegel o processo dialético ocorria na História por meio de sucessivas sínteses, tornando possível o progresso da História e da humanidade. Adorno, por outro lado, adotou o conceito de dialética negativa, negando a conexão entre realidade e pensamento, afirmando, portanto, que a Filosofia não seria capaz de captar a realidade.

> Quem escolhe hoje o trabalho filosófico como profissão deve renunciar à ilusão da qual partiam anteriormente os projetos filosóficos: a ilusão de que, por força do pensamento, é possível captar a totalidade do real.
>
> ADORNO. In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. 7v. São Paulo: Loyola, 2001. Volume VI. p. 472.

Para Adorno, a pretensão de captar a realidade tal como ela é não passa de uma ilusão filosófica. Ao adotar essa posição, o filósofo nega as posições filosóficas da Metafísica, do Positivismo, da Fenomenologia, do Idealismo, do Iluminismo e mesmo do Marxismo tradicional, correntes de pensamento que, segundo Adorno, ao acreditarem que possibilitam a apreensão da realidade, estão elaborando ideologias a fim de mascarar o real. A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt reflete acerca desses pontos.

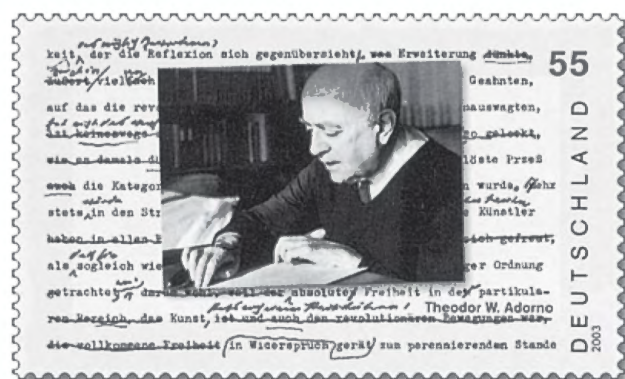
Adorno afirma que, somente quando a pessoa reconhece que não há identidade entre realidade e pensamento, é possível descartar as ideologias, sejam elas capitalistas ou filosóficas. Segundo o filósofo, como não há uma ideia absoluta, uma vez que a verdade universal pretendida pela Filosofia não é possível, deve-se levar em conta as diferenças e as particularidades, ou seja, aquilo que a tradição dos sistemas filosóficos desconsiderou. Valorizando o individual, as diferenças, o qualitativo, em oposição ao universal, ao igual e ao quantitativo, foge-se dos dogmas filosóficos e se reconhece que a realidade apresenta-se em múltiplas facetas. Diante disso, valoriza-se as diferenças que constituem as pessoas e as culturas e reconhece-se a incapacidade da Filosofia em criar verdades absolutas sobre o mundo.

Seguindo essa linha de pensamento, na obra *Dialética do Iluminismo* (1949), Adorno e Horkheimer criticaram a ideia do Iluminismo. Segundo eles, a base dessa ideia encontra-se na filosofia do pré-socrático Xenófanes, segundo o qual a apreensão da realidade pela pessoa ocorria de forma racional. Assim, a busca da completa compreensão do mundo dava-se por meio de um exercício racional. Para Adorno, o Iluminismo entendido dessa forma caminharia para sua autodestruição, pois a razão seria mero instrumento de compreensão e de dominação da realidade, razão instrumental. Para o filósofo, o verdadeiro objetivo da razão iluminista deveria ser compreender a realidade de forma crítica, sendo este o grande motivo pelo qual o ser humano buscaria compreender o mundo.

Segundo Adorno, em uma sociedade guiada pela razão instrumental, essa razão (a qual visa à dominação da natureza), ao invés de libertar o indivíduo, o aprisionaria ao conhecimento técnico dos dominadores, servindo como mais uma ideologia, sendo um meio para a dominação das classes detentoras do conhecimento sobre aquelas que não o têm. Para o filósofo:

> O aumento da produção econômica, que, por um lado, gera condições para um mundo mais justo, por outro lado, propicia ao instrumental técnico e aos grupos sociais que dele dispõem imensa superioridade sobre o resto da população. Diante das forças econômicas, o indivíduo é reduzido a zero. Estas, ao mesmo tempo, levam a um nível jamais alcançado o domínio da sociedade sobre a natureza. Enquanto o indivíduo desaparece diante da máquina a que serve, é por ela aprisionado melhor que jamais o fora. No Estado injusto, a impotência e a dirigibilidade da massa crescem com a quantidade de bens que lhe são fornecidos.
>
> ADORNO. In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. 7v. São Paulo: Loyola, 2001. Volume VI. p. 474.

A indústria cultural

Divulgação

Selo comemorativo do centenário de nascimento de Theodor Adorno, celebrado em 2003.

Um dos conceitos mais importantes difundidos por Adorno foi o de indústria cultural, que, segundo ele, consistia em uma poderosa máquina que funcionaria em favor daqueles que detinham os conhecimentos, proprietários da razão instrumental.

Para o filósofo, a sociedade tecnológica contemporânea utiliza os meios de comunicação midiáticos (cinema, televisão, rádio, música, publicidade, etc.[1]) como mecanismos de dominação, por meio dos quais divulga ideologias de consumo que aparentam levar a pessoa à felicidade, quando, na verdade, tal felicidade refere-se aos detentores da razão instrumental, esta própria destes, que procuram fazer parecer necessário aquilo que é supérfluo.

Adorno acredita, assim, que a classe dominadora, por meio da mídia, impõe modelos de comportamento e consumo, modos de ser e de viver que correspondam apenas aos seus interesses. Esses modelos transmitidos pela mídia são amorfos, uniformes e alienantes, em nada contribuindo para a vida e para a racionalidade humana, uma vez que são desprovidos de pretensões à liberdade, à emancipação do indivíduo, não estando comprometidos com o crescimento cultural e crítico do ser humano. Ao contrário, tais modelos colaboram para uma passividade acrítica, visando a uma modelação irracional dos indivíduos, a valores predeterminados por outras pessoas.

[1] *Poderíamos incluir a Internet (que ainda não existia na época de Adorno).*

Por meio desse mecanismo, o divertimento não é mais visto como o momento da recreação e do exercício da liberdade, da criatividade, da genialidade e da verdadeira alegria, mas sim como um momento de atuar de acordo com o modelo imposto pela indústria cultural a fim de ser consumido. Muitas vezes, o cinema, a televisão, a música e a literatura determinam um modelo a ser seguido pelo indivíduo, que absorve sem refletir sobre aquilo que lhe é dado para consumir, cujo objetivo é beneficiar economicamente os detentores da razão instrumental. O "sistema" determina, assim, aquilo que lhe é interessante economicamente, sendo tais modelos assimiladas pelas pessoas como a única forma de prazer e divertimento.

> A indústria cultural perfidamente realizou o homem como ser genérico. Cada qual é cada vez mais somente aquilo pelo qual pode substituir qualquer outro: ser consumível, apenas exemplar. Ele próprio, como indivíduo, é o absolutamente substituível, o puro nada.
>
> ADORNO. In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga.* 7 v. São Paulo: Loyola, 2001. Volume VI. p. 474.

Adorno critica o Iluminismo, uma vez que, para o filósofo, enquanto o Esclarecimento cantava o ideal de libertação do indivíduo, a razão iluminista resumia-se em razão dominadora e técnica da natureza (razão instrumental), criando uma ideologia que aliena a pessoa segundo modelos de vida predeterminados. O ser humano não foi mais considerado em sua particularidade, sendo levado a repetir as ações determinadas por interesses capitalistas de consumo. De acordo com essa visão capitalista, os indivíduos deveriam consumir tudo aquilo que o "sistema" produz. Embora Adorno e Horkheimer reconhecessem essa situação, eles acreditavam, de maneira otimista, que a própria razão iluminista reconheceria a situação em que se encontrava e trabalharia para se libertar dela.

A cultura de massas

Como consequência do surgimento das tecnologias de comunicação da indústria cultural, bem como das circunstâncias geopolíticas do século XX, a cultura de massa desenvolveu-se a ponto de se sobrepor às demais manifestações culturais, submetendo-as, ou buscando submetê-las a um projeto comum e homogêneo, excluindo toda e qualquer manifestação que não atendesse aos seus interesses ou não utilizasse a sua linguagem.

Por ser produto de uma indústria espalhada por todo o mundo, a cultura divulgada nos diferentes veículos de comunicação ligava-se intrinsecamente ao poder econômico do capital industrial e financeiro. Em consequência dessa excessiva divulgação, os valores apreciados pela população passaram a ser, quase que exclusivamente, aqueles propostos pela cultura de massa, fazendo com que a cultura alternativa sofresse uma significativa depreciação, quer pelo seu abandono, quer pelo pouco investimento que recebia para continuar sobrevivendo.

Segundo Adorno, a indústria cultural não se preocupava com as contradições presentes em suas várias formas de manifestação, uma vez que tais contradições eram absorvidas pela própria cultura de massa, tornando dispensável o combate de qualquer ideia ou valor que representasse alguma ameaça ao desenvolvimento dessa cultura, já que tais valores eram também utilizados como instrumentos de divulgação de outros valores, os quais, consequentemente, se reverteriam a seu favor. A cultura de massa, portanto, alcançaria a hegemonia, elevando ao seu próprio nível de difusão e de exaustão qualquer manifestação cultural, tornando-a, assim, efêmera e desvalorizada.

Max Horkheimer

Max Horkheimer nasceu em Stuttgart, Alemanha, em 14 de fevereiro de 1895. Em 1930, tornou-se professor em Frankfurt, mas, em 1934, diante da ameaça nazista, emigrou para os Estados Unidos, atendendo a um convite da Universidade de Columbia.

Crítica à razão instrumental

Horkheimer construiu sua crítica à sociedade moderna nos mesmos moldes de Adorno. No entanto, ao criticar a razão instrumental, Horkheimer não só questionou a razão utilizada como forma de dominação da natureza, a qual serviria somente à classe dominadora que visa o lucro, como também fez uma importante crítica política. Segundo ele, as leis do capitalismo seriam, por si, injustas, pois se baseavam na exploração e no aumento das diferenças sociais, sendo o comunismo tão somente um capitalismo de Estado. Logo, o poder econômico e o poder político caminhavam lado a lado, promovendo a exploração de muitos em prol do bem de poucos.

Segundo Horkheimer, o conceito de racionalidade que estava na base da civilização industrial moderna era corrompido em sua raiz, uma vez que a razão instrumental teria como único objetivo dominar a natureza e, consequentemente, o próprio ser humano. Enquanto o objetivo original da razão iluminista era o bem do ser humano, que deveria se libertar da ignorância e construir uma realidade melhor e mais feliz, a razão instrumental deteve-se apenas na dominação da natureza, sem levar em conta o bem-estar das pessoas, fazendo com que a finalidade primeira do Iluminismo fosse esquecida. Logo, as ideias de emancipação do indivíduo, de crítica, de criatividade e de desenvolvimento pleno foram esquecidas, dando lugar a uma razão instrumental que serviria apenas aos interesses econômicos da civilização industrial moderna. Nesse sentido, a razão renunciou à sua autonomia original e tornou-se um mero instrumento para alcançar objetivos predefinidos.

A Filosofia como denúncia da razão instrumental

Diante desse quadro, Horkheimer afirmou que a Filosofia teria o papel determinante de denunciar aquilo que era chamado de razão, mas que, na verdade, não passava de uma instrumentalização da razão, ou seja, uma razão menor e menos digna. O filósofo acreditava que, por meio dessa denúncia, talvez fosse possível às pessoas enxergar a verdadeira face da razão instrumental, a qual, em vez de libertar o indivíduo, tornando-o dono de si e da natureza, tornou-o escravo de uma lógica perversa, segundo a qual aqueles que detivessem o poder da razão instrumental, o poder político e econômico, dominariam o mundo, não se importando se essa razão, que antes serviria como caminho para se alcançar a felicidade e a libertação da ignorância, tenha se tornado apenas mais um instrumento de dominação.

Para Horkheimer, as pessoas não deveriam se contentar com a realidade em que viviam, acreditando ser ela a única possível. Pelo contrário, deveriam trabalhar para denunciar a razão instrumental, de modo a não se render à ordem constituída, buscando ampliar sua liberdade de pensamento para construir uma nova realidade.

Jürgen Habermas

Wolfram Huke / Creative Commons

Jürgen Habermas.

Jürgen Habermas é considerado um dos mais importantes filósofos alemães do século XX. Nascido em 18 de junho de 1929, em Gummersbach, Alemanha, estudou Filosofia, História e Literatura, interessando-se também por Psicologia e Economia. Atualmente, Habermas continua escrevendo e publicando diversos trabalhos.

A ação comunicativa

Considerado um dos principais herdeiros do pensamento da Escola de Frankfurt, Habermas buscou superar o pessimismo de Adorno e de Horkheimer, que viam na razão instrumental uma perversão da razão iluminista, uma vez que essa razão pretendia tão somente dominar a natureza com fins práticos tendo em vista interesses econômicos, esquecendo-se de seu verdadeiro objetivo, a emancipação humana.

Com o objetivo de recuperar o potencial emancipatório da razão, Habermas adotou o paradigma comunicacional, acreditando que este poderia superar as ideologias da razão instrumental e levar a pessoa, pelo caminho da razão, à libertação da ignorância e das ideologias. Para tanto, o filósofo reformulou a ideia da razão instrumental com a Teoria da Ação Comunicativa criando a ideia de razão comunicativa como um meio de restabelecer a comunicação livre, racional e crítica entre as pessoas e as sociedades, com fins à superação da razão iluminista de dominação da natureza e do indivíduo. Segundo o filósofo, duas esferas coexistiriam na sociedade:

Sistema: seria responsável pela reprodução material, a qual seria dirigida pela razão instrumental que visava ao poder econômico e político, tal como afirmava Horkheimer.

Mundo da vida: estava ligado à esfera do simbólico, da linguagem, das redes de significados que compõem as várias visões de mundo, sejam elas relativas aos fatos objetivos, às normas sociais ou a conteúdos subjetivos de cada pessoa.

Para Habermas, o mundo da vida havia sido colonizado pelo sistema, de forma que os mecanismos utilizados pelas pessoas para compreender a realidade por meio de seus significados foram alterados pela lógica da razão instrumental. O filósofo reformulou, assim, a ideia da razão instrumental com o conceito de razão comunicacional, afirmando que, por meio de relações intersubjetivas, dois ou mais sujeitos interagindo buscariam entender-se sobre determinado assunto ou objeto a fim de compreendê-lo de forma clara.

> Chamo ação comunicativa àquela forma de interação social em que os planos de ações dos diversos atores ficam coordenados pelo intercâmbio de atos comunicativos, fazendo, para isso, uma utilização da linguagem (ou das correspondentes manifestações extraverbais) orientada ao entendimento. À medida que a comunicação serve ao entendimento (e não só ao exercício das influências recíprocas), pode adotar para as interações o papel de um mecanismo de coordenação da ação e com isso fazer possível a ação comunicativa.
>
> HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa:* complementos y estudios previos. Tradução de Manuel Jiménez. Madrid: Cátedra, 1997. p. 418.

FILOSOFIA

Habermas afirmava que só por meio das relações intersubjetivas seria possível discernir a universalização dos interesses em uma discussão. Nesse ponto, o fundamento de uma ética da discussão exigiria a reconstrução de um espaço crítico, aberto e pluralista. A racionalidade passaria a ser vista, então, como uma fonte inspiradora das ações humanas, visando à emancipação das pessoas e a um maior entendimento do mundo. A comunicação ou diálogo comunicativo não atuaria mais como espaço de simples convencimento, mas sim como um lugar em que as diferenças seriam manifestadas, o respeito pelo outro e por suas tradições culturais seria cultivado, buscando-se, por meio do diálogo, um novo caminho que não seria o da simples arte do convencimento e da imposição de uma ideia sobre as demais.

Na teoria de Habermas, a linguagem, que não deveria ser compreendida somente como fala, ocupou um papel de destaque, sendo esta, como toda e qualquer forma de comunicação, um meio de transformar o comportamento humano. A linguagem, para Habermas, estaria formada por todos os sinais compreensíveis do meio que chegam ao interlocutor como marcas próprias a uma cultura e como ideias que se expressam de diversas maneiras. A linguagem seria concebida, assim, como o caminho de interação entre os indivíduos, possibilitando garantir um processo democrático na tomada de decisões, no qual, por meio de argumentos, os sujeitos, livres de pressões e medos, buscariam alcançar pontos comuns que atenderiam ao coletivo.

Ao propor a ação comunicativa como caminho para se resolver os problemas da sociedade, Habermas defendia uma ética universalista, deontológica, formalista e cognitivista, a qual não teria conteúdos particulares, devendo garantir a participação dos interessados nas decisões públicas por meio de discussões, nas quais se avaliariam os conteúdos normativos demandados naturalmente pelo mundo da vida. Para a formulação de regras morais efetivas, todos os participantes do discurso deveriam ter garantidos os mesmos instrumentos e as mesmas condições de, por meio da razão dialógica, se aproximarem da verdade comunicativa.

Para Habermas, o discurso ético deve respeitar dois princípios para que seja válido universalmente:

Princípio do discurso: determina que todo sujeito capaz de falar e de agir pode tomar parte num discurso moral, ou seja, de uma discussão sobre os valores morais.

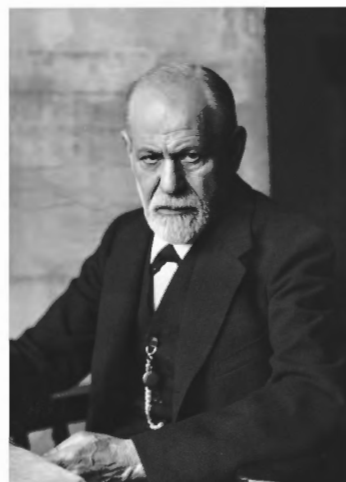
Princípio de universalização: defende que uma norma só é considerada válida se puder ser aceita por todos os participantes da discussão. Essa atitude de assentimento, também chamada de ponto de vista moral, deve ser racional, sendo que o sujeito deve aceitar ou não esse valor de acordo com padrões racionais e não por interesses particulares. Assim, um certo valor moral deve ser aceito porque ele é correto de acordo com o discurso interpessoal, independentemente de ser ou não vantajoso para as pessoas.

PÓS-MODERNISMO

Além dos filósofos da Escola de Frankfurt, outros pensadores exerceram forte influência no pensamento contemporâneo, destacando-se, entre eles, Sigmund Freud, com sua teoria psicanalítica, e Michel Foucault, com sua crítica à ideia de progresso. Embora não seja possível identificar uma linha mestra ou uma corrente de pensamento que una esses pensadores, pois cada um deles trata de assuntos distintos e em perspectivas diferentes, esses filósofos inserem-se em um mesmo âmbito pós-modernista de Filosofia.

Sigmund Freud

Sigismund Schlomo Freud nasceu em 1856, na cidade de Freiberg, Alemanha, em uma família judaica, tendo abreviado seu nome para Sigmund Freud aos 21 anos de idade. Devido a problemas financeiros, com apenas quatro anos de idade, Freud se mudou com sua família para Viena, cidade em que morou até 1938, quando teve de se mudar para a Inglaterra devido à perseguição nazista aos judeus. Em 1881, concluiu sua formação em Medicina na Universidade de Viena, aprofundando-se nos estudos de anatomia cerebral. Casou-se em 1886 com Martha Bernays, com quem teve seis filhos. Freud faleceu em 1939, aos 83 anos de idade, vítima de câncer.

A Psicanálise

Ferdinand Schmutzer / Domínio Público

Freud, o pai da Psicanálise, cujas teorias ainda hoje são amplamente debatidas, contribuiu significativamente para o pensamento moderno ao tentar conferir um status *científico ao conceito de inconsciente.*

Médico neurologista e estudioso dos distúrbios do sistema nervoso, Freud acompanhava os procedimentos de sua época utilizando a hipnose – aprendida principalmente com o médico Bernheim, na cidade de Nancy – como ferramenta para curar os problemas mentais. Juntamente com o médico Breuer, Freud dedicou-se amplamente ao estudo da hipnose e propôs sua aplicação para o tratamento da histeria, tendo publicado, em 1895, com Breuer, a obra *Estudos sobre a histeria*. Em linhas gerais, de acordo com Freud, o sujeito, quando em estado de hipnose, consegue voltar à origem do trauma e superá-lo por meio da catarse, da lembrança daquilo que até então era obscuro à mente, libertando-se do distúrbio mental. Por que o sujeito, quando em estado de hipnose, consegue se lembrar daquilo que estava esquecido, e, se lembrando, ele consegue vencer os traumas?

Para Freud, parecia haver outra realidade, outro mundo, que só se tornava acessível quando o sujeito estava em estado de transe.

> Todas as coisas esquecidas, por algum motivo, tinham caráter penoso para o sujeito, enquanto haviam sido consideradas temíveis, dolorosas e vergonhosas para as aspirações de sua personalidade. [...] E, para tornar novamente consciente o que havia sido esquecido, era necessário vencer a resistência do paciente, através de contínuo trabalho de exortação e encorajamento.
>
> FREUD, Sigmund. In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. 2. ed. 7v. São Paulo: Loyola, 2001. Volume VII. p. 64.

Freud defendia que operam, no ser humano, tendências ou impulsos que são reprimidos devido ao fato de entrarem em conflito constante com aquilo que o sujeito acredita conscientemente ser certo ou errado. Contudo, os impulsos reprimidos não desaparecem, tornando-se inconscientes. Essa repressão, por sua vez, transforma-se em um problema para o sujeito, uma vez que aquilo que ficou guardado inconscientemente, poderá se manifestar de alguma forma na esfera consciente. Para Freud, a histeria consiste na manifestação física desses traumas.

> **Histeria**
> Derivada da palavra grega *Hystera* (matriz, útero), a histeria é uma neurose caracterizada por quadros clínicos variados. Sua originalidade reside no fato de que os conflitos psíquicos inconscientes se exprimem de maneira teatral e sob a forma de simbolizações, através de sintomas corporais paroxísticos (ataques ou convulsões de aparência epiléptica) ou duradouros (paralisias, contraturas, cegueira). As duas principais formas de histeria teorizadas por Sigmund Freud foram a histeria de angústia, cujo sintoma central é a fobia, e a histeria de conversão, onde se exprimem através do corpo representações sexuais recalcadas. A isso se acrescentam duas outras formas freudianas de histeria: a histeria de defesa, que se exerce contra os afetos desprazerosos, e a histeria de retenção, onde os afetos não conseguem se exprimir pela ab-reação. [...]
>
> Histeria. In: ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise.* Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Ao chegar à conclusão de que a ideia de repressão é responsável pelos traumas que povoam o inconsciente das pessoas, Freud fez uma nova opção terapêutica, não mais caminhando pela hipnose, mas buscando identificar essas repressões na tentativa de eliminá-las quando fosse propício ou mesmo, se possível, aceitá-las de forma consciente. A partir desse momento, o método de Freud deixa de se chamar catarse, passando a se chamar Psicanálise ou análise da vida psíquica, partindo da investigação da repressão e não mais do impulso em si mesmo.

Esse estudo do inconsciente realizado por Freud tinha como objetivo central curar as perturbações e as doenças mentais – denominadas neuroses –, adotando o método de interpretação das palavras, da linguagem e dos sonhos, que, para o médico alemão, consistiam em manifestações do inconsciente.

A livre associação

A técnica psicanalítica de Freud, denominada de **livre associação**, era inteiramente baseada na fala do paciente. Inicialmente, o paciente, deitado no divã, fazia um exercício de respostas às perguntas elaboradas pelo médico. Freud percebeu que, nos casos que acompanhava, o paciente pedia para falar sem interrupções, o que o fez compreender que deveria deixar de lado as perguntas e dizer, apenas algumas vezes, palavras soltas, as quais tinham efeitos diversos no sujeito. Freud foi percebendo que, na maioria das vezes, o paciente se esquivava das ideias que vinham à sua mente diante das palavras pronunciadas pelo médico, sendo que tais palavras, em outras ocasiões, traziam sentimentos de alegria, de tristeza, lembranças da infância ou de momentos dolorosos da vida, além de, em muitas situações, trazerem à mente do paciente as lembranças dos sonhos que ele tivera anteriormente.

Robert Huffstutter / Creative Commons

O divã utilizado por Freud para atender seus pacientes encontra-se hoje em Londres, no Museu de Freud.

Analisando a conversa e as diversas reações do paciente, as quais ocorriam tanto em forma de palavras quanto em forma de linguagem corporal – inquietude ou calma –, Freud foi compreendendo que a vida consciente era, na verdade, a manifestação de algo maior e mais profundo, uma vida inconsciente. O médico percebeu que apenas pela interpretação dos sonhos, das manifestações corporais, das lembranças, das palavras, muitas vezes sem nexo, é que se poderia chegar ao inconsciente.

Por meio de suas observações, Freud descobriu que os sintomas histéricos de seus pacientes tinham três finalidades:

1. manifestar verbalmente a si mesmo e aos outros os sentimentos inconscientes;
2. punir-se por ter tais sentimentos;
3. realizar, nas doenças e nos sofrimentos, um desejo inconsciente que sua consciência julgara intolerável e por isso repreendera, mas que se manifestava de outra forma.

A estrutura do mecanismo psíquico

Segundo Freud, a vida psíquica é constituída de três instâncias: **id** (isso), **ego** (eu) e **superego** (supereu). O id é totalmente inconsciente, o ego é consciente, e o superego tem aspectos tanto conscientes quanto inconscientes.

1. **Id:** Esse primeiro nível da vida psíquica é formado exclusivamente pelos instintos, que Freud denomina pulsões, os quais consistem em desejos orgânicos e inconscientes da pessoa. O id é regido pelo princípio do prazer, que busca em todas as ações do sujeito sua satisfação imediata.

   Segundo Freud, tudo o que a pessoa faz guia-se originalmente pelo id e, por isso, em todas as realizações humanas, há a busca pelo prazer. O id é o reservatório original da energia vital humana, e é por meio dele que a pessoa age em todas as instâncias de sua vida.

   Ainda nesse aspecto, o psicanalista dizia que todos os desejos, os instintos e as pulsões são de origem sexual, o que era chamado por Freud de libido. O id, portanto, seria a fonte dos desejos humanos, os quais buscam sua satisfação por meio dos desejos sexuais. Cabe ressaltar, entretanto, que o desejo sexual não se restringe à genitalidade ou ao ato sexual, mas envolve todos os desejos que exigem satisfação imediata, sendo que tal satisfação instintiva pode ser sentida por qualquer parte do corpo humano.

2. **Superego:** O segundo nível da vida psíquica é formado pela repressão das pulsões no âmbito cultural, ou seja, é a moral social, que determina o certo e o errado a partir de valores diversos, sendo que a sociedade impõe à pessoa (ao id) determinada censura, impedindo-o de se manifestar de acordo com a sua natureza, de forma instintiva.

   A pessoa forma em seu superego modelos de vida e de comportamento de acordo com as ideias de indivíduo virtuoso e correto ditadas por meio da educação e das instituições sociais. Esses modelos variam de sociedade para sociedade, ou mesmo de pessoa para pessoa, pois dependem fundamentalmente dos valores a que o sujeito está submetido e com os quais foi educado. Embora o superego exista conscientemente dentro de cada pessoa, os valores morais e sociais atuam limitando as ações e o pensamento humano de forma inconsciente. Essa censura cultural serve como um freio à manifestação das pulsões sexuais, as quais não podem ser satisfeitas em qualquer tempo ou lugar, devendo ser, na maioria das vezes, reprimidas.

   A pessoa tem consciência indireta do superego quando sente vergonha, timidez ou quando possui a noção de certo e errado diante de determinadas situações, tomando consciência de seus sentimentos e desejos em relação a elas.

3. **Ego:** O ego, ou "eu", constitui a parte consciente e o terceiro nível da vida psíquica, tendo como função administrar os desejos instintivos do id, os quais querem se manifestar a todo tempo, e as pressões advindas do superego, que determinam o que deve ou não ser satisfeito. Logo, enquanto o id busca o prazer sexual em todas as ações humanas, o superego, representando a censura, deve buscar submeter tais desejos àquilo que é moralmente aceitável, e o ego, por sua vez, deve mediar os desejos e a censura de forma saudável, o que muitas vezes não acontece.

Para Freud, quando o ego, sob comando do superego, não toma conhecimento daquilo que está no id, por não estar de acordo com a moral de sua cultura, essas vontades conflitivas com a moral são recusadas, mas permanecem no inconsciente da pessoa.

   Essa administração por parte do ego é denominada de princípio da realidade, que consiste na necessidade de se encontrar objetos e situações que possam atender ao princípio do prazer do id, sem, no entanto, transgredir ou ignorar o superego. Freud chamava o ego de "pobre coitado", uma vez que ele se encontrava pressionado por três senhores: os desejos do id, a repressão do superego e os perigos do mundo externo. Vivendo sob a pressão do id, que quer se manifestar a todo tempo, o ego não poderia ceder às suas exigências, pois viveria uma vida imoral e destrutiva. No entanto, não poderia também se submeter ao superego, pois, assim, viveria em profunda insatisfação e de forma enlouquecedora. Ao viver, de um lado, sob o princípio do prazer e, de outro, sob o princípio da realidade, o ego tem uma existência tipicamente de angústia, devendo manter o controle das diversas forças do mundo psíquico de forma sustentável.

Nesse sentido, o ego tem a função de manter o equilíbrio que ora satisfaz o id, limitando o superego, ora atende às exigências do superego, recalcando o id. Quando essa administração não é bem realizada, surgem as neuroses, e, quando o sujeito torna-se totalmente incapaz de manter o equilíbrio, surge a loucura ou a psicose.

Agnolo di Cosimo di Mariano / Domínio Público

Detalhe de Triunfo de Vênus. *A loucura nasce da incapacidade do ego de manter o equilíbrio entre os impulsos do id e as exigências do superego.*

Michel Foucault

Jean Pierre FOUCHET / RAPHO / Gamma-Rapho / Getty Image

Fotografia de Michel Foucault.

Paul-Michel Foucault nasceu em 15 de outubro de 1926, na cidade francesa de Poitiers, em uma tradicional família de médicos. Foucault teve contatos com diversos movimentos políticos, tendo se engajado nas disputas políticas nas guerras do Irã e da Turquia. Esteve várias vezes no Brasil, onde realizou conferências e firmou amizade com pensadores de renome, como o filósofo Roberto Machado. Foi no Brasil que pronunciou as importantes conferências sobre a obra *A verdade e as formas jurídicas*, realizadas na PUC Rio. Foucault faleceu em 25 de junho de 1984, vítima de complicações relacionadas ao vírus da AIDS.

O poder na modernidade

Tradicionalmente, o poder tem origem na força repressiva do Estado sobre os sujeitos na forma de violência legítima. No entanto, segundo Foucault, as sociedades modernas apresentam uma nova organização do poder a partir do século XVIII, sendo este exercido de maneira sutil por meio de mecanismos de dominação pouco visíveis. Esse é seu aspecto mais perverso.

Para o filósofo, poder e saber caminham juntos na modernidade. O poder produz conhecimento e o conhecimento também produz poder. Desse modo, o conhecimento não está separado do poder. Inspirado em Nietzsche, Foucault defende que aquilo que é tido como verdade é resultado do poder e não algo desinteressado e produzido livremente.

Assim, a genealogia do poder consiste em investigar sua fragmentação, que pode ser notada em cada setor da sociedade. O poder é analisado sob a ótica da multiplicidade, identificado como micropoderes, os quais estão presentes em toda a rede social. O poder macro exercido pelo Estado não é alvo da preocupação do filósofo, mas sim o poder sutil, que, apesar de estar presente no cotidiano das pessoas, toma conta internamente da sociedade sem ser percebido.

A análise de Foucault não está, portanto, voltada para os objetivos finais do poder, mas sim para a sua forma de exercício no cotidiano e em seus efeitos percebidos nas relações humanas do dia a dia. Tal poder é difuso e pode ser identificado nos sentimentos, comportamentos, sonhos e interesses daqueles que são dominados. Desse modo, Foucault revela uma dominação poderosa estabelecida no exercício de um poder micro sobre as classes dominadas. Os dominados deixam-se levar por essa rede de poder quase imperceptível, a qual tende a ser considerada normal.

Os micropoderes na sociedade disciplinar

Na análise do poder, o filósofo o diferencia em:

- poder do Estado, que é repressivo e punitivo pela lei;
- poder difuso em uma rede de micropoderes caracterizado por seu aspecto normativo.

Nos Estados modernos observa-se uma ordem da norma que funciona por meio da produção de práticas disciplinares de controle e vigilância constantes. Essa ordem, estabelecida pela rede de micropoder, é muito mais eficaz que a norma estabelecida pela lei imposta pelo Estado, uma vez que essa rede de micropoder impõe sutilmente uma aceitação do indivíduo que se encontra inserido nela. Tal ordem não manda nem pune diretamente, mas atua no convencimento, na aceitação da pessoa, por isso essa ordem é tão eficiente.

As redes de micropoderes podem ser entendidas ao se pensar na conexão entre poder e Ciência. A Ciência busca compreender a realidade, e algumas vezes há pouca discussão sobre ela. Ao ser aceita de maneira geral, a Ciência atua como normalizadora de regras de conduta, estabelecendo aquilo que é "normal", e, por consequência, aquilo que é "anormal" acerca, por exemplo, do comportamento das pessoas, como se estuda na Pedagogia e na Psiquiatria. Assim, imbuídas de um conjunto de ideias que determinam o que é normal, as sociedades modernas aceitam, de maneira "natural", alguns comportamentos e condenam outros.

Sob essa perspectiva, as pessoas atuam como agentes de normalização, exigindo de todos e de si um comportamento que se adeque a tais padrões. Os comportamentos que fogem dessa normalidade são condenados, devendo ser punidos. A punição marca o aspecto disciplinar da sociedade moderna.

> A disciplina fabrica corpos submissos e adestrados, corpos "dóceis". A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).
>
> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 119.

Sendo um conjunto de teorias científicas e também de práticas institucionais, os procedimentos disciplinares garantem uma vigilância da sociedade, a qual é autorizada pelo saber científico. Tal vigilância é exercida não somente em hospitais, escolas, fábricas e prisões, mas também nas relações entre as pessoas. Esse poder visa a transformar todas as pessoas de uma sociedade em vigias umas das outras. Mas, se por um lado, a maioria das pessoas tende a aceitar irrefletidamente essa normalização, também pela sua própria lógica esse mesmo poder acaba por produzir seu contrário, ou seja, a força que pode lhe fazer resistência.

> A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade de submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. É assim que no exército aparecem sistemas de graus que vão, sem interrupção, do general chefe até o ínfimo soldado, como também os sistemas de inspeção, revistas, paradas, desfiles, etc., que permitem que cada indivíduo seja observado permanentemente.
>
> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2002. p. 106.

EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Karl Popper

Karl Popper (1902–1994) inaugurou uma nova metodologia para as ciências. Conhecido como o maior filósofo da ciência do século XX, sua teoria sobre a produção do conhecimento nega a indução como fonte do conhecimento, como defendiam os empiristas da modernidade. Na verdade, segundo Popper, as experiências são importantes como forma de comprovar as hipóteses, e não o contrário.

A crítica à indução

Para Popper, o conhecimento científico não nasce de conclusões baseadas na experiência, conforme pregava o modelo indutivo de ciência. Segundo esse filósofo, "a indução não existe" e, nos seus dois sentidos, indução por enumeração e indução por eliminação, é falha na produção do conhecimento.

A **indução por enumeração** consiste na repetição de experiências para alcançar uma ideia geral. Por exemplo, podemos observar inúmeros cavalos e constatar que todos eles são marrons, mas quantos cavalos teremos que observar para concluir que todos são marrons? Obviamente, tal conclusão sempre será inválida.

A **indução por eliminação**, por sua vez, afirma que se deve observar todas as teorias e eliminar as falsas, o que garantiria alcançar a teoria verdadeira. Porém, a crítica de Popper é que, para cada teoria que se acredita ser verdadeira, sempre haverá outras inúmeras que se acredita serem falsas, em um processo de eliminação que nunca teria fim.

Assim, a indução não poderia ser o método que levaria à verdade, pois não pode fundamentar absolutamente nenhum conhecimento que pretenda descrever a realidade, ou seja, não é o método correto da ciência.

Ainda sobre a indução, Popper critica a teoria da "tábula rasa", de Locke (séc. XVII), fundamento do empirismo moderno. Tal teoria defende que a mente do homem é vazia de ideias, e que todas elas seriam "escritas" na mente a partir das experiências realizadas. Em uma nova interpretação dessa teoria, denominada de observantismo, acreditava-se que o cientista, ao observar a natureza, deveria garantir que sua mente estivesse desprovida de todos e quaisquer pressupostos, ideias, hipóteses, problemas, de modo a ser preenchida unicamente por aquilo que fora observado, de maneira totalmente passiva, de "fora para dentro" da mente.

A ciência começa com o problema ou com as hipóteses

Negando a indução como fonte do conhecimento, Popper defende que o conhecimento se inicia não com a observação do mundo, mas com a elaboração de uma hipótese. Para ele, a tábula rasa é um mito, e a investigação científica não parte de observações, mas, sim, de problemas. Tais problemas – como as situações de contradição, de busca, de curiosidade, o choque entre teorias já existentes e a confusão do ser humano diante de expectativas que não se concretizam – são a origem do conhecimento. Esses problemas podem ser simples, como uma teoria acerca do mundo que não se concretiza no dia a dia. Pense, por exemplo, quando um tratamento médico não alcança bons resultados, ao contrário, piora a saúde do paciente, rompendo com toda a expectativa de cura e com a promessa de que aquele seria o melhor tratamento possível para a situação concreta daquele indivíduo. Para Popper, é diante desses fatos que o homem se questiona e elabora hipóteses. Tais hipóteses são teorias para explicar os problemas. Ou seja, diante dos problemas, os homens conjecturam, usam sua imaginação criadora e produzem hipóteses lógicas que poderiam explicar ou mesmo solucionar os problemas.

Essas hipóteses podem nascer de qualquer lugar: dos mitos, da fantasia, da metafísica e mesmo da embriaguez. O que importa é que possam ser provadas de fato, verificadas na realidade, que se sustentem na experiência.

O falsificacionismo

Para Popper, o problema surge e, com ele, a hipótese ou a teoria para solucioná-lo. No entanto, essa teoria, para ser válida, deve ser verificável por meio de experiências.

Ou seja, tal teoria só poderá ser aceita se for verificada e comprovada na realidade através de experimentos; caso contrário, será desaprovada.

Segundo Popper, o que dará à teoria um caráter científico não são os experimentos que podem comprová-la, mas, contrariamente ao que se espera, as tentativas de falseá-la, ou seja, de falsificá-la, de encontrar uma experiência, entre dezenas, centenas, milhares ou milhões, que possa mostrar que ela está errada, que é falsa.

Nesse sentido, as experiências têm como objetivo falsear ou falsificar o que a teoria diz. A falseabilidade tem como função provar que a teoria elaborada não é correta, sendo necessária uma reelaboração ou mesmo uma nova teoria sobre o objeto ou fato verificado, na realidade. Milhares de experiências que confirmam uma teoria não são suficientes para torná-la indiscutível e totalmente verdadeira, mas apenas uma experiência contrária a essa teoria já é suficiente para falseá-la, o que significa que mais cedo poderemos modificá-la e corrigi-la, tornando-a melhor do que a anterior.

Portanto, nessa falseabilidade, uma única observação falsa é suficiente para refutar a teoria. Da mesma forma, mesmo que inúmeras experiências sejam realizadas, isso não é suficiente para confirmar que tal teoria é absoluta e inquestionável.

Para Popper, somente é científica a teoria que pode ser falseada, refutada. Nesse caso, a teoria nunca adquire um caráter de verdade absoluta, mas seu grau de confiabilidade aumenta à medida que as experiências com o objetivo de falseá-la não se mostrem contundentes.

Para o filósofo, é impossível encontrar uma verdade absoluta, mas isso não quer dizer que a busca por tal verdade não deva acontecer. A busca científica deve ser permanente, uma vez que, quanto mais se busca a refutação, a falseabilidade de determinada teoria, mais ela se aproxima dessa pretensa, mas impossível, verdade.

[...] Contrariamente ao programa indutivista, o falsificacionismo muda o estatuto e papel da experiência. Ela não se apresenta mais como uma série de observações. Trata-se de evidenciar o papel não da experiência neutra e passiva, mas da experimentação, uma ação voluntária e construída através de um exame e planejamento criteriosos de validação e teste das hipóteses. O método indutivista é assim substituído por um método hipotético-dedutivo, cujas etapas principais encontram-se abaixo resumidas:

1. Formulação de hipóteses: conjecturas dentro de um quadro teórico a partir de um problema a ser resolvido;
2. Experimentação: tentativas de refutação ou falseamento das hipóteses;
3. Resultados: interpretação das observações e confrontação com os resultados esperados;
4. Retorno à etapa 1, caso necessário;
5. Formulação de leis, modelos e teorias: identificação do domínio de validade das hipóteses propostas na etapa 1. [...]

Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.aspx?id_projeto=27&id_objeto=120145&tipo=ob>. Acesso em: 26 dez. 2016.

[...] A definição do método científico de Popper difere da versão baconiana de empirismo por sua ênfase na eliminação em vez da ênfase na verificação. No entanto eles têm em comum um determinado ponto: quer nós verifiquemos ou refutemos, de qualquer forma fazêmo-lo com a ajuda de duas ferramentas e apenas duas: a lógica e a confrontação com os factos. As teorias são julgadas por dois juízes: consistência lógica e conformidade com os factos. A diferença entre os dois modelos situa-se apenas em saber se os factos condenam os pecadores ou canonizam os santos. Para o jovem Popper havia alguns pecadores apropriadamente certificados, mas nunca santos definitivamente canonizados. [...]

GELLNER, Ernest. Relativismo e as ciências sociais. Disponível em: <http://www.imdp.com.br/ institucional-historico-e-objetivo/214-5--Medalha-do-Merito-Professor-Karl-Popper---Comenda-do-Instituto-Mineiro-de-Direito-Processual--IMDP->. Acesso em: 12 dez. 2016.

Thomas Kuhn

Thomas S. Kuhn (1922–1996) estudou física na Universidade de Harvard, EUA. Após seu doutorado nessa matéria, em 1949, na mesma universidade, dedicou-se a estudar a história e a filosofia da ciência. Foi professor de Filosofia na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e também na Universidade de Princeton. Em 1971, transferiu-se para o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (Massachusetts Institute of Technology, MIT) em Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos.

Os paradigmas

Em sua filosofia epistemológica, Kuhn fez críticas ao indutivismo e também ao falsificacionismo de Popper. Defendeu que não era possível identificar um progresso lógico nas atividades de pesquisa científica ao longo da história. Isso significa que não existe uma linha que perpassa e conduz logicamente os avanços no campo da ciência ao longo da história. Ao contrário, os critérios pelos quais é possível identificar os vários campos da ciência são históricos, políticos e sociológicos.

Dessa forma, Kuhn defende que a ciência é uma atividade histórica e social, que nasce da atividade e do trabalho de uma comunidade científica que defende uma determinada visão de mundo, de métodos científicos, inclusive, pré-juízos, preconceitos, crenças próprias e experiências de vida e históricas. Assim, os progressos científicos, os princípios da ciência e tudo que dela faz parte estão historicamente localizados, sendo restritos e nascidos das entranhas de seu tempo e espaço próprios. Kuhn defende, portanto, que não é possível identificar um progresso científico linear que garanta uma linha de evolução contínua do conhecimento. Ao contrário, as teorias e os métodos científicos são formados e existem a partir de paradigmas. Dessa forma, o filósofo defende que cada novo paradigma é, na verdade, uma nova revolução do conhecimento ou no conhecimento, e sua consequência é o abandono da estrutura teórico-científica anterior, sendo, então, substituída por outra incompatível.

Dessa forma, o que Kuhn apresenta é a ideia de que os paradigmas trazem a novidade para a ciência, pois os antigos entram em crise de tempos em tempos, sendo substituídos por novos, o que demonstra o caráter não de continuidade da ciência e seus modelos, mas, ao contrário, de ruptura constante com os paradigmas anteriores, deixando de lado a ideia de melhora ou progresso linear da ciência.

Paradigma: O filósofo da ciência Thomas Kuhn utiliza o termo em sua análise do processo de formação e transformação das teorias científicas – da "revolução" na ciência – considerando que "alguns exemplos aceitos na prática científica real – exemplos que incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria, aplicação e instrumentação – proporcionam modelos dos quais surgem as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica" (A estrutura das revoluções científicas). Esses modelos são os paradigmas, p. ex. a astronomia copernicana, a mecânica de Galileu, a mecânica quântica, etc. Assim, "um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em indivíduos que partilham um paradigma".

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de janeiro: Zahar, 1996. p. 147.

Ciência normal e ciência extraordinária

Assim, uma ciência que continuamente evolui, durante um tempo de seu desenvolvimento, se considera como a "Ciência Normal". Durante esse período, todos os homens veem o mundo nessa mesma perspectiva, ou seja, veem o mundo a partir dessa mesma visão científica.

Essa ciência normal tenta levar adiante os paradigmas atuais, de forma que trabalha mantendo-os como forma válida de compreensão do mundo. Tal ciência normal é cumulativa, uma vez que se reproduz à medida que aprimora seus próprios instrumentos de medida e de interpretação do mundo, instrumentos mais potentes, medidas mais exatas, etc. Dessa forma, o cientista que trabalha com esses paradigmas os reproduz em seu trabalho diário.

No entanto, em determinado momento, alguns adeptos ou praticantes dessa "Ciência Normal" se deparam com contradições internas a esse modelo científico, com anomalias, e concluem que a forma de ver e compreender a realidade ou o mundo a partir dessa concepção científica não é mais adequada. Com a crise do paradigma inicia-se o desenvolvimento, o florescer da "ciência extraordinária", em que o paradigma, até então vigente, é desfocado, seus pressupostos são criticados, o que leva ao seu enfraquecimento à medida que é posto sob desconfiança da comunidade científica. Todo esse processo leva à busca de outras formas de compreender a realidade, nascendo um novo paradigma.

Quando se descobre um paradigma novo sobre o qual é possível basear o desenvolvimento de uma nova ciência, no intervalo desse período, essa é considerada uma "Ciência Revolucionária". Dessa forma, compreendemos a ideia de Kuhn, que afirma que uma ciência evolui por etapas, que se dividem em evolução normal e ruptura revolucionária. Para o filósofo, são exatamente as rupturas revolucionárias que trazem o progresso da ciência.

Na Astronomia, por exemplo, por muitos séculos confiou-se no paradigma geocêntrico, que afirmava que a Terra estava no centro do universo e que o Sol e os demais astros giravam em torno dela. Aliás, cálculos matemáticos provavam tal concepção científica. No entanto, com o passar dos anos, novos astrônomos se envolveram nessa pesquisa e começaram a perceber que alguns desses cálculos apresentavam problemas que deviam ser revistos. Ao pesquisarem, notaram que tais problemas matemáticos eram todos resolvidos tomando como referencial imóvel o Sol e não mais a Terra.

Apesar das perseguições empreendidas pela Igreja Católica nos séculos XV e XVI, como as sofridas por Galileu Galilei, Giordano Bruno (morto na fogueira da Inquisição) e tantos outros que pagaram com as próprias vidas o custo dessas novas ideias, esse novo paradigma foi ganhando força e legitimidade, até se impor como a visão correta de universo.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (IFSP) Ao defender as principais teses do Existencialismo, Jean-Paul Sartre afirma que o ser humano está condenado a ser livre, a fazer escolhas e, portanto, a construir seu próprio destino. O pressuposto básico que sustenta essa argumentação de Sartre é o seguinte:

A) A suposição de que o homem possui uma natureza humana, o que significa que cada homem é um exemplo particular de um conceito universal.

B) A compreensão de que a vida humana é finita e de que o homem é, sobretudo, um ente que está no mundo para a morte.

C) A ideia de que a existência precede a essência e, por isso, o ser humano não está predeterminado a nada.

D) A convicção de que o homem está desamparado e é impotente para mudar o seu destino individual.

E) A ideia de que toda pessoa tem um potencial a realizar, desde quando nasce, mas é livre para transformar ou não essa possibilidade em realidade.

02. CKDH (UEL-PR) Leia o texto a seguir.

A utilização da Internet ampliou e fragmentou, simultaneamente, os nexos de comunicação. Isto impacta no modo como o diálogo é construído entre os indivíduos numa sociedade democrática.

HABERMAS, J. O caos da esfera pública. *Folha de S. Paulo*, 13 ago. 2006. Caderno Mais!, p. 4-5 (Adaptação).

A partir dos conhecimentos sobre a ação comunicativa em Habermas, considere as afirmativas a seguir:

I. A manipulação das opiniões impede o consenso ao usar os interlocutores como meios e desconsiderar o ser humano como fim em si mesmo.

II. A validade do que é decidido consensualmente assenta-se na negociação em que os interlocutores se instrumentalizam reciprocamente em prol de interesses particulares.

III. Como regra do discurso que busca o entendimento, devem-se excluir os interlocutores que, de algum modo, são afetados pela norma em questão.

IV. O projeto emancipatório dos indivíduos é construído a partir do diálogo e da argumentação que prima pelo entendimento mútuo.

Assinale a alternativa correta.

A) Somente as afirmativas I e II são corretas.

B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.

C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.

D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.

E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

03. (UEL-PR) Leia o texto a seguir:

O modo de comportamento perceptivo, por meio do qual se prepara o esquecer e o rápido recordar da música de massas, é a desconcentração. Se os produtos normalizados e irremediavelmente semelhantes entre si, exceto certas particularidades surpreendentes, não permitem uma audição concentrada, sem se tornarem insuportáveis para os ouvintes, estes, por sua vez, já não são absolutamente capazes de uma audição concentrada.

Não conseguem manter a tensão de uma concentração atenta, e por isso se entregam resignadamente àquilo que acontece e flui acima deles, e com o qual fazem amizade somente porque já o ouvem sem atenção excessiva.

ADORNO, T. W. O fetichismo na música e a regressão da audição. In: Adorno *et al*. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 190. (Os Pensadores).

As redes sociais têm divulgado músicas de fácil memorização e com forte apelo à cultura de massa. A respeito do tema da regressão da audição na indústria cultural e da relação entre arte e sociedade em Adorno, assinale a alternativa correta.

A) A impossibilidade de uma audição concentrada e de uma concentração atenta relaciona-se ao fato de que a música tornou-se um produto de consumo, encobrindo seu poder crítico.

B) A música representa um domínio particular, quase autônomo, das produções sociais, pois se baseia no livre jogo da imaginação, o que impossibilita estabelecer um vínculo entre arte e sociedade.

C) A música de massa caracteriza-se pela capacidade de manifestar criticamente conteúdos racionais expressos no modo típico do comportamento perceptivo inato às massas.

D) A tensão resultante da concentração requerida para a apreciação da música é uma exigência extramusical, pois nossa sensibilidade é naturalmente mais próxima da desconcentração.

E) Audição concentrada significa a capacidade de apreender e de repetir os elementos que constituem a música, sendo a facilidade da repetição o que concede poder crítico à música.

04. (UENP-PR) Considere seus conhecimentos sobre filosofia contemporânea e duas expressões de Sartre: "A existência precede à essência" e "O ser humano é condenado a ser livre". Qual alternativa está correta?

A) Para Sartre, especialmente na obra *O existencialismo é humanismo*, o ser humano é determinado pelas relações existenciais econômicas do cotidiano, não restando muita liberdade e quase nenhuma opção de decisão.

B) Para Sartre, é fundamental a religião porque através dela o ser humano é realmente livre para fazer o bem para o qual foi destinado naturalmente.

C) Sartre acredita que os fins justificam os meios, portanto, todos somos livres, mas devemos estar atentos para não divergir dos interesses daquilo que é próprio da busca do bem comum.

D) A filosofia de Sartre não pode ser concebida por alguém que não tenha uma religião, tendo em vista que a verdadeira liberdade, de acordo com sua proposta, somente pode ser compreendida por alguém que, com sua fé, transcenda os limites materiais.

E) Para Sartre, o ser humano é um projeto a ser realizado cotidianamente através das escolhas realizadas livremente, não existindo uma essência que determine a priori a existência.

05. (UENP-PR)

Televisão

A televisão me deixou burro, muito burro demais
Agora todas as coisas que eu penso me parecem iguais
O sorvete me deixou gripado pelo resto da vida
E agora toda noite quando deito é boa noite, querida.
Ô cride, fala pra mãe
Que eu nunca li num livro que um espirro fosse
[um vírus sem cura
Vê se me entende pelo menos uma vez, criatura!
Ô cride, fala pra mãe!
A mãe diz pra eu fazer alguma coisa mas eu não faço nada
A luz do sol me incomoda, então deixo a cortina fechada
É que a televisão me deixou burro, muito burro demais
E agora eu vivo dentro dessa jaula junto dos animais.
Ô cride, fala pra mãe
Que tudo que a antena captar meu coração captura
Vê se me entende pelo menos uma vez, criatura!
Ô cride, fala pra mãe!

TITÃS. Televisão, 1985.

Assinale a alternativa incorreta.

A) A indústria cultural é um termo criado pelo grande filósofo contemporâneo Habermas, no sentido de uma busca constante para efetivação de sua teoria da ação comunicativa.

B) A Escola de Frankfurt preocupou-se, sobretudo, com o contexto social e cultural do surgimento das teorias, dos valores e da visão de mundo da sociedade industrial avançada.

C) O termo Indústria cultural foi utilizado pela primeira vez em 1947, quando da publicação da *Dialética do Iluminismo*, de Horkheimer e Adorno.

D) A indústria cultural, segundo Adorno, impede a formação de indivíduos autônomos, independentes e capazes de conscientemente decidir e julgar, sendo o próprio ócio utilizado com o objetivo de tornar a diversão como um prolongamento do trabalho.

E) A teoria crítica da Escola de Frankfurt, cuja chamada "primeira geração", com Adorno, Horkheimer e Benjamin, objetivou o desenvolvimento de uma teoria crítica da cultura.

06. 4AYZ (UFPA) Originalmente concebida e acionada para emancipar os homens, a moderna ciência está hoje a serviço do capital, contribuindo para a manutenção das relações de classe. A ciência e a técnica nas mãos dos poderosos [...] controlam a vida dos homens, subjuga-os ao interesse do capital. A produção de bens segue uma lógica técnica, e não à lógica das necessidades reais dos homens.

FREITAG, B. *A teoria Crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 94.

A autora nos apresenta a visão da Escola de Frankfurt acerca do papel desempenhado pela ciência e pela tecnologia na moderna economia capitalista. Sobre este papel, considere as afirmativas abaixo:

I. A ciência e a técnica, além de serem forças produtivas, funcionam como ideologias para legitimar o sistema capitalista.

II. Nas mãos do poder econômico e político, a tecnologia e a ciência são empregadas para impedir que as pessoas tomem consciência de suas condições de desigualdade.

III. A dimensão emancipadora e crítica da racionalidade moderna foi valorizada na economia capitalista, pois muitas das reivindicações dos trabalhadores foram atendidas a partir do advento da tecnologia.

IV. Na economia capitalista, produz-se com eficácia o que dá lucro e não aquilo que os homens necessitam e gostariam de ter ou usar.

Estão corretas as afirmativas:

A) I e III
B) II e III
C) III e IV
D) I, II e IV
E) II, III e IV

07. WE4U (UFU-MG) Para J.P. Sartre, o conceito de para-si diz respeito

A) a uma criação divina, cujo agir depende de princípio metafísico regulador.
B) apenas à pura manutenção do ser pleno, completo, da totalidade no seio do que é.
C) ao nada, na medida em que ele se especifica pelo poder nadificador que o constitui.
D) a algo empastado de si mesmo e, por isso, não se pode realizar, não se pode afirmar, porque está cheio, completo.

08. (Uncisal) O termo "totalitário" foi inventado por Benito Mussolini (ditador italiano) na década de 20 para significar: "Tudo no estado, nada fora do estado, nada contra o estado". No regime totalitário, a dinamicidade social é substituída pela estaticidade que é provocada pela identificação entre sociedade e estado. A partir de meados do século XX, o totalitarismo passou a significar um regime de partido único, absoluto e opressor. Para que um estado totalitário possa ocorrer tem-se verificado que é necessário a existência de uma população urbana que em sua maioria esteja voltada para a indústria; o governo deve dispor de uma forma eficiente de propaganda para manipular a população; e a economia global deve estar em crise. A democracia foi criada, historicamente, para garantir o exercício das liberdades públicas diante do poder irrestrito do estado.

Disponível em: <http://www.philosophy.pro.br>.

Assinale a opção correta em relação às características que definem as democracias e os vários tipos de totalitarismos.

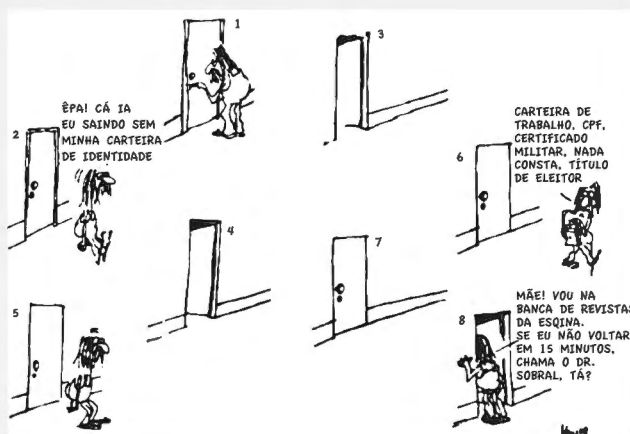
A) Nos estados democráticos, não são vistos como deveres dos cidadãos a obrigação de pagar impostos votados pelos representantes eleitos pelo povo.
B) Nos estados totalitários, a ideologia dominante é disseminada por toda a sociedade, substituindo ou adequando tradições, crenças e convicções políticas. Além do mais, o terror policial impõe um clima de medo constante, vigiando diuturnamente a sociedade e ameaçando os opositores do estado, produzindo uma repressão intensa e cruel.
C) Nas democracias maduras, os direitos individuais liberam os cidadãos da obrigatoriedade jurídica geral relativa ao acatamento das leis.
D) O estado de direito é perfeitamente possível de ser concretizado nos estados totalitários, mesmo pesando a insegurança e as incertezas permanentemente.
E) Diferentemente das ditaduras, do despotismo, do absolutismo e da tirania, as dissidências são aceitas dentro dos estados totalitários e, por vezes, estimuladas.

09. (Unesp) Desde o início da semana, alunos da rede municipal de Vitória da Conquista, na Bahia, não vão mais poder cabular aulas. Um "uniforme inteligente" vai contar aos pais se os alunos chegaram à escola – ou "dedurar" se eles não passaram do portão. O sistema, baseado em radiofrequência, funciona por meio de um minichip instalado na camiseta do novo uniforme, que começou a ser distribuído para 20 mil estudantes na segunda-feira. Funciona assim: no momento em que os alunos entram na escola, um sensor instalado na portaria detecta o chip e envia um SMS aos pais avisando sobre a entrada na instituição.

CANCIAN, Natália. Uniforme inteligente entrega aluno que cabula aula na Bahia. *Folha de S. Paulo*, 22 mar. 2012.

A leitura do fato relatado na reportagem permite repercussões filosóficas relacionadas à esfera da ética, pois o "uniforme inteligente"

A) está inserido em um processo de resistência ao poder disciplinar na escola.
B) é fruto de uma ação do Estado para incrementar o grau de liberdade nas escolas.
C) indica a consolidação de mecanismos de consulta democrática na escola pública.
D) introduz novas formas institucionais de controle sobre a liberdade individual.
E) proporciona uma indiscutível contribuição científica para a autonomia individual.

10. MDU5 (Unicentro-PR) Observe a charge a seguir:

Com base na charge e nos conhecimentos sobre liberdade e poder na filosofia contemporânea, considere as afirmativas a seguir.

I. Ubaldo, o paranoico, teme tudo, é uma vítima arquetípica dos governos autoritários e violentos que anulam os direitos fundamentais, principalmente a liberdade de expressão.
II. Ubaldo, o paranoico, se ressente por estar submetido ao comando absoluto do governo e pela insegurança de ir e vir livremente.
III. Ubaldo, o paranoico, assim como qualquer pessoa, teme os desmandos do governo autoritário, que pode fazer uso da prisão arbitrária, da tortura e da censura na tentativa de calar os opositores do regime.
IV. O medo de Ubaldo, o paranoico, é exagerado uma vez que, mesmo em governos autoritários, os direitos de todos os cidadãos devem ser respeitados.

Assinale a alternativa correta.

A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

11. (UEL-PR) Leia o texto a seguir.

[...] não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas em sentido negativo [...].

POPPER, K.
A lógica da pesquisa científica.
Trad. L. Hegenberg e O. S. da Mota.
São Paulo: Cultrix, 1972. p. 42.

Assinale a alternativa que corresponde ao critério de avaliação das teorias científicas empregado por Popper.

A) Falseabilidade

B) Organicidade

C) Confiabilidade

D) Dialeticidade

E) Diferenciabilidade

12. (Unioeste-PR) "Segundo o filósofo da ciência Thomas Kuhn, paradigma é um conjunto sistemático de métodos, formas de experimentações e teorias que constituem um modelo científico, tornando-se condição reguladora da observação. [...] A ciência normal, conforme Kuhn, funciona submetida por paradigmas estabelecidos historicamente num campo contextual de problemas e soluções concretas. [...] Os paradigmas são estabelecidos nos momentos de revolução científica [...]. Portanto, para Kuhn, a ciência se desenvolve por meio de rupturas, por saltos e não de maneira gradual e progressiva".

(E. C. Santos)

Sobre a concepção de ciência de Kuhn, é incorreto afirmar que

A) o desenvolvimento científico não se dá de modo linear, cumulativo e progressivo.

B) o desenvolvimento científico possui momentos de revolução, de ruptura, nos quais há mudança de paradigma.

C) a ciência normal é o período em que a pesquisa científica é dirigida por um paradigma.

D) um exemplo de mudança de paradigma (revolução) na Astronomia é a substituição do sistema geocêntrico aristotélico-ptolomaico pelo sistema heliocêntrico copernicano-galilaico.

E) a ciência não está submetida, de forma alguma, às condições históricas.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2017) O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento das suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções, que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir:* história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

Na perspectiva de Michel Foucault, o processo mencionado resulta em

A) declínio cultural.

B) segregação racial.

C) redução da hierarquia.

D) totalitarismo dos governos.

E) modelagem dos indivíduos.

02. ZFØ4 (Enem–2017) O conceito de democracia, no pensamento de Habermas, é construído a partir de uma dimensão procedimental, calcada no discurso e na deliberação. A legitimidade democrática exige que o processo de tomada de decisões políticas ocorra a partir de uma ampla discussão pública, para somente então decidir. Assim, o caráter deliberativo corresponde a um processo coletivo de ponderação e análise, permeado pelo discurso, que antecede a decisão.

VITALE. D. Jürgen Habermas, modernidade e democracia deliberativa. *Cadernos do CRH* (UFBA), v. 19, 2006 (Adaptação).

O conceito de democracia proposto por Jürgen Habermas pode favorecer processos de inclusão social. De acordo com o texto, é uma condição para que isso aconteça o(a)

A) participação direta periódica do cidadão.

B) debate livre e racional entre cidadãos e Estado.

C) interlocução entre os poderes governamentais.

D) eleição de lideranças políticas com mandatos temporários.

E) controle do poder político por cidadãos mais esclarecidos.

03. FOFN (Enem–2016)

Ser ou não ser – eis a questão.
Morrer – dormir – Dormir! Talvez sonhar. Aí está o obstáculo!
Os sonhos que hão de vir no sono da morte
Quando tivermos escapado ao tumulto vital
Nos obrigam a hesitar: e é essa reflexão
Que dá à desventura uma vida tão longa.

SHAKESPEARE, W. Hamlet.
Porto Alegre: L&PM, 2007.

Este solilóquio pode ser considerado um precursor do existencialismo ao enfatizar a tensão entre

A) consciência de si e angústia humana.

B) inevitabilidade do destino e incerteza moral.

C) tragicidade da personagem e ordem do mundo.

D) racionalidade argumentativa e loucura iminente.

E) dependência paterna e impossibilidade de ação.

04. (Enem–2015) Na sociedade democrática, as opiniões de cada um não são fortalezas ou castelos para que neles nos encerremos como forma de autoafirmação pessoal. Não só temos de ser capazes de exercer a razão em nossas argumentações, como também devemos desenvolver a capacidade de ser convencidos pelas melhores razões. A partir dessa perspectiva, a verdade buscada é sempre um resultado, não ponto de partida: e essa busca inclui a conversação entre iguais, a polêmica, o debate, a controvérsia.

SAVATER, F. *As perguntas da vida.*
São Paulo: Martins Fontes, 2001 (adaptado).

A ideia de democracia presente no texto, baseada na concepção de Habermas acerca do discurso, defende que a verdade é um(a)

A) alvo objetivo alcançável por cada pessoa, como agente racional autônomo.
B) critério acima dos homens, de acordo com o qual podemos julgar quais opiniões são as melhores.
C) construção da atividade racional de comunicação entre os indivíduos, cujo resultado é um consenso.
D) produto da razão, que todo indivíduo traz latente desde o nascimento, mas que só se firma no processo educativo.
E) resultado que se encontra mais desenvolvido nos espíritos elevados, a quem cabe a tarefa de convencer os outros.

05. (Enem) O edifício é circular. Os apartamentos dos prisioneiros ocupam a circunferência. Você pode chamá-los, se quiser, de celas. O apartamento do inspetor ocupa o centro; você pode chamá-lo, se quiser, de alojamento do inspetor. A moral reformada; a saúde preservada; a indústria revigorada; a instrução difundida; os encargos púbicos aliviados; a economia assentada, como deve ser, sobre uma rocha; o nó górdio da Lei sobre os Pobres não cortado, mas desfeito – tudo por uma simples ideia de arquitetura!

BENTHAM, J. *O panóptico*.
Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Essa é a proposta de um sistema conhecido como panóptico, um modelo que mostra o poder da disciplina nas sociedades contemporâneas, exercido preferencialmente por mecanismos

A) religiosos, que se constituem como um olho divino controlador que tudo vê.
B) ideológicos, que estabelecem limites pela alienação, impedindo a visão da dominação sofrida.
C) repressivos, que perpetuam as relações de dominação entre os homens por meio da tortura física.
D) sutis, que adestram os corpos no espaço-tempo por meio do olhar como instrumento de controle.
E) consensuais, que pactuam acordos com base na compreensão dos benefícios gerais de se ter as próprias ações controladas.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

- 01. C
- 02. B
- 03. A
- 04. E
- 05. A
- 06. D
- 07. C
- 08. B
- 09. D
- 10. D
- 11. A
- 12. E

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

- 01. E
- 02. B
- 03. A
- 04. C
- 05. D

Total dos meus acertos: _____ de _____ . ______ %